



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO/ UFRJ

Dissertação

FÁBIO SOUZA C. LIMA

fabio.souzalima@ig.com.br

AS NORMALISTAS CHEGAM AO SUBÚRBIO
A HISTÓRIA DA ESCOLA NORMAL CARMELA DUTRA:
DA CRIAÇÃO À AUTONOMIA ADMINISTRATIVA (1946 – 1953)

Linha de pesquisa: História, Sujeitos e Processos Educacionais

Orientadora: Profª Drª Sonia de Castro Lopes

Rio de Janeiro

2015

FÁBIO SOUZA C. LIMA

fabio.souzalima@ig.com.br

AS NORMALISTAS CHEGAM AO SUBÚRBIO
A HISTÓRIA DA ESCOLA NORMAL CARMELA DUTRA:
DA CRIAÇÃO À AUTONOMIA ADMINISTRATIVA (1946 – 1953)

SOUZA LIMA, Fábio.

As Normalistas chegam ao subúrbio – A história da Escola Normal Carmela Dutra: da criação à autonomia administrativa (1946 – 1953).
260 f.: il.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro,
Programa de Pós Graduação em Educação, Rio de Janeiro, 2015.

Orientadora: Dr^a. Sonia de Castro Lopes.

1. História da Educação; 2. Escola Normal Carmela Dutra; 3. Formação de Professores;
4. Ensino Normal.

I. LOPES, Sonia de Castro. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de
Pós-graduação em Educação. III. Título.

CDD: _____.

Rio de Janeiro

2015



Universidade Federal do Rio de Janeiro

Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação

A Dissertação "*As normalistas chegam ao subúrbio: A história da Escola Normal Carmela Dutra- da criação à autonomia administrativa (1946-1953)*"

Mestrando: **Fábio Souza Correa Lima**

Orientado pelo (a): **Prof. Dra. Sonia Maria de Castro Nogueira Lopes**

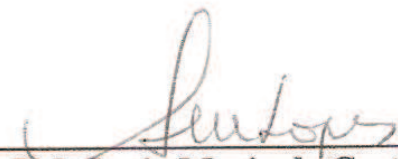
E aprovada por todos os membros da Banca Examinadora foi aceita pela Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro e homologada pelo Conselho de Ensino para Graduados e Pesquisa, como requisito parcial à obtenção do título de

MESTRE EM EDUCAÇÃO

Rio de Janeiro, 02 de março de 2015

Banca Examinadora:

Presidente:



Profª. Drª. Sonia Maria de Castro Nogueira Lopes



Prof. Drª. Libânia Nacif Xavier



Profª. Drª Tânia Maria Dias Fernandes

Este trabalho é dedicado
À minha amada esposa, Roselane Lima, incentivadora e companheira
e
À minha amada mãe, Ercília Souza Lima, compreensiva e paciente.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à

Roselane Lima, minha esposa, que mais do que ninguém, vivenciou meu esforço.

Ercília Souza, minha mãe, pelo mesmo motivo, acrescido das asas que me foram dadas para ir mais longe.

Profª. Drª. Sonia Lopes, minha orientadora de mestrado, pela presteza, atenção e disponibilidade nestes dois últimos anos.

Profª. Drª. Libânia Xavier e Profª. Drª. Ana Monteiro, pelas valorosas críticas ao trabalho em ainda era apenas um projeto de pesquisa.

Prof. Dr. Alexandre Palma, meu orientador de pós-graduação, pela amizade e pelas dicas que me levaram ao mestrado.

Profª. Drª. Tania Fernandes, minha orientadora de graduação, pelos primeiros passos em pesquisa na Fiocruz.

Prof. Dr. Marcos Sinésio, meu orientador de graduação em filosofia (em memória), pelo seu humor, pelo saber e visão do mundo.

Amigos antigos e novos - que são muitos - que fazem a minha vida uma experiência doce e maravilhosa, principalmente quando acompanhado de cerveja e muito papo furado.

Enfim, mais quatro anos de muito estudo me esperam. E, caso eu continue não tendo tempo suficiente para ser tão presente fisicamente na vida de vocês quanto vocês são em meu pensamento, peço que me desculpem e continuem rezando por mim.

RESUMO

SOUZA LIMA, Fábio. *As normalistas chegam ao subúrbio: A história da Escola Normal Carmela Dutra – da criação à autonomia administrativa (1946-1953)*. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

Esta dissertação, inserida no campo da história das instituições educacionais, tem por objetivo recuperar a história da Escola Normal Carmela Dutra, situada no bairro de Madureira, Rio de Janeiro, em seus anos iniciais. A instituição, colocada sob a administração e tutela pedagógica do prestigiado Instituto de Educação do Rio de Janeiro, apresenta ainda a especificidade de ter sido a única escola normal oficial criada no Rio de Janeiro na década de 1940, uma vez que as demais escolas normais da rede pública surgiram nos anos de 1950-60. A partir dessa constatação, definimos nosso recorte cronológico com o início da data de sua criação (Decreto 8.546 de 22 de junho de 1946) e levamos nossos estudos até entender os motivos pelos quais o decreto 12.171, de 31 de julho de 1953, em seu *caput*, aponta que a sua subordinação ao Instituto de Educação “por motivos administrativos, não mais se justifica”. Pensamos ser este um dos períodos mais interessantes da história da escola, na medida em que nos possibilitou investigar o contexto no qual a instituição foi criada, as dificuldades enfrentadas em seus primeiros anos e os interesses envolvidos na proposta de fazer dela uma escola de referência regional, denominada pela imprensa de “Escola Normal dos Subúrbios”. O referencial teórico escolhido compõe-se de estudos voltados para as seguintes temáticas: *instituições escolares* (Nóvoa, 1995), *identidade* (Dubar, 2005), *memória* (Le Goff, 2006; Nora, 1993) e *gênero* (Scott, 1992; Louro, 1997). A metodologia de pesquisa fundamentou-se na utilização da história oral (Joutard, 2000; Portelli, 1997) combinada à análise documental com destaque para a legislação escolar (Faria Filho, 1998), notícias veiculadas pela imprensa jornalística da cidade do Rio de Janeiro, bem como fotografias que foram analisadas do ponto de vista teórico sugerido por Mauad (1996).

Palavras-chave: História da Educação, Escola Normal Carmela Dutra, Formação de Professores, Ensino Normal.

ABSTRACT

SOUZA LIMA, Fábio. *The Normal Schools reach the suburbs: The history of the Normal School Carmela Dutra - from the creation to the administrative autonomy (1946-1953)*. Dissertation (Master's degree in Education). Education College, Federal University of Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

This dissertation, inserted in the field of the educational institutions history, aims to recover the history of the Normal School *Carmela Dutra*, located in *Madureira*, a neighborhood of the city of *Rio de Janeiro*, in its initial years. The institution, which was put under the administration and pedagogical tutelage of the prestigious Education Institute of *Rio de Janeiro*, still presents the specificity of being the only official normal school created in *Rio de Janeiro* in the 1940's, once the other normal schools of the public system were created in the years 1950-60. From this confirmation, we defined our chronological cut with the beginning date of its creation (Decree 8.546 of June 22nd, 1946) and we led our research until we could understand the reasons why the decree 12.171, of July 31st, 1953, in its *caput*, mentions that its subordination to the Education Institute "for administrative reasons, does not justify itself anymore." We reckon this to be one of the most interesting periods of the history of the school, in such a way that it enabled us to investigate the context in which the institution was created, the difficulties faced in its first years of existence, and the interests involved in the proposal of making this institution a school of regional reference, entitled by the press as "Normal School of the Suburbs". The theoretical reference chosen is composed by researches related to the following themes: *school institutions* (Nóvoa, 1995), *identity* (Dubar, 2005), *memory* (Le Goff, 2006; Nora, 1993) e *gender* (Scott, 1992; Louro, 1997). The research methodology was based in the use of the oral history (Joutard, 2000; Portelli, 1997) combined with documental analysis, with the highlight for the school legislation (Faria Filho, 1998), news conveyed by the journalistic press of the city of *Rio de Janeiro*, as well as photographs which were analysed according to the theoretical point of view suggested by Mauad (1996).

Keywords: Education History, Normal School Carmela Dutra, Teachers Education, Normal Education.

SUMÁRIO

<u>PRÓLOGO</u>	13	
 <u>CAPÍTULO 1</u>		
O SUJEITO PESQUISADOR E O OBJETO DE PESQUISA	22	
1.1 – A Base Teórica de Análise.....	22	
1.2 – Instituições Escolares, Identidade, Memória e Gênero.....	27	
1.3 – Metodologia e Fontes Documentais.....	43	
1.4 – Um Ineditismo Literário Inesperado.....	50	
1.5 – A Descrição do Campo Empírico.....	56	
 <u>CAPÍTULO 2</u>		
DONA SANTINHA E A ESCOLA NORMAL CARMELA DUTRA	64	
2.1 – Uma Eminência Parda no Estado Novo.....	64	
2.2 – Projetos e Personagens que ilustram o Brasil do Início do Século XX.....	79	
2.3 – A mulher do presidente e a criação da ENCD.....	90	
 <u>CAPÍTULO 3</u>		
HISTÓRIAS E MEMÓRIAS: OS DESAFIOS DA PRIMEIRA TURMA	113	
3.1 – Os primeiros passos para a organização da escola.....	116	
3.2 – Zero professores na ENCD.....	126	
3.3 – Desbravadores: A primeira turma da ENCD.....	136	
 <u>CAPÍTULO 4</u>		
AUTONOMIA: “EU SOU A CARMELITITA! E VOCÊ?”	161	
4.1 – Sobre as “Carmelitas”.....	163	
4.2 – Uma identidade nunca é dada, mas sempre construída.....	169	
4.3 – O crescimento da escola.....	180	
4.4 – ENCD: Autonomia ou Extinção.....	191	
 <u>CONSIDERAÇÕES FINAIS</u>		202
 <u>REFERÊNCIAS</u>		
Bibliográficas.....	208	
Digitais.....	221	
Acervos Documentais Pesquisados.....	223	
Entrevistas.....	224	
Músicas.....	224	
 <u>ANEXOS</u>		225

LISTA DE IMAGENS

- Imagem 1** - Capa do livro *A Normalista*, de Adolfo Caminha (1950).
- Imagem 2** - Arquivo Permanente do Instituto de Educação Carmela Dutra.
- Imagem 3** – Armário com diários oficiais.
- Imagem 4** – Armários com livros de notas de alunos e pastas de professores.
- Imagem 5** – Documento oficial do FBI - Arquivo Nacional Americano.
- Imagem 6** – Jornal A Manhã, 17 de setembro de 1943.
- Imagem 7** – Jornal do Brasil – 18.09.1945.
- Imagem 8** – Agradecimento de Dn. Carmela Dutra a Gustavo Capanema.
- Imagem 9** – Carmela Dutra e Getúlio Vargas em jantar em Petrópolis.
- Imagem 10** – Carmela Dutra e Getúlio Vargas em jantar em Petrópolis – outro ângulo.
- Imagem 11** – Jornal Gazeta de Notícias, 26 de junho de 1945.
- Imagem 12** – Jornal Gazeta de Notícias, 24 de junho de 1945.
- Imagem 13** – Almanaque do Biotônico, 1935.
- Imagem 14** – Uniformes da Escola Normal 1930.
- Imagem 15** – Comemoração do Gazeta de Notícias, Diplomação do Presidente
- Imagem 16** – Imagem de satélite do Palácio Guanabara e da Capela de Sta. Terezinha.
- Imagem 17** – Fioravanti Di Piero anuncia reformas e escola normal na Zona Suburbana.
- Imagem 18** – Mercado de Madureira em 1937.
- Imagem 19** – Estação de trens de Madureira em 1940.
- Imagem 20** – Pedido de Criação de Escola Normal com homenagem a D. Carmela Dutra.
- Imagem 21** – Carmela Dutra e Eurico Gaspar Dutra.
- Imagem 22** – Prédio da Escola Barão do Rio Branco transformado em sede da ENCD.
- Imagem 23** – Primeiro dia de aula na ENCD.
- Imagem 24** – Carteirinha do primeiro aluno da ENCD
- Imagem 25** – Foto dos dois primeiros alunos da ENCD.
- Imagem 26** – Gravata gorgorão e emblema da ENCD
- Imagem 27** – Pátio interno da ENCD.
- Imagem 28** – Orfeão Villa-Lobos de 1952.
- Imagem 29** – Convite ao Pres. da República para ser Paraninfo dos formandos de 1949.
- Imagem 30** – Inauguração do Retrato da Patrona da ENCD.

Imagem 31 – Anúncio de Curso preparatório para a ENCD.

Imagem 32 – Visita a Escola Rural.

Imagem 33 – Visita a Escola Rural Dias Martins.

Imagem 34 – Vencedores do Concurso Embaixada da Juventude.

Imagem 35 – Fachada da ENCD.

Imagem 36 – Missa na Igreja da Candelária.

Imagem 37 – Colação de Grau.

Imagem 38 – Almoço de confraternização de professores da ENCD em 1948.

Imagem 39 – Pátio da ENCD/ Divulgação de resultado do concurso Jovens Embaixadores.

Imagem 40 – Gráfico: quantitativo de alunos nos anos de 1947 – 1953.

Imagem 41 – Gráfico: alunos oriundos do Gin. Barão do Rio Branco, de 1947 – 1953.

Imagem 42 – Uma das turmas de 1953.

Imagem 43 – Placa comemorativa pela autonomia da ENCD

Imagem 44 – Dep. Fed. Luthero Vargas e Secret. de educ. Roberto Accioli são homenageados.

Imagem 45 – Formandas da turma de 1953.

Imagem 46 – Colação de grau da turma de 1953.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- APERJ** – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.
- CAPES** - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.
- CMEB** – Centro de Memória e Educação Brasileira.
- CPDOC** – Centro de Pesquisa e Documentação de História Oral Contemporânea.
- DIP** – Departamento de Imprensa e Propaganda.
- ENCD** – Escola Normal Carmela Dutra.
- FGV** – Fundação Getúlio Vargas.
- FBI** – Federal Bureau of Investigation.
- IE** – Instituto de Educação (Rio de Janeiro).
- IECD** – Instituto de Educação Carmela Dutra.
- IERJ** – Instituto de Educação do Rio de Janeiro.
- IESK** – Instituto de Educação Sara Kubitschek.
- ITE** – Instituto de Educação.
- INEP** – Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.
- ISERJ** – Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro.
- ITE** – Instituto de Educação (Rio de Janeiro).
- LEC** – Liga Eleitoral Católica.
- PPGE** – Programa de Pós-graduação em Educação.
- PR** – Partido Republicano.
- PROEDES** – Programa de Estudos e Documentação Educ. e Soc. da Fac. de Educ./ UFRJ.
- PSD** – Partido Social Democrático.
- SIS** – Special Intelligence Service.
- UDN** – União Democrática nacional.
- UFRJ** – Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- URSS** – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

LISTA DE ANEXOS

Anexo I – Síntese das perguntas realizadas aos entrevistados para o Projeto *As normalistas chegam ao subúrbio – A história da Escola Normal Carmela Dutra: da criação à autonomia administrativa (1946 – 1953)*.

Anexo II – Modelo de Cessão Gratuita de Direitos.

Anexo III – Antigo Histórico do Centro Inter-Escolar de Educação e Comunicação ENCD.

Anexo IV – Inauguração de vila de sargentos/ Carmela Dutra como Madrinha.

Anexo V – Dn. Carmela Dutra recebe embaixadores de Portugal.

Anexo VI – Empossou-se ontem, o novo diretor geral do ensino no exército.

Anexo VII – Instituto de Professores Públicos e Particulares.

Anexo VIII – Primeira Referência encontrada ao termo Santinha Dutra.

Anexo IX – Alunas aprovadas não conseguem se inscrever no Instituto de Educação.

Anexo X – Homenagem a Fioravanti Di Piero.

Anexo XI – Homenagem e visita de Fioravanti Di Piero ao Ginásial Barão do Rio Branco.

Anexo XII – Pedido de criação da Escola Normal com o nome de D. Carmela Dutra.

Anexo XIII – Jornal se coloca sobre homenagem.

Anexo XIV – Criação da Escola Normal Carmela Dutra.

Anexo XV – Candidatas a ENCD divulgam questões e pedem novas provas de concurso.

Anexo XVI – Aprovados no concurso para primeira turma da ENCD.

Anexo XVII – Bilhete de demissão do primeiro diretor da ENCD.

Anexo XVIII – Colégio Piedade presenteia ENCD com Pavilhão Nacional.

Anexo XIX – Solenidade no Instituto Nacional de Música.

Anexo XX – Presidente recebe formandas de 1949.

Anexo XXI – Cursos preparatórios para o concurso de admissão a ENCD.

Anexo XXII – Apuração dos votos para o concurso Embaixada da Juventude.

Anexo XXIII – Revista Fon-Fon: As futuras professoras.

Anexo XXIV – Colocação final das turmas de 1949 do IE e da ENCD.

Anexo XXV – Inauguração da placa comemorativa pela autonomia da ENCD.

PRÓLOGO

Ingressamos no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro com o intuito de estudar as relações entre o neoliberalismo presente no projeto do atual governo e a introdução de novas disciplinas de caráter puramente prático, com relativo valor crítico, no curso normal. Redigimos assim um projeto de *história do tempo presente* em que faríamos uma análise do governo Sérgio Cabral (2007 – 2014) quanto aos seus discursos e suas práticas. Tratava-se de um estudo da realidade atual de nosso local de trabalho como docente de filosofia, o Instituto de Educação Carmela Dutra, onde também verificaríamos as suas condições estruturais, o seu corpo docente, as verbas de manutenção, as múltiplas tarefas assumidas por ser uma escola de referência e a sua qualidade na formação de novas professoras primárias.

Contudo, nos deparamos com uma realidade cujo problema de valorização da educação mostrou-se ainda mais profundo: não encontramos, até o presente momento, qualquer registro de trabalhos de história da educação escritos sobre a Escola Normal Carmela Dutra – ENCD, que foi a primeira escola normal pública a surgir aos moldes do Instituto de Educação do Rio de Janeiro, atual Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro – ISERJ.

Todavia, antes mesmo de começarmos a pesquisa, para entendermos o que é uma Escola Normal¹, procuramos entender quem era *a normalista* e como ela era vista no início do século XX. *A figura da normalista seria mesmo a responsável por levar à população um novo projeto de nação? Ela encerraria em si mesma toda a racionalização da sociedade urbanizada, moderna e ‘higienizada’, tornando-se um exemplo para as famílias até dos rincões mais afastados do Rio de Janeiro? Seria ela a propulsora das novas tradições de uma República incipiente e que quer mudar o seu eixo econômico-social do rural para o urbano?*

A Normalista, um livro de Adolfo Caminha publicado originalmente em 1893, em sua terceira edição, a de 1950, resume em sua imagem de capa a personagem de um Brasil que ainda vivia no campo, mas que queria se modernizar. Trata-se de uma bela jovem que

¹ A primeira Escola Normal foi inaugurada na França em 1794. Por iniciativa do clérigo Jean-Baptiste La Salle, foram criados diversos seminários que buscavam formar professores para atuar no seguimento primário da educação. Mais tarde, com a criação rigorosas normas para as escolas de formação de professores, o curso passou a ser conhecido como Curso Normal (Schaffrath, 2008).

leva ao meio rural as organizadas pautas de seu caderno, as milimétricas medidas de sua régua e a higiene de seu sorriso para uma nova sociedade a ser construída.



Imagem 1 - Capa do livro *A Normalista*, de Adolfo Caminha (1950)².

A imagem da normalista não deveria se fazer presente apenas para realizar o ‘bem’ para a sociedade, mas também para combater algumas representações incorporadas pelos próprios brasileiros. O “Ai, que preguiça”, de *Macunaíma*³ ao entrar em contato com cidade grande, em nada combinava com os projetos da sociedade urbanizada que se pensava construir sob os moldes europeu e americano. O caipira *Jeca Tatu*, inadaptável à civilização, ignorante e alheio aos novos hábitos de higiene, e ainda o *Zé Brasil*⁴, meeiro que padece diante dos problemas de concentração agrária no país, ambos personagens de Monteiro Lobato, relatam quem são e qual era o *modus vivendi* dos brasileiros do início do século XX.

Assim, diante de nosso objeto de estudo, a ENCD, diante também das nossas primeiras pesquisas sobre o significado de ‘Normalista’ e tendo entrado em contato com as representações construídas sobre os brasileiros que viviam no meio rural e as ‘professorinhas normalistas’ das décadas de 1940 e 1950, começamos a pensar o corte temporal que deveríamos impor aos nossos estudos.

² Capa do livro *A Normalista*, de Adolfo Caminha. Disponível em:

http://marcelocoelho.folha.blog.uol.com.br/arch2008-02-01_2008-02-29.html. Acessado dia 07.04.2015.

³ *Macunaíma*, obra de Mário de Andrade, foi lançada em 1928, com as artes de capa feitas por Di Cavalcanti.

⁴ O *Jeca Tatu* apareceu pela primeira vez em artigos publicados no Jornal O Estado de São Paulo, no ano de 1914. Já o *Zé Brasil*, considerado um efeito de amadurecimento político de Monteiro Lobato, pois, apesar de morar no meio rural, são enfocados agora os problemas sociais e de concentração de terras no país, surge em 1947, publicado no jornal Tribuna Popular.

Por excelência, nós refletimos, que *A Normalista* de Adolfo Caminha é a normalista da Escola Normal Carmela Dutra – escola criada na “Zona Suburbana Remota”⁵ para atender os subúrbios e meio rural – a responsável por resgatar os brasileiros “incivilizados” que “preferem viver na sujeira ao viver na higiene”, que “preferem a ignorância, diante do conhecimento científico”, e que preferem o “atraso rural diante da modernidade das grandes cidades”⁶.

A formação das jovens professoras do subúrbio foi realizada em Madureira, bairro de maior crescimento comercial e populacional da Freguesia do Irajá nos anos 1940. Tal investimento público parecia atender ao evolutivo número populacional e promover o aumento do quadro de professores primários, que deveriam atuar na zona rural do Rio de Janeiro. Esse intento começou com o Decreto-Lei n.º 10 8.548, de 22 de junho de 1946⁷, quando a Escola Normal Carmela Dutra foi criada, submetida ao Instituto de Educação do Rio de Janeiro. É nesta data, portanto, que definimos qual seria o corte cronológico inicial de nossos estudos, estendendo-nos pelos próximos sete anos em que a escola parece tomar corpo e se destacar na sua precípua formação de novas professoras primárias.

A data final que define o nosso corte temporal é 1953, quando através do Decreto 12.171, de 31 de julho⁸, a ENCD se torna independente pedagogicamente e administrativamente diante do IE. Pensamos este ser o período mais interessante da história da escola, sendo que esse corte nos possibilita investigar exatamente como a escola se formou, o que ela enfrentou em seus primeiros anos e o que interesses estavam envolvidos na proposta de fazer dela uma escola de referência regional, chamada nos jornais de “Escola Normal dos Subúrbios”⁹.

Tendo como base essas primeiras reflexões sobre o nosso objeto, arriscamos a construção de três principais questões a serem desenvolvidas em nosso trabalho e pelas

⁵ A região de Madureira, mais especificamente a Estrada Marechal Rangel onde foi instalada a ENCD, era classificada como “2ª Zona Suburbana Remota e de difícil acesso” pelo Secretário Geral de Educação e Cultura, conforme mostraram as publicações de variados jornais, dentre eles Correio da Manhã, 29 de dezembro de 1949, p. 12 e o Diário de notícias, 30 de dezembro de 1949 pp.3-5. Disponível em: www.hemerotecadigital.bn.br. Acessado em 14 de março de 2014.

⁶ Essa é uma interpretação livre que realizamos sobre a imagem do Brasil mostrada no livro de Adolfo Caminha – bem como em outros livros. Originalmente a personagem principal do livro, Maria do Carmo, é enlaçada nas tramas de personagens que representam o que o país tem de melhor e pior. O romance, considerado por críticos como uma obra naturalista, é ambientado em Fortaleza, considerando figuras características do nordeste como o coronel, a escola religiosa, o estudante de direito como mocinho e possível amante e o vilão que representa a parte ruim da sociedade.

⁷ Disponível em: www.jusbrasil.com.br. Acessado em 6 de janeiro de 2015.

⁸ Idem.

⁹ Termo usado pela imprensa da época conforme o Jornal do Brasil. Jornal do Brasil. *As visitas inesperadas do Prefeito – Precária a situação da Escola Normal Carmela Dutra e do Ginásio Barão do Rio Branco*. Quinta-feira, 6 de novembro de 1947.

quais também se orientarão a construção dos capítulos dessa dissertação. Sendo capítulo 1 direcionado à discussão teórica sobre as relações entre o sujeito e o objeto, prosseguiremos da seguinte forma:

Em nossa **primeira questão**, abordada mais detidamente no **Capítulo 2**, estudaremos se a denominação do novo educandário como Escola Normal Carmela Dutra, para além da homenagem à esposa do então presidente Eurico Gaspar Dutra, teria sido feita por outro motivo: *a escolha do nome da primeira dama do Brasil, uma personalidade reconhecidamente católica nos meios políticos e sociais, sendo feita mesmo antes dela vir a falecer, aconteceu por efeito da chegada da corrente mais conservadora da Igreja ao poder no imediato pós-guerra e pós-Estado Novo?* Dada esta questão, tornou-se interessante também estudar o qual a necessidade real de expansão do sistema de formação de professores primários no Brasil do início do século XX, bem como as idiossincrasias da região escolhida para a criação da escola. Aparece, portanto, a oportunidade de começarmos entender o porquê do uso das categorias de **Instituições Escolares** e **Identidade**. O intuito aqui é apenas colocar alguns pontos que serão discutidos nos capítulos seguintes.

Postos estes questionamentos, podemos relacionar a tradição de nosso país ocidental, de colonização latina, católica, e de industrialização tardia, ao que António Nóvoa (1995) descreveu como complexo jogo de relações sociais, de mudanças de representações e de orientações normativas acontecidas na gênese e no desenvolvimento do modelo escolar que temos hoje.

O que se apresenta no Brasil no início do século XX é um conhecido processo já visto na Europa, onde a competência para ensinar passa da família para a escola. *A Normalista*, a jovem professora de formação das escolas normais que começam a ser erigidas nesta época, torna-se uma interessante personagem justamente pelo fato de ser aluna e professora, uma figura de interface entre o mundo infantil e o mundo dos adultos (LOURO, 1997). Isto porque, quando aluna, ela é passiva, internaliza as ideias, e quando professora, passa para a condição de ativa, reproduzindo e multiplicando o que lhe foi passado dentro de sala de aula. *Doravante*, como aponta Nóvoa, “é à escola que incumbe o trabalho de reprodução das normas e de transmissão cultural” (1995, p. 114).

No **Capítulo 3**, abordar a **segunda questão** como guia: *Como transcorreu a instalação da primeira Escola Normal suburbana, no bairro de Madureira, considerado à época como zona fronteira ao “Sertão Carioca”*¹⁰?

Neste capítulo trataremos da instalação da ENCD em efetivo. A escolha do prédio, os primeiros concursos e as dificuldades enfrentadas pela primeira turma de alunos através de suas próprias memórias. Também faz parte deste ponto estudar a questão estrutural do bairro e do local sede da escola, como também a constituição do regulamento e as peculiaridades da formação de Normalistas no subúrbio carioca.

Assim, a categoria **Instituições Escolares** é usada no sentido de entender como a Escola Normal Carmela Dutra é instalada e começa a funcionar. E dando continuidade aos estudos do capítulo 2, temos o uso da **Memória** também como categoria para nos ajudar a compreender como as questões de **Gênero** e das relações com o Instituto de Educação irão concorrer para a formação da **Identidade** da primeira turma de alunos e da ENCD.

E ainda, no **Capítulo 4**, discutiremos quais fatores teriam contribuído para a autonomia administrativa da ENCD a partir do Decreto-lei Nº 12.171 de 31 de julho de 1953. Tal evento desvinculou a Escola Normal Carmela Dutra do renomado Instituto de Educação, tornando-a diretamente subordinada à Secretaria Geral de Educação e Cultura, sob o argumento de que “a subordinação administrativa ao Instituto não mais se justificava”. Daí, dividimos nossa **terceira questão** em duas partes: *Que fatores geraram o processo de Autonomia da ENCD? O evento de separação das unidades de ensino representou na década de 1950 a diminuição do prestígio e do poder de influência do Instituto de Educação, que segundo grande parte das publicações e do imaginário popular, vivia àquela época, os “anos dourados”?*

Como se pode perceber, nossa perspectiva aqui, portanto, é a de discutir esse período dos anos 1950 tal como fez Sonia Lopes (2013) em artigo em que problematizava esse período como *anos dourados*, ajudando assim a fazer emergir as razões pelas quais a

¹⁰ A palavra “Sertão” significa região do interior, longe da costa e das povoações. Utilizamos neste trabalho a expressão “Sertão Carioca”, com base no livro de título homônimo de autoria de Armando Magalhães Corrêa. Nesta citação do prefaciada por Ricardo Palma, podemos entender como se via o interior do Rio de Janeiro à época: “Pouca gente, hoje, escreve sobre as coisas do Rio de Janeiro. E os poucos que escrevem, se limitam à história. Mas ultimamente um desses escriptores, afastando-se do asfalto moderno e elegante da avenida e deixando em paz a poeira venerável dos archivos, resolveu, como Fernão Paes “entrar pelo sertão”. Sim, embora, o carioca da Avenida, do posto 4, dos chás e cinemas chics fique espantado, existe, nesta sua maravilhosa terra um “sertão” como na Amazônia, em Matto Grosso, em Goyaz, em Minas, na Bahia. Embora menos bravio... Tinha-me eu na conta de razoável sabedor de coisas do Rio antigo, do Município neutro, do actual Districto Federal. Era uma pretensão como tantas. Mas bastou o professor Magalhães Corrêa iniciar a divulgação de uma serie de reportagens interessantissimas para verificar que eu nada sabia”. (CORRÊA, 1936, pp. 1-2.)

Escola Normal Carmela Dutra começou a alçar voo sozinha. Novamente aparecem tópicos relacionados às categorias de **Instituições Escolares** e **Identidade**. No entanto, desta vez, as referidas categorias são trabalhadas no sentido de entender como a escola se tornou autônoma não apenas formalmente, através do Decreto supracitado, mas como o seu alunado e corpo docente assumem, a partir de suas experiências e a partir da localização da escola, suas próprias peculiaridades.

Naturalmente, pensamos em questões subsidiárias que buscaremos resgatar ainda no capítulo conclusivo, tais como: *Quem era a dona Carmela Leite Dutra, também chamada de Dona Santinha? Por que o bairro de Madureira foi escolhido para sediar a escola? Qual era o perfil socioeconômico das primeiras alunas da ENCD? Como as alunas do Instituto de Educação reagiram diante da perda da exclusividade de formação e professoras primárias no município? Como foram construídas as formas, os símbolos e o uniforme da escola? A identidade da ENCD se confunde com a identidade desses primeiros alunos?*

Nesse tempo de pesquisa, quase todos os trabalhos que verificamos, ao citar a Escola Carmela Dutra, apresentam imprecisões nas datas referentes à criação da escola, que não é 1949 (tal data refere-se à formatura da primeira turma da escola), mas sim 22 de junho de 1946. Além disso, nenhum deles narra histórias sobre o porquê de sua criação, nem em qual contexto histórico a escola se cultivou, ou ainda, quais foram as relações de poder que envolveram a expansão dessa modalidade de ensino no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Muito menos há qualquer produção sobre os primeiros docentes da escola ou qualquer estudo sobre o perfil dos seus primeiros alunos, bem como a formação de sua cultura escolar própria (JULIA, 2001), que eclodiu a partir da oposição do *ethos* suburbano em oposição às aspirações de crescimento social da classe média carioca que estudava no Instituto de Educação. Como observa a historiadora Sonia Lopes:

(...) o Instituto de Educação reforçava no imaginário de expressivas parcelas da população carioca a fama de escola padrão na formação de professores, levando-se em conta que nessa época já não era a única escola pública a oferecer o ensino normal.

O mito dos anos dourados do Instituto de educação foi construído a partir da crença no capital simbólico fornecido pela instituição, pois, além do título de reconhecido prestígio, ainda possibilitava o acesso ao ensino superior (LOPES, 2006, pp. 290-291).

Consideramos essa ausência de estudos sobre o tema um hiato na história da educação, assim como também é um lapso na história da formação de professores normalistas do Rio de Janeiro e no estudo da expansão do ensino nos anos de 1940. Daí então, decidimos empreender nossas primeiras pesquisas sobre essa escola, que desde 29 de dezembro de 2004, pelo Decreto nº 36.820¹¹, foi elevada ao *status* de Instituto de Educação Carmela Dutra – IECD, mesmo já tendo iniciado os nossos estudos sobre o neoliberalismo e a implantação de verdadeiros kits de sobrevivência (LIBÂNEO, 2011) travestidos de Currículos Mínimos no Estado do Rio de Janeiro.

Evidentemente encontramos na pesquisa sobre a ENCD uma grande oportunidade de desenvolvimento intelectual-acadêmico. Porém, durante esse processo de descobertas, pudemos verificar a importância de nosso estudo para os ex-alunos e ex-professores, bem como para toda a comunidade escolar do IECD atuante hoje, início do século XXI.

Quando informamos à escola sobre nossas intenções de pesquisa, fomos, em todas as ocasiões, bem recebidos e orientados. Os colegas de profissão, aliás, colegas de unidade escolar, posto que, como já comentamos, também nós trabalhamos como docente de filosofia do IECD desde 2010, se surpreendiam ao ouvir que nada havia sido escrito na Academia sobre a escola. Surpreenderam-se mais ainda com alguns relatos que pudemos fazer entre um trabalho e outro, sobre a importância do IECD no passado e a sua responsabilidade no padrão de qualidade da formação de professores normalistas. Desde o princípio, a única cobrança que nos fizeram foi de que teríamos que retornar ao IECD com o trabalho pronto, para que pudesse constar na escola como uma referência histórica do tempo de sua fundação.

Além disso, os ex-alunos entrevistados ficaram tão animados ao saber que as suas memórias seriam registradas e que poderiam ficar disponíveis para as próximas gerações de normalistas que telefonaram uns para os outros, abrindo os nossos caminhos e reforçando nossos conteúdos e argumentos. O professor Duílio Ramiro Alves, aluno da primeira turma iniciada em 1947, depois de uma longa entrevista, nos brindou ainda com a seguinte resposta quando perguntado sobre o que mais ele gostaria de deixar registrado:

— Eu queria que o seu trabalho continuasse, que ele fosse acompanhado, que ele pudesse ser respeitado pelas opiniões que você vai emitir aí, que alguém possa crescer com essas informações que você está levando, que podem não ser as verdadeiras, mas são as minhas informações. Eu posso não ser o dono da verdade, mas eu quero dizer o que eu penso, o que eu acho. Então eu só desejo mesmo que tudo que você escreveu aí, tudo que você vai escrever, possa servir

¹¹ Disponível em: www.jusbrasil.com.br. Acessado em 6 de janeiro de 2015.

de melhora na educação, seja ela qual for, secundária, universitária, primária. Qualquer tipo de educação. E aí, são os princípios da educação que você tem que colocar aí. (...) Então eu acho que o seu trabalho é essencial para isso. Levanta sim, mostra firmeza no que você fez, afirma as suas ideias. Diz pra todo mundo o que você tá pensando (ALVES, 2013).

Assim, mesmo mudando o tema de nosso projeto, acreditamos que nossa perspectiva não foi perdida. Em verdade, acreditamos que abanar o pó da história que se depõe ao longo do tempo sobre ‘*O Carmela*’¹² resultará em frutos que poderão ser usados no futuro para defender a tradição de boa qualidade de ensino da Escola Normal Carmela Dutra. Continuaremos, desta forma, o trabalho militante do professor preocupado com um ensino público, gratuito e crítico.

Duílio Ramiro Alves, ex-aluno e ex-professor da ENCD, naturalmente, também deixa registrado no trecho citado a vontade intrínseca de todo educador: mudar o mundo a partir da educação. Ele aposta, como todos os outros entrevistados, através de um evidente *enquadramento da memória*¹³ (POLLAK, 1992), que a nossa pesquisa, além de levantar a história da escola, poderia ser um ponto de partida para uma mudança radical na educação, tal como foi a instalação de uma escola formadora de professores primários na região de Madureira, no início do século XX.

Ora, decerto que hoje o Instituto de Educação Carmela Dutra não possui o destaque de ser *diferente*, como era naquela época. Ela não é mais *A escola dos subúrbios*, posto que depois de vencidas as resistências, as barreiras e os conflitos de interesses, muitas outras escolas normais se espalharam pelo Rio de Janeiro. E, provavelmente, os nossos entrevistados não tenham percebido em suas reconstruções do passado repletas de simbolismo, mas é justamente a ausência de trabalhos sobre o assunto que nos motivou a pesquisar; o princípio de uma mudança de mentalidade que transformou a cara do Brasil, tornando a escola gratuita uma escola mais plural, e que, com a história da Escola Normal Carmela Dutra, enfim, tornou a educação algo tangível a todos os brasileiros.

Contudo, não podemos apresentar o nosso estudo como definitivo, o que seria um retrocesso na essência do que é a busca pelo saber. Nosso esforço deve constar como um estudo inicial, que apresenta caminhos e perspectivas que poderão ser aceitas, tomadas ou

¹² Leia-se: O Instituto de Educação Carmela Dutra.

¹³ O conceito de *enquadramento da memória* é usado aqui tal como fez Michael Pollak, ao citar os historiadores que trabalham ou tem um íntimo relacionamento com uma instituição ou com uma ideologia. Neste sentido, os nossos entrevistados, devido as grandes pressões que relataram sofrer no período de instalação da Escola Normal Carmela Dutra, desenvolveram as suas identidades fortemente amarradas as suas memórias do tempo de alunos, como veremos em capítulo específico.

mudadas por quaisquer pesquisadores que se interessarem pelo período histórico que investigamos e/ou pela escola que decidimos conhecer mais a fundo.

O presente estudo pretende fornecer uma pequena contribuição para a História da Educação e, em especial, para a História da ENCD. É importante ressaltar isso diante da citação que trouxemos da fala do professor e ex-aluno Duílio Alves, que sentiu também em nossa entrevista um valoroso reconhecimento por seu empenho como aluno, e mais tarde, como professor da ENCD. Mesmo assim, objetivamos reconstruir a história da Escola Normal Carmela Dutra, situada no bairro de Madureira, Rio de Janeiro, em seus anos iniciais. Descobrir, portanto, o porquê de sua criação e da escolha de Carmela Dutra como sua Patrona, saber quem foram as primeiras alunas da escola e conhecer as suas histórias sobre o cotidiano de uma Instituição em seus primeiros anos. Em perspectiva mais ampla, a pesquisa objetiva, ainda, estudar o processo de expansão de formação dos professores normalistas no Rio de Janeiro (D.F.) na década de 1940, analisar os motivos pelos quais o governo decidiu pela instalação da Escola em Madureira e saber sob que condições esse procedimento se deu, bem como conhecer os projetos e interesses envolvidos no processo de autonomia¹⁴ pedagógica e administrativa da Escola Normal Carmela Dutra.

¹⁴ Neste trabalho, faremos uso do termo Autonomia maneira formal e respeitando as suas origens. O significado do termo Autonomia se relaciona, em um primeiro momento, com a liberdade política de uma sociedade, capaz de governar-se por si mesma de forma independente, com autodeterminação. Porém, mais tarde, será com o desenvolvimento do iluminismo e da filosofia kantiana (2000) que o termo autonomia ganhará contornos de caráter pessoal e individual. A palavra Autonomia tem sua origem na antiga Hélade. O adjetivo pronominal *autos* vem do grego por si mesmo, o mesmo, ele mesmo e no substantivo *nomos*, também de origem grega, que quer dizer *instituição, lei, convenção, norma* ou *uso*.

CAPÍTULO 1

O SUJEITO PESQUISADOR E O OBJETO DE PESQUISA

No primeiro capítulo, intitulado *O Sujeito Pesquisador e o Objeto de Pesquisa* desenvolveremos uma exposição e uma discussão sobre a nossa relação com a Escola que escolhemos estudar. Os referenciais teóricos e metodológicos, as categorias utilizadas, as nossas perspectivas diante da revisão de literatura que realizamos, bem como a nossa trajetória e as nossas impressões sobre primeiro contato que tivemos com o campo empírico, serão o cerne deste capítulo.

1.1 – A Base Teórica de Análise

Todo início de busca por algum conhecimento deveria começar pelo princípio. Essa frase pode parecer um pleonismo à primeira vista, mas o saber, seja ele construído, descoberto ou revelado, grande ou pequeno, completo ou fracionado, exige que aquele que tem disposição de espírito para buscá-lo, tenha também o cuidado de revelar os caminhos que percorreu para que os seus passos possam ser seguidos, comentados e até contestados.

Ainda na primeira década do século XX, quando iniciávamos o curso de história na Universidade Federal Fluminense, jovens que éramos, bradávamos alto o tom da candura em cada palavra que soltávamos. Lembramo-nos da primeira vez, quando ao encontrar uma colega de classe pelos corredores da Academia afirmamos categoricamente que os princípios da história residiam verdadeiramente na cultura. “– Ela influenciava tudo”, apontávamos peremptoriamente, enquanto alguns colegas respondiam: “– É a economia”, emendando seus argumentos de forma igualmente categórica. Essas discussões continuaram frequentes até decidirmos, à época, adotar a economia como base de nossa forma de ver a realidade. O amadurecimento, no entanto, juntamente com novas perspectivas, nos ofereceram outros questionamentos sobre como enxergar o que considerávamos ser a *Arkhé* (ἀρχή), o *princípio* de um saber real e da construção das relações humanas.

Reclamávamos agora pelos corredores, que nos eram apresentadas poucas variações das formas de ver o mundo, ou em outras palavras, dizíamos que as ideias eram sempre as

mesmas para examinar os objetos de estudo. Ainda não sabíamos, mas o fato de não serem dispostas ideias diferentes, fechava-nos em apenas uma ou duas ideologias. Isto correspondia exatamente ao significado do sufixo *ismo* em nossa língua portuguesa: um sistema fechado de ideias. Sistemas estes que pareceram nos sufocar durante muitos anos, pois clamávamos por conhecer mais e mais pensamentos, novas interpretações, novas formas de ver o mundo.

Ainda no mesmo período ingressamos no curso de Filosofia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Nestes anos as possibilidades se multiplicaram. Não que consideremos uma área superior à outra, mas porque é próprio da filosofia lidar com as correntes de pensamento. E nestes anos de investigação filosófica, estabelecendo contato com as mais diversas formas de apreciação do real – e também do ideal –, descobrimos que o *princípio* não está na adoção dos métodos de análise econômica ou cultural como achávamos, mas na avaliação ética¹⁵ do perfil do sujeito pesquisador em relação ao objeto a ser pesquisado.

Tais explicações que realizamos, de certa forma, antecipam as reflexões que desenvolvemos diante da escolha do método de análise historiográfica a ser usada. Encaminhados desta forma, podemos finalmente apontar como problematizaremos os saberes com os quais tivemos e teremos contato neste estudo.

Em nossos estudos de pós-graduação no CESPEB/ UFRJ e também no curso de mestrado em história da educação, no qual se insere este trabalho, estivemos novamente à frente das discussões acadêmicas que circundam o uso da política e do economicismo ou o uso do culturalismo como metodologias de análise historiográfica. Por mais uma vez voltamos nossas ponderações sobre qual modelo deveríamos empregar em nosso Projeto, tomando por base a época em que fomos alunos da UFF.

Naquela época, tivemos como professores, Ciro Flamarion Cardoso, um historiador de grande produção marxista que marcou nossa formação desde o princípio, e Ronaldo Vainfas, historiador culturalista que influenciou nosso final de curso, abrindo nossas possibilidades de análise histórica, isto é, nossa relação com os objetos que desde então passamos a investigar. Em uma análise das nossas referências, traçamos um diálogo entre as suas diferenças para podemos escolher melhor os nossos caminhos.

¹⁵ Consideraremos o conceito de ética dentro da perspectiva aristotélica da “justa medida”, onde as ações de prudência nas escolhas e decisões, conduzem a um resultado virtuoso, portanto, aceito pelos grupos sociais ou sociedade que ocupa o indivíduo (ver JAPIASSU & MARCONDES, 2006).

Cardoso, na apresentação do livro *Domínios da História* (2011), organizado por ele e por Vainfas, destaca a mediação entre o sujeito e o objeto dentro do modelo chamado *teoria modificada do reflexo* apontando a responsabilidade no sujeito que analisa os eventos passados. Em síntese, para que possamos continuar nossa discussão, podemos afirmar com base na leitura de Cardoso que como o passado não pode ser modificado, o que altera nesta dinâmica é a visão do historiador no tempo em que ele vive.

Devemos notar que isto não se confunde com o relativismo dos historicistas, já que a teoria marxista do conhecimento é um realismo (o objetivo do conhecimento histórico não é constituído pelo sujeito: a práxis atual intervém na apropriação cognitiva de algo que existe por si mesmo e pode ser conhecido): trata-se, mais exatamente, da concepção da verdade científica como limite absoluto a que tendem verdades relativas ou parciais cujo alcance maior ou menor depende do tipo de conhecimento histórico que permite a prática social de cada época ou fase (CARDOSO, 2011, p. 5).

Este autor começa a tratar assim do paradigma da pós-modernidade, no qual todo e qualquer base estável e segura de conhecimento passa a ser questionada e de onde surgem as primeiras críticas mordazes ao marxismo enquanto modelo interpretativo.

Ronaldo Vainfas, em artigo publicado no mesmo livro (2011), intitulado *História das Mentalidades e História Cultural*, por outro lado, aponta que o culturalismo também sofreu críticas no sentido de como ele começou a ser usado no Brasil:

Entre nós, historiadores brasileiros, a crítica só veio no final da década [1980], porque foi também tardia a difusão das mentalidades na pesquisa universitária nacional. Foi Ciro Flamarion Cardoso que a fez de maneira mais aguda em um de seus Ensaios racionalistas, acusando os historiadores das mentalidades de se dedicarem ao estudo do periférico, de iluminar fantasmas e, sobretudo, de negar as totalidades sintéticas da história, renunciando a posturas explicativas e propagandeando uma história “reacionária” desprovida de contradições (VAINFAS, 2011, pp. 117-118).

A despeito das acusações trocadas sobre a qualidade da produção destes dois modelos teórico-metodológicos, o próprio Cardoso termina seu artigo apontando algo que nos interessa enquanto posicionamento: “Aquilo, porém, em que me recuso firmemente a acreditar é que erros e exageros passados justifiquem erros e exageros atuais de signo contrário” (CARDOSO, 2011, p. 22). E Vainfas, igualmente preocupado com a produção historiográfica ainda coloca:

Ciro Flamarion Cardoso, em artigo citado anteriormente, viu na crise do racionalismo a brecha por onde as mentalidades invadiram o território dos historiadores, retirando-lhes o afã explicativo e inibindo-os quanto ao

compromisso social e crítico inerente ao *métier de l'historien*. (VAINFAS, 2011, p. 131).

Sem negar a contribuição da história cultural na expansão da historiografia, após as postulações do paradigma da pós-modernidade, percebemos que a historiografia foi repensada à luz de filosofias como as de Nietzsche e Heidegger (de onde se serviram Foucault, Deleuze e Derrida), multiplicando os lugares de onde o historiador fala.

O primeiro ponto, se aplicado à história-disciplina, levaria a afirmar que os pretensos centros (entenda-se: lugares de onde se fala) a partir dos quais se afirmariam diversas posturas diante da mesma não são lugares legítimos ou naturais, mas são universais: são sempre particulares, relativos a grupos restritos e socialmente hierarquizados de poder (em outras palavras: não há História; há histórias “de” e “para” os grupos em questão). O segundo ponto significa que no mundo em que agora vivemos, qualquer “metadiscurso”, qualquer teoria global, tornou-se impossível de sustentar devido ao colapso da crença nos valores de todo tipo de hierarquização como sendo universais, o que explicaria o assumido nilismo intelectual contemporâneo, com seu relativismo absoluto e sua convicção de que o conhecimento se reduz a processos de semiose e interpretação (hermenêutica) impossíveis de ser hierarquizados de algum modo que possa pretender ao consenso (CARDOSO, 2011, pp. 14-15).

Diante dessa *História e paradigmas rivais* (para citar o título do texto de Cardoso, 2011) e com a intenção de melhor localizar nosso projeto de estudos, nos colocaremos diante de algumas das diferenças apontadas mais didaticamente por Peter Burke (1992), quando compara a historiografia tradicional à *nouvelle histoire*.

Para Burke (1992), o paradigma tradicional aponta que a história diz respeito essencialmente à política. Por outro lado, o relativismo cultural abriu caminho para pontos a serem estudados como a infância, a morte, a loucura, o clima, os odores, a sujeira, a limpeza, entre outros assuntos que podem ser classificados como importantes ou não, dependendo de fatores como a ideologia usada, a influência do meio acadêmico, bem como a pressão de órgãos supra-acadêmicos (MORAES, 2013) para produção de artigos e pesquisas relacionados a assuntos muitas vezes alheios aos temas de interesse dos alunos e até da maior parte da sociedade.

Ora, como poderíamos abrir mão da importância da política no processo de expansão de uma rede inteira de ensino? Ainda mais se considerarmos que o Rio de Janeiro que estudamos é nada menos do que a Capital Federal do país, e o Instituto modelo, a partir do qual seria criada a primeira escola normal suburbana – com o nome de uma primeira dama ainda viva –, é também o modelo educacional para o restante do Brasil. Entretanto, *como deveríamos avaliar a riqueza das entrevistas com os ex-alunos do*

Instituto e da Escola Normal Carmela Dutra, que nos insere em um universo subjetivo de experiências individuais, onde a infância, o clima, os odores, entre outras coisas, aparecem como os eventos mais significativos de suas histórias de vida? Como deixar essa exuberância de experiências e detalhes de lado?

Justamente por conta das experiências narradas por quem viveu aquela época e dos documentos históricos oficiais com os quais tivemos contato, ficamos diante do que talvez seja a mais marcante diferença entre a *nova história* e a *tradicional*: a preocupação com a história vista de baixo, característica da primeira ou a história vista de cima, característica tradicional do fazer historiográfico.

Nunca antes, pelo menos não academicamente, havíamos realizado um aprofundado exame de nossas próprias influências, refletindo sobre quem somos para nós mesmos e para a sociedade em que vivemos. Estivemos, nesse tempo de autoanálise, mais submetidos à batida frase do pórtico do templo de Delfos, propagada pelo filósofo Sócrates: *Conhece-te a ti mesmo!*

Deveríamos então nos concentrar na fatura dos documentos oficiais ou na fatura das experiências contadas pelas memórias dos ex-alunos da escola?

Esse é outro dilema teórico em que todo historiador que avalia o seu percurso deve pensar. Bem como pensamos também se devemos relevar as questões pertinentes à história que narra os acontecimentos, como é a base do *tradicional*, ou a história preocupada com a análise das estruturas (BURKE, 1992), marca da *nova história*.

Enfim, seria o objetivismo político-econômico de caráter ideológico que ignora as várias faces possíveis da construção histórica ou o relativismo cultural radical, igualmente ideológico, que já parte do pouco razoável princípio de que não pode sequer tanger qualquer conhecimento que já exista? Événementielle ou nouvelle histoire?

Despojada de radicalismos ideológicos ou metodológicos, a **história cultural** nos ofereceu, depois da avaliação que fizemos da melhor forma de abordagem de nosso objeto, a oportunidade de tratar não apenas de política e economia, mas também de aspectos de formação da identidade da escola e dos alunos na década de 1940. Como coloca António Nóvoa, uma Instituição deve ser analisada como um todo.

As escolas constituem uma *territorialidade* espacial e cultural, onde se exprime o jogo dos atores educativos internos e externos, por isso, a sua análise só tem verdadeiro sentido se conseguir mobilizar todas as dimensões pessoais, simbólicas e políticas da vida escolar, não reduzindo o pensamento e a ação educativa a perspectivas técnicas, de gestão ou de eficácia *stricto sensu* (NÓVOA, 1995, p. 16).

Descobrimos que a intersecção problematizada da história oficial política com as histórias das pessoas que viveram a criação da ENCD, tornou o nosso estudo não apenas mais complexo, mas também mais rico e – certamente – também mais prazeroso. Tomamos, portanto, o posicionamento de trabalhar com a perspectiva macro, quando tratarmos de políticas públicas educacionais, um assunto imprescindível para entender a instalação da ENCD e com a dimensão micro ao trabalharmos com a memória dos alunos das primeiras turmas da escola. Por conta disso, decidimos proceder nossa pesquisa dentro do escopo de instrumentos que nos é oferecido pela história cultural, pois desse cruzamento de dados e olhares, pretendemos contar de forma mais interessante, agradável e consistente história da Escola Normal Carmela Dutra.

1.2 – As categorias de análise: Instituições Escolares, Identidade, Memória e Gênero

Instituições Escolares

Uma das categorias mais importantes em nosso estudo é a de *Instituições Escolares*, embora a escola que estudemos tenha sido criada apenas como uma extensão do Instituto de Educação. Daí pode surgir a pergunta sobre o porquê do uso dessa categoria: *Mas porque deveríamos usar tal categoria se a entidade que estudamos é apenas uma Escola Normal?*

Em primeiro lugar, porque, como destaca António Nóvoa (1995), a *Escola* é, antes mesmo das *Instituições Escolares*, um objeto de estudo das Ciências da Educação. A Escola Normal Carmela Dutra é ainda hoje uma escola de referência dentre as de formação normal na região do subúrbio carioca e fluminense. Sua criação tem grande relação com o desenvolvimento do bairro de Madureira que, na década de 1940, despontava como um bairro de alto crescimento comercial e demográfico, em comparação aos outros bairros da chamada Freguesia do Irajá¹⁶. Sua instalação, como veremos mais adiante, representou

¹⁶ A freguesia de Irajá foi criada pelo padre Antonio Marins Loureiro em 1644. O padre Gaspar da Costa construiu, em 1647, a igreja de N. Sra. da Apresentação que, no século seguinte, seria substituída por outra que permanece até hoje. Ela era a matriz de toda Zona Rural Carioca, quando em 1775 já havia treze engenhos na região. Durante o século XVII, Irajá era importante centro de abastecimento de alimentos e material de construção. Seus acessos principais eram a estrada da Pavuna (Automóvel Clube), a estrada de Irajá (Monsenhor Félix), a estrada do Barro Vermelho (Colégio), a da Água Grande e a do Quitungo, que se comunicava com o Porto de Irajá, na Baía de Guanabara. Na construção da Estrada de Ferro Rio D'Ouro, foi

uma mudança no cenário daquela região, oferecendo à população novas perspectivas de vida dentro da sociedade brasileira. Desta forma, para estudar essa *Instituição Escolar*, precisamos entender o espaço em que ela foi criada, suas acomodações, seu entorno, os profissionais que lá trabalhavam, os seus alunos, e, claro, o que levou o governo a estabelecer a escola naquele lugar. Nóvoa, em conformidade com o nosso posicionamento já exposto, também aponta em *As Organizações Escolares em Análise* (1995), por ele organizado:

(...) mais do que nunca, os processos de mudança e de inovação educacional passam pela compreensão das instituições escolares em toda sua complexidade técnica, científica e humana. A identificação das margens da mudança possível implica a contextualização social e política das instituições escolares bem como a apropriação *ad intra* dos seus mecanismos de tomada de decisão e das suas relações de poder. As escolas constituem uma territorialidade espacial e cultural, onde se exprime o jogo dos actores educativos internos e externos; por isso, a sua análise só tem verdadeiro sentido se conseguir mobilizar todas as dimensões pessoais, simbólicas e políticas da vida escolar, não reduzindo o pensamento e a ação educativa a perspectivas técnicas, de gestão ou de eficácia *stricto sensu* (NÓVOA, 1995, p. 16).

Em segundo lugar, como já adiantamos, porque explorar esse tema concorre para a nossa asserção sobre a importância de uma visão circunspecta do objeto de estudo que escolhemos. As *Instituições Escolares* enquanto principal engrenagem deste estudo nascem justamente na intersecção da perspectiva *micro*, aquela da sala de aula que alcança os alunos e as suas impressões sobre a realidade com a perspectiva *macro*, de onde podemos entender os interesses envolvidos na sua criação e manutenção.

Percebemos que a história das *Instituições Escolares* caracteriza-se por ser um processo epistêmico que medeia os campos de estudo da memória e do arquivo, exatamente como escolhemos nos aprofundar. Assim como colocamos, François Dubet aponta que “se chamará instituição as organizações, os costumes, os hábitos, as regras de mercado, as religiões... (...) As instituições então são maneiras de ser, objetos, maneiras de pensar (...)” (2006, p. 30). Em Justino Magalhães também encontramos um segmento que descreve essas duas dimensões a serem estudadas.

De facto, o quotidiano de uma instituição educativa fica representado por defeito, nos registos e fontes de informação, havendo mesmo dimensões desse

quotidiano, cuja memória se apaga com a mudança dos actores e muitas outras que são regularmente destruídas (MAGALHÃES, 2009, p. 69).

E, além disso, embora a historiografia das *Instituições Escolares* não possua um método formalizado e estruturado a ser seguido (NORONHA, 2007), o uso desta categoria tem um avançado estudo no qual podemos nos apoiar em nosso trabalho, tal como fizeram Mendonça & Xavier (2009):

O estudo de instituições educativas específicas, fundamentado em pesquisa *in loco* e apoiado em bibliografia de caráter multidisciplinar, vem se desenvolvendo no âmbito de diferentes tradições disciplinares, sendo privilegiado tanto pelos estudos marcados por uma abordagem histórica quanto por estudos de viés sociológico (MENDONÇA & XAVIER, 2009, p. 11).

Contudo, voltando à questão do *‘porque estudar uma Escola usando como categoria Instituições Escolares’?* destacamos que o mais relevante é a importância que a Escola Normal Carmela Dutra assumiu desde a sua criação, chegando a receber o epíteto de Instituto de Educação Carmela Dutra pelo Decreto nº 36.820 de 29 de dezembro de 2004¹⁷. Um bom exemplo de que algumas escolas já nascem com essa predisposição, pode também ser visto na história da própria predecessora da ENCD, que teve como base a Escola Normal da Corte, depois Escola Normal do Distrito Federal (LOPES, 2006), assumindo em 1932 o nome de Instituto de Educação para mais tarde, em 1998, tornar-se Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (ISERJ). Citamos o ISERJ por conta das relações com a ENCD, sejam elas semelhantes ou não no decorrer de suas histórias. Sem dúvida, consideramos que as datas que se constituem como marcos cronológicos do IE fogem completamente ao nosso recorte temporal (1946 – 1953). Entretanto, devemos lembrar que o que nos levou a estudar a ENCD foi exatamente a sua história e a sua importância na formação de professores ao ponto de alcançar o título de Instituto, da mesma forma que a Instituição que lhe serviu de modelo.

Então o termo *Instituição* aparece para nós com muita relevância, o que por si só já vale um breve estudo filológico para entender o seu significado. Na definição do *Dicionário latino-português*, publicado em um ano que diz respeito ao nosso objeto, Francisco Torrinha descreve que:

¹⁷ Disponível em: www.jusbrasil.com.br. Acessado em 6 de janeiro de 2015.

A palavra “instituição” deriva do latim *institutio*, *onis*. Este vocábulo apresenta uma variação de significados que podem ser agrupados em quatro acepções: “1. Disposição; plano; arranjo. 2. Instrução; ensino; educação. 3. Criação; formação. 4. Método; sistema; escola; seita; doutrina (TORRINHA, 1945, p. 434)

Podemos perceber que o uso da palavra *Instituição*, pressupõe a aspiração humana de criação de algo que transcenda a sua própria existência. Um Instituto, seja qual for, não é criado com intenções transitórias, passageiras ou pessoais, mas para atender a necessidades permanentes, que por muitas vezes dizem respeito não apenas a uma pessoa, uma família ou uma comunidade, mas, principalmente aos grandes interesses do Estado Nacional.

Algumas dessas necessidades são: a de consolidação da República Brasileira através da disseminação de valores republicanos e patrióticos e a preparação para uma nova sociedade, moderna, urbanizada e industrializada (MENDONÇA & XAVIER, 2009). Para isso, notamos que esse processo foi iniciado com uma específica formação de professores primários do Instituto de Educação do Rio de Janeiro, voltado para o centro do país e para as classes médias do Distrito Federal. Mais tarde, como pretendemos provar, a intenção de inculcar os novos valores no restante da população e as necessidades por uma educação que atingisse todo espectro social do país, levou o Governo Federal a expandir a rede de formação de professores para as zonas suburbanas e rurais da Capital Federal, onde efetivamente encontrava-se mão de obra em potencial.

Esta afirmação que fizemos não constitui exatamente uma novidade no pensamento e nas produções acadêmicas. A consolidação dos Estados Nacionais modernos estabelece um modelo cultural transnacional que se firmou com a escolarização em massa da população, levando até elas símbolos que desde então deveriam referenciar alusões aos sentimentos de unidade nacional. Como podemos ver, outros autores já trataram desse assunto em suas obras:

Também é óbvio que os símbolos e acessórios inteiramente novos foram criados como parte de movimentos e Estados nacionais, tais como o hino nacional (dos quais o britânico, feito em 1740, parece ser o mais antigo), a bandeira nacional (ainda bastante influenciada pela bandeira nacional (ainda bastante influenciada pela bandeira tricolor da Revolução Francesa, criada no período de 1790 a 1794), ou a personificação da “Nação” por meio de símbolos ou imagens oficiais, como Marianne ou Germânia [paradoxalmente a República Brasileira conservou a figura da Princesa Isabel como imagem libertadora até os dias atuais], ou não-oficiais, como os estereótipos de cartum John Bull, o magro Tio Sam ianque, ou o “Michel” alemão (HOBSBAWM & RANGER, 1997. p. 15).

Tal assertiva nos leva a reconhecer que as instituições escolares foram criadas e modeladas em sua forma de organização e funcionamento segundo um projeto que se forjou e se consolidou em sintonia com a própria organização e consolidação dos Estados Nacionais (MENDONÇA & XAVIER, 2009, p. 12).

Contudo, para o caso de uma independência tardia, e uma decorrente contestação dos valores absolutistas tardios, bem como uma industrialização que se seguiu tardia, o Brasil acompanhou os modelos Europeu e Norte Americano com relativas diferenças. Isso porque o processo de ‘modernização’ do país já havia se mostrado de forma imperativa ao menos uma vez já no início do século XX, sob a égide sanitaria daquilo que ficou conhecido como Higienismo.

Oswaldo Cruz, brilhante cientista – mas não um político –, convenceu o presidente Rodrigues Alves sobre a obrigatoriedade da vacinação de toda a população do Distrito Federal (região conhecida como uma das mais sujas do mundo). O resultado, como é bem conhecido, foi uma revolta popular não contra a determinação de que a doença deveria ser curada, mas contra a nova ideia de que o Estado poderia entrar deliberadamente nas casas de qualquer pessoa e macular os corpos dos homens e mulheres com a inoculação de substâncias desconhecidas da grande parte do povo, que a essa altura, era, em sua maioria, analfabeto. Na mesma época, com a mesma ideia de que a sujeira estava intimamente ligada ao pouco grau de instrução e a pobreza do povo brasileiro, inicia-se no o volumoso processo de remoção de cortiços e favelas para o interior do Rio de Janeiro (CHALHOUB, 1998).

É possível ver a continuidade deste processo de intervenção na educação, o que significou não apenas a construção de novos prédios, mas também uma mudança de paradigmas de *quem agora deve realmente educar*, o que não demorou a acontecer. A retirada da família, e mais especificamente da mãe, a responsabilidade de ensinar, consubstanciava-se no método que apartava e aquartelava a criança (ARIÈS, 1992), demonstrando que o ‘progresso’ do ensino moderno havia realmente chegado ao Brasil.

No caso brasileiro, tardio como comentamos, ainda assim, havia a preocupação com o forjar de uma nova sociedade, urbanizada e preparada para os ensinamentos básicos que um jovem deveria ter para se incorporar à nascente indústria brasileira. A escola então, aliada à figura respeitável e “sacerdotal” da professora primária, apareceu como farol de orientação para a próxima geração de jovens. Não obstante, mesmo sendo essa nova escola um serviço público gratuito e para todos, como pretendiam os signatários do Manifesto dos

Pioneiros da Educação nos anos 1930, não deixou de enfrentar o sentimento de que era uma intervenção, caracterizada pela chegada de novos princípios, aos olhos da população iletrada:

A escola pra nós é o mesmo que um inferno só lembramos que temo (sic) de ficar ali sentado o dia inteiro sem poder falar nem (cuspir) [...] nem poder conversar com os companheiros qual o aluno gosta [...]. Nós vamos porque a nicissidade (sic) nos obriga para mais tarde podermos governar a nossa vida para pegarmos no trabalho leve como ser Presidente da República, deputados, senadores, escritor, professores, já não fosse a nicissidade (sic) que nos obrigasse nós ficávamos em casa quando fosse tempo de papagaio ficávamos soltando-o no tempo de balão corríamos atrás dele no tempo de bola de gude íamo (sic) para a rua jogar (*Apud* CAMARA, 2010, p. 461)

Como esse brasileiro seria adequado ao novo modelo de sociedade pensado pelas elites, não fosse por uma entidade capaz furtá-lo da convivência de seus iguais e ‘prendê-lo’ em um espaço fechado, com uma série de novas regras de comportamento social, moral e higiênico?

A Escola Normal Carmela Dutra, mesmo sendo criada apenas nos anos 1940, em Madureira, vai cingir exatamente os pobres do subúrbio e das zonas rurais relatados nos anos 1920-30 pelos escritores e intelectuais da educação. O nome da Primeira Dama do país, conhecida por seu esforço em levar aos pobres e desvalidos uma mensagem de fé, vai carregar também a moralidade e civilidade do Brasil em modernização. A ENCD, mesmo antes do Decreto de 2004 que a torna Instituto de Educação¹⁸, já eclode com características de *Instituição*, pois, como apontamos, sua origem está em uma necessidade do Estado brasileiro por mudanças estruturais que se iniciam na saúde e na educação.

Assim, o uso da categoria *Instituições Escolares* se torna elemento importante de nosso estudo, corroborando também o nosso posicionamento historiográfico de estudo do particular e do universal (NORONHA, 2007). Trata-se, como nós confiamos, não apenas de uma proposta, mas de uma necessidade característica do estudo das *Instituições Escolares* (LE GOFF *apud* MIGUEL, 2007).

Desta forma, acreditamos que a identidade de instituição foi conferida à escola Normal Carmela Dutra desde a sua criação. E, além disso, afirmamos também que, embora submetida ao Instituto de Educação, diante dos fatos de ser tão afastada do centro urbano enquanto espaço físico e hábitos do local de sua constituição, a escola de formação de

¹⁸ DOU Nº 36.820. 29 de dezembro. Disponível em: www.jusbrasil.com.br. Acessado em 6 de janeiro de 2015.

professores do subúrbio, na figura de suas alunas, construiu uma visão própria do que era estudar e ensinar em uma localidade que começava a receber a atenção do Estado.

O sociólogo François Dubet observa que “A tradição antropológica concebe assim as instituições: a instituição é uma ‘norma de conduta estabelecida e reconhecida como tal por um grupo social no qual é, por si mesmo, uma instituição’ ”¹⁹ (2006, p. 30). Ora, sendo os alunos da ENCD rejeitados pelas alunas do Instituto de Educação, a escola sofrendo forte pressão política para fechar e com uma notável falta de estrutura para o seu funcionamento, como veremos mais adiante, a Escola Normal Carmela Dutra e seus alunos, em geral, não contaram com *modus vivendi* e *modus operandi* das alunas tijucanas. Em nossa proposta, veremos que a partir daí, os primeiros alunos da ENCD construirão a sua própria identidade enquanto instituição.

Do ponto de vista historiográfico, a reinvenção da identidade de uma instituição educativa se não se obtém através de uma abordagem descritiva, ou justificativa, também se não confina à relação das instituições educativas com o seu meio envolvente. Compreender e explicar a existência histórica de uma instituição educativa é, sem deixar de integrá-la na realidade mais ampla que é o sistema educativo, contextualizá-la, implicando-a no quadro de evolução de uma comunidade e de uma relação, é por fim sistematizar e (re) escrever-lhe o itinerário de vida na sua multidimensionalidade, conferindo-lhe um sentido histórico (MAGALHÃES, 1999 *apud* NORONHA, 2007, p. 170).

Identidade

Como podemos perceber, a *Identidade* também é uma categoria indispensável nessa pesquisa. Sua importância surge do desenvolvimento de características próprias que assumiram os alunos e professores da escola criada em Madureira, quando por muitas vezes foi comparada e rivalizada à escola da Tijuca, como veremos mais adiante ao tratar também de outra categoria.

Inicialmente, precisaremos entender melhor o conceito de *Identidade*. A primeira definição de *identidade* é feita por Aristóteles, quando ao escrever a *Metafísica* ele aponta que as coisas são idênticas na medida em que são unas (ABBAGNANO, 2007). Decorre desta proposição a famosa afirmação de igualdade tautológica, onde $A=A$. *Identidade*, portanto, em um primeiro momento se relaciona com idêntico, igual, o mesmo. Um conceito bem diferente dos dias de hoje, quanto relacionamos a *identidade* à diferença, à particularidade, à característica própria, à idiossincrasia.

¹⁹ Tradução nossa.

Leibniz, no século XVII, irá aproximar o uso do termo ao sentido de *igualdade*. Sem dúvida, uma visão mais aproximada da que adotamos ao admitir que o sentimento de pertencimento se relaciona ao de identificação. Para Leibniz, se na equação $A=B$, sendo possível que o elemento B seja permutado por C sem qualquer prejuízo, então temos a igualdade de B e C (ABBAGNANO, 2007).

Com a eclosão das línguas neolatinas, o prefixo *idem*, que até então já indicava a *identidade*, ou natureza das coisas, recebe ainda o sufixo *ticus*, formando *Identicus*. Este adjetivo, por sua vez, vai dar origem, com o uso de outro sufixo – *tas* –, *Identitas*, que terá significado mais relacionado à ideia de *qualidade*. É essa a variação que irá, neste mesmo período histórico da modernidade, ajudar a oferecer subsídios para se pensar nas individualidades, que por sua vez, também se tornará um conceito caro ao Iluminismo.

Contudo, depois desta breve digressão filológica, por mais que estejamos conscientes do valor de saber a origem do termo que usamos, avaliamos que o uso sociológico do conceito nos é mais produtivo devido à natureza de nosso trabalho. Isso porque, a *Identidade Social* como imagem de si, para si e para os outros, como usam Michael Pollak (1992) e Claude Dubar (2005), pode nos ajudar a entender como os alunos da ENCD viam a si mesmos e como eles acreditavam ser vistos pelas alunas do IE. Bem como também realiza François Dubet (2006), ao mencionar os programas institucionais, e que podemos relacioná-los na constituição de uma escola construída no bairro de classe média - a Tijuca - e a outra construída próxima ao já muito conhecido Mercado de Madureira.

A *identidade* das primeiras normalistas do subúrbio carioca começou a se desvelar nas entrevistas que realizamos. A construção pessoal que os ex-alunos fizeram da época em que estiveram na ENCD, e, ao mesmo tempo, a construção coletiva que realizaram através das reuniões frequentes que mantiveram até a alguns anos recentes, ajudaram a erigir o que Claude Dubar aponta como o “resultado de um só tempo estável e provisório, individual e coletivo, subjetivo e objetivo, biográfico e estrutural, (...) que conjuntamente, constroem indivíduos e definem as instituições” (2005, p. 136). Em Dubar, a construção de uma identidade está intimamente relacionada a dois movimentos: a *atribuição* e a *identificação*. No primeiro caso, a atribuição, ocorre que a imposição de uma instituição ao indivíduo, fazendo-o identificar-se – forçosamente ou não – ao conjunto de práticas e valores utilizados desde um momento anterior por tal instituição. Este é um ponto muito

interessante de nossa explanação, postas as frequentes narrativas de rejeição apontadas pelas primeiras alunas da Escola Normal Carmela Dutra frente ao Instituto de Educação.

Apesar da *legitimidade* da aprovação para uma escola submetida ao IE, com o mesmo curso normal do Instituto, as alunas tijucanas repudiavam o fato de haver uma outra escola com o mesmo privilégio de formação de professoras. Perguntamo-nos então, a partir de nosso contato com o pensamento de Claude Dubar (2005): *Como se deu então a construção dessa identidade?* O segundo movimento nos ofereceu pistas para entender esse processo: a incorporação. Neste caso, os indivíduos interiorizam o conjunto das trajetórias do grupo, criando um referencial próprio relacionado à instituição, ao local, às pessoas que conviveram com eles. Nesse caso, os alunos, como veremos mais adiante, identificaram-se com as suas próprias construções (uniforme, símbolo, postura e comunidade), pois eram apenas 30, sozinhos, em meio ao *sertão carioca*, há muitos e muitos quilômetros de distância da Tijuca.

O relacionamento, portanto, dos alunos e professores da ENCD está intimamente ligado às pessoas, à localidade e ao prédio que ocuparam durante o período em que estiveram por lá. Assim, para nós, foi impossível neste trabalho dissociar a uso da categoria de *identidade* de outra categoria: *memória*.

Quando Pollak aponta que “a memória é um elemento constituinte da *Identidade*, tanto individual, como coletiva” (1992, p. 5), ou Le Goff quando afirma que “A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia” (1996, p. 410), percebemos a importância de cada percalço que os entrevistados narraram como sendo um elemento diferente da imagem que eles construíram de si mesmos e do grupo, sendo formados durante os três anos em que estudaram na ENCD.

O mais interessante nesses entrevistados é que os seus três anos de estudo foram também os três primeiros anos da escola, isto é, os três anos em que foram criados o regimento da escola, o quadro dos primeiros professores e demais funcionários, o uniforme, o símbolo e mais importante: a reputação da escola. Foi possível perceber, então, um sentimento de pertencimento próprio, alimentado pela distância física e estrutural do Instituto modelo. A escola foi feita assim como um lugar onde as memórias daqueles alunos se uniram sobre o sentimento de pertencimento a algo novo, originalmente diferente do Instituto, construindo assim uma nova identidade, tornando-se então uma referência para as suas vidas.

Memória

Se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos a necessidade de lhe consagrar lugares. Não haveria lugares porque não haveria memória transportada pela história. Cada gesto seria vivido como uma repetição religiosa daquilo que sempre se fez, numa identificação carnal do ato e do sentido (NORA, 1993, p. 8).

A *Memória* enquanto categoria nos apareceu em um primeiro momento como uma extensão natural da história da Escola Normal Carmela Dutra, assim como os centros de memória de cada instituição são construídos. Desta forma, trabalharemos com *memória*, uma vez que decidimos pelas entrevistas aos ex-alunos da ENCD. E certamente, este não se trata de um trabalho com o nível de senso comum, onde trataríamos os dois, *História* e *Memória*, como se fossem a mesma coisa. Então, julgamos importante diferenciar a *História* enquanto disciplina e a *Memória* enquanto fonte para tal disciplina, ou como Le Goff (1990) coloca em seu verbete sobre *Memória*: memória histórica e memória social. Seja como Le Goff ou como os demais historiadores e intelectuais que pensam estes dois conceitos, entendemos que a *História* e a *Memória* têm para os nossos entrevistados uma relação direta, pois eles costumam pensar que as suas memórias são as suas histórias, sem perceber que, ao revisitar as suas memórias, estão fazendo isso com instrumentos de avaliação do presente. Para Márcia Motta, a relação entre esses dois conceitos é evidente:

(...) o fato é que a memória e a história não são sinônimos. Ao contrário da primeira, a história aposta na descontinuidade, pois ela é, ao mesmo tempo, registro, distanciamento, problematização, crítica, reflexão. Ela é operada com outros sentidos e em outras direções. Por oposição à memória, a história denuncia e investiga alguns aspectos antes ignorados pela memória.

Quando falamos de memória devemos levar em consideração que ela constrói uma linha reta com o passado, se alimentando de lembranças vagas, contraditórias, sem nenhuma crítica as fontes que – em tese – embasariam essa mesma memória. Neste sentido a memória também é positiva e positivista, reafirmando, muitas vezes um passado de riquezas, que ao ser lembrado antecipa um futuro pleno de potencialidades (MOTTA, 1998, p. 76).

E como nós veremos, apesar das disputas e motivações para manter a escola aberta ou para fechá-la, como mencionam nossos entrevistados em seus relatos do cotidiano escolar, as memórias sobre a ENCD ainda estão sendo levantadas por nós, pois até o presente momento não encontramos trabalhos acadêmicos sobre a sua história. O que queremos apontar com isso é que a problematização histórica da *memória* quando se dá

relevo às questões relacionadas às disputas sobre o que deveria ser a “memória oficial”, tornou-se realmente um problema em nosso trabalho. A diferenciação entre esses dois conceitos já figura por si só como uma questão na qual estaremos criticamente atentos, pois como Pierre Nora, ainda em uma tentativa de fechar o significado de *Memória* e *História* descreve...

Memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma à outra. A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à didática da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções. A história porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta, e a torna sempre prosaica. A memória emerge de um grupo que ela une o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem. Que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e as relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo (NORA, 1993, p. 9).

Além de problematizar as *memórias* com as quais teremos contato, não podemos deixar de dar atenção às contradições, que por sua vez, devem nos fornecer novos caminhos e perspectivas. Não enveredar pelo caminho de explorar tais disputas de *memórias* como fazem Portelli (2006), quando narra o caso do massacre de Civitella ou Le Goff (1996), quando, entre outros, comenta sobre a história dos Etruscos (1996), poderia empobrecer o nosso estudo. Daí, decidimos cotejar os documentos oficiais, como os Diários Oficiais da União, e documentos escolares, bem como o fruto de nossa pesquisa em jornais de época, às informações que os ex-alunos da ENCD nos passavam. Ficamos então atentos ao que Motta (1998) afirmou sobre o processo de construção das *memórias*, posto que elas implicam escolhas sobre eventos acontecidos no passado, deixando de lado outros que poderiam ser igualmente significativo para nós.

O que queremos dizer é que essas escolhas, feitas pelos entrevistados, podem nos oferecer apenas o que ficou registrado como acontecimento mais relevante para eles, deixando de lado eventos que poderiam desvelar episódios interessantes sobre a escola.

Evidentemente, mostraremos como faremos isso ao tratarmos da metodologia de História Oral, mais adiante, relacionando essas entrevistas a outros tipos de fontes, com intuito de conferir, dialogar ou mesmo de cobrir hiatos que possam vir a aparecer nas *memórias* dos nossos entrevistados.

Naturalmente, notamos que os discursos apresentados, ao reavivarem suas *memórias*, tomaram trajetos diferentes em vários momentos. Entretanto, em outras oportunidades, os ex-alunos pareceram falar como se fossem apenas um mesmo entrevistado. Isso aconteceu porque o fenômeno coletivo de construção da identidade dos alunos e da ENCD não apresenta apenas subsídios da própria imagem que faziam de si mesmos, mas também da imagem que fizeram deles, ou da imagem que eles pensaram que foram feitos deles pela sociedade da época, em especial, pelas alunas do Instituto de Educação do Distrito Federal.

Por exemplo: as alunas da ENCD apontaram que se pensava na época que a abertura de uma Escola Normal no subúrbio afetaria a qualidade da formação de professoras. Um dos alunos entrevistados lembrou-se do que falavam ou do que achava que falavam dentro do Instituto de Educação dos alunos da Escola Normal Carmela Dutra:

A gente pensava que fosse ficar no Instituto, mas no Instituto as alunas de lá não queriam de jeito nenhum, complicado... “ – Não dá, não dá...” se reuniram com... naquela época o Veiga Cabral que era diretor do Instituto, se reuniram no auditório para protestar, não sei o que... “ – Imagina! Analfabetos pra cá, pra entrar... pra ficar conosco aqui no curso normal. Isso é um absurdo! [Nós] entramos no ginásio, somos preparados para o normal, eles vem de fora e de repente entram assim...” (ALVES, 2013)

Para além desta questão, pensando em como se viam na época ou como era vistos, entretanto, os ex-alunos nestas mesmas entrevistas demonstraram também o que Portelli (1997) chamou de *linguagem standard*, indo do dialeto à formalidade, principalmente ao se referirem à política ou entidades de exposição social, como a primeira Dama, a Dona Carmela Leite Dutra, afinal, apesar de jovens, eram os primeiros alunos de uma Escola Normal com o nome da esposa do Presidente da República. Por diversas vezes, como relatam, eles se dirigiram diretamente às autoridades públicas e até ao Presidente da República. Daí o significativo uso da abordagem micro/macro na perspectiva de *história Cultural* que decidimos usar, bem como também ao empregarmos a *memória* como categoria.

Neste segmento, como já apontamos, os principais autores e obras usadas foram Jaques Le Goff, com o verbete proposto na obra *História e Memória* (1996), Pierre Nora, com *Entre Memória e História: a problemática dos lugares* (1993) e Márcia Motta, com o artigo *História e Memórias* (1989). Contudo, não deixamos de pesquisar *A Memória Coletiva*, de Maurice Halbwachs (2003), onde também encontramos subsídios para trabalhar com as relações entre as *memórias* individual e coletiva.

O ponto nevrálgico do estudo feito por Halbwachs é que a *memória individual* existe sempre a partir da *memória coletiva*, pois, a experiência e o relacionamento do grupo ajudam a formar a ideia que aquele grupo tem do evento que viveram. Notadamente, em todas as entrevistas, prioritariamente, os alunos ressaltaram os maus tratos que sofreram durante o processo seletivo pelas alunas do Instituto de Educação. Embora o primeiro certame tenha sido público, com a participação de centenas de candidatos que não se conheciam, os aprovados com que conversamos relataram ter sofrido discriminações logo na entrada do prédio do Instituto. Depois, como ressaltaram os alunos da ENCD, o relacionamento ruim com as alunas do Instituto passou a ser um ponto de convergência e de motivação para que se superassem nos estudos. E apesar de serem unânimes quanto ao trato com as professorandas tijucanas, alguns entrevistados apontavam para outros ex-alunos, dizendo: “ – ‘Fulano’ é que sabe sobre isso, ele tem uma memória melhor”, expressão que, para nós, deixou claro que a construção dessa *memória* partiu das discussões que os próprios alunos da ENCD tinha entre eles. Como argumenta o autor citado:

No primeiro plano da memória de um grupo se destacam as lembranças dos eventos e das experiências que dizem respeito à maioria de seus membros e que resultam de sua própria vida ou de suas relações com grupos mais próximos, os que estiveram mais frequentemente em contato com ele. As relacionadas a um número muito pequeno e às vezes a um único de seus membros, embora estejam compreendidos em sua memória (já que, pelo menos em parte, ocorreram em seus limites), passam para segundo plano (HALBWACHS, 2003, p. 51).

Gênero

Além de Instituições Escolares, Identidade e Memória, utilizaremos também a categoria *Gênero* no decorrer do nossa pesquisa. Essa categoria se apresentou para nós como secundária quando decidimos trabalhar com o Ensino Normal. Isso porque o curso normal é, desde os tempos do Império, reconhecidamente ocupada por mulheres em sua maioria, o que pensamos que não nos traria problematizações relevantes para a abordagem de nosso objeto, cujo estudo incide sobre meados do século XX. No entanto, bastou uma

primeira leitura para considerarmos o que era pensado sobre tais mulheres que começariam a ocupar os cargos deixados pelos homens que procuravam empregos ligados à nascente industrialização/modernização do país.

As mulheres e a feminilidade, nesses contextos foram associadas ao não profissionalismo, à incompetência técnica, à irracionalidade, à despolitização etc. Características tidas como femininas e que são valorizadas em contextos, como o doméstico, – tais como a afetividade, a sensibilidade e a capacidade de relacionamento – no âmbito do trabalho docente, são apontadas como opostas ao profissionalismo. Os homens e a masculinidade são referidos, por sua vez, à competência técnica, ao compromisso político, à racionalidade e à eficiência (CARVALHO, 2005, p. 104).

Ademais, em nossa perspectiva, não houve qualquer surpresa em encontrar uma sala inteira de jovens mulheres normalistas na década de 1940, seja no Instituto de Educação, seja na Escola Normal Carmela Dutra. Já conhecíamos tal posicionamento. E também não tivemos grandes sobressaltos ao ler as alocuções que ‘legitimavam’ a posição que a mulher e o homem deveriam ocupar neste período. Contudo, nos apareceram neste trabalho alguns outros estranhamentos que justificaram o aprofundamento da categoria *Gênero*, como tentaremos demonstrar agora.

Uma dessas articulações serve-se do trabalho das ciências sociais sobre os sistemas ou estruturas do gênero; presume uma oposição fixa entre os homens e as mulheres, e identidades (ou papéis) separadas para os sexos, que operam consideravelmente em todas as esferas da vida social. Também presume uma correlação direta entre as categorias sociais masculina e feminina e as identidades de sujeito dos homens e das mulheres, e atribui sua variação a outras características sociais estabelecidas, como classe ou raça (SCOTT, 1992, p. 86)

Isto é, começou a nos interessar a relação entre o discurso que depreciava a mulher, relegando-a a cobrir o espaço deixado pelos homens que deveriam buscar empregos ligados à técnica. O homem estava sendo libertado da sala de aula para as novas prisões da incipiente indústria brasileira. E o discurso do ensino dispensado às crianças das primeiras séries de que as mulheres têm cérebros “pouco desenvolvidos” ou em “desuso”, ou ainda de que o magistério das séries iniciais era uma “extensão da maternidade”, sendo a criança uma “filha espiritual” da professora normalista, juntamente com o histórico – caso brasileiro – de baixo salário para a profissão, corroborava esse afastamento (LOURO,

1997). Nas palavras do jornalista e escritor Primitivo Moacyr, ainda no final do século XIX:

É demasiado sensível a falta de professores: mais da metade das cadeiras do sexo masculino está por prover; comarcas inteiras não possuem uma única escola. Se as habilitações oriundas da Escola Normal por enquanto não são satisfazem as necessidades do ensino para o sexo masculino; se o pessoal que busca a regência interina de cadeiras, em sua generalidade, não tem idoneidade e capacidade, como proceder? A regência das escolas vagas do primeiro grau do sexo masculino deve ser dada às professoras habilitadas na Escola Normal, opina o diretor geral. É de fato incontestável a supremacia da mulher para as funções do magistério primário não só para a infância como para os adultos. Nos Estados Unidos é prática geral ver o magistério exercido por senhoras (...) No Brasil, a experiência esta feita no Ceará... (MOACYR, 1940, p. 480 *apud* LOURO, 1997, p. 452).

E assim, como aponta a autora, essa situação se aprofundou no século seguinte. A expansão da rede de formação de professores, com a Lei Orgânica do Ensino Normal²⁰, afirmava que cada instituição deveria decidir se o seu ensino seria aberto a ambos os sexos, mas na prática, o Instituto de Educação já havia determinado desde o Decreto 7.941 de 1943 que o seu curso de formação de professoras seria restrito ao sexo feminino (LOPES, 2009). A Escola Normal Carmela Dutra, por sua vez, abriu o primeiro concurso sem uma regulamentação que restringisse o sexo de seus alunos. Contudo, durante o período letivo do ano de 1947, uma comissão de professores foi convocada para regulamentar a ENCD²¹. Daí então, para a segunda turma da escola, o edital de concurso de 15 de março de 1948 também restringiu o ensino da nova escola apenas ao sexo feminino. E em dezembro de 1948, o Decreto Nº 9.529, que regulamentava o Ensino Normal no Distrito Federal, também proibiu a entrada de homens nos cursos normais que mais tarde seriam construídas²².

As questões que envolvem a categoria *Gênero* começaram então a pulular a cada nova entrevista. Embora a profissão já fosse quase exclusivamente feminina, a ENCD foi

²⁰ DECRETO-LEI N. 8.530, de 2 de janeiro de 1946. Disponível em: www.jusbrasil.com.br. Acessado em 6 de janeiro de 2015.

²¹ Atos do Secretário. Expediente 3 de julho de 1947. “O Diretor do -Instituto de Educação, padrão P - Professor Djalma Regia Bittencourt. matrícula 53.765;1 o Assistente do Secretário Geral, padrão O - Fernando Rodrigues da Silveira __. matrícula 19.207; o Diretor do Departamento de Educação Técnico-Profissional, padrão P - Djalma Cavalcanti - matrícula 33.810, para constituírem a comissão Incumbida de estudar e propor as medidas necessárias ao regular funcionamento da Escola Normal Carmela Dutra, subordinada ao I. T. E”. Disponível em: www.jusbrasil.com.br. Acesso nos dias 15 de junho a 18 de julho de 2013.

²² A entrada de rapazes nas escolas normais da rede pública do Rio de Janeiro, Distrito Federal, foi consequência da lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei n. 4024/1961 (BRASIL, 1961).

criada sem regulamento, os dois rapazes acabaram passando no concurso e se inscrevendo como alunos regulares do curso normal. Já no início do ano letivo, em 1947, como apontamos, o novo regimento previa a exclusividade do curso normal de Madureira para as mulheres, sendo que os casos de exceção, já em curso, pelo princípio jurídico elementar da não retroatividade, não poderiam ser eliminados.

Entender o que foi a educação destes homens naquela época nos forçou a estudar mais sobre o tema para poder entender esse dois casos extraordinários que só vieram a se repetir na década de 1960, quando então um novo regulamento passou a permitir a entrada de rapazes no curso normal da Escola.

Outros pontos de caracterização da normalista desta escola eram a moral ilibada, o cuidado higiênico e estético, típico da criação rigorosa de uma mãe, e a capacidade de realizar a interface entre a casa e mundo do trabalho (LOURO, 1997; CARVALHO, 2005). Características que reforçaram o novo estereótipo da professora das séries iniciais, conforme expusemos na imagem de capa do livro *A Normalista*, de Adolfo Caminha.

Além disso, o trabalho da ‘professorinha’ era normalmente relegado às mulheres, solteiras, viúvas ou que ainda não tivessem se casado, embora tenhamos encontrado ex-alunos que afirmaram ter casado e construído família normalmente. Uma dessas alunas confirmou as asserções de Guacira Lopes Louro (1997), quanto ao trabalho fora de casa:

Ah, foi um sonho que eu tive desde criança, de querer ser professora primária. Eu sempre disse isso. Porque depois... diziam assim... “Você quer só isso”, porque meus irmãos todos têm faculdade. Eu disse “Eu quero ser professora primária”. E foi muito engraçado porque no meu tempo as moças não trabalhavam fora, né. Era difícil. Então o meu pai me disse assim: “Você quer mesmo ser professora?” Ele queria que a gente fosse para uma escola... eu antigamente chamava-se de escola profissionalizante. Orsina da Fonseca é uma delas, minha irmã estudou lá. É escola em que o aluno fazia parte (sic) [inaudível] eles ficavam uma semana na cozinha, uma semana costurando... pra ser doméstica! Eu disse que eu não queria, eu queria ser professora. Então até precisou minha vó falar com meu pai pra ele permitir que eu fizesse a escola normal. Aí ele disse assim pra mim, vou contar uma coisa engraçada: “Olha minha filha, se você vai ser professora, não se case! Porque a mulher casada, não deve trabalhar fora! (...) Eu realmente não me casei, mas não foi por causa disso. Porque não tinha que casar mesmo.” (URURAHY, 2013).

Por outro lado, as mesmas alunas destacaram com relativa importância que uma entre elas já era casada e tinha ainda dois filhos. Pareceu, sem dúvida, um caso que chamou a atenção entre as alunas da primeira turma da escola, pois não combinava com a música de Benedito Lacerda e David Nasser, lançada em 1949, justamente o ano que essa primeira turma do Carmela Dutra se formou.

Mas a normalista linda
Não pode casar ainda
Só depois que se formar
Eu estou apaixonado
O pai da moça é zangado
E o remédio é esperar²³

Desta forma, a categoria de *Gênero* nos surpreendeu quanto à importância que começou a assumir para o estudo da escola à medida que nos aprofundamos no tema, sendo interessante então observar como Joan Scott vai dar contornos a esse conceito, para que possamos lançar mão durante a nossa pesquisa.

Gênero é a organização social da diferença sexual percebida. O que não significa que gênero reflita ou implemente diferenças físicas fixas e naturais entre homens e mulheres, mas sim que gênero é o saber que estabelece significados para as diferenças corporais. Esses significados variam de acordo com as culturas, os grupos sociais e no tempo, já que nada no corpo [...] determina univocamente como a divisão social será estabelecida (SCOTT, 1994, p. 13 *apud* CARVALHO, 2005, p.107).

No próximo ponto, então, explicaremos a metodologia usada em nossa investigação, tomando por base o que já apontamos como parâmetros teóricos.

1.3 – Metodologia e Fontes Documentais

Levantar a história da escola com fins de reforçar seus alicerces já é motivação justificável aos nossos olhos e aos olhos de nossos pares no cotidiano educacional. Além disso, fazer com que o nosso trabalho seja relevante para o público, para comunidade, é apenas uma faceta de nosso estudo. Academicamente, precisamos ir um pouco mais longe, como quando citamos Maria Elisabeth Blanck Miguel: *O historiador tem que procurar um saber mais longo, que vá além daquele do período ou do fato estudado* (2007, p. 34). Daí, pensamos na memória como categoria e também como fonte. E ao conseguirmos os contatos dos alunos da primeira turma da ENCD, decidimos pelo uso de um método para nos aproximarmos das memórias dos entrevistados.

²³ LACERDA, Benedito & NASSER, David. Normalista. Intérprete: Nelson Gonçalves. Rio de Janeiro, 1949. Disponível em: <http://www.dicionariompb.com.br/nelson-goncalves/dados-artisticos>. Acessado dia 13 de janeiro de 2015.

Contudo, não nos utilizamos apenas de técnicas para abordar as memórias a que tivemos acesso por meio de nossos entrevistados, mas, como já apontamos, problematizamos as memórias através da metodologia da **História Oral**. A decisão por tal metodologia, deriva de nossa experiência na sua utilização durante o período de cerca de três anos em que trabalhamos como bolsista de pesquisa da Fundação Oswaldo Cruz, sob a orientação da Dr^a. Tania Maria Dias Fernandes, organizadora do livro *História Oral – Desafios do século XXI* (2000).

Desta forma, tivemos acesso no decorrer deste trabalho ao que Philippe Joutard (2000) chamou de *realidades “indescritíveis”, quer dizer, aquelas que a escrita não consegue transmitir*. Trata-se de conhecer os *significados*, isto é, os aspectos desconhecidos de eventos conhecidos (PORTELLI, 1997), muitos deles, como veremos aqui, amplamente divulgados na mídia da década de 1940, mas que até a nossa pesquisa, permaneciam anuviados na história da Escola Normal Carmela Dutra. A análise dos relatos orais, associada à força da categoria gênero (SCOTT, 1992); aliada também ao conteúdo de nossas pesquisas em legislação e literatura acadêmica sobre a história da educação, influíram sobre a reconstrução das memórias de nossos entrevistados, posto que a triangulação de fontes foi, desde o princípio, o foco central de nosso trabalho.

Ao articular as metodologias da *história oral* e a *análise documental* com as referências teóricas que apresentamos, conseguimos construir os subsídios necessários as nossas iniciais reflexões sobre como se deu a instalação da primeira escola normal no subúrbio do Rio de Janeiro e como se efetivaram as práticas escolares que caracterizaram o primeiro grupo de alunos da ENCD.

Seguindo a metodologia de História Oral, portanto, notamos que escolher os entrevistados foi, dentre todas as outras, uma tarefa importante. Não usamos qualquer critério para selecionar os nossos possíveis entrevistados além do fato de terem participado da primeira turma da ENCD. Isso porque dentre os trinta primeiros alunos da escola, encontramos poucos ainda disponíveis para narrar suas experiências. Dentre os contatos que fizemos, alguns deles ainda afirmaram não estarem dispostos a falar, pois se sentiam cansados ou doentes. Mesmo assim, acreditamos que o número de entrevistados nos ofereceu uma amostra suficientemente valiosa para entender o momento político-educacional que viveram na implantação da Escola Normal Carmela Dutra.

Assim, escolhemos um tipo de entrevista conhecido como *temático* (ALBERTI, 2005), isto é, focamos nosso trabalho em um período específico e em um tema singular, para que pudéssemos ser mais objetivos. Queríamos de nossos entrevistados, uma narrativa

das conjunturas, dos acontecimentos, das participações na história da referida escola, sem, no entanto, restringi-los de falar sobre as suas experiências.

Adquirimos especialmente para essas entrevistas alguns equipamentos que se mostraram necessários, como um gravador digital Sony e uma máquina fotográfica da mesma marca, além de um tripé para gravar as imagens feitas a partir de uma segunda máquina que nos serviu de filmadora. Embora o registro de vídeo ainda não seja um requisito imprescindível para a metodologia de História Oral, decidimos por gravar nossas entrevistas, uma vez que consideramos que no futuro possam servir como fontes para outros estudos. É o caso das discussões que envolvem diferenciadas perspectivas sobre a qualidade das fontes orais, pois muitos acadêmicos consideram apenas o vídeo gravado o verdadeiro documento a ser analisado pelo historiador (PORTELLI, 1997). Certamente, para nós, o uso do *tape* constituiu um diferencial nas interpretações dos gestos, das pausas curtas ou prolongadas, nas hesitações diante de perguntas difíceis, nos olhares laterais e nos sorrisos sem sons. A linguagem do corpo passou, portanto, a fazer parte das respostas, explicações e reconstruções que os nossos entrevistados realizavam de suas memórias.

Ao partir para o trabalho de campo, evidentemente, uma sindicância parcial antes de iniciar cada entrevista se fez necessária. Saber a origem de cada ex-aluno, como se deu a sua trajetória acadêmica e como ele se formou, nos ajudou na hora de elaborar os questionamentos a serem feitos na hora da entrevista. Contudo, não diagramamos uma espécie de roteiro estritamente individual, pois queríamos, além de suas visões, a experiência de grupo dos trinta alunos. Assim, fomentamos o diálogo entre as entrevistas, perguntando também sobre o relacionamento com os colegas de classe.

Nossas entrevistas seguiram o padrão de roteiro semiestruturado, isto é, algumas perguntas-chave nos direcionavam ou – no caso das inevitáveis digressões – nos redirecionavam para o tema de nossa dissertação (Anexo I: síntese das perguntas feitas aos entrevistados). Os entrevistados ficaram, portanto, livres para discorrer sobre as suas experiências, embora nós restringíssemos, vez por outra, as amplitudes de seus voos no tempo passado.

Considerando a idade avançada dos entrevistados, decidimos subitamente que o melhor lugar para as entrevistas seriam as suas próprias casas, onde, confortáveis, puderam dispor melhor de suas lembranças. Cuidamos também para que as entrevistas não se estendessem demais, sugerindo, ao menor sinal de cansaço dos entrevistados que poderíamos continuar as entrevistas em outros dias, para que eles ficassem à vontade para continuar revisitando as suas memórias.

Também, em todos os casos, mesmo antes de iniciar a entrevista, por uma questão de ética, afirmamos aos ex-alunos do Instituto de Educação e da Escola Normal Carmela Dutra que não seria necessário responder qualquer indagação que os pusesse em uma situação de incômodo ou de constrangimento. E após a realização de todas as entrevistas procedemos à explicação da necessidade de autorização do uso de seus direitos de som e imagem para o desenvolvimento de nosso trabalho. Para efeito de publicação, uma carta de cessão gratuita de direitos de som e imagem foi levada e devidamente assinada, com suas respectivas datações, por cada um dos entrevistados, segundo o modelo que deixamos como anexo (Anexo II).

Em todas as entrevistas, buscamos uma bibliografia adequada para que em nenhum momento prevalecesse uma *monumentalização* da ENCD (LE GOFF, 1996). Nossa preocupação residia no fato de que os entrevistados poderiam exagerar em alguns pontos nas respostas que apresentavam, um fato comum no uso da *memória* e do *lugar de memória* (NORA, 1993). Estivemos atentos à variação entre a *linguagem padrão*, quando as respostas envolviam com mais seriedade as personalidades públicas e a escola enquanto Instituição, bem como o uso do *dialeto* (PORTELLI, 1997), nas digressões e memórias mais ligadas ao afetivo e as relações pessoais dos entrevistados²⁴.

Dessa forma, durante todo o estudo confrontamos o conteúdo das entrevistas com as nossas pesquisas bibliográficas, preocupando-nos em encontrar os termos adequados para escrever nossa dissertação. Essa preocupação também se deu quanto à análise das fotografias apresentadas, pois em todas as nossas entrevistas tivemos contato com uma abundância de imagens trazidas sobre o período que estudamos. Para avaliá-las seguimos os procedimentos apontados por Ana Maria Mauad, em seu artigo *Através da Imagem: fotografia e História Interfaces*, publicado na revista *Tempo*, em 1996.

O ponto de partida é compreender a natureza técnica do ato fotográfico, a sua característica de marca luminosa, daí a ideia de indício, de resíduo da realidade sensível impressa na imagem fotográfica. Em virtude desse princípio, a fotografia é considerada como testemunho: atesta a existência de uma realidade. Como corolário deste momento de inscrição do mundo na superfície sensível, seguem-se as convenções e opções culturais historicamente realizadas (MAUAD, 1996, p. 4).

²⁴ Alessandro Portelli (1997) comenta que as fontes orais normalmente lançam mão do uso de uma *linguagem standard*, isto é, variam de um extremo a outro, da formalidade à informalidade, de acordo com os temas surgidos durante a entrevista. Segundo o autor, isto pode significar simultaneamente um grau de consciência maior ou menor de indiferença ou um processo de “conquista” de uma forma mais “educada” de expressão começando com participação em política.

Considerando assim a nossa perspectiva no estudo dessas fontes, ou seja, no estudo das maneiras de ser e agir no passado desses atores sociais, nós percebemos a abordagem histórica-semiótica da fotografia como aquela que oferece os mecanismos necessários para o desenvolvimento de nossa análise.

Tal trabalho de interpretação critica os diferentes discursos presentes nas imagens produzidas por agências oficiais quando fotografam alunos, professores e autoridades, quando os próprios alunos ou agentes da escola retratam o cotidiano escolar em estágios, visitas ou eventos como formatura, o Sete de Setembro, o recebimento das Bandeiras Oficiais da Nação, entre outros. Além disso, nossa perspectiva de utilização da imagem como fonte histórica visa ultrapassar o mero *analogon* da realidade (MAUAD, 1996), uma vez que abordamos a imagem como uma mensagem revestida de sentidos, onde a sua decomposição para o estudo – político, econômico, social, cultural – finalmente a tornará uma fonte confiável.

Terminaremos este item usando o conceito de *Arkhé*, de onde se origina a palavra princípio, bem como de onde também se origina a palavra *Arquivo*, termo elementar para entendermos como nos aproximamos e analisamos as fontes documentais com as quais trabalhamos.

É mister ressaltar, antes, a preocupação que temos em realizar o diálogo das fontes e os autores voltados para a teoria. Neste envolvimento reside o que Clarice Nunes e Marta Maria Chagas de Carvalho chamaram de riqueza da pesquisa histórica (2005). Assim, é com este procedimento, que terminaremos esse tópico *Metodologia e Fontes Documentais*.

Tradicionalmente, os documentos oficiais arquivados são para nós, historiadores, as fontes iniciais de pesquisa. Efetivamente, foi de lá que começamos a construir a ideia de pesquisa de nosso objeto.

A tentativa, no entanto, de narrar “os fatos tal como efetivamente aconteceram”, aguçou a preocupação com a localização e uso de fontes escritas, fossem leis, relatórios, memórias ou outras produções provenientes das autoridades escolares (NUNES & CARVALHO, 2005, p. 30).

Há, portanto, um sentimento de base sólida experimentada pelo pesquisador quando toma contato com uma fonte escrita, especialmente se ela é oficial. Obviamente, esta fonte deve ser problematizada de variadas formas, mas a primeira organização, a primeira montagem do que devemos estudar, a imaginação do que se deve fazer para construir os

caminhos de pesquisa, acontece com a maioria dos historiadores quando tem contato com uma fonte oficial.

Mesmo que no decorrer de nosso estudo sejam necessárias algumas alterações, ainda assim nos parece que as leis, os regulamentos, as portarias, os atos diários dos executivos, todas as publicações em diários oficiais, além das fichas escolares e demais documentos produzidos pelas escolas públicas – que também são documentos oficiais –, todos, são fontes escritas das quais a historiografia habitualmente ainda dá mais credibilidade do que as demais fontes. Isso, mesmo se acreditarmos estar em meio a uma “revolução documental”, como apontaram Nunes e Carvalho (2005). Especialmente quando lidamos com metodologias novas, como descrevemos no item anterior.

Além do grupo de documentação oficial que citamos, o uso de jornais e revistas certamente será muito interessante ao nosso estudo, contudo, procederemos com certos cuidados em sua análise, considerando basicamente três pontos: 1º) sobre se há ou não um posicionamento político-ideológico dentro de sua linha editorial; 2º) sobre a competência e dinâmica da produção de jornais e revistas em abrir espaço para discussões acerca das pedagogias implementadas pelos governos; 3º) sobre a circulação, em números e a sua região de influência.

Assim, em várias pesquisas que realizamos no site <www.hemerotecadigital.bn.br/> da Biblioteca Nacional, não nos detivemos em um periódico em específico, mas sim a um período. Pesquisamos dentro da opção por período nas datas 1940 – 1949 e 1950 – 1959, para que pudéssemos cobrir o corte cronológico que realizamos. Mesmo assim, destacamos no decorrer deste estudo, o uso de jornais como *Gazeta de Notícias*, *A noite*, *Diário da Noite*, *O Globo*, *Jornal do Brasil* e *Diário de Notícias* e revistas como o *Jornal das Moças* e *A Ordem*.

Tal como pensamos e já descrevemos no início deste item, Luciano Mendes de Faria Filho (1998), bem como Nunes e Carvalho (2005), também afirmam que muitos historiadores mantêm apenas o estudo sobre o caráter ideológico da documentação, o que não ajuda a entender as várias faces que este material pode apresentar. Evidentemente não deixaremos essa dimensão de análise de lado, contudo, também estudaremos os interesses envolvidos e o alcance desses poderes no tocante à política do Distrito Federal.

No caso dos discursos, muitas vezes presentes em atas e artigos publicados nos periódicos, apostamos na apreciação do contraditório, das diferentes – e muitas vezes antagônicas – posições sobre a política educacional implementada pelo Governo Federal de Eurico Gaspar Dutra, considerado um homem de coragem pessoal e capacidade de

execução por Getúlio Vargas (BOMENY, 1999). Assim, encontramos variados pronunciamentos de intelectuais e autoridades sobre as necessidades da educação pública do país no pós-segunda guerra mundial. E ainda, considerando, pois, o que apontou Faria Filho sobre “a lei como prática social” (1998), pesquisamos e elencamos o conjunto de leis que ajudaram a sustentar nosso argumento de modernização e industrialização do país, no período em que o estudamos:

1. Decreto-lei 4.408, de 22 de janeiro de 1942, Lei Orgânica ensino Industrial.
2. Decreto-lei 4.073, de 30 de janeiro de 1942, cria o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI)- outros decretos se seguiram a este, completando a regulamentação da matéria.
3. Decreto-lei 4.244, de 9 de abril de 1942, Lei Orgânica do Ensino Secundário.
4. Decreto-lei 6141, de 28 de dezembro de 1943, Lei Orgânica do Ensino Comercial.
5. Decreto-lei 8.529 e 8.530 de 2 de janeiro de 1946 Lei Orgânica do Ensino Primário e Normal , respectivamente.
6. Decreto-lei 8.621 e 8.622, de 10 de janeiro de 1946, cria o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC).
7. Decreto-lei 9.613, de 20 de agosto de 1946, Lei Orgânica do Ensino Agrícola. (SHIROMA & MORAES & EVANGELISTA, 2007, p. 23).

Nestes anos da década de 1940, entramos em contato com o posicionamento de vereadores interessados em manter a exclusividade da formação normal dentro do Instituto de Educação, enquanto outros clamavam pela instalação de uma escola no subúrbio. Interesses partidários-regionais, nesses casos, bem como os interesses pessoais, devem ser investigados por nós, apontando a relação de causa e efeito sobre a criação e o cotidiano da escola.

No caso do uso das leis, que por muitas vezes se apresentam como efeito dessas relações de poder, Faria Filho (1998) aponta em seu texto que diversificadas articulações podem ser exploradas, como é o caso de estudar a efetividade de aplicação da legislação na prática escolar da Escola Normal Carmela Dutra.

Conforme adiantei na introdução deste trabalho, estou defendendo a tese de que produzir a legislação como corpus documental significa enfocá-la em suas várias dimensões. (...) creio que permitiria surpreender a legislação naquilo que, me parece, ela tem de mais fascinante: a dinamicidade; e, finalmente, abriria mais uma possibilidade de interrelacionar, no campo educativo, várias dimensões do fazer pedagógico, às quais, atravessadas pela legislação, vão desde a política educacional até as práticas da sala de aula (FARIA FILHO, 1998, p. 98-99).

As leis e as notícias veiculadas nos jornais e revistas que se referiam à qualidade do ensino público teriam sido mesmo aplicadas ou o fato de ser uma Escola distante do

centro urbano ajudava a esconder as suas mazelas? Acrescentamos essa pergunta ao *hall* de questões motoras de nosso estudo.

Evidentemente, cruzamos o que encontramos nos periódicos e diários oficiais com a produção acadêmica teórica sobre a história da educação, assim como também o fizemos com as memórias que os ex-alunos trouxeram dos seus dias ordinários e extraordinários de estudo. Destarte, conseguimos resgatar as dimensões mais importantes do trabalho com fontes documentais: o seu caráter histórico político, descrito principalmente nas fontes oficiais, e a relação com os sujeitos responsáveis e que também sofreram as intervenções sociais do Estado.

Uma última questão apontada por Luciano Faria Filho que nos chamou muito a atenção foi sua reflexão sobre o que o Estado julga ser importante – ou não – na hora de arquivar os documentos históricos sobre esse período. Em suas palavras: “Neste sentido, boa parte de nossos arquivos guardam (ou não) e “são mandados guardar” informações a partir da lógica e do interesse da administração estatal” (1998).

Ora, a maior parte dos Diários Oficiais que nos ofereceram conteúdo sobre a escola no período em que efetivamos o nosso corte cronológico foram retirados de um site cuja administração é privada (www.jusbrasil.com.br). E a escola, hoje Instituto de Educação Carmela Dutra, não tem qualquer centro de referência, ou um centro de memória ou mesmo uma organização suficiente para contar a própria história, como descreveremos no item 1.5, quando trataremos da *Descrição do Campo Empírico*.

Contudo, mesmo antes de irmos a campo, uma revisão de tudo que há de produção sobre o assunto se fez necessário. E é disso que trataremos no próximo item.

1.4 – Um Ineditismo Literário Inesperado

Naturalmente, antes de partirmos para o campo empírico da nossa pesquisa, nos dedicamos durante todo ano de 2013 a realizar uma revisão de literatura sobre o que já havia sido escrito sobre o tema. Realizamos diversas pesquisas nas bases de dados do Domínio Público, CAPES, SCIELO e na página do Google Acadêmico, usando as seguintes chaves de entrada com aspas: “*Escola Normal Carmela Dutra*”, “*Normalistas de Madureira*”, “*Escola Normal de Madureira*”, “*Instituto de Educação Carmela Dutra*”, “*Carmela Dutra*”, com o objetivo de verificar qual era a produção acadêmica sobre a história da Escola Normal Carmela Dutra. Em todas as pesquisas, não nos restringimos a

período algum, isto é, não delimitamos datas para verificar qualquer produção textual sobre o assunto. E mesmo em se tratando do corte cronológico dos trabalhos encontrados, também não fizemos qualquer restrição antes de estudá-los para conhecer os seus conteúdos e a possível relação com os nossos estudos. A única formatação de restrição que praticamos foi o uso das aspas, realizada na maior parte das vezes. Essa limitação se fez necessária para evitar que resultados distanciados demais de nossa pesquisa nos fizessem perder o tempo tão precioso no curto curso de mestrado que realizamos.

Procedemos então da seguinte forma: trataremos em um primeiro momento o resultado das pesquisas em cada site visitado e depois analisaremos as obras pesquisadas.

Ao entrarmos no portal **Domínio Público** e digitarmos os termos citados acima, tivemos em todas as ocasiões os resultados zerados, ou seja, não foi localizado nenhum registro sobre produções com esses termos. Em tal pesquisa, realizada dentro das opções de “Imagem”, “Som”, “texto” e “vídeo”, mesmo procedendo em campos gerais, sem maiores filtros, não encontramos trabalhos sobre o tema que estudamos.

Nas opções “Buscar por Assunto”, “Buscar por Periódico”, “Buscar por Livro” e “Buscar Base”, da página do **CAPES – Periódicos**, também resultaram em zero os trabalhos com as chaves de pesquisa: “*Escola Normal Carmela Dutra*” e “*Normalistas de Madureira*”, “*Escola Normal de Madureira*”. Entretanto, os termos *Instituto de Educação Carmela Dutra*, sem o uso de aspas, resultaram em um trabalho e os termos “*Carmela Dutra*”, resultaram em 24 trabalhos, alguns deles aparecendo de forma repetida por várias vezes.

Já no portal do **CAPES**, procedemos pela “Busca Básica” usando os termos “*Escola Normal Carmela Dutra*”, “*Normalistas de Madureira*” e “*Escola Normal de Madureira*”, mas nenhum trabalho apareceu. Quando então nos utilizamos da chave de entrada *Instituto de Educação Carmela Dutra*, sem as aspas, um trabalho acadêmico foi apontado. E ao digitar “*Carmela Dutra*”, onze trabalhos se apresentaram disponíveis para consulta.

No portal do **SCIELO**, usamos o método integrado, abrindo a pesquisa para todo o Brasil. Assim, quando usamos os termos “*Escola Normal Carmela Dutra*”, “*Escola Normal Madureira*”, “*Normalistas de Madureira*” e “*Instituto de Educação Carmela Dutra*”, também não se apresentaram quaisquer resultados. Contudo, ao lançar mão da chave “*Carmela Dutra*”, utilizando aspas ou não, a página apontou nove publicações.

No **Google Acadêmico**, com as chaves de pesquisa “*Normalistas de Madureira*”, “*Escola Normal de Madureira*”, não houve resultados. Com “*Instituto de Educação Carmela Dutra*”, nove resultados retornaram, e usando simplesmente “*Carmela Dutra*”, 659 apareceram, sendo que ao filtrarmos, utilizando fora das aspas a palavra *Madureira*, os resultados sofreram queda para 27, sendo apenas sete os relacionados direta ou indiretamente ao tema de Educação. Já com o termo “*Escola Normal Carmela Dutra*”, encontramos, além das citações, 26 referências. Quase todas apresentaram apenas citações da escola ou da maternidade, e apenas um apresentou realmente conteúdo sobre a ENCD.

Nos próximos parágrafos, elencaremos os artigos, dissertações e teses que se revelaram em nossas pesquisas, mesmo que ao iniciarmos suas leituras, tenhamos percebido que as linhas de pesquisa, o foco das questões, ou mesmo o corte cronológico apontado pelo autor não se identifique com o nosso. Em todas as leituras, como já apontamos, visamos encontrar a produção acadêmica sobre a história da Escola Normal Carmela Dutra. Por outro lado, por conta da extensão final desse trabalho, optamos por ausentar qualquer pesquisa que se relacionasse à saúde e não a educação.

Conforme dispusemos anteriormente, o **Domínio Público** não retornou qualquer resultado.

No caso **CAPES – Periódicos**, sob a chave *Instituto de Educação Carmela Dutra*, sem as aspas, encontramos a pesquisa em jornalismo de Klondy Lúcia Oliveira Agra, publicada em 2010, sob o título *A interferência da linguagem jornalística na cultura amazônica: a construção de novos sentidos transformando contextos e cenários*. Em seu estudo, a autora concentra-se em observar e discutir como a linguagem jornalística interfere na cultura amazônica, constrói novos sentidos e modifica contextos e cenários.

Neste caso, o “Carmela Dutra” ao qual se refere a autora é o a Escola Normal de Guaporé, atual Instituto Estadual de Educação Carmela Dutra, que foi inaugurado em Porto Velho, no ano de 1947. Pela data de inauguração, ocorrida em dezembro, após a morte da Primeira Dama Dona Carmela Dutra, portanto, apesar de não ser uma novidade o nome da escola, podemos perceber a influência de Dona Santinha, pois no artigo 2º do Decreto nº 47 de 19 de dezembro de 1947, está escrito “O curso Normal Regional do Território Federal do Guaporé se denominará “Carmela Dutra”, em homenagem à memória da ilustre dama que tão bem encarnava todas as virtudes da mulher brasileira” (MACHADO, 2006). Influência esta, aliás, que abordaremos em momento oportuno durante a nossa dissertação.

Sob os termos *Carmela Dutra*, sem o uso de aspas, trouxemos uma amostra do conteúdo mais publicado. Trata-se de 30 resultados sobre as Maternidades Carmela Dutra,

construídas em vários estados do país. Em todos esses casos, podemos descartar a relação com a História da Educação logo no título dos trabalhos, pois sempre apontavam assuntos relacionados à saúde.

No **CAPES**, sob a chave “*Instituto de Educação Carmela Dutra*”, nos foi apresentado com o título de *Financiamento e Participação Democrática na Educação: A relação entre o Programa Dinheiro Direto na Escola e o Plano de Desenvolvimento da Educação*, a dissertação de mestrado de Luciane Nascimento, também disponível na rede Sirius da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. A pesquisa de Nascimento tem por objetivo:

(...) analisar as ações do PDDE e do PDE ligadas ao financiamento e à participação democrática no interior de uma escola pública, suas contradições e seus impactos na gestão escolar, através da realização de uma pesquisa qualitativa caracterizada como um estudo de caso. A diminuição dos gastos do Estado com as políticas sociais atingiu a educação através da centralização do controle e da descentralização do financiamento, principalmente através do FUNDEF e do repasse de dinheiro direto para as escolas (NASCIMENTO, 2010, p. 5)

Em seu trabalho, a autora desenvolve seu estudo, tomando, por exemplo, uma pesquisa com o diretor do Instituto de Educação Carmela Dutra, visando entender a importância para a autonomia financeira da escola a partir do PDDE que iniciou em 2007. Apesar de citar o então IECD, o trabalho de Nascimento (2010) não apresentou qualquer histórico da escola ou capítulo que tivesse desenvolvido algum conteúdo que possa ser relacionado ao nosso tema.

A pesquisa no CAPES apontou também nove trabalhos de mestrado acadêmico, dos quais oito estão ligados às áreas de saúde, tais como Enfermagem, Nutrição e Saúde Coletiva.

Quanto à página do **SCIELO**, como apontamos, apenas a chave “*Carmela Dutra*” apresentou resultados. Seis dos nove resultados já haviam sido revelados no CAPES, sendo apenas três encontrados exclusivamente no SCIELO. Contudo, mesmo entre esses, nenhum deles se mostrou ligado à área de Educação.

No **Google Acadêmico**, como apontamos, sete trabalhos relacionados à educação nos foram revelados, sendo três artigos, um trabalho publicado em anais e duas monografias.

O primeiro artigo localizado, de autoria de Cássia Guimarães Armando, Maria Cristina de Oliveira, José Teixeira De Seixas Filho, Sílvia Conceição Reis Pereira Mello e

Maria Auxiliadora Terra Cunha, sob o título *Educação Especial e acessibilidade no desenvolvimento local: um olhar histórico e os novos paradigmas da matriz de apoio à educação especial (MAEE)*, publicado em 2012. Neste trabalho, os autores estudam a aplicação de um Projeto de Educação Especial apresentado pelo Centro Universitário Augusto Motta, que foi aprovado pela FAPERJ e aplicado no Instituto de Educação Carmela Dutra nos 2010 e 2011. No trabalho, bem como nos demais que examinamos, não foram feitas quaisquer tentativas de narrar a história da escola.

Outro artigo, de Ranielle Leal Moura, publicado em 2010 com o título *Marinalva Barbosa, entre a história e o jornalismo*, destaca apenas que a principal personagem do artigo estudou na escola até o ano de 1973.

Professores inesquecíveis: docência e prestígio no Instituto de Educação do Rio de Janeiro nas décadas de 1950-60 e Políticas de formação de professores nos anos 1950: problematizando os "anos dourados" do Instituto de Educação do Rio de Janeiro, ambos escritos pela Doutora Sonia de Castro Lopes, são, no caso do primeiro, um trabalho publicado nos *Anais do VII Congresso Brasileiro de História da Educação*, em 2013 e o outro, um artigo na revista *Cadernos de História da Educação*, no mesmo ano. Nos dois casos, o foco é o Instituto de Educação do Rio de Janeiro, sendo a ENCD apenas citada como primeira escola a surgir tendo como modelo o Instituto.

As duas monografias citadas, todas desenvolvidas na Universidade Estadual do Rio de Janeiro, tem os seguintes títulos e autores: *Caminhos identitários: os fios e desafios dessa construção a partir das narrativas de vida dos professores*, Bárbara Maria Mourão (2011) e *Construindo a identidade através das memórias*, de Marta Lima Vasconcelos Silva (2011).

Na monografia de Mourão (2011), cujo objetivo de investigar e compreender os diferentes processos de formação da identidade docente construídos no cotidiano escolar de uma instituição pública no Município de São Gonçalo, a ENCD citada apenas como escola de sua formação de ensino médio. E na monografia de Silva (2011), há histórias e memórias relacionadas a um “professor leigo”, seu próprio pai, sendo a ENCD citada apenas como local de formação da autora, quando realizou o curso normal.

Ainda sob o fôlego da pesquisa, mesmo não sendo diretamente relacionado a nossa investigação, procuramos no **Google Acadêmico** o nome de outras escolas normais do Rio de Janeiro que surgiram apenas na década de 1960, como Escola Normal Heitor Lira (Penha), Escola Normal Júlia Kubitscheck (Centro), Escola Normal Sara Kubitscheck (Campo Grande) e Escola Normal Inácio Azevedo Amaral (Jardim Botânico). Apenas a

Escola Normal Sara Kubitscheck retornou resultados relacionados aos nossos estudos: *Somos Semeadores: Estratégias identitárias na Escola Normal Sara Kubitscheck (1963 – 1965)* e *A Memória das Normalistas do Instituto Sarah Kubitschek (IESK) de Campo Grande*. O primeiro, de autoria de Luciana Felipe Cardoso (2007), concentra-se na história da escola na década de 1960, quando ela foi criada, apenas citando a Escola Normal Carmela Dutra. E o segundo texto apontado pelo buscador, depois de ser clicado, mostrava a imagem de “não disponível” na página da UniRio.

Em tempo, ainda no **Google acadêmico** com os temas “*Escola Normal Carmela Dutra*”, como comentamos anteriormente, além de 26 citações, encontramos também a dissertação de mestrado de Josefina Carmen Diaz de Mello, intitulada *História da disciplina Didática Geral em uma Escola de formação de professores: (Re) apropriação de discursos acadêmicos nos anos de 1980 e 1990*, publicada em 2002. A escola de formação de professores em que foram realizados os estudos de Mello foi a Escola Normal Carmela Dutra e os seus objetivos estão relacionados às diferentes perspectivas teóricas de currículo dentro do corte cronológico que foi proposto. O trabalho de Mello, ligado a linha de pesquisa de Currículo, também visa estudar as ressignificações ocorridas na escola a partir das perspectivas de currículo da época estudada.

Mello (2002), em seu quarto capítulo, no segundo tópico, caracteriza a história da Escola Normal Carmela Dutra no item 4.3 do quarto capítulo: “Um pouco da história do Colégio Estadual Carmela Dutra”, baseada na publicação interna da Escola, escrita inicialmente pela ex-professora Izabel Klausner, em 1995²⁵ (Anexo III). Neste subtópico, dentre todos os trabalhos que encontramos, Mello se aproxima mais do tema de nossa pesquisa, quando realiza um breve histórico da escola.

Como o trabalho focalizou o campo do currículo, um dos principais autores abordados por Mello (2002) é Ivor Goodson (1995; 1997). Em seus cinco capítulos, “Capítulo I – História das disciplinas escolares”; “Capítulo II – O hibridismo na constituição de uma disciplina escolar”, “Capítulo III – Campo acadêmico da didática – algumas reflexões”, “Capítulo IV – Caracterização da instituição Carmela Dutra (ANOS 80 A 90)”, “Capítulo V – A história da disciplina didática no colégio Carmela Dutra”, Mello discute os conceitos de *Currículo*, *Currículo Escrito*, “*Pré-ativo*”, bem como a ideia

²⁵ Em pesquisa dentro do Instituto de Educação Carmela Dutra, como histórico, nos foi apresentado apenas uma folha com o título “Centro Interescolar de Educação e Comunicação Carmela Dutra”, sem data ou autor (a). Tentamos neste tempo de pesquisa entrar em contato com a família Klausner, mas conseguimos falar apenas com um dos sobrinhos da professora, que embora prontamente tenha nos ajudado, também não encontrou qualquer trabalho de sua tia Izabel Klausner. Tentamos também entrar em contato com a autora da dissertação que cita a professora Klausner, mas até o presente momento não conseguimos retorno.

de *Currículo em Ação* e os campos da *História do Currículo* e a *História das Disciplinas Escolares*.

Assim sendo, os referenciais teóricos que decorrem dos assuntos tratados nos capítulos da obra de Mello (2002) não são os mesmos que usados por nós, com a exceção de um (NÓVOA, 1995). No subcapítulo 4.3, que trata um pouco da história do “Colégio Estadual Carmela Dutra”, a autora lança mão de cinco autores. Três destes autores são citados, mas não aparecem entre as referências bibliográficas que estão no final do estudo (VILLELA, 1992; LOURO, 1997; MACEDO e MOURÃO SÁ, 1994). Os outros dois autores – estes devidamente referenciados – são Luc Brunet (1997) e António Nóvoa (1995). Com Brunet e Nóvoa, a autora caracteriza a cultura organizacional da escola nos anos de 1980 e 90, deixando para abordar a história da criação da escola com o uso dos escritos deixados pela ex-professora Izabel Klusner.

Assim, nossa revisão bibliográfica continua a apontar que, até o momento, não encontramos qualquer produção acadêmica sobre a história da primeira escola a ser construída, tendo como modelo o Instituto de Educação do Rio de Janeiro - a Escola Normal Carmela Dutra. Terminamos a nossa revisão, portanto, chamando a atenção para o ineditismo desse estudo, o que também ficará claro ao narrarmos o contato com os arquivos *virgens* do atual Instituto de Educação Carmela Dutra.

1.5 – A Descrição do Campo Empírico

Procurar por tantas novas informações não foi fácil. Em um primeiro momento a pesquisa na internet acusou um conteúdo intrincado, sem bons resultados. Os poucos sites que se apresentavam não retornavam muitas referências e a maioria redundava em informações recentes e sem rigor científico. No entanto, continuamos verificando mesmo as menores pistas até que conseguimos encontrar o fio de novelo da Escola Normal Carmela Dutra. A partir daí, uma exaustiva pesquisa por legislação e diários oficiais no site <www.jusbrasil.com.br> apresentou uma série de documentos históricos sobre o tema requerido.

Entre os muitos Diários Oficiais da União, encontramos os documentos de criação e outros que tratavam de assuntos como: os primeiros concursos para alunos; a convocação e a falta de professores desde o início; a chamada de docentes aposentados da antiga Escola Normal (transformada em Instituto de Educação em 1932) para compor o quadro de

professores da ENCD; a construção de seu corpo administrativo; a falta de um prédio adequado e a adaptação ao espaço de um ginásio comum; o curioso edital que franqueava o ingresso ao curso normal apenas àqueles que tivessem de acordo com os aspectos higienistas do início do século; o fracassado primeiro concurso no qual nenhum dos candidatos foi aprovado; a repercussão da morte da patrona da escola (1947); o Decreto de 1948 que regulamenta o ensino normal no Distrito Federal; dando exclusividade ao IE e à ENCD; a admissão dos primeiros formandos como professores da rede municipal de ensino; a compra e o início da construção de prédio escolar que deveria servir a escola, mas nunca foi usado e o Decreto que prevê independência administrativa ENCD em relação com o Instituto de Educação, entre muitos outros.

Dia após dia analisando, organizando, destacando o mais interessante para nossa pesquisa em mais de 500 laudas de Diários Oficiais da União que conseguimos juntar, finalmente encontramos as informações que julgamos necessárias para considerar válidos os nossos intentos de estudo acadêmico.

Próximos que estávamos do acervo do PROEDES – Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade da Faculdade de Educação/ UFRJ –, iniciamos uma pesquisa em seu arquivo. Por lá tivemos contato com a coleção completa da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, na sessão de *Documentação*, onde encontramos a valiosa entrevista do Ministro da Educação e Saúde Ernesto de Sousa Campos²⁶, que destaca as intervenções planejadas pelo Governo Federal no sentido de expandir a educação para as áreas suburbanas e as zonas rurais do Distrito Federal.

Em um segundo momento, apostamos em encontrar mais informações na própria unidade escolar pesquisada. Imaginamos começar a encontrar respostas para as nossas questões por lá, porém, as más condições de armazenamento dos seus próprios documentos no IECD nos deixaram com uma série de lacunas a preencher. De fato, tal empreendimento aumentou ainda mais as nossas dúvidas, o que verdadeiramente se provou mais construtivo para nossa tarefa de historiador.

O nosso ingresso no modelo de Escola Normal construído em Madureira foi facilitado pelo fato de trabalharmos como docente do IECD, como já mencionado. Com o aval e orientação da direção e coordenação pedagógica da escola, fomos instruídos a verificar o que os colegas chamaram de ‘coisas antigas do Carmela Dutra’. Eram algumas pastas com fotos soltas, a maioria sem datas ou referências de turmas ou mesmo sem a

²⁶ Ernesto de Sousa Campos foi Ministro da Educação e Saúde no período de 31 de Janeiro de 1946 até 6 de dezembro de 1946.

época da gestão escolar. Havia muitas imagens de alunas cujo período nós não identificamos num primeiro momento. Uma foto com referências a um professor que, mais tarde, descobrimos ser um ex-aluno. Outras fotos sobre as inspeções-surpresa do então prefeito Mendes de Moraes ao Mercado Municipal de Madureira e mais algumas das alunas da ENCD em visita ao presidente Dutra, além de outras autoridades que identificamos mais tarde com as nossas pesquisas. E havia também o histórico de uma página sobre a escola, como já comentamos (Anexo III). Todo esse material estava acondicionado no mesmo armário em que estavam documentos recentes, projetores, plantas antigas do prédio, extensões, tomadas e benjamins de energia elétrica, tinta para canetas de quadro branco, entre muitos outros insumos pertinentes ao dia-a-dia escolar.

Buscamos o arquivo de alunos na secretaria, onde apenas encontramos os referenciais do período histórico que definimos. Fomos então encaminhados ao Arquivo Permanente do IECD. Esta sala, contudo, sem iluminação apropriada para os corredores, apresentava centenas de caixas de papelão empilhadas em armários de aço, cujos números identificávamos com a ajuda de um cabo de vassoura com uma lâmpada desajeitada que ficava em sua ponta, ligada à energia elétrica por um longo fio. Encontramos, enfim, os documentos de inscrição dos primeiros alunos e aproveitamos a luz natural da porta aberta do arquivo para fotografar todas as principais informações sobre cada um deles. Continuamos a buscar o que mais havia de interessante no Arquivo Permanente e em um de seus cantos, em meio a um imenso número de documentos que estavam amontoados pelo chão e em uma estante baixa, encontramos diplomas não retirados pelas alunas dos anos 1950, inclusive pertencentes a sete alunos do corte histórico-temporal que definimos.

O Arquivo Permanente funciona no andar térreo, próximo a lanchonete ‘Carmelícias’, no pátio da escola. Embora seu acesso seja dificultado às pessoas devido a dois grandes portões de ferro que lá estão, a sala não oferece a mesma segurança aos seus arquivos, pois pelo alto, o vão aberto de um ar-condicionado ausente, deixa livre uma grande entrada para a gordura das frituras e para animais indesejados no local, frequentemente encontrados, segundo alguns funcionários.



Imagem 2 - Arquivo Permanente do Instituto de Educação Carmela Dutra

Não obstante, como apontamos, encontramos por lá as fichas dos 30 primeiros alunos da escola em razoáveis condições. Vinte e oito moças e, surpreendentemente, apesar de na década de 1940 o ensino normal já ser quase uma exclusividade das mulheres devido a ideias como a de que *o gênero feminino é o apropriado para o cuidado com as crianças* (SCOTT, 1992), apareceram para nós dois rapazes. As memórias e as histórias contadas em entrevista por um destes rapazes nos expõe aquilo que não conseguimos encontrar na literatura sobre a escola normal ou nos documentos oficiais da escola durante os três anos em que eles estiveram por lá. Contudo, exploraremos essas memórias mais adiante, em um capítulo especial de nossa dissertação. Por hora, basta destacarmos um trecho do trabalho de Marília Pinto de Carvalho (2005), que aponta o nosso interesse nesses dois homens que se decidiram pela vida de normalistas.

O certo é que, no momento em que um homem ou uma mulher decidem ser professores, devem lidar de alguma forma com o fato de que a docência junto a crianças foi historicamente associada a um modelo de feminilidade, a partir de seu caráter relacional e de uma evocação das relações de cuidado dentro da família (CARVALHO, 2005, p. 95).

De posse desses documentos, pudemos realizar a nossa primeira análise sobre o perfil do alunado na década de 1940, para saber onde esses alunos moravam, de que

escolas vieram, em que trabalhavam seus pais, com que idade eles se inscreveram no Curso Normal e até a religião que professavam no momento de entrada da escola. Produzimos com esses documentos uma interessante avaliação sociocultural dos primeiros discentes.

Podíamos agora tentar achar os jovens normalistas de Madureira, que sem nenhum exagero, conforme levantamos, podem ser chamados também de desbravadores. Procuramos pelo site de telefonia da OI – Lista Online²⁷ cientes de que muitas alunas poderiam ter mudado os nomes por conta de seus casamentos. Mesmo assim, conseguimos contato com dois alunos, Dyrce Montorfano Freire e Duílio Ramiro Alves, dois jovens octogenários que prontamente se propuseram a nos dar entrevistas sobre as suas memórias escolares. Mas, mesmo antes de partir ao encontro dos ex-alunos, faltava verificar se a escola tinha os diários, os boletins desses alunos, e mais ainda, quais informações sobre os seus professores da década de 1940 e 1950 restavam por lá.

No Departamento Pessoal, no entanto, não havia informações sobre professores nas décadas citadas. Orientado pelos funcionários, encontramos dois velhos armários de madeira no fundo do espaçoso auditório da unidade, onde deveriam estar os de boletins de notas dos ex-alunos e as fichas dos professores da época. Procuramos ainda pelos diários escolares, mas segundo os funcionários, eles não mais existem há muito tempo. Nos armários que ainda estavam por lá, amontoavam-se muitas pastas plásticas deterioradas, abertas e com os documentos caídos, misturando-se em anos e décadas diferentes.

No CMEB – Centro de Memória e Educação Brasileira/ ISERJ, conseguimos as listas de turmas e alunos do Instituto de Educação, o que nos ajudou a contar e comparar o quantitativo de alunos das duas escolas dentro do nosso corte cronológico. Não encontramos as fichas dos alunos, o que nos permitiria traçar um perfil socioeconômico dos neófitos do Instituto, tal como conseguimos fazer com os da ENCD. Conseguimos alguns discursos de época que poderão ser aproveitados em nosso estudo, bem como uma cópia do livro de designações de funcionários da Escola Normal e do Instituto de Educação, o que pode nos ajudar a confirmar, junto aos diários oficiais que temos, algumas informações sobre a origem dos professores da ENCD.

²⁷ Acesso no Mês de Agosto de 2013. Disponível em: <http://www.oi.com.br/oi/oi-para-voce/oi-fixo/servicos/servicos-pro-seu-oi-fixo/lista-online>



Imagem 3 – Armário com diários oficiais.



Imagem 4 – Armários com livros de notas de alunos e pastas com informações de professores

Nos armários citados, apenas três livros de registros sobre o período que estudamos foram encontrados, um deles repleto de traças e cupins, e com notas já ilegíveis. Conseguimos, entretanto, a partir deles levantar o currículo da primeira turma, sem, porém, conseguir através desse meio os nomes dos professores. Como já apontamos, nenhuma pasta com a ficha dos docentes da década de 1940 foi encontrada.

De posse dos contatos de alguns alunos da primeira turma da ENCD, partimos para as entrevistas, feitas nas suas casas, normalmente com a presença de parentes ou outras pessoas mais próximas à família. Foram então cinco ex-alunos entrevistados, além de uma entrevista especial com a professora Zilá Simas Enéas, aluna do Instituto de Educação à época em que ENCD foi criado. Tais entrevistas, como abordaremos em capítulo específico, fizeram parte central do nosso esforço para levantar as histórias e as memórias da Escola Normal Carmela Dutra.

Contudo, nossas entrevistas foram entremeadas à continuidade da procura por mais fontes. Em nossa pesquisa no CPDOC, por exemplo, encontramos fotografias, um vídeo

com imagens de Dn^a Carmela Dutra e cartas trocadas entre ela, então esposa do Ministro da Guerra Eurico Gaspar Dutra e o Ministro da Saúde e Educação Gustavo Capanema. O conteúdo destes estudos foi de grande valia para o início da pesquisa da personagem, também conhecida como *Dona Santinha*. Estamos desenvolvendo, portanto, uma breve biografia contextualizada (LEVI, 2002), ante a autoridade dessa figura histórica e, principalmente, diante da importância que esse gênero literário tem mostrado desde a década de 1960, como aponta Benito Schmidt (1997), e diante das atuais discussões que tem tomado os meios de comunicação de massa sobre os limites que devem ou não ter as publicações sobre a vida pessoal das personalidades.

Todavia, evidentemente, uma larga pesquisa aos jornais de época está em curso, notadamente, como já apontamos, o Diário da Noite, O Globo, Jornal do Brasil e Diário de Notícias, que se encontram digitalizados no site da Biblioteca Nacional, onde já encontramos mais detalhes sobre um inescapável assunto: Dona Santinha e a sua influência na educação brasileira. Localizamos muitas fotos no acervo de Getúlio Vargas a partir do site online <<http://cpdoc.fgv.br/>>, o que ressalta a importância política de Carmela Dutra, sempre em torno de autoridades públicas. Encontramos também referências ao filme *Uma vida a serviço do Brasil*, que se encontra no mesmo acervo, apontando, além de informações de campanha presidencial de Getúlio Vargas, também informações sobre a Dona Carmela Dutra.

Em razão da alegada simpatia que Getúlio Vargas nutria para com os regimes totalitários empregados nos países europeus, especialmente o nazi-fascismo, muitos outros historiadores ressaltaram a identificação que também era alimentada por todo alto escalão do governo (FAUSTO, 2006). Em 2011, o jornalista Roberto Lopes o publicou o artigo *Um general no arame - A história do delicado equilíbrio do Ministro da Guerra de Vargas entre a sedução exercida pelos Nazistas e a pressão do Governo Roosevelt*, onde cita a investigação do *Federal Bureau of Investigation* norte americano sobre a esposa do então Ministro da Guerra Eurico Gaspar Dutra, a Dona Carmela Dutra²⁸. O eficiente trabalho jornalístico realizado, que, porém, carece de rigor científico em relação as suas fontes, nos instigou a começamos uma investigação para saber se as informações realmente procediam como corretas. Averiguamos durante um mês inteiro *O Cofre* do FBI <<http://vault.fbi.gov/>>, onde em centenas de páginas sobre o então Chefe do *Bureau*, John Edgar Hoouver, não encontramos qualquer referência. Insistimos então na investigação,

²⁸ Disponível em: <http://portalcienciaevida.uol.com.br/>. Acessado dia 04 de abril de 2014.

indo até a página do Arquivo Nacional Americano <<http://www.archives.gov/>>, onde depois de mais um mês vasculhando seu acervo, nada encontramos. Entramos então em contato com o serviço virtual do Arquivo, quando depois de outro mês, obtivemos a primeira resposta. Atenciosamente atendidos pelo pessoal de apoio do Arquivo, depois de muitas mensagens, conseguimos a confirmação de que o documento está realmente arquivado por lá e também conseguimos uma cópia *scaneada* e colorida, que traremos à baila em momento oportuno, dentro no capítulo 2 de nossa dissertação.

Ainda na Biblioteca Nacional, desta vez a brasileira, conseguimos consultar a obra de referência sobre o então interior do Rio de Janeiro do livro no início do século XX. *O Sertão Carioca*, de Armando Magalhães Corrêa, publicado originalmente em jornais como um conjunto de análises sobre o as áreas afastadas do centro da capital do país e depois, em 1936, como livro, nos ofereceu a oportunidade de entender a memória, o espaço e a cultura dos moradores da região em que mais se relacionava o trabalho dos professores e alunos da ENCD.

No Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro encontramos no setor de iconografia as fotos de Augusto Malta, que apesar de interessantes para construção do contexto nacional das décadas de 1902 e 1958, não apresentam imagens diretas sobre a escola que pesquisamos. O setor de biblioteca apresentou apenas uma já conhecida publicação do primeiro diretor da ENCD, o senhor Jorge Figueira Machado, com o título de *Uma visita inesperada do atual prefeito do Distrito Federal à Escola Normal Carmela Dutra e a explicação que devo a coletividade carioca como ex-diretor da referida escola* (1948). Contudo, no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, não encontramos quaisquer informações sobre a escola ou sobre a personalidade de Dona Carmela Dutra.

Assim, em constante processo de pesquisa nestes acervos e de leitura nas fontes que indicamos, nós iniciamos o processo de escrita deste trabalho. Mais especificamente, esse procedimento se deu nos últimos meses de 2014 e entre janeiro e fevereiro de 2015, quando ao início do mês de março, apresentamos este estudo para defesa em nosso mestrado.

Enfim, conforme nossa proposta, já no próximo capítulo procuraremos entender quem é a figura que se transforma na Patrona da ENCD, bem como o contexto de sua vida e os conflitos envolvendo uma Escola Normal que leva o seu nome.

CAPÍTULO 2

DONA SANTINHA E A ESCOLA NORMAL CARMELA DUTRA

O século XX desponta no horizonte com as novas cores de uma incipiente forma de governo em que a população é incitada a tomar decisões sobre a administração pública do país. Por mais que isto seja comum aos cidadãos de nossa época, a República não era algo simples aos primeiros novecentistas brasileiros; novos cidadãos que se mostravam arredios às práticas das grandes cidades e aos jogos característicos da política. E passados pouco mais de 40 anos do princípio desta experiência republicana, bem diante do sistema sustentado pela espada dos militares e pela força econômica das oligarquias rurais, um movimento revolucionário deu início a mudança de eixo econômico-político que transformou o Brasil cem anos mais tarde, em um país mais urbano e industrializado.

Em meio a esse movimento, conhecido como *Revolução de 1930*, percebeu-se que era necessário que o povo considerado inculto, profundamente ligado à terra e com uma crença religiosa baseada na transcendência espiritual, deveria tornar-se uma massa de operários higienizados, ocupados de novos valores espelhados no *american way of life* estadunidense. Um novo *ethos* social que preparasse a população para o trabalho na indústria e para o desejo de adquirir, característico ao capitalismo. Surge daí, em meio às disputas nos anos 1930 e 1940 de qual caminho educacional o país deveria tomar, a importância da figura responsável por disseminar esses novos valores para crianças: a professora normalista ou mais especificamente, a docente que desbravará os subúrbios do centro político nacional: a professora normalista formada pela Escola Normal Carmela Dutra.

Neste capítulo estudaremos em quais condições esse processo se desenvolve, considerando as questões que envolvem o nome da nova escola, sua localização e o contexto em que esses eventos transcorrem.

2.1 – Uma Eminência Parda no Estado Novo

Talvez seja do seu interesse, há informação de uma fonte confidencial e que se acredita ser de confiança, de que a Sra. Santinha de Correa Dutra, esposa do Ministro da Guerra, o General Eurico Dutra, exibe simpatia pró-nazi e é relatado que está tentando converter seus associados, que vem dos estratos mais altos da sociedade brasileira, ao

nazismo²⁹. (HOOVER, J. EDGAR. National Archives, Arquivo 862, 20210 Dutra, Santinha de Correa, 1992).

O trecho citado ressalta o principal ponto deste capítulo: a influência de uma mulher conhecida como “Santinha” dentro do Governo de Getúlio Vargas durante o Estado Novo (1937 – 1945), pouco antes dela própria se tornar primeira dama do Brasil. John Edgar Hoover, agente que reconhecidamente erigiu a imagem do FBI norte americano, investigou com extraordinário empenho durante décadas toda e qualquer manifestação antiliberal no hemisfério ocidental através de um aparelho específico criado nos anos 1940, o *Special Intelligence Service*. O SIS tinha incumbência de detectar discursos com vieses críticos ao sistema econômico e político dos EUA, principalmente se a sua matriz fosse totalitária, a exemplo do que é o fascismo³⁰. Assim, o SIS investigou inúmeras personalidades na América do Sul, sem se restringir a artistas ou políticos, espionando pessoas que orbitavam o centro do poder e descortinando poderes velados nos altos círculos de influência desses governos.

Apesar desse documento produzido pelo FBI e enviado ao subsecretário de Estado dos Estados Unidos da América, o qual reproduzimos logo abaixo o original³¹, devemos colocar em suspeição essa notificação diante do célebre olhar paranoico de Hoover para as ameaças ao seu país. Criado em 1908 e adotando o nome de FBI apenas em 1935, esse Bureau que se fortaleceu rapidamente sob o comando de Hoover, contava com informantes que iam de diplomatas sediados em países por todo mundo até artistas como Walt Disney (CHATENET, 2007).

Controlando dados que variavam de segredos de Estado até fofocas de alcova da vida de políticos e empresários, Hoover acumulou e usou informações que fizeram o FBI se tornar uma agência que chegou a exceder as competências de proteção interna e externa do país. Entretanto, com o fim da II Guerra Mundial e com a ameaça fascista sob controle, o FBI voltou-se definitivamente para as questões internas, tornando-se então parte do processo de fomento da angústia dos norte americanos frente a um novo adversário superpoderoso: a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS. Para os jornais estadunidenses pós-macarthistas, por exemplo, a força de persuasão de Hoover tornara-se tão

²⁹ Tradução nossa.

³⁰ Ver vault.fbi.gov, acessado dia 13 de maio de 2014.

³¹ Nosso contato com o *National Archives* foi em todos os momentos realizado com Amy Reytar, responsável pelo setor de Arquivos II, Seção de Referência (RDTR2), em College Park, MD. A referência por ela enviada, juntamente com o *scanner* do documento foi: Arquivo 862,20210 Dutra, Santinha de Correa (Sra.) / I na série: Arquivo Decimal Central, 1940-1944; Box 5538; Registros Gerais do Departamento de Estado, Grupo da ficha 59.

expressiva internamente que o termo adequado para perseguição aos comunistas nos anos de Guerra Fria, ao invés de ser “Macartismo”³² deveria ser “Hooverismo” (CHATENET, 2007).

Nas décadas de 1930 e 1940, período em que surgem na política nacional os nomes do Tenente Eurico Gaspar Dutra e da viúva Carmela Teles Leite, o Brasil estava sob o comando de Getúlio Dornelles Vargas. O então chefe do governo implantou mudanças políticas, econômicas e sociais que provocaram grande inflexão no curso da história do Brasil (FAUSTO, 2006). Tais mudanças, problemas e/ou conflitos que levaram a esses acontecimentos, apesar de serem questões internas, parecem ter sido sempre acompanhados de perto pelos Estados Unidos, que se arvoraram como o “grande irmão” dos países latinos, conforme podemos ver na investigação abaixo, realizada pelo FBI.

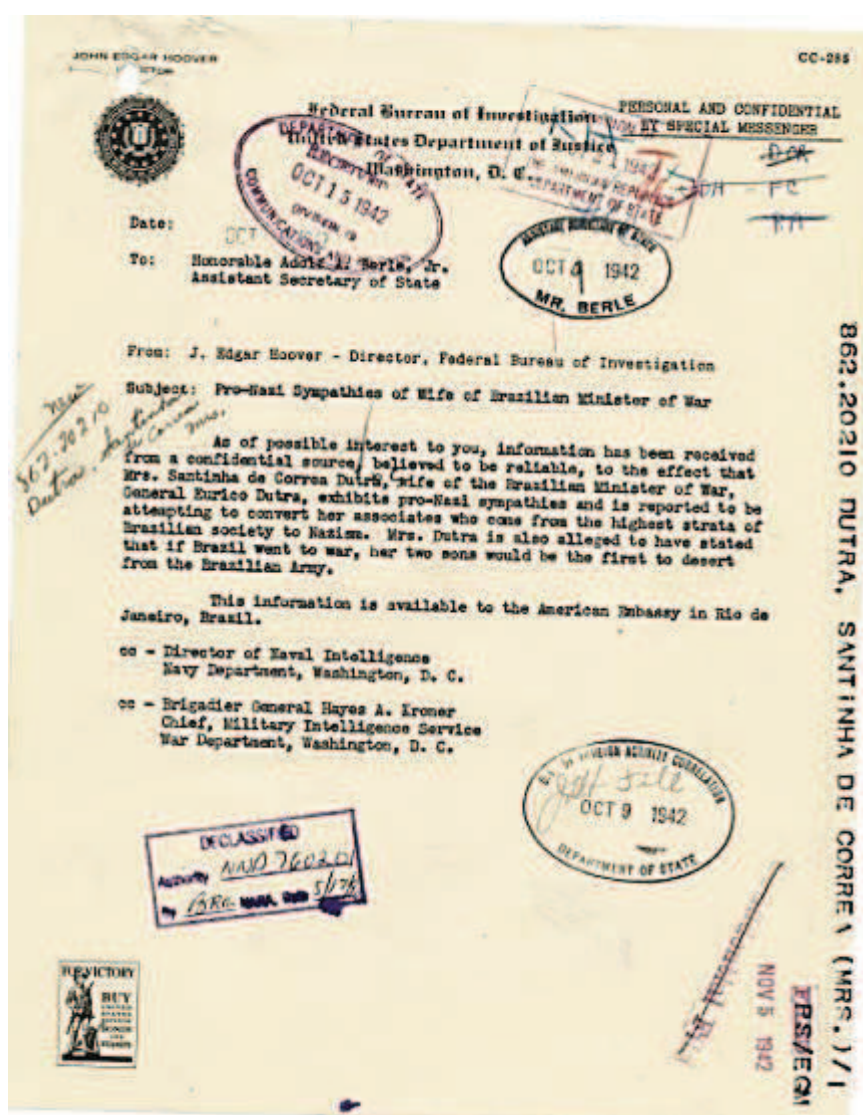


Imagem 5 - Documento oficial do FBI - Arquivo Nacional Americano. Arquivo Decimal Central, 1940-1944; Box 5538; Registros Gerais do Departamento de Estado, Grupo da ficha 59.

³² O termo deriva de Joseph McCarthy, político que exerceu forte patrulha contra o desenvolvimento de ideias comunistas nos Estados Unidos da América durante os anos 1940 e 1950.

Investigações ao Presidente Getúlio Vargas ou ao então Ministro da Guerra Eurico Gaspar Dutra poderiam ser facilmente justificadas ou, pelo menos, seriam de fácil entendimento de sua necessidade e interesse. *Mas como pode ser justificada uma investigação desse porte à esposa do Ministro da Guerra? E como a esposa de um ministro teria acesso e poderia influenciar o alto escalão do governo?*

O contexto da vida de Carmela Dutra

Em nossa proposta de um breve estudo sobre a trajetória dessa mulher, avaliamos que o modelo de *biografia e contexto*, ao qual se refere Giovanni Levi (2002), é adequado às nossas perspectivas. Isso porque a vida de Dona Carmela Dutra diz respeito não apenas a ela própria, mas a um período histórico em que a sua atuação deixou marcas no país. Também dentro desta visão, Pierre Bourdieu, em *Ilusão Biográfica* (2006), atestou que o estudo do que chamou de *agente considerado* deve ser acompanhado do aprofundamento do contexto em que ele atuou, versando assim sobre as suas relações com outros indivíduos no tempo e no espaço.

Essa construção prévia também é a condição de qualquer avaliação rigorosa do que podemos chamar de *superfície social*, como descrição rigorosa da *personalidade* designada pelo nome próprio, isto é, o conjunto das posições simultaneamente ocupadas num dado momento por uma individualidade biológica socialmente instituída e que age como suporte de um conjunto de atributos e atribuições que lhe permitem intervir como agente eficiente em diferentes campos (BOURDIEU, 2006, p. 190).

A entusiasmada católica Carmela Teles Leite nasceu no Rio de Janeiro, na Ilha do Governador, em 17 de setembro de 1884, sendo filha de Manoel Antonio Leite e Emília Teles Leite. Teve dois filhos do primeiro casamento, realizado em 1904 com José Pinheiro de Ulhôa Cintra, tornando-se viúva em fevereiro de 1914 (SMS.RIO, 2014). No Distrito Federal, Carmela Leite tornou-se professora na segunda década do século XX, sendo também docente da Escola Estadual Ferreira Viana e, posteriormente, segundo o Jornal O Paiz³³, vice-diretora do Instituto Profissional Orsina da Fonseca³⁴.

³³ O Jornal O País foi fechado pelo movimento revolucionário de 1930. Entrou em circulação novamente no período varguista, mas fechou definitivamente em 1934.

³⁴ Edição de 1 de dezembro de 1923, p. 4. Disponível em: www.hemerotecadigital.bn.br. Acessado em 20 de maio de 2014.

O caminho de Carmela Leite esteve envolvido em um período de desvalorização da profissão de professor e do trabalho da mulher, uma vez que as mulheres dentro desse contexto estavam ligadas a falta de profissionalismo, à incompetência técnica e a irracionalidade, conforme já citamos (CARVALHO, 2005). Sendo por outro lado, valorizado no sentido do relacionamento, afetividade e sensibilidade, o que, acreditava-se, aproximava a mulher do cuidado e da educação das crianças (idem). E no tocante a adoção de uma religião, o caminho católico, ainda apontava que “O casamento e a maternidade eram efetivamente constituídos como a verdadeira carreira feminina. Tudo que levasse as mulheres a se afastarem de tal caminho seria percebido como um desvio da norma” (LOURO, 1997, p. 454).

Assim, Carmela Leite assumiu a posição de direção em uma reconhecida escola de formação técnica, o Instituto Profissional Feminino Orsina da Fonseca, cujo conteúdo, o “ensino tecnico profissional tem por fim ministrar conhecimentos científicos e de artes e ofícios” (ALVES, 2013, p. 7). Um papel de liderança frente a um tipo de educação que esteve permeada por discussões sobre a sua necessidade, efetividade e expansão, tanto quanto fora a construção de um padrão para o Ensino Normal, como podemos ver na Reforma de Anísio Teixeira no Distrito Federal (Decreto 3.810, de 19 de março de 1932):

Na exposição de motivos que acompanhou o Decreto, fica claro o intento de abolir o “vício de constituição” das escolas normais: “pretendendo ser, ao mesmo tempo, escolas de cultura geral e de cultura profissional, falhavam lamentavelmente nos dois objetivos.” Se a escola normal foi realmente uma instituição de preparo profissional de mestres, todos os seus cursos deverão possuir o caráter específico que lhes determinará a profissão do magistério (TANURI, 2000, p. 72 – 73)

Carmela, ainda no ano em que se tornou viúva de Cintra, 1914, seguindo o que a historiadora Guacira Lopes Louro (1997) apontou para o caminho de uma cidadã católica da época, contraiu novas núpcias com o segundo tenente do exército Eurico Gaspar Dutra. Marido com quem teve mais dois filhos e de quem lhe sobreveio o nome Dutra, bem como sua inserção nos meios políticos e militares.

O envolvimento com o Governo de Getúlio Vargas

Os anos 1920 tiveram grande movimentação católica no sentido de *recristianização do país*. A mobilização que teve como um de seus expoentes o Arcebispo D. Sebastião Leme, resultou na criação de vários jornais e revistas de divulgação do pensamento católico, bem como na criação Centro Dom Vital e Confederação Católica, ambos em

1922, visando aglutinar intelectuais e políticos, além de orientar leigos para difusão e atuação dentro da doutrina (BAÍA HORTA, 1994; LOPES, 2011).

No entanto, uma das culminâncias desse movimento fez-se sentir como sabor de resposta ao movimento leigo dos *Pioneiros da Educação Nova*, quando em 1933, Leme criou e dirigiu a Liga Eleitoral Católica – LEC, que recorrentemente se dirigia ao eleitorado brasileiro³⁵ para orientação de em quem eles deveriam votar (BAÍA HORTA, 1994). E esse “curral eleitoral” católico, de onde também emergia grande influência de Carmela Dutra, serviu como uma das principais bases de apoio à futura candidatura de Eurico Gaspar Dutra à Presidência³⁶. Ora, entender esse envolvimento é essencial, pois como aponta Bourdieu, ao levantar a biografia de alguém é necessário

Tentar compreender uma vida como uma série única e por si suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outro vínculo que não a associação a um “sujeito” cuja constância certamente não é senão aquela de um nome próprio, é quase tão absurdo quanto tentar explicar a razão de um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre as diferentes estações. Os acontecimentos biográficos se definem como colocações e deslocamentos no espaço social, isto é, mais precisamente nos diferentes estados sucessivos da estrutura da distribuição das diferentes espécies de capital que estão em jogo no campo considerado (BOURDIEU, 2006, pp. 189 – 190).

Voltando um pouco no tempo, a Revolução de 1930, já em seus primeiros momentos, nos oferece um fato interessante para costurar a história destes personagens que estão em questão: Getúlio Vargas, Eurico Gaspar Dutra e Carmela Dutra. Trata-se da troca de cartas entre o Presidente revolucionário e o Cardeal D. Sebastião Leme, por ocasião no movimento de derrubada do Governo Washington Luiz. Na mensagem de Vargas, salienta-se a manutenção dos valores espirituais do povo brasileiro, quando é dito ao clérigo que “Louvando a nobre intervenção de Sua Eminência, digna de admiração e respeito, afirmamos, com segurança, poder repousar, tranquilo e sem sobressaltos, a consciência cristã e católica do Brasil (...)”³⁷.

Embora a ação que derrubou a “República do Café com Leite” tivesse amplo apoio do Movimento Tenentista, devemos destacar que à época, o tenente Eurico Gaspar Dutra, preferiu ficar ao lado das forças do Governo, isto é, contra os revolucionários. O Tenente

³⁵ Por mais de uma vez encontramos em jornais da época a seguinte mensagem aos eleitores: “Nenhum católico, sob pena de violar grave dever de consciência, poderá dar seu voto aos candidatos do Partido “Esquerda Democrática” e do “Partido comunista do Brasil”, porque o programa desses partidos acha-se em flagrante e irredutível oposição à doutrina católica”. Jornal A Noite, edição de 2 de abril de 1945. Disponível em: www.hemerotecadigital.bn.br. Acessado em 14 de março de 2014.

³⁶ A LEC apostou publicamente na Eleição de Dutra para Presidência. Jornal A Noite, 2 de abril de 1945. Disponível em: www.hemerotecadigital.bn.br. Acessado em 14 de março de 2014.

³⁷ VARGAS, G. Arquivo Getúlio Vargas, CPDOC/FGV. Referência: GV c 1930.11.14

Dutra, embora não tivesse participado da Revolução de 1930 que entronou o gaúcho Getúlio Dornelles Vargas como Presidente provisório da República, atuou ativamente para a manutenção deste governo. Com perfil legalista, Dutra havia antes disso se envolvido na repressão ao movimento tenentista dos Dezoito do Forte, no Rio de Janeiro e a repressão a Revolução de 1924, em São Paulo. Em 1932 se aproximou do Governo provisório de Vargas e teve destacada atuação contra a Revolução Constitucionalista engendrada pelos paulistas, sendo então promovido ao generalato. Em 1935 reprimiu com sucesso a *Intentona Comunista*, tornando-se então Ministro da Guerra no ano seguinte. Já em 1937, completamente envolvido com Vargas, Dutra foi um dos associados na conspiração que instaurou a ditadura do Estado Novo, deixando o governo apenas em 1945 para então se candidatar a presidência (FAUSTO, 2006).

Já a esposa de Dutra, não apareceu em nossas pesquisas em jornais e revistas realizadas no site da Hemeroteca Digital até o ano de 1937. A partir do ano seguinte, não obstante, instaurado a ditadura do Estado Novo com Vargas e tendo o marido assumido o posto de Ministro da Guerra, Carmela Dutra passou a ser notícia em variados eventos sociais e políticos. Devemos ressaltar, contudo, o papel da imprensa nacional neste período em que as notícias eram filtradas por um sistema de censura que fora construído por um novo órgão: o Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP. Nos anos do Estado Novo, todos os jornais e revistas funcionavam apenas sob autorização do DIP, sendo então os contrários ao governo, sumariamente fechados. Os que conseguiam abrir suas portas apesar de tudo, ainda funcionavam com um censor em suas redações (LOPES, 1999; LUCA, 2006).

Um ano depois, Carmela Dutra pareceu começar a angariar a simpatia dos militares ao ser convidada a inaugurar e entregar as chaves das casas da recém criada Vila dos Sargentos, dentro da Vila Militar, no Bairro de Deodoro da Fonseca³⁸.

Sob a “Festa da Marinha” e os auspícios do início da Segunda Guerra Mundial nos anos seguintes, ela quebrou a primeira garrafa de champanhe como madrinha de um navio brasileiro “caça-minas”. Em 1940 tornou-se madrinha de um novo navio, além de ser homenageada junto a um de seus filhos que terminou a Escola Militar. Daí em diante, as festividades e os compromissos cívico-diplomáticos se tornam ainda mais constantes. “Paraninfa”, “homenageada”, “madrinha”, são os termos mais usados quando se lê o nome Carmela Dutra em eventos na Escola Nacional de Música, no Instituto de Educação,

³⁸ (EM FESTAS A VILLA MILITAR, A Batalha, 23 de novembro de 1938. Disponível em: www.hemerotecadigital.bn.br. Acessado dia 29 de maio de 2014).

Instituto de Professores Públicos e Particulares, em jantares com diplomatas e embaixadores, em inaugurações de igrejas e capelas, e, principalmente, na distribuição de brinquedos e alimentos aos pobres³⁹, conforme dispomos em alguns exemplares anexados ao nosso estudo (Anexos IV, V, VI e VII).

Levando em consideração a atuação do DIP, não podemos prever em que nível de verdadeira admiração ou ironia os jornais passaram a sobrelevar as virtudes da “Senhora General Eurico Dutra” em colunas sociais, sempre a apontando como exemplo de mulher e liderança feminina em trabalhos de cunho social, como podemos ver nas reportagens logo abaixo.

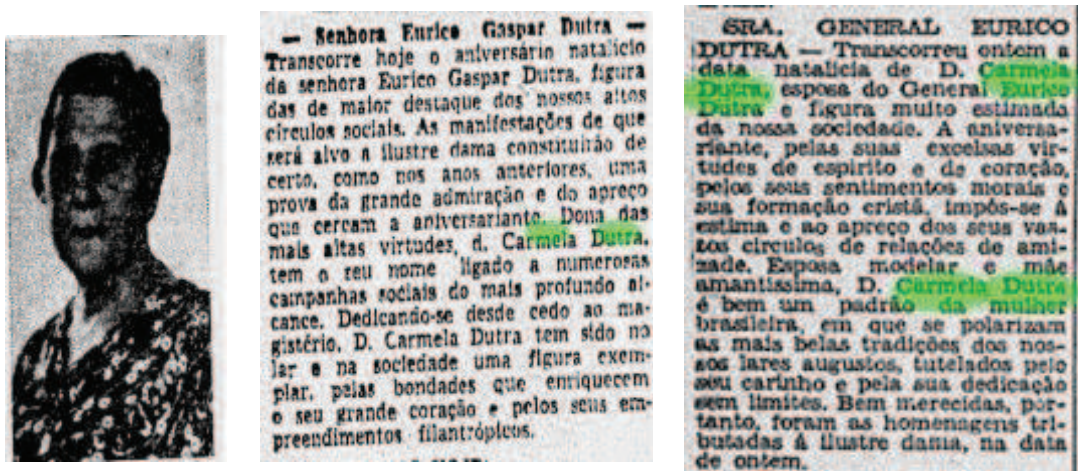


Imagem 6 – À esquerda e centro, Jornal A Manhã – 17.09.1943. Disponível em: www.hemerotecadigital.bn.br. Acessado em 24 de maio de 2014. Imagem 7 – À direita, Jornal do Brasil – 18.09.1945. Disponível em: www.hemerotecadigital.bn.br. Acessado em 24 de maio de 2014.

Não devemos perder de vista, aliás, que, entre muitos outros, o Jornal *A Manhã*, um dos periódicos em que é publicada essa série de referências à bondade e moralidade de D. Carmela, é um dos noticiários fundados pelo Governo durante o Estado Novo, em 1941, e que atuou no sentido de justificar ideologicamente o Golpe de 1937, louvando assim a atuação de Vargas e de seu Ministro de Guerra (LUCA, 2006).

³⁹ As notícias citadas podem ser encontradas respectivamente em: FESTA DA MARINHA – FESTA DO BRASIL, A Noite, 16 de setembro de 1939; INCORPORAÇÃO HOJE DOS N/ MS “CAMOCIM”, “CABEDELO”, “CARAVELAS” E “CAMAQUÃ”, Diário de Notícias, 7 de junho de 1940; COMO FOI COMEMORADO O QUARTO ANIVERSÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO DO GENERAL DUTRA NA PASTA DA GUERRA, Correio da Manhã, 10 de dezembro de 1940; MÚSICA, Jornal do Brasil, 26 de setembro de 1941; NA EMBAIXADA DO JAPÃO, Gazeta de Notícias, 17 de agosto de 1941; A EMBAIXADA DE PORTUGAL E AS HOMENAGENS DO EXÉRCITO, Diário de Notícias, 6 de agosto de 1941; DUAS BRILHANTES SOLENIDADES NO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, Jornal do Brasil, 16 de dezembro de 1942; INSTITUTO DE PROFESSORES PÚBLICOS E PARTICULARES, Diário de Notícias, 9 de setembro de 1943, VIDA CATÓLICA, Correio da Manhã, 27 de outubro de 1944; NATAL DOS POBRES, A Manhã, 19 de dezembro de 1941. Disponível em: www.hemerotecadigital.bn.br. Acessados dia 24 de maio de 2014.

O crescimento do nome Carmela Dutra

Em 1934 o cargo de Ministro da Educação e Saúde passou a ser ocupado por Gustavo Capanema. Mantendo-se na pasta por toda época do Estado Novo, Capanema realizou uma série de reformas de caráter centralizador (SCHWARTZMAN *et al*, 1984) tendo neste período a política varguista como guia, bem como as frequentes interferências do Ministro da Guerra Eurico Gaspar Dutra em sua gestão.

A socióloga Helena Bomeny afirma que “Não é por outra razão, (...) que o exército, a quem pertence o monopólio da segurança nacional, interveio incisivamente nas questões relativas à educação sempre e quando esteve em questão a manutenção dos regimes autoritários no Brasil” (1999: p. 141). Assim, para Bomeny, a conservação do regime do Estado Novo esteve submetida a uma visão militarista, que, segundo também pudemos perceber, espraiava-se pela educação. Em carta reservada ao Presidente Getúlio Vargas, o Ministro da Guerra Eurico Gaspar Dutra ligava diretamente a política de segurança nacional à política educacional:

O Brasil reclama um sistema completo de segurança nacional, o que pressupõe, fundamentalmente, uma entrosagem dos órgãos militares com os órgãos federais, estaduais e, notadamente municipais, incumbidos da educação e da cultura. Nunca se tornou tão imperativa, como naquele momento, essa necessidade. E, não obstante, assinalam-se, no setor pedagógico do Brasil, muitos obstáculos a serem vencidos, para que o objetivo da política de segurança nacional possa ser completamente alcançado (DUTRA *apud* BOMENY, 1999, p. 142).

Em outro momento, como exemplo de interferência de uma pasta sobre as outras, Dutra se dirige diretamente ao amigo Capanema para realizar indicações e pedir favores, como a colocação de pessoas em cargos de comando no nível federal:

Prezado amigo Dr. Gustavo Capanema, é muito conhecido em S. Paulo pelos seus dotes de professor e de caráter o professor Dr. Francisco Antonio Rosas, formado pela Escola Superior do Estado de S. Paulo. Está esse educador indicado pelo Departamento Nacional de Educação para o lugar de Inspetor Federal do Ensino Secundário e, em seu auxilio, apelo para o eminente amigo no sentido de velo nomeado interinamente para um dos logares vagos de Inspetor de Ensino Secundário. Tendo interesse em ser útil ao meu recomendado e espero que o amigo coopere comigo. Grato pelo que fizer, cumprimento-lhe com a estima e admiração de sempre, Eurico Gaspar Dutra⁴⁰.

Mas o Ministro da Guerra não recorria ao Ministro da Educação e Saúde sozinho. A proximidade de Dona Carmela Dutra com o poder executivo do Estado Novo podia-se

⁴⁰ Arquivo Gustavo Capanema, CPDOC/FGV. Referência: GC b Dutra 1938

medir pelo quanto ela podia recorrer aos amigos tanto quanto o próprio marido quando era necessário também interceder por alguém. Há no Arquivo Gustavo Capanema (FGV/CPDOC), nove páginas de documentos de cartas trocas entre Carmela e o Ministro, todas com pedidos de intervenções às alunas e alunos do nível secundário o superior. Em todos os casos, resolvidos ou sob a atenção do Ministro, as respostas aos pedidos de Dona Carmela terminavam com invariáveis deferências de estima e amizade.

Aliás, ao contrário do que é propagado até os dias de hoje, quanto ao uso de “Santinha” em seu nome como um predicado jocoso, a Senhora Eurico Gaspar Dutra não apenas assumiu este epíteto, como também parece ter feito força para que assim fosse reconhecida nos meios em que circulava.

Segundo as pesquisas que realizamos em jornais da época, o uso da palavra “santinha” era comum como apelido para mulheres religiosas e identificadas moralmente como exemplo de virtudes. Assim, a entrada que realizamos com a chave “Santinha” no site Hemeroteca Digital retornou milhares de resultados em que o nome completo de uma pessoa vinha acompanhado de *Santinha* entre parênteses.

Entretanto, em resposta a nossa chave de entrada “Santinha Dutra”, entre os anos de 1930 a 1939, o resultado trouxe apenas quatro ocorrências de três notícias. A primeira delas, de 1937, a Dona Carmela Dutra assinava *Santinha Dutra* em uma homenagem póstuma prestada à senhorita Alice Maria Rezende, que tinha parentes militares e educadores (Anexo VIII). Após esse noticiário, outros dois de fevereiro de 1939, na *Gazeta da Manhã* e no *Jornal do Brasil*, assinalavam a ajuda aos pobres e as bodas de prata entre o Ministro da Guerra e a Dona Santinha Dutra⁴¹.

Nos anos 1940, no entanto, repetindo a pesquisa, as ocorrências se tornaram frequentes, estando ligadas ou não a figura do Ministro da Guerra. Contudo, foi apenas no arquivo microfilmado da FGV/CPDOC que conseguimos comprovar que Carmela Dutra já assinava seu nome desta forma. Era a assinatura em bilhete enviado para o Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, que agradecia por um favor concedido: (...) *da amiga certa Santinha Dutra*⁴².

⁴¹ Respectivamente: Correio da Manhã, 18 de Fevereiro de 1939; Jornal do Brasil, 21 de Fevereiro de 1939. Disponível em: www.hemerotecadigital.bn.br. Acessado dia 25 de maio de 2014.

⁴² Transcrição do bilhete destinado a Gustavo Capanema. Arquivo Gustavo Capanema, GC b Dutra, C., FGV/CPDOC.

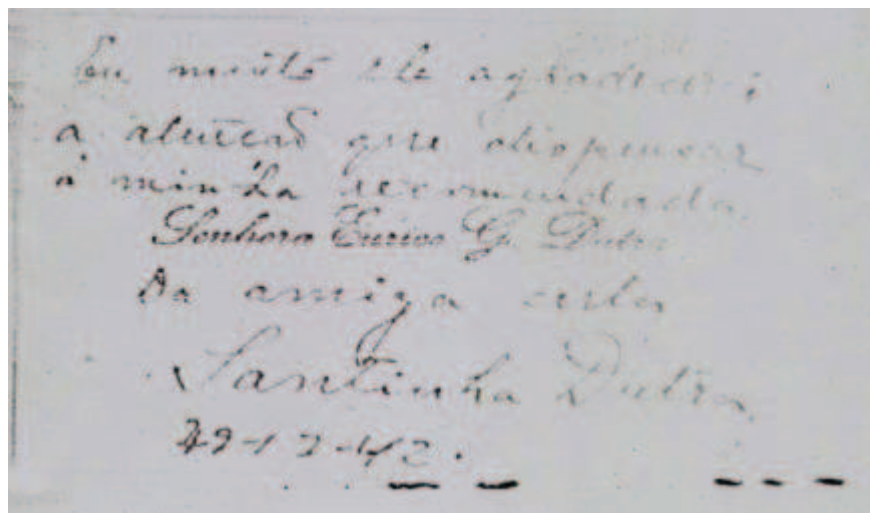


Imagem 8 – 1942 – Agradecimento de D. Carmela Dutra a Gustavo Capanema - Arquivo Gustavo Capanema, GC b Dutra, C., FGV/ CPDOC

O ano de 1942 em que vemos a esposa do Ministro da Guerra assinar como Dona Santinha Dutra é também o ano em que as investigações do FBI norte americano produzem as informações de que ela exibe simpatias “pró-nazi” e as preocupações com a influência no alto círculo em que estão os seus “associados”. É o ano que marca também a entrada do Exército Brasileiro em campo de batalha ao lado dos Aliados (Inglaterra, França, URSS e EUA), embora a proposta de Dutra não fosse essa.

O então diplomata Roberto Campos escreveu em suas memórias que o Ministro Dutra e o Chefe do Estado Maior do Exército, Góis Monteiro, eram contra o rompimento com a Alemanha e a Itália por não acreditarem em uma vitória dos Aliados (CYTRYNOWICZ, 2002). E é também em 1942, por sua vez, na mesma mensagem secreta do FBI, enviada ao secretário de Estado norte-americano, que vemos vinculada a audaciosa afirmação de que Dona Santinha Dutra teria dito: “se o Brasil fosse à guerra, os seus dois filhos seriam os primeiros a desertar do Exército brasileiro”⁴³.

Santinha Dutra ainda se arvoraria de um alto grau de moralidade ao condenar a participação de mulheres no *front* de batalha, mesmo que fosse para auxílio das tropas brasileiras. A enfermeira Virgínia Portocarrero, recentemente homenageada no Congresso Brasileiro de Enfermagem (2013), em entrevista concedida a uma revista de grande circulação, relatou o que Santinha Dutra pensava das mulheres na guerra:

⁴³ Continuação da tradução livre feita da mensagem enviada ao subsecretariado de estado dos EUA. Arquivo Nacional Americano. Arquivo 862,20210 Dutra, Santinha de Correa (Sra.) / 1 na série: Arquivo Decimal Central, 1940-1944; Box 5538; Registros Gerais do Departamento de Estado, Grupo da ficha 59.

Fomos muito combatidas, inclusive pelo povo, que achava que não tínhamos que nos meter que devíamos ficar cuidando da família. Dona Santinha (mulher do marechal Eurico Gaspar Dutra, ministro da Guerra) também era contra e disse que isso era coisa de moça que não prestava. Na cabeça dela, queríamos ir à guerra para namorar, arrumar um namorado militar (PORTOCARRERO. IN: Revista VEJA, 2013)⁴⁴.

Todavia, para Bomeny (1999), o período do Estado Novo caracteriza-se pela militarização do pensamento, posta a situação internacional de guerra. Embora a educação tenha tomado um caminho diferente, como abordaremos no próximo item, havia uma forte proposta de militarização da educação que seguiria um projeto de soberania nacional. Em 1939, quando por conta da realização da VIII Conferência Mundial de Educação, o Ministro da Guerra recomendava ao Presidente da República:

O regime estruturado em 10 de novembro de 1937 estabelece, em matéria educativa, princípios de ordem e de disciplina a serem respeitados, os quais, por isso mesmo, não podem ficar sujeitos a críticas ou à anulação, decorrentes de embates acalorados em assembleias, de que participem espíritos oriundos de todos os credos, de todas as ideologias políticas e das mais variadas culturas (DUTRA *apud* BOMENY, 1999, p. 143).

O regime instaurado com o Estado Novo foi reconhecidamente um período de baixa circulação de ideias, parecendo ser o Ministro da Guerra um dos homens que pensavam ainda em limitar quaisquer propostas de ideologias diferentes que pudessem influenciar os brasileiros, como pudemos ver em suas palavras. Entretanto, o mais surpreendente nesta declaração é a preocupação de circulação de credos diferentes daquele da “cultura nacional”. Isso nos fez indagar se *Além de um militarista, o Ministro da Guerra seria um católico tão fiel quanto a Dona Santinha Dutra? Ou esta citação seria um exemplo de como a influência de Carmela Dutra se fazia sentir sobre o alto escalão do Governo?* O fato é que a proximidade com Getúlio Vargas e com o alto escalão do governo era evidente até para os espiões norte-americanos que abasteciam J. Edgar Hoover.

⁴⁴ Disponível em www.veja.abril.com.br. Acessado 18 de maio de 2014.



Imagem 9 – À esquerda, Carmela Dutra e Getúlio Vargas em jantar em Petrópolis. Arquivo Alzira Vargas do Amaral Peixoto. Imagem 10 – Dir./esq., na mesa, de frente: Ernani do Amaral Peixoto (1º); Virgínia Gordon Wallace (2ª); Getúlio Vargas (3º); Carmela Dutra (4ª) e Pedro Leão Veloso (5º). Na mesa, de costas: Branca Moreira Alves (2ª); Edward R. Stettinius Jr. (3º); e Alzira Vargas do Amaral Peixoto (4ª, semi-encoberta); e Eurico Gaspar Dutra (5º, cortado). Petrópolis, RJ, fev./1945.
Fonte: AVAP foto 009, FGV/ CPDOC.

Na imagem acima, do lado esquerdo, segundo a descrição do Arquivo, no CPDOC, podemos ver D. Carmela Dutra e Getúlio Vargas em momento de descontração. Frente ao Presidente, está Alzira Vargas, tendo ao lado o homenageado naquele jantar de fevereiro de 1945, o subsecretário de Estado norte-americano, Edward R. Stettinius Jr., bem como os demais participantes do evento. Já na imagem à direita, vemos os demais personagens deste jantar, como por exemplo, o Ministro da Guerra Eurico Gaspar Dutra, quase cortado da foto no canto esquerdo.

Com o final da II Guerra Mundial, apesar das movimentações públicas de continuação do Governo Getúlio Vargas⁴⁵, o Presidente foi pressionado a deixar o Poder, terminando assim os anos de Estado Novo. Mesmo assim, a continuação da política varguista fora mantida com o apoio à candidatura de Eurico Gaspar Dutra ao posto maior do Executivo Federal através do Partido Social Democrático – PSD. E ainda no decorrer de 1945, quando as campanhas começaram a tomar corpo, D. Santinha começou se destacar como principal cabo eleitoral do marido, conforme os trechos que destacamos do jornal Gazeta de Notícias, de junho do mesmo ano:

⁴⁵ O movimento do Queremismo surgiu em maio de 1945 com o objetivo de defender a permanência de Getúlio Vargas na presidência da República. O nome "queremismo" se originou do slogan utilizado pelo movimento: "Queremos Getúlio". QUERERISMO, Verbete, FGV/CPDOC. Acessado em 28 de maio de 1945.

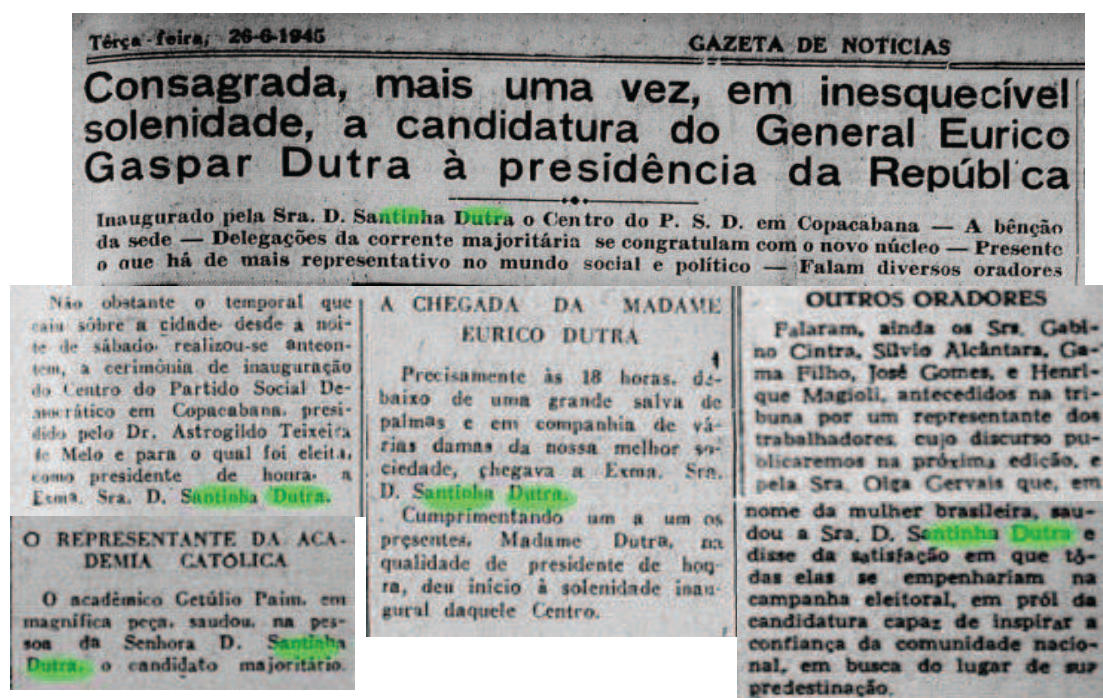


Imagem 11 - Jornal Gazeta de Notícias, 26 de junho de 1945, p. 5. Disponível em:

www.hemerotecadigital.bn.br. Acessado em 28 de maio de 2014.

Em tempo, devemos evidenciar a atuação do Jornal *Gazeta de Notícias* em relação ao casal Dutra, como convém ao trabalho crítico de análise documental de um historiador. Afinal, “mapear fontes é, portanto, preparar o terreno para uma crítica empírica vigorosa que constitua novos problemas, novos objetos e novas abordagens” (NUNES & CARVALHO, 2005, p. 35).

Dona Santinha crescera tanto dentro do Governo Vargas como um nome forte, que passou a representar com destaque a fé católica durante todo o período. O exercício do controle de informações feita pelo DIP acabava por obstar o surgimento de periódicos de oposição, fazendo crescer aqueles que repetiam nomes a favor do Governo Vargas. Esta é a época em que Fioravanti Di Piero, diretor do Jornal *Gazeta de Notícias*, tornou-se um dos principais aliados de Carmela Dutra e também o seu médico pessoal, promovendo a sua imagem no cenário nacional, conforme vemos na reportagem abaixo, de junho de 1945:

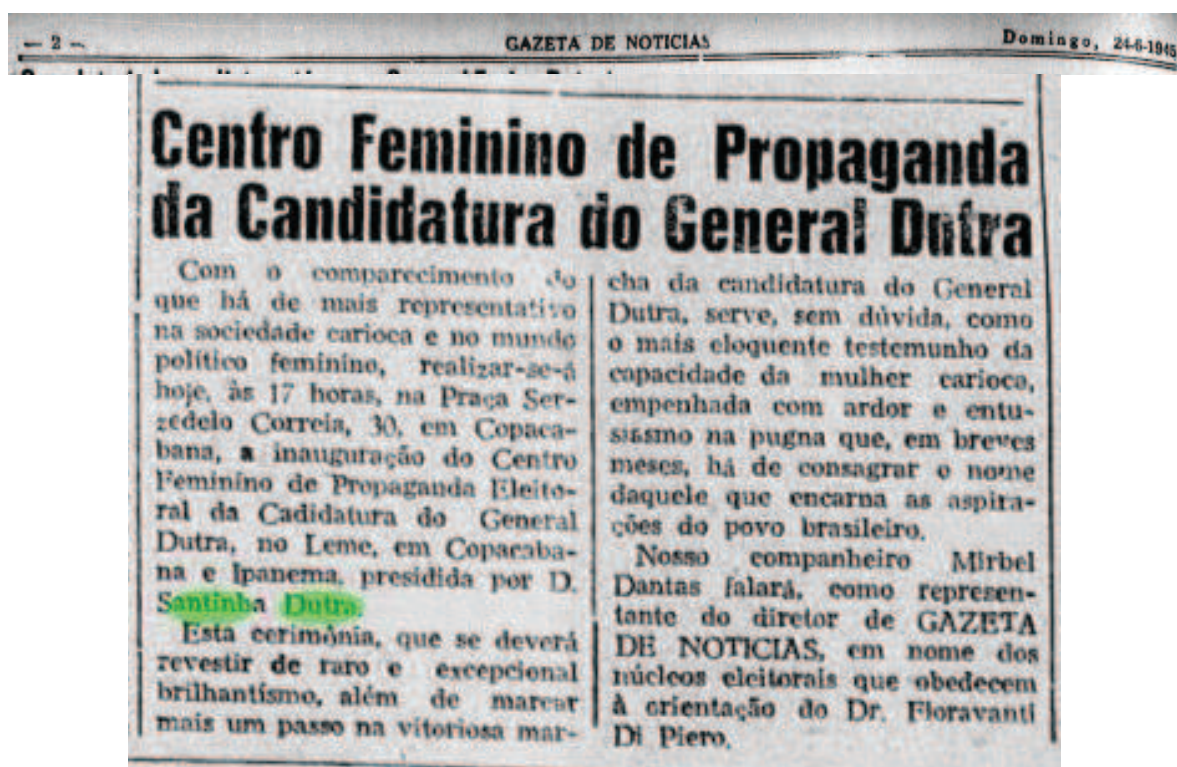


Imagem 12 – Jornal Gazeta de Notícias, 24 de junho de 1945, p. 2. Disponível em: www.hemerotecadigital.bn.br. Acessado dia 10 de junho de 2014.

Uma inimiga para Carmela Dutra

Todavia, a despeito da personalidade em evidência que se tornara Carmela Dutra e do crescimento dos seus aliados por conta da censura, a eleição do General Dutra à Presidência em 1945 não transcorreu sem conflitos entre os presidenciáveis. Entre outros candidatos, representado a União Democrática Nacional – UDN, o Brigadeiro Eduardo Gomes, então tenente que participou da Revolução de 1930, também se destacou, recebendo apoio dos professores do Distrito Federal, notadamente, do Instituto de Educação.

Subindo ao palanque e falando ao microfone, que irradiava para todo o Brasil, por 46 emissoras, a professora Ligia Lessa Bastos fez [a] entrega ao Brigadeiro Eduardo Gomes de uma mensagem de apoio dos educadores nacionais, contendo 1.680 assinaturas. Em Seguida, a Sra. Geni Gomes recebeu das professoras e funcionários do Instituto de Educação outra mensagem de saudação ao candidato da União Democrática Nacional (ENCERRADA A CAMPANHA ELEITORAL DO MAJOR BRIGADEIRO EDUARDO GOMES, Jornal do Brasil, 29 de novembro de 1945, p. 6)⁴⁶.

As professoras do Instituto de Educação do Distrito Federal, *locus* da transformação educacional, que se caracterizava nos anos 1930 a partir do Movimento dos Pioneiros pela

⁴⁶ Disponível em: www.hemerotecadigital.bn.br. Acessado dia 28 de maio de 2014.

Educação Nova (SILVA & LOPES, 2010), colocaram-se em apoio ao candidato udenista, que vendia os docinhos que ficaram conhecidos como “brigadeiros” para financiar a sua campanha eleitoral, enquanto o tradicionalismo e a manutenção do pensamento político de Vargas, representado dentro do PDS pelo General Dutra e Dona Santinha Dutra, lideravam as pesquisas para a Presidência.

Aquele novembro de corrida eleitoral em 1945, quando o ato da professora Lygia Maria Lessa Bastos de entregar o “livro de ouro” com assinaturas ao udenista Brigadeiro Eduardo Gomes ganhou os jornais, não ficaria sem ser sentido nas fileiras do Partido Social Democrático. Como convém a uma eminência parda, a própria Santinha Dutra, fazendo uso de seus contatos, responderia a essa ação da professora que desafiou a candidatura do General Dutra. A jovem professora Lygia Lessa, que também era professora do Instituto de Educação, sofreu com isso uma retaliação dura, estabelecendo a partir daí, um vínculo interessante para a história da Escola Normal Carmela Dutra que veremos mais adiante.

Mas, por ora, precisamos aprofundar o nosso entendimento de o quanto a relação conflituosa entre duas perspectivas educacionais e políticas podem ter influenciado a vida de Dona Santinha, os projetos de expansão da formação de professores do governo e também a criação de uma nova escola normal nos subúrbios da Capital Federal. Isso porque, segundo as pesquisadoras Clarice Nunes e Marta Maria Chagas de Carvalho:

A riqueza do diálogo das fontes com as teorias é, portanto, a possibilidade de, além de problematizar a ambas, alterar as representações que temos não só delas, mas também da própria pesquisa histórica. É importante que tais representações não são apenas criações do espírito, mas produtos da mentalidade de uma certa época, de certas categorias sociais e de determinados grupos (NUNES & CARVALHO, 2005, p. 37).

Precisamos, assim, conhecer quem são os outros atores sociais envolvidos nesse processo, como eles agiram no sentido de implementar os seus projetos, para então entender quem foi a Dona Carmela Dutra, de professora a primeira dama.

2.2 – Projetos e personagens que ilustram o Brasil do início do século XX

A Revolução de 1930 é considerada um marco histórico de mudança política, econômica e social do Brasil. As oligarquias paulista e mineira, que pressionaram o antigo

Império e que mantiveram durante a Primeira República as rédeas do poder nas mãos de parlamentares correligionários, se enfraqueceram na medida em que conflitos internos desarticulavam a mistura política do “café com leite”. Surgiu daí o movimento contestatório que levou o país a mudanças no eixo econômico, passando do rural ao urbano, levando com ele a necessidade da constituição de novos cidadãos. Brasileiros modernos, ligados às inovações das sociedades industriais e com novas perspectivas de consumo para as suas vidas (FAUSTO, 2006).

A imagem do brasileiro nos anos 1920

Entretanto, devemos frisar que a imagem construída pelo brasileiro de si mesmo ainda passava pelo rural, sendo traduzida frequentemente por atitudes como indolência, ignorância e sujeira. Personagens como Macunaíma, de Mário de Andrade ou Jeca Tatu, de Monteiro Lobato, repetiam em suas falas a preguiça em trabalhar e habitar as cidades urbanizadas que aos poucos começavam a eclodir, frutos de uma política de industrialização iniciada por Getúlio Vargas. Para Sonia Camara,

Uma das imagens da nação frequentemente avocadas referia-se a uma visão pessimista do país em decorrência de sua formação histórica e cultural defeituosa, acionada pela compreensão de que a miscigenação que no Brasil se realizou dera origem a uma raça, degenerada, analfabeta, repleta de vício, doente e comprometida pelos efeitos do clima tropical. A esse quadro desolador, associou-se a falta de regras e de moral que marcou, de forma insofismável, o povoamento do país (CAMARA, 2010, p. 123)

Monteiro Lobato, na publicação de *Urupês* em 1918, referiu-se pela primeira vez à figura do caboclo brasileiro ao citá-lo como “espécie de homem baldio, seminômade, inadaptável à civilização” (LOBATO, 1994, p. 161). Também afirmava que, quanto mais o progresso chegava perto dele, o “bicho” se afastava por não querer adaptar-se. O então presidenciável Ruy Barbosa, em 1919, usava ainda em seus discursos os termos *símbolo de preguiça e fatalismo, de sonolência e imprevisão, de esterilidade e tristeza, de subserviência e embotamento* (BARBOSA, 1983), para referir-se às pessoas que, nos moldes de Jeca Tatu, não embarcavam nos ideais de modernidade.

Quatro anos após o de *Urupês*, Lobato lançou outra coletânea de contos, com o título homônimo ao que havia consagrado o caboclo brasileiro: *Problema Vital*. Em tal obra, já sob as leituras de Belisário Pena e Arthur Neiva⁴⁷ (PALMA, 2003), Lobato

⁴⁷ Belisário Pena e Arthur Neiva era médicos sanitaristas com grande atuação no início do século XX (Verbete, Belisário Pena/ Arthur Neiva, FGV/ CPDOC).

começava a redimir o “fazedor de sapezeiros”⁴⁸, atribuindo-lhe a ignorância e as doenças como as verdadeiras origens de sua apatia, desleixo e prostração, que apenas em aparência eram as suas características intrínsecas, como podemos ver no anúncio abaixo.



Imagem 13 - Almanaque do Biotônico, 1935, p. 4. Ilustração de J. U. Campos *apud* GOMES, 2006.

A figura negligente com a própria vida encontrava a sua saída para uma existência melhor na campanha fervorosa então adotada por seu idealizador a favor da saúde. A falta de uma população sã apareceu claramente como o primeiro entrave ao projeto de nação moderna. A solução sanitaria passou então a ser a tônica das discussões que levaram à escola, os procedimentos higiênicos como matéria obrigatória para evitar enfermidades como a ancilostomose, malária e doença de chagas. Mas o povo brasileiro, sem instrução, rechaçou veementemente a interferência no seu corpo, como demonstrou a Revolta da Vacina, conforme já apontamos. O segundo entrave, então, aparecia coligado ao primeiro: a taxa de analfabetismo no Brasil chegava aos 65% para a população de 15 anos de idade ou mais⁴⁹, taxa esta que, ironicamente, coincidia com a taxa que alcançavam as infestações por doenças, com expressão Lobato: “Um país com dois terços de seu povo ocupados em pôr ovos alheios” (LEITE, 2010, p. 183).

⁴⁸ Sapezal é o lugar onde se concentram muitos sapés, planta de origem gramínea. Contudo, o termo é usado aqui com o sentido de terra estéril, deserto, onde nada cresce ou é aproveitado.

⁴⁹ INEP. *Mapa do analfabetismo no Brasil*. Disponível em: http://www.publicacoes.inep.gov.br/arquivos/%7B3D805070-D9D0-42DC-97AC-5524E567FC02%7D_MAPA%20DO%20ANALFABETISMO%20NO%20BRASIL.pdf. Acesso no dia 7 de março de 2014.

A crença da época consistia em mudar essa situação a partir da escola e fazer as crianças chegarem às escolas significava construir mais escolas. Além disso, fazê-las funcionar, por sua vez, significava reorganizar os aparelhos escolares e formar mais professores. Como fazer isso diante de uma situação que apresentava com poucos avanços desde o final do Império, em 1889? Uma época em que a educação era vista como algo improvisado⁵⁰, conforme apontam Schueler e Magaldi (2008):

Zombando do passado, as escolas imperiais foram lidas, nos anos finais do século XIX, sob o signo do atraso, da precariedade, da sujeira, da escassez, e do “mofo”. Mofadas e superadas estariam as ideias e as práticas pedagógicas – a memorização dos saberes, a tabuada cantada, a palmatória, os castigos físicos etc. –, a má formação ou a ausência de formação especializada, o tradicionalismo do velho mestre-escola. Casas de escolas foram identificadas a pocilgas, pardieiros, estalagens, escolas de improviso – impróprias, pobres, incompletas, ineficazes (SCHUELER & MAGALDI, 2008, p. 35).

Nos anos 1920, quando Dona Carmela Dutra ainda dirigia o Instituto Profissional Orsina da Fonseca, uma “nova” proposta de educação se apresentou diante do tradicionalismo católico enraizado no país. Em 1927, segundo artigo de Sonia Camara, o professor Deodato Moraes apresentava sua tese “A Nova Escola”, na I Conferência Nacional de Educação, realizada na Associação Brasileira de Educação. Moraes apontava que era preciso “delinear os princípios científicos e práticos do trabalho, da profissionalização e da saúde como parâmetros a partir dos quais a escola deveria se organizar” (2004, p. 160).

A lei biogenética, segundo a qual a criança deve ser antes um bom animal para ser mais tarde um bom civilizado, é a pedra angular da Escola Nova. Que importam os métodos, processos, livros e aparelhagens ótimos, quando a matéria-prima não está em condições de ser preparada. Ninguém pode ensinar uma criança doente. Saúde em primeiro lugar e, depois, sabedoria. (...) A Escola Nova é, assim, a Escola da Saúde (MORAES, 1997, p. 615 *apud* CAMARA, 2004, p.159).

Também em 1927, Fernando de Azevedo assumiu a Direção Geral da Instrução Pública do Distrito Federal. E junto com ele, uma nova proposta de escola baseada no estudo de Deodato Moraes se coadunava com as perspectivas crescentes de modernização do ensino. Para tal, a escola precisava de funcionários concursados e de vencimentos equiparados, bem como o Brasil começava a ser pensado com uma nova moral, novos

⁵⁰ Essa visão foi construída pela historiografia educacional que contempla as décadas de 1920-30 como um marco de renovação, desqualificando experiências e práticas anteriores. Em especial citamos a obra de Fernando de Azevedo – *A Cultura Brasileira*, cuja primeira edição data de 1944.

costumes e valores, e com uma renovada disposição para o trabalho advindos da introdução de disciplinas como a ginástica, o desenho e os trabalhos manuais (GOMES, 2002). A escola, aos moldes do que serviu para os países europeus em industrialização, tomava o mesmo rumo no Brasil, com o acréscimo apenas da grande preocupação higienista que caracterizou o período. Enfim, tratava-se de:

Fomentar um projeto que conseguisse extirpar do cenário carioca os males do seu atraso, identificados com o analfabetismo e a doença, significava a possibilidade de o Estado estabelecer as bases para promover o ajustamento e a inserção da capital e, por conseguinte, do país à ordem capitalista internacional fomentando e potencializando progressos técnicos e científicos na edificação de uma nova ideia de civilização. Entre as formulações apresentadas, o projeto de reforma previa uma ampla reestruturação do ensino, inspirando-se no propósito de atribuir à escola uma tarefa “social” e “nacional”, desenvolvendo para isto a sua renovação interior a fim de adequar o ensino à criança (CAMARA, 2004, p. 162).

As disciplinas para os primeiros anos de ensino passaram a ser compostas em grande parte por componentes voltados para a higiene pessoal a partir dos *Programas para as escolas primárias*, publicado em 1929 (CAMARA, 2004). O novo projeto de cidadão brasileiro ligou diretamente a questão da boa saúde com o alto rendimento no trabalho e civismo patriótico, tendo isso tudo a escola como o seu mais genuíno amálgama.

Os princípios dos projetos educacionais dos anos 1930

O processo desencadeado a partir do movimento revolucionário de 1930 acabou por criar as condições políticas ideais para o avanço de intelectuais que pensavam como Deodato Moraes e Fernando de Azevedo, embora também trouxesse com ele o ranço de poderes ideológicos enraizados na cultura nacional.

Segundo a historiadora Libânia Xavier, em 1931, Francisco Campos assumiu o recém-criado Ministério da Educação e Saúde, convocando intelectuais e profissionais da área para a IV Conferência Nacional de Educação, que aconteceria no mesmo ano, “sob os auspícios do Governo” (2002, p. 18). O evento apresentava como marca a discussão de um projeto de educação para o país, concentrando-se na Educação Primária, posto que o Governo já havia publicado as bases da Educação Secundária e Superior. E, durante o Congresso, o jornalista Nóbrega da Cunha praticou uma estratégia que visava garantir que o grupo de intelectuais identificados com a renovação educacional do país fosse o único a ter voz no governo provisório de Vargas.

Utilizando como último recurso um requerimento encaminhado à mesa e à Assembleia da IV CNE, Nóbrega da Cunha conseguiu obter de seu Presidente, Fernando Magalhães, a incumbência de redigir um manifesto que *servisse de base para o governo e de tema para o Congresso técnico*. Em seguida, ele transferiu essa incumbência para Fernando de Azevedo, que deveria aceitá-la em nome *do Governo, da imprensa e do povo* (XAVIER, 2002, p.21).

Ainda em 1931, Anísio Teixeira e Carneiro Leão passaram pela presidência da Associação Brasileira de Educação. No ano seguinte, Lourenço Filho assumiu a direção dos trabalhos para a construção da V CNE, enfraquecendo o grupo católico que, até então, controlava as duas entidades (XAVIER, 2002).

Finalmente, em 1932, o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* (AZEVEDO, 1932), escrito por Fernando de Azevedo fora publicado em vários jornais, tendo como signatários Nóbrega da Cunha, Anísio Teixeira, Carneiro Leão, Lourenço Filho, entre outros.

O projeto modernizador do Manifesto tinha como base a implantação de uma escola pública, leiga e gratuita que, transformada na instituição central da estrutura social, integraria as demais instituições num todo orgânico por meio do qual se substanciaria a plena realização da vida pública moderna, seja pela secularização e racionalização da cultura seja pela demarcação da livre subjetividade do indivíduo alçado à condição de cidadão pela universalização do acesso à educação garantida pelo Estado (XAVIER, 2002, p. 71).

A repercussão imediata da publicação antagonizou de vez as relações dos pioneiros com o grupo de educadores tradicionais. Os católicos, que viam seu poder de influência declinando desde o estabelecimento de República laica no Brasil, passaram a escrever as mais duras críticas ao grupo dos novos educadores.

Tristão de Athayde, um dos mais brilhantes defensores dos interesses do grupo católico, acusava o manifesto de ser *anticristão* por negar a supremacia da finalidade espiritual; *antinacional*, pois desprezava a tradição religiosa do povo brasileiro; *antiliberal* porque [é] baseado no que Athayde chamou de *absolutismo pedagógico* do Estado e na negação da liberdade de ensino. Acrescentava ainda que o Manifesto era *anti-humano* pois desconhecia a natureza superior do homem, subordinando-o a uma finalidade apenas material e biológica. Por fim, o Manifesto era sim *anticatólico*, pois pretendia impedir a Igreja de exercer qualquer intervenção pública na educação dos crentes (XAVIER, 2002, p. 33).

Tristão de Athayde era o pseudônimo de Alceu Amoroso Lima, homem que esteve na posição de Presidente e Diretor da revista *A Ordem*, concentrou suas críticas acerca do projeto inovador de educação dos Pioneiros da Educação Nova neste semanário. Em suma, a função de *A Ordem* era de divulgar o pensamento católico e contestar posições diferentes

as da Igreja, buscando e publicando artigos de manutenção de suas tradições e combate às ideias hostis aos valores cristãos.

Mas as competências de Alceu Amoroso Lima o levaram para além da sua revista. Ele esteve em posição similar a de Dona Carmela Dutra. Lima exerceu como escritor, poeta e líder católico, poder sobre a gestão do Ministro da Educação e Saúde quando se tornou amigo e conselheiro do Ministro Gustavo Capanema durante o Estado Novo (GOMES, 2002). A atuação literária de Tristão de Athayde tornava as suas ideias públicas, enquanto por outro lado Dona Santinha Dutra atuava de maneira velada e discreta dentro do Governo Vargas. Sendo pública ou não, a Igreja Católica ajudou a sustentar Vargas já nos primeiros anos da sua Revolução, oferecendo a “aliança de todas as correntes que defendam, no Brasil, suas instituições sadias e fundamentais, como a família e as ideias sadias e construtivas como a pátria e a religião (...)” (BAÍIA HORTA, 1994, p. 116). E tendo em troca uma “ação firme na defesa da coletividade” (ibidem), que apareceu em eventos como a inauguração do Cristo Redentor e a inclusão, mesmo que facultativa e depois de 40 anos de República laica, do ensino religioso nas escolas públicas⁵¹.

Sobre as críticas que os intelectuais católicos escreviam sobre os Pioneiros, Libânia Xavier ainda resume desta forma:

(...) os católicos criticavam o que eles interpretavam como *desprezo pela tradição católica do povo brasileiro*, manifestado não só pela defesa da laicidade mas também pelo transplante de teorias de países estrangeiros. Por essa via, os pioneiros eram tachados de *desnacionalizadores e descristianizadores da infância brasileira* (XAVIER, 2002, p. 35).

Contudo, as qualificações anticristã e antinacional não eram termos usados apenas para os Pioneiros. O crescimento e a variação dos matizes socialistas nos anos 1930 assustou o grupo católico, fazendo aflorar acusações de *comunista* a qualquer um que se levantasse contra a sua autoridade. As casas brasileiras, que a essa altura já tinham como exemplos edificados pelos jornais do que seria a virtude e a fé cristã na imagem de D. Carmela Dutra, começaram a ser bombardeados com matérias, livros, notícias de rádio, produções de teatro e cinema que antagonizavam o comunismo à moral da família: “Em época nenhuma a História registrou cenas tão horripilantes de degradação moral, de dissolução de costumes (...)” (BRITO, 1932, p. 160). Na obra *O anticomunismo no Brasil*

⁵¹ Segundo Baía Horta, a Constituição de 1934 torna obrigatória a oferta da disciplina Ensino Religioso, sendo a frequência facultativa. A inclusão do ensino religioso no currículo das escolas públicas foi determinado pelo Decreto n.º 19.941, de 30 de abril de 1931. (BAÍIA HORTA, 1994, p. 134).

(1917 – 1964), o historiador Rodrigo Motta (2002), destacou expressões comuns destinadas aos comunistas no período:

(...) deter a marcha dos filhos das trevas (...)⁵²; (...) força demoníaca⁵³; (...) phalange impenitente dos demônios evadidos do inferno russo (...)⁵⁴; planos diabólicos (...)⁵⁵; arte diabólica (...)⁵⁶; O seu trabalho, surdo e subterrâneo, traiçoeiro e astucioso, qual verme a perfurar o lodo (...)⁵⁷.

Anísio Teixeira, um dos signatários e principais nomes do Manifesto da Educação Nova, fora, em 1935, acusado de ser simpático às ideias comunistas, acabando por demitir-se do cargo de Secretário de Educação do Distrito Federal (LOPES, 2006). Afinal, as suas ideias para uma escola laica, pública e gratuita, tendo como uma de suas diretrizes para o futuro o industrialismo, apontavam a escola tradicional como uma mordada ao pensamento humano. Em suas palavras,

A escola fundada nos “programas de lições previamente traçadas” e no regime do “aprende ou serás castigado” ignorava, antes do mais, a complexidade do ato educativo e tudo que podia, realmente, conseguir, eram crianças hábeis no jogo da dissimulação, que procuravam cumprir – para evitar a pena ou ganhar o prêmio –, com o mínimo de responsabilidade voluntária, a tarefa obrigatória que lhes marcavam os mestres (TEIXEIRA, 2007, p. 30).

No entanto, o cerne das acusações eram, na verdade, os projetos que os grupos tinham para o país. Programas que diferiam de tal forma a opor religião e ciência, um passado criador de valores diante de um presente ou um futuro de evolução técnica (XAVIER, 2002).

A professora primária e o contexto dos anos 1920 e 1930

Embora muitos políticos e intelectuais concordassem que não possuíamos ainda uma nação e um povo, muitos também consideravam que um dos caminhos seguros para atingir tal meta era o dos bancos escolares, a começar pela instrução primária. Foi essa certeza que tornou a figura do professor primário uma chave da escola republicana. Como ela era, por excelência um local de aprendizado não só de conhecimentos, mas de valores cívicos e morais necessários à regeneração (lenta, é verdade) de toda a sociedade, o professor encarnava esse objetivo transformador. Ele precisava ganhar prestígio e reconhecimento social para que então pudesse ter autoridade em sua missão. Justamente por isso, o professor,

⁵² O Diário. 26.11.1935, p. 2. *Apud* MOTTA, Rodrigo. *Em guarda contra o perigo vermelho – O anticomunismo no Brasil (1917 – 1964)*. São Paulo, Editora Perspectiva, 2002.

⁵³ O Diário. 17.6.1937, p.2. *Apud* MOTTA, Rodrigo. *Idem*.

⁵⁴ A Noite. 19.12.1937, p. 2. *Apud* MOTTA, Rodrigo. *Idem*.

⁵⁵ Jornal do Brasil. 27.12.1935, p. 11. *Apud* MOTTA, Rodrigo. *Idem*.

⁵⁶ O Estado de São Paulo, 24.9.1937, p. 3. *Apud* MOTTA, Rodrigo. *Idem*.

⁵⁷ Brasil. Polícia Militar do Distrito Federal. Guia de Combate ao Comunismo. Para uso dos quadros da tropa, Rio de Janeiro, Tipografia da Polícia Militar, 1938, p. 35. *Apud* MOTTA, Rodrigo. *Idem*.

além de possuir saber técnico para o exercício do magistério, tinha que ser um modelo de virtude. (...) as professoras primárias eram definidas como verdadeiras “construtoras da nação”, e a profissional modelo era aquela formada nas escolas normais (GOMES, 2002, pp. 404-405).

Contava, portanto, como de grande importância a influência do Estado sobre a professora primária. O controle sobre a aparência e a essência da profissional de ensino chegava – como também chegou às crianças – ao controle do seu corpo. Como padrão profissional que segue até os dias atuais, relevando algumas mudanças, foi adotada a *caligrafia muscular*, que se apoiava na ideia de que a escrita arredondada, cursiva, seguida de uma série de prescrições para o corpo que iam desde o posicionamento na cadeira, passando pela preocupação da simetria nas pregas das saias, a forma de segurar a pena, até a inclinação de 45° do papel à mesa levaria a perfeição física e moral (VIDAL, 1998).

Outro exemplo dessa preocupação foi a discussão no final dos anos 1920 sobre os relacionamentos que uma professora poderia ou não ter. Para a tensão constante de algumas professoras e militância de outras professoras, havia também a proposta de tornar a prática do celibato algo obrigatório para a atividade docente. De um lado, o professor Luiz Palmeira, entrevistado pelo jornal *A Pátria*⁵⁸, destacou os hábitos de honradez imprescindíveis aos profissionais de ensino:

E, depois, o que se nota numa escola infantil é que a professora casada é mais carinhosa, mais paciente do que a solteira. Esta, em via de regra, quando alcança uma certa idade, quando certos fenômenos do seu sexualismo atingem determinados pontos, o seu psiquismo é vitimado por um desequilíbrio nervoso (PALMEIRA, 1928 *apud* VIDAL *et al*, 2000, p. 196).

Benevenuta Ribeiro, Diretora da Escola Profissional Feminina Rivadavia Corrêa, por sua vez, afirmava peremptoriamente:

Sou francamente favorável ao celibato das professoras, por julgá-lo uma necessidade para o ensino. Não digo isso porque sou celibatária. Digo porque essa é minha convicção. Acho que a professora quando se casa deve isolar-se do ensino. Se enviuvar ou se a assaltarem dificuldades prementes estão poderá voltar a exercer sua atividade numa escola. (...) Não. Não tenho a menor dúvida sobre o assunto. Sou pelo celibato. Professora é uma vocação, é uma profissão de renúncia. Professora não deve ser aquela que precisa ganhar a vida, mas aquela que se julgue capaz de o ser e com coragem suporte todos os sacrifícios (RIBEIRO, 1928 *apud* VIDAL *et al*, 2000, p. 198).

⁵⁸ O Jornal *A Pátria* realizou uma série de entrevistas para saber a opinião de educadores sobre a proposta de tornar o celibato uma prática obrigatória as professoras nos final dos anos 1920. Trechos destas entrevistas foram retirados do Arquivo Fernando de Azevedo, produzido pela Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.usp.br/niephe/publicacoes/docs/REFORMA.PDF>. Acessado entre os dias 6 e 8 de março de 2014.

À época, a reforma de Fernando de Azevedo (1928) não decidiu pelo celibato docente, mas também não se furtou em controlar a aparência das professoras quando instituiu um novo uniforme para o curso normal:

Damos em primeira mão os novos uniformes da Escola Normal, uniformes esses modificados em virtude do artigo 747 do decreto 3.281, de 23 de Janeiro de 1928. (...) Eis as especificações contidas nas instruções que deverão baixar ainda amanhã: Blusa branca de pano não transparente (morim, linho, tricoline) abotoada com botões de madrepérola, punhos e gola de 7 cent. De largura. Cinto de casemira branca 3 cent. De largura. Gravata de fita de gorgorão n. 12 azul marinho escuro, presa pelo distintivo da E.N. feito em metal prateado. Saia de casemira azul marinho escuro em machos de 10 cent (A PÁTRIA, 1929, Sem Página)⁵⁹.



Imagem 14 – Fonte: CMEB/ISERJ. Coleção da Exposição *Um olhar sobre o Instituto de Educação* (2009).

Já tendo a professora como aporte moral nos anos 1930, a escola, com o *status* oficial de socializadora da criança, sobrepondo-se à família e a Igreja, precisava então transformar-se em um ponto de referência para além de ser o local de construção do saber do “homem civilizado”. Ela precisava ser uma alusão espacial do que uma República de cidadãos poderia e deveria realizar frente ao modelo de súditos do antigo Império brasileiro.

⁵⁹ Jornal A PÁTRIA. *As Normalistas vão ter novos uniformes*, 14 de março de 1929. Presente no trabalho em slide de VIDAL, Diana & et al. *A reforma de Ensino no Distrito Federal (1927 - 1930)*. Disponível em: www.usp.br/niephe/publicacoes/docs/REFORMA.PDF. Acesso dia 7 de março de 2014.

Então, um ano depois de ser determinado com detalhes qual seria o novo uniforme das normalistas, terminava a construção de um suntuoso prédio em estilo neocolonial na Rua Mariz e Barros, número 273. Destinado a ser o modelo de formação docente para a “nova educação” do país, o prédio fora idealizado por Fernando de Azevedo, enquanto o modelo formativo do curso foi concebido por Anísio Teixeira, ocupante da Diretoria da Instrução Pública entre 1931 e 1935. Caberia ainda a outro signatário do Manifesto de 1932, Lourenço Filho, a gestão da nova instituição entre 1932 e 1937. Assim, o Instituto de Educação do Distrito Federal constituiu-se, no dizer de Venâncio Filho, a “obra-síntese da renovação educacional” fruto da inspiração e trabalho dessa tríade de Pioneiros (VENANCIO FILHO, 1945 *apud* LOPES, 2008, p. 87).

Na verdade, como nos informa a historiadora Sonia Lopes, esse seria o primeiro prédio próprio feito especialmente para abrigar a Escola Normal da capital, pois quando foi criada, em 1880, ainda no Império

(...) funcionou precariamente nas dependências do Colégio Pedro II, e em pouco menos de um mês [...] seria transferida para o edifício da Escola Politécnica, no Largo de São Francisco. Em 1888, uma nova transferência para a Praça da Aclamação, onde depois funcionou a Escola Rivadavia Correia, e daí para a Escola Estácio de Sá, no bairro do Estácio, onde se manteve até 1930, quando foi inaugurado o prédio da Rua Mariz e Barros, na gestão de Fernando de Azevedo junto à Diretoria de Instrução Pública do Distrito Federal (LOPES, 2012, p. 81).

Feita a mudanças às pressas, incluindo aí a participação de alunos e professores no transporte de seu mobiliário, pois constava que revolucionários de 1930 poderiam ocupar o prédio (ENÉAS, 1998), o Decreto Municipal nº 3.810, de 19 de março de 1932, dentro da chamada Reforma Anísio Teixeira (1931 – 1935) transformou a Escola Normal em Instituto de Educação do Distrito Federal. Essa mudança tornou-se um dado importante aos nossos estudos, como veremos nos próximos capítulos, pois ela não aconteceu apenas no nome, mas também na concepção da nova instituição. O Instituto compunha-se de uma escola secundária, uma Escola de Professores, em nível superior, além dos campos de aplicação dos futuros professores: a escola primária e o jardim de infância.

Ainda no final da gestão Fernando de Azevedo, entre 1929 e 1930, foram realizados diversos concursos para docentes sendo admitidos profissionais que passaram a lecionar na nova Instituição, em sua maioria, na condição de catedráticos. A arquitetura do novo prédio destinado ao IE, junto as suas normas e as leis também inauguradas na década de trinta do século XX, sobrepostas aos valores morais erigidos, contribuíram

decisivamente para construção da identidade da normalista do Instituto de Educação. Como afirma François Dubet (2006, p. 44):

Por um lado, a instituição socializa ao indivíduo a partir de quem ela é, lhe incute um *habitus* e uma identidade conforme os requisitos da vida em sociedade. Por outro lado, como apela para valores e princípios universais, o programa institucional vai além da mera integração social, desenvolve um sujeito capaz de dominar e construir sua liberdade graças a fé ou a razão.

Mas as disputas continuavam a levar de um lado para o outro a formação de professores. Conforme já apontamos, o Instituto de Educação, que dispunha então do curso conhecido como *Escola de Professores*, responsável pela formação de nível superior, tornou-se parte integrante da Universidade do Distrito Federal (UDF), também criada pelo Secretário da Educação Anísio Teixeira em 1935 sob o nome de *Escola de Educação*. Essa unidade passou a promover a formação de professores de nível primário e a formação pedagógica do magistério secundário (LOPES, 2006, 2009). Contudo, em 1939, com Anísio Teixeira afastado do cargo, a UDF foi extinta e diversos cursos, com exceção do curso de formação de professores primários, foram absorvidos pela nova Universidade do Brasil, criada pelo Ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema.

Aliás, as reformas realizadas pelo Ministro Capanema no período de 1934 até 1945 (reformas que perpassaram o Estado Novo), reorganizaram o ensino secundário e o ensino normal no país, sem, contudo, retirar o ensino religioso das suas grades curriculares. Segundo Schwartzman (1984), o maior crescimento no período aconteceu no nível secundário, pois o número de alunos em 1933 era de 66.420 e 1945 já chegava a 256.664.

Para a historiadora Ângela de Castro Gomes (2002), a Igreja então pareceu fazer do ensino médio um campo de batalha mais efetivo no resgate do seu poder de influência na sociedade brasileira, quanto neste período, além de garantir o ensino religioso nas escolas públicas, investiu massivamente na construção de colégios para as famílias mais ricas e refinadas.

2.3 – A Mulher do Presidente e a criação da ENCD

Nos anos 1940, os ânimos das disputas entre os dois grupos de educadores pareciam se arrefecer. Segundo Baía Horta, a rejeição dos católicos ao totalitarismo e a um governo autoritário vão levar ao Ministro Gustavo Capanema a propor um novo acordo

entre o Estado e a Igreja. Se em 1931, o então Ministro Francisco Campos assegurava a mobilização de toda Igreja ao lado Governo, em 1944, Capanema promete a “simpatia” das “correntes militantes do catolicismo brasileiro” (BAÍIA HORTA, 1994, p. 125). Em troca, Vargas deveria “combater o totalitarismo, assegurar o primado do direito e manter diretriz segura e constante com relação às políticas da família, do trabalho e da educação” (idem).

Também para Simon Schwartzman, a Igreja no Brasil apresentava duas correntes de pensamento bem desenhadas em 1944. A corrente *Conservadora*, na qual “é o comunismo que (...) temem, sobretudo, e é contra o comunismo que combatem. Aceitariam qualquer solução que importasse a liquidação do comunismo” (1984, p. 259). E a corrente *Progressista*, que vislumbrava ainda outros inimigos além do comunismo. Assim, para este grupo, o totalitarismo deveria ser combatido em suas três formas: “totalitarismo nazista, de tipo alemão ou italiano; o totalitarismo soviético, de tipo russo; e o totalitarismo militar, de tipo argentino” (ibidem).

Dentre os atores sociais que gravitavam suas influências em torno do Ministro da Educação Gustavo Capanema, conforme já destacamos, estavam Alceu Amoroso Lima, D. Santinha Dutra e o General Eurico Gaspar Dutra. Esses três personagens, todos católicos, se alinharão de uma forma ou outras a essas novas correntes que aparecem com o fim do Estado Novo e da II Guerra Mundial.

Segundo Baía Horta (1994), Alceu Amoroso Lima escreveu em 1945 sobre as suas concepções políticas, tentando arrazoar suas atitudes ao olhar para o passado e se perceber diante da provável volta à democracia.

Muitos da nossa geração rejeitamos, em tempo, a democracia, por ser ela, ou pelo menos se ter tornado exclusivamente o setor político da burguesia, a máscara da hipocrisia política de que ela se revestia para “fazer crer ao povo que ele governa”, (...) É em Maritain que vamos procurar os fundamentos metafísicos indispensáveis para uma reestruturação da dignidade da democracia, que deixa de ser, quando bem entendida e aplicada, a defesa de uma classe moribunda, para se tornar a garantia dos próprios direitos do homem, contra toda opressão econômica e política, na sociedade (LIMA, Alceu Amoroso *apud* BAÍIA HORTA, 1994, p. 124).

Estava claro que “Tristão de Ataíde” agora começava a seguir por caminhos mais progressistas, enquanto Dona Santinha e o Presidente Dutra, segundo as pesquisas que realizamos, se identificaram mais com a corrente conservadora ao qual se referiram Baía Horta (1994) e Schwartzman (1984). Durante o imediato pós-Guerra e pós-Estado Novo, isto é, nos primeiros meses do ano de 1946, o casal Dutra, além de mudar o foco

educacional do país, que agora será a Ensino Primário⁶⁰, também manterá acesa sua disposição de caça aos comunistas.

O Imediato pós-Guerra e o pós-Estado Novo

Exma. Sra.

As mães, esposas, filhas, irmãs e noivas de todos os fiscais aduaneiros que servem o Brasil, não podiam olvidar V. Exa. nesta hora difícil de nossa Pátria.

Difícil porque um vendaval de egoísmo, de materialismo, de desordem moral e social, sacode o edifício da Família como que querendo fazê-lo aluir.

A infiltração no espírito de nosso povo de doutrinas que se afastam por completo dos princípios que tiveram por berço o Calvário encontrou no seio da Família Brasileira ambiente propício, graças às graves crises que afligem a Humanidade desde a Grande Guerra de 14 e que se agravaram assustadoramente com a última hecatombe que a arrasou material, moral e espiritualmente. (...)

E a vós Exma. Sra., as nossas mães, as nossas esposas, as nossas filhas, irmãs e noivas confiam o destino religioso da Família Brasileira.

Confiam no vosso exemplo de esposa, de mãe, de brasileira e de cristã.

Estão certas de que as fervorosas preces de V. Exa. Junto a essa imagem que vos oferecem, conseguirão salvar nossa terra, salvar o nosso amado Brasil, desse dilúvio de descrença, de materialismo, que cobre a Humanidade e ameaça nossa Pátria, no que ela possui de mais rico, de mais precioso: a Fé em Nosso Senhor Jesus Cristo. (EXPRESSIVA HOMENAGEM A D. CARMELA DUTRA, *Gazeta de Notícias*, 19 de janeiro de 1946).

Dona Carmela Dutra agiu como principal cabo eleitoral do marido, destacando-se ainda mais nos meios sociais, chegando ao ponto de confiarem a ela o “destino religioso da família brasileira”, conforme descreveu a homenagem que lemos acima, publicada no *Jornal Gazeta de Notícias* pelas mães, esposas, filhas e noivas dos fiscais aduaneiros, ainda antes da posse de Eurico Gaspar Dutra na Presidência da República.

No tocante à educação, a aprovação de leis também não esperou pela nova gestão presidencial. Embora a posse de Dutra tenha sido realizada em 31 de janeiro de 1946 e a convocação para a criação de uma nova constituição⁶¹ tenha começado seus trabalhos em 2 de fevereiro, duas leis de grande importância foram antes promulgadas: A Lei Orgânica do Ensino Primário (Decreto-lei 8.529) e a Lei Orgânica do Ensino Normal (Decreto-lei

⁶⁰ Conforme entrevista cedida para Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos em que o Ministro Ernesto Campos anuncia o investimento no Ensino Primário. CAMPOS, Ernesto de Sousa. “Entrevista do ministro da educação e saúde sobre a situação do ensino primário”. IN: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro, v. 7, março-abril, nº. 2, 1946.

⁶¹ “A Assembleia Constituinte de 1946 reuniu-se, em sessão preparativa, a 2 de fevereiro, sob a presidência do ministro Valdemar Falcão presidente do Tribunal Superior Eleitoral. A sessão solene de instalação realizou-se a 5 do mesmo mês, sob a presidência do senador Fernando de Melo Viana, eleito para o cargo, juntamente com os deputados Otávio Mangabeira e Berto Condê, eleitos primeiro e segundo vice-presidentes. O senador Georgino Avelino e os deputados Lauro Sodré Lopes, Lauro Montenegro e Rui Almeida foram eleitos respectivamente para os cargos de primeiro, segundo, terceiro e quarto-secretários. Os trabalhos da Assembleia prolongaram-se por sete meses e 16 dias, encerrando-se a 18 de setembro, data em que foi promulgada a quinta Constituição brasileira” (ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE DE 1946, FGV/ CPDOC, SEM DATA). Disponível em: <http://portal.fgv.br>. Acessado dia 12 de junho de 2014.

8.530), ambas de 2 de janeiro de 1946. (SHIROMA & MORAES & EVANGELISTA, 2007). Tais momentos antes da posse de Dutra podem dar a entender que ou a oposição dentro do parlamento apressou-se para aprovação das leis antes do casal Dutra chegar ao Poder ou o novo presidente e sua primeira dama, através de suas bases, apressaram esse movimento no sentido de fluir o próprio mandato como uma continuidade da gestão anterior.



Imagem 15 – Comemoração do Gazeta de Notícias, por ocasião da Diplomação do Presidente Eurico Gaspar Dutra, tendo Dona Carmela Dutra ao Centro. Jornal Gazeta de Notícias, 30 de janeiro de 1946. Disponível em: www.hemerotecadigital.com.br. Acessado dia 10 de maio de 2014

O periódico *Gazeta de Notícias*, sustentáculo da gestão varguista e agora do casal Dutra, se adiantou em publicar a diplomação do novo Presidente, bem como a comemoração realizada no mesmo dia com a redação do Jornal. No centro da imagem, podemos ver Dona Carmela, enquanto o Presidente encontra-se em meio aos homens de terno branco.

A pressa para “salvar a família”, responsabilidade atribuída a Santinha Dutra (Gazeta de Notícias, 19 de janeiro, de 1946) e a pressa em relacionar a educação a um sistema de segurança nacional, conforme descreveu o General Dutra ao ex-presidente Getúlio Vargas (DUTRA *apud* BOMENY, 1999), evidenciou-se nos primeiros meses de mandato. Em maio, uma ação rápida do Presidente, atribuída a influência de Dona Carmela Dutra, tomou os jornais na manhã do dia primeiro. O decreto-lei que proibia os jogos de

azar em todo o território nacional havia sido publicado com uma série de justificativas morais para a sua prática:

Considerando que a repressão aos jogos de azar é um imperativo da consciência universal; Considerando que a legislação penal de todos os povos cultos contém preceitos tendentes a esse fim; Considerando que a tradição moral jurídica e religiosa do povo brasileiro e contrária à prática e à exploração e jogos de azar; Considerando que, das exceções abertas à lei geral, decorreram abusos nocivos à moral e aos bons costumes (DECRETO-LEI Nº 9.215, DE 30 DE ABRIL DE 1946)⁶².

Entretanto, ainda havia de se esperar mais de Dona Santinha Dutra. E ela não esperou tempo algum para começar a responder às expectativas sobre sua influência dentro da Presidência. Em tempos de secularização do Estado e da educação brasileira, Dona Santinha decidiu pela construção ainda em maio de 1946 de uma capela conexas ao Palácio Guanabara, então sede do Poder Executivo Federal⁶³. Desafiando a laicidade da República, a Capela de Santa Terezinha foi erguida com o dinheiro das sobras de campanha eleitoral que acabara de vencer. Seu desenho neocolonial foi realizado pelo arquiteto Alcides Cotia, que começou as obras sob o comando do engenheiro Oscar Argolo. E a despeito da anedota que ainda nos dias atuais versa sobre a demora das obras realizadas em igrejas, a Capela de Santa Terezinha foi terminada e entregue para a população, segundo teria sido a vontade da Primeira Dama, em apenas cinco meses (COLBERT, s/d)⁶⁴.



Imagem 16 – Google Earth 2014 – Perspectiva da Capela de Santa Terezinha à esquerda e do Palácio Guanabara à direita.

⁶² Disponível em: <http://legislacao.planalto.gov.br/>. Acessado em 11 e junho de 2014.

⁶³ Atualmente o Palácio Guanabara é a sede do Governo Estadual do Rio de Janeiro, sendo a capela de Santa Terezinha, ainda nos dias atuais, muito disputada para realização de cerimônias de casamento.

⁶⁴ Ver mais em Capela do Palácio Guanabara passará por recuperação. Disponível em: http://www.intranet.rj.gov.br/exibe_pagina.asp?id=5210. Acessado dia 10 de junho de 2014.

Já no dia 3 de maio do mesmo ano da publicação do decreto, o matutino *Diário de Notícias* dava destaque a três reportagens lado-a-lado que deram o tom do governo Dutra: “Vence na Comissão da Constituição a tese contra o divórcio”, “(...) congratulações com o Executivo pela extinção do jogo (...)” e “Baixa ao Tribunal Regional o pedido de Cassação do Registro do Partido Comunista”⁶⁵.

Embora o fechamento do PCB seja outro evento atribuído à influência de Dona Carmela Dutra, essa iniciativa não partiu de um decreto presidencial, mas, de um processo iniciado no Tribunal Superior Eleitoral pelos deputados Barreto Pinto e Himalaia Virgulino, ambos do PTB. A acusação era de que o Partido Comunista Brasileiro promovia a desordem nacional e de que estava a serviço de organizações internacionais (SILVA, 2009).

Em alguns jornais, o PTB de Getúlio Vargas e o PSD do casal Dutra, partidos de situação, fomentaram um ambiente de combate ao crescimento da ideologia comunista. E, embora o PCB não tenha sido fechado naquele ano, o combate ao comunismo continuou sendo tema recorrente nos veículos de comunicação que transmitiam as opiniões do Governo.

Havia também políticos preocupados em manter o clima de democracia no país. Outros partidos políticos, como a UDN, receavam que o fechamento do Partido Comunista fosse o início de uma nova ditadura, passando então a defender a legalidade dos comunistas⁶⁶. Porém, frente aos esforços do novo Presidente e da Primeira Dama, os esforços dos grupos mais ligados à ideia de democracia não conseguiram se firmar. A *Gazeta de Notícias*, por exemplo, tendo ainda Di Piero como Diretor, acusou publicamente o mais conhecido nome do comunismo, Luiz Carlos Prestes, de enriquecer com dinheiro de doações e de montar o periódico *Tribuna Popular*⁶⁷, enquanto este jornal, por sua vez, respondia às discussões públicas sobre o fechamento do PCB apontando que o Governo atentava contra a democracia⁶⁸.

⁶⁵ DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 3 de maio de 1946. Disponível em: www.hemerotecadigital.bn.br. Acessado dia 11 de junho de 2014.

⁶⁶ Em momentos diferentes, até partidários do PSD e do PTB se colocaram contra o fechamento do PCB. DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Ocupou-se a Câmara dos Deputados do julgamento, hoje, do processo que se pede o cancelamento do PCB. 7 de maio de 1947. Disponível em: www.hemerotecadigital.bn.br. Acessado dia 11 de junho de 2014.

⁶⁷ GAZETA DE NOTÍCIAS. O cavaleiro do Capitalismo. 21 de maio de 1946. Disponível em: www.hemerotecadigital.bn.br. Acessado dia 11 de junho de 2014.

⁶⁸ TRIBUNA POPULAR. Os atentados contra a democracia começam pelas ameaças do PCB. Disponível em: www.hemerotecadigital.bn.br. Acessado dia 11 de junho de 2014.

Contudo, a despeito das pressões e da discussão da legalidade do processo de cassação, o Partido Comunista Brasileiro só foi fechado em 7 de maio de 1947, em decisão final do Tribunal Superior Eleitoral, mesmo ano em que a *Tribuna Popular* também encerrou as suas edições.

É impossível ignorar a antipatia do Presidente e da Primeira Dama ao comunismo, mas devemos problematizar os anos do imediato pós-Guerra destacando que o contato internacional entre os blocos de países capitalistas e países socialistas sofreram mudanças que influenciaram o cenário interno do Brasil. Aliás, a escolha do modelo que relaciona biografia e contexto, que investe em comparações e relevância de personagens que se relacionam à protagonista, decorre justamente das lacunas documentais que se apresentam (LEVI, 2002). É, portanto,

(...) indispensável, ampliar tanto quanto possível em torno dele o número de pessoas e de movimentos com os quais ele entrou então em contato, reconstituir em torno dele o seu meio, multiplicar os exemplos de outras vidas que tenham algum paralelo com a sua, reviver em torno dele outras pessoas jovens (LEVI, 2002, p. 176).

Assim, até o final de 1946, as relações entre Estados Unidos e União Soviética funcionaram dentro da ideia de coexistência pacífica, mas no ano seguinte, após o Presidente estadunidense Harry Truman apontar a contradição de seus sistemas, as relações de convivência começaram a desmoronar. Com a construção de mais bombas atômicas pelos americanos e a criação das primeiras bombas soviéticas, a potencial tragédia de uma guerra entre as duas potências foi evitada com a prática de “empurrar” o conflito para as suas economias clientes (HOBSBAWM, 1995). Essa colocação descrita pelo historiador Eric Hobsbawm encaixa-se exatamente na acusação feita pelos deputados Himalaia Virgulino e Barreto Pinto, de que o PCB trabalhava para organismos internacionais.

No entanto, como pudemos perceber, a preocupação do casal Dutra com o desenvolvimento do comunismo no Brasil já era anterior ao mandato presidencial. Suas propostas aliavam a importância da Educação à construção de uma Nação. Assim, na política de Segurança Nacional ao qual se referiu Dutra ao escrever para Vargas (DUTRA *apud* BOMENY, 1999), parecia constar o comunismo com um obstáculo a ser vencido, além do analfabetismo e do laicismo, este último, presente na proposta dos Pioneiros da Educação Nova. Então a *Gazeta de Notícias*, dando voz ao Governo, ainda escreveu em 1946:

O comunismo brasileiro resume-se, pois, evidentemente, num caso de escola. E é por compreendê-lo dessa forma que o Sr. General Eurico Dutra está disposto a encarar de frente todas as dificuldades, que se relacionem com a questão do ensino público, nos seus vários graus e especializações, de modo que o Brasil, através da mentalidade de seus filhos, possa situar-se definitivamente, em breves anos, na vanguarda dos países, que mais alto desfraldam os pendões e estandartes da Civilização (OLIVEIRA, Alves de. Gazeta de Notícias, 17 de maio de 1946)⁶⁹.

A política educacional de Dutra

O novo Plano Para o Desenvolvimento do Ensino Primário, elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos⁷⁰, em linhas gerais, apontava a necessidade da construção de escolas por todo país, mas dava ênfase às zonas rurais, onde as representações de brasileiros como as do Jeca Tatu ou do Macunaíma, construídas pelos nossos escritores, persistiam desde os anos 1920. Dos recursos aportados na educação, 70% foram para a construção de novas escolas primárias, sem a preocupação de repetir os custos elevadíssimos da construção do Instituto de Educação do Distrito Federal (CAMPOS, 1946). Aliás, na prática, segundo o Ministro da Educação Ernesto de Sousa Campos, era a quantidade de escolas, sem se importar muito com as suas condições, o mais importante, diante da questão do como o estudo seria desenvolvidos nestes locais, ele próprio comentou:

E para mostrar a simplicidade que se revestirá o nosso prédio escolar citarei que será feito de tijolo, de adobe, de madeira e, se necessário for, até de pau a pique. Usaremos na cobertura, por exemplo, o material mais adequado pelo preço e pela facilidade de obtenção: telha, eternite, ou palha e sapê. O essencial é fazer escolas para atender a população escolar do Brasil (CAMPOS, 1946, p. 493).

Ainda para 1946 foram prometidas centenas de escolas nos meios rurais, obedecendo ao único critério de necessidade de cobrir o déficit de 2.200.000 crianças de 7 a 11 anos fora da escola, segundo o Ministro (CAMPOS, 1946). Um número condizente com a antiga prática dos ricos de educar os seus filhos e dos pobres do meio rural em não enxergar qualquer utilidade na escola (GOMES, 2002). O Ministro ainda sustentava tal investimento com um dado impressionante: dos 28.302 prédios escolares existentes no país, apenas 4.927 eram prédios públicos e apenas 1.718 foram construídos para servirem originalmente como escolas (CAMPOS, 1946).

⁶⁹ Disponível em: www.hemerotecadigital.bn.br. Acessado dia 11 de junho de 2014.

⁷⁰ Atualmente chamado de INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira).

Pleiteava-se, ainda, que as escolas normais, com o intuito de atender a população rural, fossem erigidas diretamente nestes meios (CAMPOS, 1946). O plano do INEP tinha por base as orientações de ninguém menos que Lourenço Filho, um dos principais signatários do Manifesto dos Pioneiros da Educação, ao lado de Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo. Primeiro diretor do Instituto de Educação (1932 -1938), Lourenço Filho passou a diretor do INEP, sendo demitido em 1946 (LOURENÇO FILHO, 1999) e substituído por Murilo Braga de Carvalho, homem que outrora gozava da maior confiança de Getúlio Vargas, maior até mesmo que o então Ministro da Guerra Eurico Gaspar Dutra (LUZILÂNDIA, 2010). Daí então o Governo Dutra extinguiu a Diretoria do Ensino Primário e Normal, transferindo as suas atribuições e o orçamento para o INEP, que sob a direção de Carvalho, praticamente perdeu as características de um Instituto de pesquisas (MARIANI, 1982)⁷¹.

Sob uma inspiração mais liberal ou mais conservadora, era necessário de qualquer forma vencer um problema: a falta de professores. E já em agosto de 1946 o Presidente tomou uma medida drástica no sentido de dirimir o problema: “Art. 1º - Fica a Prefeitura do Distrito Federal autorizada a admitir, em caráter de emergência, na qualidade de tarefeiros, para servir exclusivamente nas escolas primárias (...) os alunos do Instituto de Educação que estão cursando o último ano da Escola Normal”⁷². O acúmulo de estudo e trabalho dessas jovens não aconteceria sem efeitos colaterais. Segundo entrevistas realizadas pela historiadora Sonia Lopes, ex-alunas relataram que as jovens chegaram a adquirir doenças pulmonares de tanto trabalho no último ano de formação no Instituto de Educação (LOPES, 2009).

A falta de professores podia ser sentida com maior evidência nas zonas rurais, sendo então os professores e alunos do curso Normal que estivessem no último ano de estudos, escalados para cobrir tais vagas. A sobra de vagas nessas áreas mostrou-se um efeito da falta de profissionais de ensino e da pouca capacidade do Instituto de Educação do Distrito Federal em atender a demanda que necessitava a Capital do país. E foi então que um evento, iniciado ainda com Vargas no poder, mas que veio a precipitar dentro da nova gestão de Dutra pareceu exigir que o Distrito Federal (então com o Prefeito indicado Hildebrando Góis) pusesse em prática as novas ideias de ampliação do Sistema de Ensino.

⁷¹ O artigo de Maria Clara Mariani foi publicado originalmente em Schwartzman, Simon (org.) *Universidades e Instituições Científicas no Rio de Janeiro*. Brasília, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), 1982, pp.167-195. Mas também está disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/rio/inep.htm>. Acessado em 13.08.2014.

⁷² Aos professores tarefeiros era também destinado o salário de CR\$ 1.150,00. PODERÃO SERVIR COMO PROFESSORES OS ALUNOS DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO. Diário de Notícias, 9 de agosto de 1946. Disponível em: www.hemerotecadigital.bn.br. Acessado em 12 de junho de 2014.

Ainda sob os auspícios do Estado Novo, um concurso para a formação da turma de novas professorandas de 1946 do Instituto de Educação terminou com 177 alunas aprovadas além da capacidade de vagas oferecidas pelo Instituto. Como o certame havia transcorrido em 1945, mas a matrícula das aprovadas ocorreria em 1946, ficou para o novo secretário de Educação do Distrito Federal resolver o imbróglio criado pela falta de planejamento da gestão anterior, além de dar conta da evidente falta de profissionais de ensino. Isto é, a questão se colocava da seguinte forma: embora houvesse interessadas, era evidente a falta de docentes no mercado de trabalho.

A *Gazeta de Notícias*, dirigida por Fioravanti Di Piero, ao publicar essa história como reportagem de capa no dia 10 de fevereiro⁷³, apontou taxativamente o governo anterior como culpado pelo acontecido, relegando ao seu antecessor a peja de irresponsável quanto ao ensino público (ANEXO IX). Curiosamente, o *Jornal A Noite* publicou no dia 11 de fevereiro que Fioravanti Di Piero havia aceitado o cargo de novo Secretário de Educação e Cultura do Distrito Federal⁷⁴.

Nas palavras do médico pessoal de Dona Carmela Dutra, Diretor da *Gazeta de Notícias* e agora Secretário de Educação e Cultura do Distrito Federal, foram descritas em 3 de maio de 1946 o compromisso de Fioravanti Di Piero com a Primeira Dama e com o Presidente através do combate ao comunismo, dizendo que “O combate ao comunismo, que o Governo se mostra disposto a levar a cabo, se persistirem as diretrizes tão agressivas [d] os adeptos do Kremilin, decorre de normal imperativo das funções de um Estado democrático” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1946, p. 3).

Mas ainda faltava resolver o gritante problema da falta de professoras primárias. O IE não dava mais conta da quantidade de professoras necessárias para abastecer o Distrito Federal e apesar de faltarem docentes na Capital do país, existiam interessadas em assumir o papel de professoras primárias.

Uma Escola Normal para os subúrbios

Assim que tomou posse, o então que o Secretário de Educação e Cultura Fioravanti Di Piero convocou uma coletiva de imprensa para 25 de fevereiro de 1946, com a intenção de informar sobre as suas propostas de reestruturação da Educação Pública, entre elas: a

⁷³ Reportagem de Capa da Edição. Disponível em: www.hemerotecadigital.bn.br. Acessado dia 26 de junho de 2014.

⁷⁴ O Jornal A Noite noticiou em 11 de fevereiro que Fioravanti havia aceitado o cargo de Secretário da Educação, p. 11. Disponível em: www.hemerotecadigital.bn.br. Acessado dia 26 de junho de 2014.

construção de uma nova Escola Normal na Zona Suburbana com a capacidade de atender a 2.000 novas professorandas⁷⁵.



Imagem 17 - Fioravanti Di Piero anuncia reformas e escola normal na Zona Suburbana. Jornal Gazeta de Notícias, 26 de fevereiro de 1946. Disponível em: www.hemerotecadigital.bn.br. Acessado dia 13 de junho de 2014.

No mesmo dia, o *Jornal do Brasil* e o jornal *Gazeta de Notícias*, este último ainda sob sua direção de Di Piero, noticiava que ele (Secretário de Educação e Cultura) resolvia o caso das 177 concursadas aprovadas, determinando as suas inscrições no já sobrelotado Instituto de Educação (ANEXO X).

Enquanto outros periódicos noticiavam as homenagens prestadas a Di Piero por conta da resolução do caso das novas alunas do IE, outra notícia aparecia, sem destaque, num dos cantos da página de publicação da *Gazeta de Notícias*: “O Secretário Geral de Educação visitou o Ginásio Barão do Rio Branco” (ANEXO XI). Tal informação pareceu sem importância naquela data, mas, como veremos, nos deixou rastros de quais eram os verdadeiros planos do novo Secretário de Educação.

Em tal visita a Escola do bairro suburbano de Madureira, apontada pelos jornais como “inesperada” (ANEXO XI), Di Piero chegou no momento em que seriam iniciadas as provas para o concurso para admissão do colégio, dizendo que se preocupava que o certame transcorresse com o maior conforto possível para os candidatos.

⁷⁵ Nos jornais que pesquisamos, o evento foi noticiado da seguinte forma: Grande Plano de Ação em favor do Ensino Carioca, Jornal A Manhã, 25 de fevereiro de 1946; Oitocentos Mil Analfabetos existem no Rio de Janeiro, Diário Carioca, 26 de fevereiro de 1946; Reestruturação dos serviços de educação e cultura, Diário da Noite, 26 de fevereiro de 2014 e A reestruturação e os problemas fundamentais da Secretaria de Educação e Cultura na palavra do Professor Fioravanti Di Piero, 26 de fevereiro de 2014.

No mês seguinte, Fioravanti anunciou a mudança de diretores do renomado Instituto de Educação do Distrito Federal e da pequena Escola Barão do Rio Branco, a qual visitara em fevereiro. Francisco Venâncio Filho, um dos signatários do Movimento dos Pioneiros da Educação Nova nos anos 1930, fora substituído por Mario Veiga Cabral no IE⁷⁶, enquanto que o Ginásio de Madureira passou a ter então como diretor o linguista e filólogo Cândido Jucá Filho⁷⁷, catedrático da área de português do Instituto.

Enquanto a construção do suntuoso prédio do Instituto de Educação pareceu ter herdado o pensamento de que “tais prédios deveriam ‘dar-se a ver’ ”, ou seja, deveriam ser edificadas em locais centrais das grandes cidades ou em pontos importantes das pequenas aglomerações do interior” (GOMES, 2002, p. 394), o futuro anúncio de uma nova Escola Normal próxima as zonas rurais, em 1946, seguiria outros padrões, conforme demonstrou o Ministro Ernesto Campos ao dizer que “temos as mais fundadas razões para afirmar que, ainda este ano, teremos ultimada a construção de algumas centenas de escolas primárias rurais em todo o país. A distribuição dessas escolas obedecerá ao critério das maiores necessidades de cada unidade” (CAMPOS, 1946, p. 494).

A região de Madureira/ Campinho foi desde antes da colonização portuguesa uma rota de encontro de quem defendia ou planejava conquistar as terras produtivas da região, pois se encontra entre as maiores elevações da cidade. Estabeleceram-se por lá os primeiros pontos comerciais de escambo, que se cruzavam no que são atualmente os bairros de Madureira e Campinho.

Mais tarde, a importância da rota se manteve para o escoamento de produtos primários das baixadas de Irajá, Jacarepaguá e Santa Cruz/ Campo Grande, em direção ao centro do Rio de Janeiro e ao seu porto. A facilidade de encontrar produtos com diversidade, vindos de várias partes do Estado, atraiu a população, que então passou a ocupar as proximidades do centro de negociação comercial local (MARTINS, 2009).

⁷⁶ O Instituto de Educação estava sendo dirigido por Francisco Venâncio Filho, mas na época, que respondia pelo expediente era o Prof. Astério de Campos, segundo o jornal Gazeta de Notícias, 12.03.2014, p. 2. Disponível em: www.hemerotecadigital.bn.br. Acessado dia 26 de junho de 2014. Francisco Venâncio Filho faleceu em agosto do mesmo ano.

⁷⁷ Gazeta de Notícias, 16 e 22 de março de 1946, respectivamente para a mudança de diretores. Disponível em: www.hemerotecadigital.bn.br. Acessado em 17 de junho de 2014.



Imagem 18 – Mercado de Madureira em 1937. IN: MARTINS, Ronaldo Luiz. Mercadão de Madureira: Caminhos do comércio. Rio de Janeiro. Condomínio do Entrepasto Mercado do Rio de Janeiro, 2009, p. 53).

Estabelecido o Mercado de Madureira, o bairro tornou-se o mais populoso do Distrito Federal nos anos 1940. Vieram também as torres de energia elétrica e as linhas de bondes modernas, como podemos ver em meio a grande aglomeração de pessoas na imagem da primeira construção do Mercado de Madureira. O impulso dessas modernizações no bairro suburbano ajudou a fomentar o crescimento comercial e populacional, atraindo também maior atenção de investimentos privados no setor educacional (MARTINS, 2009).

Com efeito, o bairro mais populoso, como podemos ver através dos números do censo realizado em setembro de 1940 pelo IBGE logo abaixo⁷⁸, tornou-se a região suburbana com maior carência de serviços públicos, como escolas e professoras primárias, além de se tornar o maior bairro limítrofe com as zonas rurais, justamente onde o novo Ministro da Educação havia prometido instalar mais escolas.

⁷⁸ No censo de 1940, os bairros são organizados por pretorias. 1ª Pretoria: 1 a 3, 2ª Pretoria: 4 a 8, 3ª Pretoria: 9 a 11, 4ª Pretoria: 12 a 16, 5ª Pretoria: 17 a 20, 6ª Pretoria: 21 a 23, 7ª Pretoria: 24 a 31, 8ª Pretoria: 32 a 35.

Censo do Distrito Federal - 1940

Pretorias e Circunscrições	População de Fato		
	Totais	Homens	Mulheres
Distrito Federal	1.764.141	878.299	885.842
1. Candelária	1.812	1.126	686
2. São José	9.256	5.665	3.591
3. Ajuda	7.441	4.432	3.009
4. São Domingos	7.498	4.363	3.135
5. Sacramento	7.858	4.927	2.931
6. Ilhas	22.935	12.583	10.352
7. Santa Rita	15.987	9.989	5.998
8. Gamboa	38.791	21.770	17.021
9. Santo Antônio	32.903	19.163	13.740
10. Santana	20.290	12.342	7.948
11. Espírito Santo	42.440	22.788	19.652
12. Santa Teresa	61.476	30.285	31.191
13. Glória	61.728	28.299	33.429
14. Lagoa	54.992	24.522	30.470
15. Copacabana	74.133	31.309	42.824
16. Gávea	55.592	25.652	29.940
17. Engenho Velho	37.796	17.673	20.123
18. Rio Comprido	61.957	29.479	32.478
19. Tijuca	64.499	28.921	35.578
20. Andaraí	95.666	43.986	51.680
21. Engenho Novo	78.631	38.436	40.195
22. Méier	68.685	32.415	36.270
23. São Cristóvão	70.984	36.371	34.613
24. Piedade	84.269	41.894	42.375
25. Penha	95.359	48.055	47.304
26. Irajá	77.905	38.776	39.129
27. Pavuna	56.173	27.913	28.260
28. Madureira	111.333	55.497	55.836
29. Anchieta	35.891	18.145	17.746
30. Jacarepaguá	71.425	37.309	34.116
31. Inhaúma	72.350	35.312	37.038
32. Campo Grande	35.035	18.017	17.018
33. Guaratiba	14.644	7.562	7.082
34. Santa Cruz	21.146	10.961	10.185
35. Realengo	90.387	47.781	42.606

Recenseamento Geral do Brasil – 1º setembro de 1940, página 51. IBGE. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/>. Acessado em 16 de junho de 2014.

A escolha do local da nova Escola Normal tornou-se então evidente graças a concentração de pessoas, pois Madureira era o bairro mais populoso da Capital, e graças a localidade, pois daquela região seria possível também atender aos bairros do *Sertão Carioca*⁷⁹, conforme apresentava-se como intenção do Governo Federal do Brasil (CAMPOS, 1946).

A despeito da construção de madeira do Mercado de Madureira, como pudemos ver na imagem de 1937, o bairro contava ainda com outro motivo para instalação de uma Escola com o renome do Instituto de Educação: a linha de trens que cruzava a região já facilitava o trânsito das novas professoras para os bairros do subúrbio e sertão carioca, além da rede de bondes, que também era um importante meio de acesso à região.



Imagem 19 – Estação de trens de Madureira em 1940. IN: MARTINS, Ronaldo Luiz. Mercadão de Madureira: Caminhos do comércio. Rio de Janeiro. Condomínio do Entrepasto Mercado do Rio de Janeiro, 2009, p. 38.

⁷⁹ A ideia de bairro afastado também poderia ser medida pela assistência de saúde ou estrutura de atendimento público, conforme podemos ver nesta citação: “Se raros escapam à doença, muitos têm duas ou mais infestações [...]. Vêm-se, muitas vezes, confrangido e alarmado, nas nossas escolas públicas, crianças a bater os dentes com o calafrio das sezões [...]. E isto, não nos ‘confins do Brasil’, aqui no DF, em Guaratiba, Jacarepaguá, na Tijuca [...]. Porque, não nos iludamos, o ‘nosso sertão’ começa para os lados da Avenida [Central]” [...] (HOCHMAN *apud* CARDOSO, 2007, p. 71).

Para Ângela de Castro Gomes, “A arquitetura escolar tornou-se uma preocupação tanto de governos, que por meio dela exibiam suas realizações, quanto de educadores, que nela fundavam as bases de suas propostas pedagógicas” (2002, p. 395). Assim, aproveitando-se a proximidade com a linha de trens do subúrbio⁸⁰, foi anunciado que o prédio da Escola Barão do Rio Branco, “inesperadamente” visitado pelo secretário Di Piero fora escolhido para sediar a nova Escola Normal⁸¹.

Contudo, outro evento ajudou a precipitar a escolha do bairro. Em 1946, foi fundada a Associação de Ensino Primário do Rio de Janeiro, sediada também na Escola Barão do Rio Branco (o que, aliás, evidencia o prédio como o mais espaçoso e de melhor estrutura da região). Este grupo de educadores que conseguiu ter como sede o mesmo prédio da nova Escola Normal mostrou, pelo menos, uma notória proximidade com as propostas do casal Dutra e com todos os políticos que ocuparam os cargos desde governador estadual até secretários municipais escolhidos por eles, pois sugeriu, logo após a sua fundação e estabelecimento, qual deveria ser o nome a ser homenageado na criação da nova escola.

Em meio a isso, a atuação da mulher do presidente manteve-se discreta e por trás dos bastidores, como era de se esperar de uma primeira-dama. Mas para os atores sociais que viveram a mesma época de Dona Carmela, a força de suas palavras geraram frutos mesmo depois de passada a sua vida. Quando Fioravanti Di Piero anunciou a construção da Escola Normal em Madureira, deixou escapar que pensava também na construção de uma escola no bairro sertanista de Campo Grande⁸². Entretanto, a escola de Campo Grande só começou a funcionar em 1959, isto é, treze anos depois de criada a Escola Normal de Madureira.

Foi graças a uma intervenção direta de Dona Santinha Dutra, em 1947, que o homem responsável por batalhar a criação desta outra escola durante muitos anos foi lançado como político.

Ele [Miécimo da Silva] começou trabalhando no palácio, o presidente era Gaspar Dutra [SIC]. E ele começou a trabalhar com Dona Santinha (esposa do presidente). Dona Santinha falou para todos aqueles que trabalhavam com ela na Obra Social do Brasil, ela disse: - O que vocês querem? O governo está

⁸⁰ O prédio que sediou a Escola Normal existe ainda hoje, porém, sedia agora, de forma compartilhada, uma escola do Município do Rio de Janeiro, pela manhã e tarde, e uma escola noturna, do Estado do Rio de Janeiro.

⁸¹ Jornal do Brasil, 17 de abril de 1946. Disponível em: www.hemerotecadigital.bn.br. Acessado em 17 de junho de 2014.

⁸² Cf Gazeta de Notícias, 14 de abril de 1946 Disponível em: www.hemerotecadigital.bn.br. Acessado dia 20 de junho de 2014

acabando. “Vou dar o que vocês quiserem” Isso para aquelas pessoas que ela mais gostava. Meu pai disse: - Eu tenho vontade de ser vereador. Ela chamou o Adhemar de Barros e disse: “-Lança o Miécimo vereador” Aí o Adhemar deu um jipe para meu pai e ele saiu candidato e perdeu. Depois veio outra eleição e se elegeu vereador e nunca mais perdeu” (MIÉCIMO *apud* CARDOSO, 2007, pp. 87-88).

A atuação do político Miécimo da Silva, lançado por influência de Dona Carmela Dutra, foi tão laboriosa e decisiva no surgimento de outro curso de formação de professoras que quando foi assinado o decreto-lei de sua criação em Campo Grande, a Escola ficou também conhecida como “a Brasília de Miécimo” (CARDOSO, 2007).

Dona Santinha esteve, portanto, atuante dentro do contexto de expansão do ensino e modernização do país. Tanto na Escola de Madureira, na colocação de pessoas de confiança em cargos decisivos, quanto na futura Escola de Campo Grande, com o lançamento do político que irá honrar a confiança nele depositada, podemos ver as mãos da primeira dama indicando, apoiando ou criando condições para que as suas intenções fossem levadas a cabo.

A patrona da nova Escola Normal

O contexto educacional dos anos 1930-40 cobrava a expansão de um tipo de ensino modernizante para o Brasil, sendo então o ensino secundário, conforme apontamos, o foco do Governo Vargas até o final do Estado Novo (SCHWARTZMAN, 1984). Mas com a política educacional do casal Dutra, o foco havia se alterado para o Ensino Primário, tornando-se agora a prioridade a construção de escolas primárias em áreas remotas e rurais, além da formação de professoras que assumissem as vagas dessas escolas (CAMPOS, 1946).

Fioravanti Di Piero, já nos primeiros meses de seu mandato, havia preparado o terreno aproveitando a crise que tinha se instalando diante da superlotação do Instituto de Educação do Distrito Federal. Anunciara também a mudança de diretoria do Instituto, da Escola Barão do Rio Branco e a criação de uma nova Escola Normal em Madureira, classificada como “Segunda Zona Suburbana Remota”⁸³ do Rio de Janeiro.

Foi então que, não coincidentemente, conforme acreditamos, a Associação de Ensino Primário do Rio de Janeiro, sediada na Escola visitada “inesperadamente” pelo Secretário de Educação, publicou uma carta com a assinatura de seus diretores e demais membros pedindo que a instalação da nova Escola em Madureira, fosse realizada sob o

⁸³ Diário de Notícias, 30 de Janeiro de 1949, p. 3 e 5. Disponível em: www.hemerotecadigital.bn.br. Acessado em 17 de junho de 2014.

nome de Escola Normal Carmela Dutra, como podemos ver logo abaixo no Jornal do Brasil. Curiosamente, foi publicado no Jornal do Brasil, primeiro o pedido da Associação de que o nome da nova escola deveria ser uma homenagem a Dona Carmela Dutra, e logo depois, a notícia de que a Associação tinha sido criada e estava então sediada no prédio da Escola Barão do Rio Branco. Nas duas notícias, como é possível ver no anexo XII, a lista de signatários do pedido de homenagem é quase a mesma da lista de criadores da Associação.

Essa eventualidade, coincidência ou não, revela, ao menos, a proximidade de interesses do governo e da recém-criada Associação de Professores de Madureira. Abaixo, reproduzimos a publicação do Jornal do Brasil que realiza o pedido de homenagem e de criação da Escola Normal Carmela Dutra.

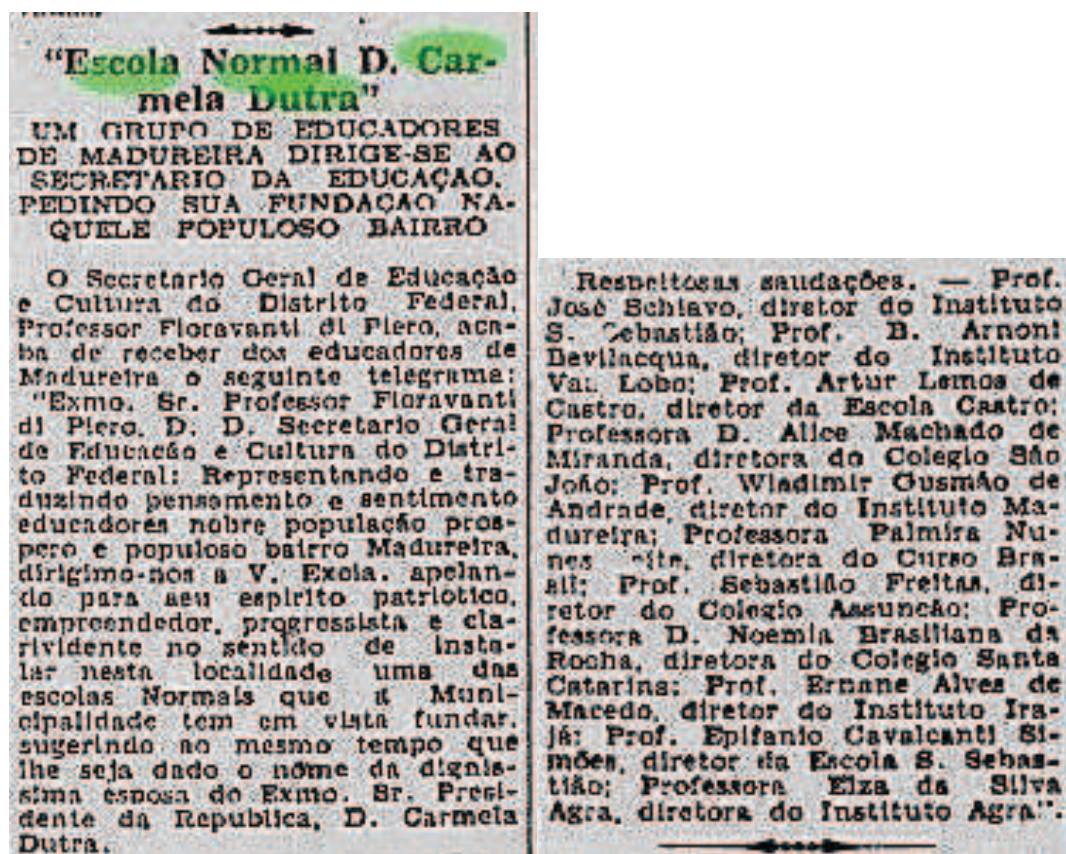


Imagem 20 – Pedido de criação de Escola Normal com homenagem a D. Carmela Dutra. Jornal do Brasil, 17 de abril de 1946, p. 9. Disponível em: www.hemerotecadigital.bn.br. Acessado dia 17 de junho de 2014.

Pedido feito, a decisão de aceite ou não, não foi publicada em jornais. Também não a encontramos em diários oficiais ou produções literárias em que pesquisamos. Entretanto, podemos destacar o que foi publicado dois meses depois no já conhecido Jornal *Gazeta de*

Notícias, dirigido pelo Secretário de Educação e Cultura e médico pessoal de Dona Carmela Dutra, o Senhor Fioravanti Di Piero, sob o título: “O que pensamos sobre...” (Anexo XIII):

Nenhum ato praticado pelo Executivo Municipal se revestiu de maior significação simbólica, do que esse em boa hora praticado pelo Sr. Hildebrando de Góis, dando o nome da ilustre dama D. Carmela Dutra, a um grupo escolar da Capital Federal.

Precisamente no instante em que as forças desagregadoras da nacionalidade desencadeiam terrível ofensiva contra nossos costumes tradicionais, com os quais o Brasil venceu todas as vicissitudes no passado e, agora, enfrenta a terrível crise na reconstitucionalização e reimplantação do regime democrático, em meio de profundas transformações políticas e administrativas, a posição de um nome que simboliza as virtudes da mulher brasileira, seu sentimento de solidariedade conjugal, seu heroísmo aureolado pela simplicidade e engrandecido pelo valor moral, que todos reconhecem na personalidade impressionante da ilustre esposa do Presidente da República, representa, com efeito, uma declaração vigorosa de fé e um inconfundível compromisso da honra, afirmando a decisão nacional de defender a sagrada instituição da família, no que esta tem de mais sublime e de mais caracteristicamente brasileiro, isto é, a esposa exemplar, companheira de todas as horas e de todas as vicissitudes e mãe extremosa e educadora inigualável, dotes de coração e de inteligência que agrinaldam a vida da virtuosíssima dama que Deus deu por companheira desse grande e autêntico brasileiro, expressão legítima da raça que escreveu as epopeias das “bandeiras” e estendeu as fronteiras pátrias até os confins do Orenoco, e que é o Presidente Eurico Gaspar Dutra (GAZETA DE NOTÍCIAS, 27 de junho de 1946. Disponível em: www.hemerotecadigital.bn.br. Acessado dia 20 de junho de 2014.).

O que queremos destacar aqui, em síntese, é que D. Santinha, através do poder de persuasão sobre seu marido e Presidente da República, entendeu que a professora primária é base da gerência das almas que constroem a sociedade. E a partir daí, influenciou o quanto pode para fortalecer sua visão do catolicismo, sendo desenvolvida, a partir de seus esforços, uma Escola Normal que formasse professoras nas quais estivessem atuando sobre elas as *bases conceituais e pressupostos invisíveis* da corrente mais conservadora.

Assim, em 1946, findaram os catorze anos de exclusividade do Instituto de Educação em formar professores no Distrito Federal⁸⁴, surgindo uma nova Escola Normal através do

DECRETO Nº 8.546 – DE 22 DE JUNHO DE 1946.

Cria, na secretaria Geral de Educação e Cultura, a Escola Normal “Carmela Dutra”, em Madureira, e dá outras providências.

O Prefeito do Distrito Federal:

Considerando que a Escola Normal do Instituto de Educação é insuficiente para comportar maior número de candidatos ao magistério primário;

⁸⁴ Considerando a transformação da Escola Normal do Distrito Federal em Instituto de Educação em 1932.

Considerando que é de todo justo dar realce ao incansável trabalho dos professores, cuja dedicação bem se simboliza no passado de devotamento de D. Carmela Dutra; (...)

Art. 1º Fica criada uma Escola Normal, em Madureira, com a denominação “Escola Normal Carmela Dutra”, e que terá a mesma finalidade e organização do Curso Normal do Instituto de Educação, devendo ser enquadrada, com a sua congênere, às bases da Lei Orgânica do Ensino Normal (Decreto-lei nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946).

Art. 2º A “Escola Normal Carmela Dutra” passa a ser parte integrante do Instituto de Educação, com um diretor subordinado ao do ITE, de nomeação do Prefeito, mediante proposta do Secretário Geral de Educação e Cultura. (...)

Distrito Federal, 22 de junho de 1946. 58º da República. Hildebrando de Araújo Góes⁸⁵.

A imagem que trazemos abaixo resume, para nós, as relações que a família Dutra queria mostrar publicamente, considerando o crucifixo como a fé, o trabalhador com sua pasta e chapéu, além da esposa, modelo moral de mulher.



Imagem 21 – Carmela Dutra e Eurico Gaspar Dutra. Anônimo. IN: LOPES, Roberto. Um general no arame. *Revista Leituras da História*. Editora Escala, edição 44, 201, p. 3.

⁸⁵ Conseguimos essa publicação em pesquisa na página JusBrasil, trazendo a íntegra no Anexo XIV. DECRETO Nº 8.546, de 22 DE JUNHO DE 1946. Disponível em: www.jusbrasil.com.br. Acessado em 11 e junho de 2013.

Em tempo: Se não consenso, um nome forte...

As memórias dos alunos da primeira turma da escola nos mostram a imagem que D. Santinha erigiu ao longo de sua carreira como professora e primeira dama do Brasil, quando se dedicou a distribuição de alimentos e brinquedos aos pobres.

Uma pessoa muito boa, e para mim, ela foi assim, como já chamavam de “Santinha”, eu concordei com o apelido, por que ela foi realmente uma santa para nós. Por que ela não sossegou enquanto não inaugurou a escola. E lamentavelmente naquele ano ela faleceu. Ela não acompanhou o nosso progresso, nós chamamos, né. Ela não acompanhou infelizmente. Mas ela foi uma figura de muito destaque no governo dele. Ela ajudou muita gente. Ela não era uma populista não, ela era uma mulher experiente, mulher casada pela segunda vez, então ela era assim uma mãezona, ela apesar de ninguém... muita gente não gostar do Dutra, por ser militar... ela parecia que não estava ligada a ele, entendeu? Dava a impressão que ela levava a vidinha dela, fazendo as caridades dela. E ela era muito boa nisso. Muito boa nisso. Eu tenho muito boa impressão dela (MOLINARI, 2013).

Entretanto, D. Carmela Dutra não era uma unanimidade entre os jovens dos anos 1940. Nem entre os alunos da ENCD.

Olha, era a mulher do Dutra, só! (...) Só isso, para mim era. (...) Moralmente era muito retrógrada. Era muito... como chama... muito religiosa... muito carola, isso que eu quis... muito carola, sabe? Só igreja para ela. Era só igreja. Retrógrada, não era avançada, nem nada... só fazia coisas, eu acho que só fez... isso para sair aí em diante... só fez coisas assim, contra a sociedade, sabe? Ela acabou com o cassino... (...) não sou a favor de jogatina, mas não tinha só jogatina no cassino, tinha muita gente que trabalhando lá, muita gente que foi demitida que trabalhava lá... (FREIRE, 2013).

As falas dessas alunas, no entanto, ficam descritas aqui apenas como um aperitivo para o próximo capítulo, quando constituirão parte efetiva de nossa análise. São memórias que ressaltam o fato de que D. Carmela Dutra deixou a sua marca na história como uma mulher de persuasão, quando influenciava o Presidente da República, e uma mulher de decisão, quando comandava os correligionários e demais partidários de sua fé.

A escolha do nome Carmela Dutra para a nova Escola Normal pode não ter sido um consenso, mas mostrou ser um nome forte o suficiente para enfrentar aqueles que tinham discordâncias políticas, ideológicas e pessoais com a primeira-dama. Discordâncias que em alguns momentos chegaram a tentar fechar a escola criada com o nome da Primeira Dama.

Lygia Maria Lessa Bastos, a jovem professora que entregou o livro de ouro contendo assinaturas de profissionais da área de ensino ao candidato a presidência da UDN, o Brigadeiro Eduardo Gomes em 1945, não passou despercebida no radar de Dona

Santinha Dutra. Segundo a professora, iniciou-se a partir deste acontecimento uma perseguição contra ela.

Eu fui perseguida politicamente. Votei no Brigadeiro Eduardo Gomes e a dona Santinha Dutra mandou o Secretário de Educação me mandar para a Ilha do Governador. Eu era professora do Instituto de Educação, onde houve o primeiro concurso de Educação Física do Ministério da Educação. (...) A eleição pra presidente foi em 45. O Dutra ganhou. A Dona Santinha fez esse ato de me mandar pra Ilha [do Governador]. Fiquei em 46 na Ilha. (...) Houve um comício no Largo da Carioca que o Hérmes de Lins ia entregar o livro de ouro pro Brigadeiro, mas ele tinha uma doença e estava tão nervoso que na hora, ele sentou [e] passou mal. Ele me deu o livro e quem foi levar fui eu. Os jornais todos publicaram e no dia seguinte a Dona Santinha me mandou jogar na Ilha do Governador. Saí da Educação Física para ir para o quinto ano primário para ensinar o programa do quinto ano primário. Eu estava acostumada a dar aula para o primeiro ano, como é que eu ia dar o quinto? Tive que estudar feito uma doida a programação. Oito horas por dia (BASTOS, Lygia Maria Lessa IN: Projeto Garimpando Memórias, Centro de Memória do Esporte. 2003)⁸⁶.

A professora Lygia Bastos, mandada para o local onde nasceu Carmela Dutra, narrou a sua história por mais de uma vez, citando que o seu caso de perseguição política havia ficado conhecido por muitos. Então, os fundadores da UDN viram na professora Lygia Bastos uma oportunidade política, graças a notoriedade que o caso alcançou, bem como a efetivação de oposição contra política do casal Dutra, resolvendo assim investir na jovem.

Em 1946, dirigentes da UDN, Amoacyr de Niemeyer, Luis Paes Leme e outros que fundaram a UDN foram pedir para incluir meu nome na chapa de vereador, porque souberam da perseguição que sofri. Minha mãe foi contra, mas meu pai disse: "Ela vai ser candidata, mas não vai ser eleita, porque vai ter poucos votos. Os meus alunos, as colegas dela, que é uma líder, uma campeã de volley-ball, organizou o basket-ball, jogou no Pacaembu, joga tênis. Acho que uns dois mil e poucos votos nós vamos dar para legenda da UDN. Vamos ser coerentes, trabalhamos com o Brigadeiro e vamos ficar no partido". Assinei meu nome como candidata e fiquei esperando a eleição. Tive dois mil, seiscentos e poucos votos, mas fui eleita. Era o destino (BASTOS, Lygia Maria Lessa IN: MICALDAS, 2013)⁸⁷.

“O destino” ao qual se referiu a professora Lygia Bastos fez com que a sua primeira legislatura (Câmara dos Vereadores do Distrito Federal (1947 – 1951) transcorresse a partir do pleito seguinte e tendo como companheiro de casa e partido o oposicionista mais ferrenho da política varguista: Carlos Lacerda (BASTOS, Lygia Maria Lessa IN: MICALDAS, 2013).

⁸⁶ Acervo da Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br>. Acesso no dia 17 de Novembro de 2013.

⁸⁷ Disponível em: www.velhosamigos.com.br/foco/ligiamaria.html. Acesso no dia 13 de Novembro de 2013.

Sendo oposicionista ao Governo Dutra e, como vai demonstrar mais tarde, ao nome de Carmela Dutra, Lygia vai ser responsável por contestações, embargos e até o pedido de fechamento da Escola Normal Carmela Dutra. Uma história de desforras e perseguição política que a professora disse ter sofrido, estava começando...

Entretanto, este assunto, que adentra as memórias dos alunos da primeira turma da escola, será deixado para os próximos capítulos.

CAPÍTULO 3

HISTÓRIAS E MEMÓRIAS: OS DESAFIOS DA PRIMEIRA TURMA

Rui Canário, sociólogo da educação, afirmou em *A escola: das “promessas” às “incertezas”* (2008), que os anos do pós-segunda guerra mundial figuraram como o tempo em que houve na escola uma explosão de vagas a serem destinadas a todas as classes sociais, indiscriminadamente. Segundo o autor, os anos de 1945 a 1975 levaram os grupos sociais mais carentes à escola sob as promessas de *desenvolvimento, mobilidade Social e igualdade* perante o estilo de vida das elites sociais que até então frequentavam sozinhas os bancos escolares.

Essas três promessas, por sua vez, estruturavam-se sobre a perspectiva, posteriormente descrita por Theodore W. Schultz (1973), da Teoria do Capital Humano. Segundo essa teoria acreditava-se que quanto mais os indivíduos tivessem anos de escolaridade, maiores e melhores seriam as oportunidades de emprego em sua vida produtiva.

No Brasil, conforme já observamos no capítulo 2, o investimento na educação primária do Governo Dutra pretendeu levar ao sistema de ensino público o significativo número de quase dois milhões e meio de crianças de 7 a 11 anos. Eram crianças cujas famílias haviam se formado nas três primeiras décadas do século XX, período em que, segundo Ângela Castro Gomes (2002), dava-se pouca importância à escola.

Entretanto, com o investimento governamental, essas mesmas famílias passaram a vislumbrar na escola os novos horizontes avistados pelas promessas de ascensão e democratização do bem-estar social, político e financeiro característico das elites. A escola passava, no pós-segunda guerra mundial, logo no início do mandato do presidente Eurico Gaspar Dutra e da Primeira Dama Santinha Dutra, a figurar como instrumento gratuito de melhoria de vida.

Para além dessa visão ideológica, na prática, a grande necessidade de aumento da escolarização da população para modernização do país levou o Estado brasileiro a investir na construção de escolas primárias e na formação de novos professores. O alto percentual de crianças em idade escolar de 7 a 12 anos que estavam fora do sistema público de ensino contrastava com a falta de professores primários, o que apontou qual caminho o governo deveria tomar para sanar esse déficit.

Assim, surgiu o que mais tarde foi chamado de “maior centro de cultura do subúrbio”⁸⁸, com o argumento criador de que “a Escola Normal do Instituto de Educação é insuficiente para comportar o maior número de candidatos ao magistério primário” (Decreto nº. 8.546 – de 22 de junho de 1946, p. 1) e com o argumento mantenedor da Resolução nº 14, de 1947, o qual afiançava que

(...) o novo estabelecimento educativo beneficiará os estudantes que habitam a zona rural, os quais, por esse motivo, não mais terão necessidade de se locomoverem daquela para a zona urbana, porque já contam com mais um educandário do gênero (DOU, 12 de abril de 1947, p. 2200)⁸⁹.

Uma história que continuamos a reconstruir neste capítulo, sob a ótica de quem pretende aprofundar os seus conhecimentos e revelar elementos que ajudem também a reconstruir uma identidade própria desta escola, característica do subúrbio carioca. Da mesma forma que sugere Magalhães (2009), já havíamos previsto a complexidade deste estudo na medida em que cada vez mais nos interessamos em aprofundá-lo.

A construção da história de uma instituição educativa visa, por fim, conferir uma identidade cultural e educacional. Uma interpretação do itinerário histórico, à luz do seu próprio modelo educacional. A história de uma instituição educativa constrói-se a partir de uma investigação coerente e sob um grau de complexidade crescente, pelo que, à triangulação entre os históricos anteriores, à memória e ao acervo, se haverá de se contrapor uma representação sintética, orgânica e funcional da instituição (MAGALHÃES, 2009, p. 72).

Trata-se aqui também de um trabalho de socialização dos indivíduos da nova escola, conforme descreveu François Dubet quando apontou que: “a instituição socializa o indivíduo tal qual ela é, lhe inculca um *habitus* e uma identidade conforme os requisitos de uma vida social”⁹⁰ (2006, p. 44). Esses alunos, que embora assumam características comuns às alunas do Instituto de Educação, como é o caso do uniforme, também sofrerão estranhamento pelas alunas dessa instituição e por alguns setores da sociedade, construindo uma relação de socialização mais profunda com o subúrbio e o sertão carioca do que com o centro e a zona sul do Rio de Janeiro.

No livro *A socialização: construção das identidades sociais e profissionais*, de 2005, Claude Dubar atribui a construção da identidade a dois processos heterogêneos. No primeiro, a identidade é construída por *atribuição* ou, como coloca um outro autor citado

⁸⁸ Revista Fon-Fon, 31 de dezembro de 1949, p. 29. Disponível em: www.hemerotecadigital.bn.br. Acessado em 9 de novembro de 2014.

⁸⁹ Disponível em: www.jusbrasil.com.br. Acessado em 6 de janeiro de 2015.

⁹⁰ Tradução nossa.

por Dubar, Erving Goffman, o processo de composição da identidade acontece por *rotulagem*. Para Goffman, *rotulagem* é o processo pelo qual se atribui uma identidade a outra pessoa (*apud* DUBAR, 2005). Dubar ainda acrescenta: “ ‘Que tipo de homem ou de mulher você é’ = dizem que você é” (2005, p. 142). No segundo processo, a identificação se dá por *incorporação*, quando os indivíduos constroem as suas próprias identidades.

Ainda segundo Dubar (2005), esses dois processos podem coincidir ou não. Quando não coincidem – e essa é a nossa percepção no decorrer deste capítulo –, há um aparente desacordo entre “o que dizem que você é” e “quem você diz que é”. Tal desalinhamento poderá ser percebido nas memórias dos ex-alunos que entrevistamos e os documentos oficiais que trouxemos para análise.

Neste ponto de relação entre a Instituição Escolar e a Identidade, mergulhamos ainda mais no acervo da escola. Seguimos os mesmos tipos de passos dados pela historiadora Diana Vidal (2007), quando expôs sua experiência no contato com os arquivos do Instituto de Educação, relatados no texto *Por uma ampliação da noção de Documento Escolar*. Neste trabalho, a pesquisadora relata o despertar de seu interesse pelo arquivo institucional tal e qual também fomos acometidos ao adentrarmos o arquivo praticamente virgem do IECD.

Da mesma forma que observado por Vidal (2007) em sua pesquisa, constatamos também, em nosso trabalho, que as fichas de inscrição dos alunos na escola transformaram-se em importantes pistas para entendermos o pensamento e o comportamento dos primeiros discentes da ENCD. O Prédio e as instalações usadas nos anos iniciais da escola, as disputas e a criação de seu uniforme, seu emblema, a representação em retrato de sua Patrona, a aquisição e o uso dos símbolos nacionais, nos ofereceram uma reflexão sobre os caminhos da educação a partir do pós-segunda guerra e entrada na chamada Guerra Fria⁹¹.

Todos esses elementos assumiram significados interessantes no relacionamento da instituição com os discentes. Consideramos esses relacionamentos serem ainda mais relevantes do que os acontecidos no período de transformação da antiga Escola Normal em Instituto de Educação, na década de 1930. Isto porque, agora não havia apenas uma mudança de endereço de um bairro mais próximo para um menos próximo do centro

⁹¹ A Guerra Fria foi um conflito de caráter militar, ideológico, político, econômico, cultural e propagandista, que envolveu duas superpotências antagônicas por quase metade do século XX. Militar, porque havia uma disputa pela construção das maiores e mais destrutivas armas; Ideológico, político e econômico, porque os EUA defendiam o liberalismo econômico e a propriedade privada, contando com a mínima participação do Estado, enquanto que a URSS defendia que o proletário deveria estar no poder, sendo o Estado o principal agente de bem-estar social (Ver Hobsbawm, 1955).

nervoso do Distrito Federal, mas sim uma mudança para um local ainda chamado de *sertão*, o que, como veremos, implicou, sobretudo, uma mudança de comportamento e uma variação da identidade da professora normalista.

Os vestígios desse consumo ativo, como diria De Certeau (1994), emergiram em matérias de jornais, artigos de divulgação em revistas pedagógicas e fotografias, dentre outras fontes, permitindo compreender a escola como lugar de constante conflito entre as imposições de modelos e as subversões, ainda que sutis, instaladas cotidianamente (VIDAL, 2007, p. 61).

Acrescentamos aqui o uso de um *corpus documental* (FARIA FILHO, 1998) que nos possibilitará uma análise em variadas dimensões: os relatos de ex-alunos da ENCD, colhidos dentro da metodologia da História Oral, as fotografias dos acervos dos mesmos ex-alunos e bibliografia sobre o tema e o período de instalação da escola. Essa triangulação de fontes, conforme anteriormente já tratado, não visa apenas a excelência de nosso estudo, mas também o prazer de descortinar o que cada evento significou para cada jovem que viveu aquela época.

Afinal, consoante com o que aponta Alessandro Portelli (1997), entendemos que a história oral conta menos sobre eventos e mais sobre significados. Isto é, nas transcrições das entrevistas realizadas, veremos uma série de impressões sobre eventos acontecidos individualmente ou em um coletivo, e que jamais chegariam a jornais ou diários oficiais, graças a sua natureza. Todos esses são os elementos deste Capítulo 3, no qual reconstruiremos os primeiros passos da Escola Normal Carmela Dutra.

3.1 – Os primeiros passos para a organização da escola

O local escolhido para a nova escola já contava com a infraestrutura de transporte de trens, ônibus e bondes para o seu alunado. Por outro lado, um dado sobre o seu logradouro pôde ainda nos oferecer pistas de como a região de Madureira, à época *zona suburbana remota e de difícil acesso*⁹², era próxima a zona rural. Este dado justifica-se pela principal via de acesso à Madureira, hoje conhecida como Avenida Edgard Romero ser naquele momento classificada como uma *estrada*, isto é, uma rua não pavimentada de asfalto.

⁹² Classificação dos estabelecimentos de ensino segundo a prefeitura do Distrito Federal para efeito de estágio. Jornal Correio da Manhã, 29 de janeiro de 1949, p. 12. Disponível em: www.hemerotecadigital.bn.br. Acessado em 11 de novembro de 2013.

Nos idos de 1917, mais exatamente no dia 31 de outubro, essa via foi reconhecida em decreto da Capital Federal como *Estrada Marechal Rangel*, mantendo esta denominação até 1955, quando então foi renomeada como *Avenida Marechal Rangel*⁹³.

Mais tarde, em 14 de dezembro de 1958, segundo o Jornal Correio da Manhã⁹⁴, a *Avenida Marechal Rangel*, que começa na Rua Carolina Machado e termina no Largo de Vaz Lobo, teve seu nome alterado pela última vez, passando a se chamar *Avenida Ministro Edgard Romero*. Tal mudança aconteceu em homenagem ao Ministro do Tribunal de Contas, Sr. Edgard Fontes Romero, falecido em 1956 e residente na então *Avenida Marechal Rangel*. E ainda, para o mesmo jornal, em publicação de 13 de março de 1959, somente nesta data foi oficialmente inaugurada a placa da nova *Avenida* com o nome que homenageava o engenheiro que residente na região⁹⁵. Porém, essa pequena digressão constará aqui em nosso estudo apenas como curiosidade e complemento, uma vez que devemos continuar dentro do escopo de nosso trabalho.

Assim sendo, o importante para o nosso estudo é ressaltarmos que, condizente com o Código Nacional de Trânsito Brasileiro⁹⁶, a denominação *Estrada* é usada para designação de vias rurais não pavimentadas. Fortalece-se assim a ideia de que a ENCD foi realmente instalada em uma região fronteira entre o suburbano e o rural, pois durante todo período que estudamos (1946 – 1953), sua denominação constou como *Estrada*, isto é: *Estrada Marechal Rangel*.

Outro ponto a ser considerado é que apesar desse traço identificado ao passado que cortava todo o bairro de Madureira, funcionando como sua principal via de acesso, no início desta estrada, estava novo prédio do Ginásio Barão do Rio Branco. Essa construção, inaugurada no ano de 1946⁹⁷, apresentava novas perspectivas de arquitetura escolar, graças ao seu estilo moderno de linhas retas e sem gastos excessivos com ornamentação; ao contrário do suntuoso prédio destinado a ser o Instituto de Educação, inaugurado em 1932, que gerou processos envolvendo o nome de Fernando de Azevedo pelo seu alto gasto de construção (VIDAL & FARIA FILHO, 2000).

⁹³ DOU, nº 254, de 9 de novembro de 1955, p. 9.717. Disponível em: www.jusbrasil.com.br. Acessado em 6 de janeiro de 2015.

⁹⁴ Jornal Correio da Manhã, de 14 de dezembro de 1958. Disponível em: www.hemerotecadigital.bn.br. Acessado em 20 de outubro de 2013.

⁹⁵ Jornal Correio da Manhã, de 13 de março de 1959. Disponível em: www.hemerotecadigital.bn.br. Acessado em 20 de outubro de 2013.

⁹⁶ Disponível em: <http://www.denatran.gov.br/publicacoes/download/ctb.pdf>, dia 29 de outubro de 2014.

⁹⁷ Consta na Escola, atual Escola Municipal Edgard Romero, uma placa com a identificação da construção do prédio nos anos de 1946.

Podemos ver na imagem logo adiante que, diferentemente do IE tijucano, o prédio que sediou a ENCD já seguia os padrões modernos de arquitetura sem quaisquer adornos a rebuscar a sua fachada. Em consonância com o que o Ministro da Educação Ernesto de Sousa Campos disse em entrevista (1946), conforme já apontamos, bem como também descrevem Diana Vidal & Luciano Faria Filho (2000) e Ângela de Castro Gomes (2002), este padrão considerado mais barato e fácil de construir viria a se multiplicar a partir dos anos 1950 na construção de escolas.



Figura 22 – Década de 1940. Prédio da Escola Barão do Rio Branco já transformado em sede da ENCD, na Avenida Marechal Rangel, nº 31. Acervo do IECD.

Observamos que o registro deste prédio, não é um registro de uma obra de arte e também, não é ela própria, a fotografia, uma obra de arte que realiza algum tipo de exaltação a sua arquitetura ou a sua localidade, como muitas vezes a fachada do Instituto de Educação foi retratada. Destacamos isso porque, em consonância com o que descreve

Baudelaire (*apud* MAUAD, 1996) sobre a separação entre arte e fotografia, a primeira tem sua base na imaginação e na sensibilidade humana, enquanto que na segunda, reside um papel de instrumento de uma memória documental da realidade. Entretanto, também concordamos com Ana Mauad (1996) quando a autora, retoricamente, questiona se a fotografia seria apenas uma cópia fiel da realidade, ou se também poderia ser considerada como um produto do olhar do fotógrafo.

A imagem é o único registro oficial hoje pertencente ao IECD, o que nos faz acreditar que se trata de uma fotografia oficial da ENCD. Nota-se, na imagem da fachada da escola, um primeiro andar de janelas completamente gradeadas – mesmo que nela não houvesse preocupação em retratar a realidade do bairro de Madureira. Mediante essa observação, refletimos sobre a condição de segurança para as crianças e jovens que frequentavam a escola nos anos 1940 nessa região. Todavia, segundo o ex-aluno Duílio Alves (2013), o bairro de intenso comércio não era um local perigoso.

Considerando ainda a mesma foto, conseguimos ver uma calçada, mas não a estrada, algo que só através de nossa investigação soubemos que era ainda de terra batida. Mas, o que realmente pareceu ser impossível, foi o fotógrafo deixar de retratar a simplicidade das pessoas que andavam pelo bairro de Madureira. E, além disso, diante da imagem de desgaste da fachada exposta sem nenhuma preocupação de interferência estética, pensamos em uma possível intencionalidade de comparação que deverá ser melhor explicitada com os argumentos que colocaremos mais adiante em nosso texto. Por ora, podemos especular, com base na análise de Mauad (1996), que esta é uma elaboração do vivido, um ato revestido de sentido e intenção, inclusive de controlar o que ver e o que não ver sobre a escola normal recentemente inaugurada no subúrbio.

De qualquer forma, seja na Tijuca, com linhas neocoloniais⁹⁸; ou em Madureira, com arquitetura moderna, as duas edificações representaram destaques para as instituições nos bairros ocupados. Conforme apontou Dubet (2006), ambas são distanciamos necessárias do mundo trivial que existia em seus entornos. Isto é, o sonho de se tornar normalista naquelas edificações era capaz de chamar a atenção dos transeuntes, elevando seus espíritos e transformando aqueles prédios em verdadeiras referências.

⁹⁸ O estilo arquitetônico do Instituto de Educação, inaugurado no início dos anos 1930 na Rua Mariz e Barros, no bairro da Tijuca (ou Praça da bandeira, como preferem alguns), vincula-se ao estilo neocolonial brasileiro, corrente nos anos de 1920 e também presente em algumas escolas do Distrito Federal, como a Estados Unidos, no Catumbi, a Sarmiento, no Engenho Novo, além do Hospital Gafrée Guinle, também situado à Rua Mariz e Barros.

Assim, a instalação foi mesmo realizada no prédio novo onde funcionava a Escola Ginásial e Primária Barão do Rio Branco, sendo esta, completamente incorporada às funções da ENCD conforme podemos depreender dos Decretos nº 8.852 e nº 8.853, de junho de 1947:

Decreto nº 8.852:

(...) Considerando que o parágrafo 2º do artigo 4º da Lei Orgânica do Ensino Normal, baixada pelo Decreto-lei nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946, preceitua que toda escola normal deverá manter um ginásio;

Considerando que a Escola Normal Carmela Dutra ainda não possui curso ginásial;

Considerando que a Escola Normal Carmela Dutra funciona no prédio do Ginásio Barão do Rio Branco; Decreta:

O ginásio Barão do Rio Branco fica anexado à Escola Normal Carmela Dutra.

Parágrafo único. Para cumprimento do artigo anterior serão transferidos imediatamente do Departamento de Educação Técnico-Profissional para a Escola Normal Carmela Dutra, subordinada ao Instituto de Educação, a parte do pessoal e a parte de material pertencente ao Ginásio Barão do Rio Branco.

Art. 2º. A Escola Normal Carmela Dutra e o Ginásio Barão do Rio Branco funcionarão no mesmo prédio em que está instalado, atualmente, o Ginásio Barão do Rio Branco, enquanto não se constrói o edifício para a Escola Normal Carmela Dutra (DOU, nº 127, Capital Federal, 4 de junho de 1947)⁹⁹.

Decreto nº 8.853:

(...) Fica anexada à Escola Normal Carmela Dutra a Escola Primária 1-10 (Barão do Rio Branco), fechada desde 1946, a qual se destinará a servir à prática de ensino primário das alunas da mencionada Escola Normal.

Art. 2º. A escola primária da Escola Normal Carmela Dutra manterá no mínimo uma turma de cada série e um Jardim de Infância (DOU, nº 127, Capital Federal, 4 de junho de 1947)¹⁰⁰.

Entretanto, essa não era a escolha final da Secretaria de Educação do Distrito Federal. Havia a pretensão de ampliar a nova escola fornecendo-lhe instalações mais cômodas para os funcionários, docentes e discentes.

Em 1951 foi anunciado o edital nº 47 de concorrência pública para a “construção de um prédio escolar destinado à Escola Normal Carmela Dutra, situada a Rua Padre Nóbrega – Piedade¹⁰¹”. Embora a licitação tenha sido feita e existam imagens no acervo do IECD de visitas do prefeito Mendes de Moraes datando de julho de 1949; nós, em um trabalho de triangulação necessária ao uso de história oral, averiguamos com nossos entrevistados, e através de jornais e revistas que a escola jamais funcionou fora de Madureira (ALVES, 2013 & FREIRE, 2013).

⁹⁹ Disponível em: www.jusbrasil.com.br. Acessado em 6 de janeiro de 2015.

¹⁰⁰ Idem.

¹⁰¹ DOU, 23 de novembro de 1951, p. 10.169. Disponível em: www.jusbrasil.com.br. Acessado em 6 de janeiro de 2015.

Destacamos a utilidade da história oral enquanto fonte diferenciada, capaz, através do cruzamento com outros tipos de fontes, de revelar informações importantíssimas ao desenvolvimento de qualquer estudo, conforme apontou Alessandro Portelli (1997). Demonstramos entender aqui a nossa preocupação em reconhecer os limites da metodologia da história oral por conta das fraquezas da memória, da sua “formidável capacidade de esquecer” e da sua “tendência para a lenda e para o mito” (JOUTARD, 2000, p. 34).

Visitamos, *in loco*, a atual estrutura que ocupa o tal logradouro em Piedade. Entendemos que o perfil dessa ação não corresponde exatamente a nossa proposta teórica. Todavia, não se trata aqui de desviar os caminhos de nossa pesquisa, mas apenas salientar que para o seu enriquecimento, muitas vezes podemos lançar mão de bibliografias e ações que estejam mais ligadas a outras tradições disciplinares, conforme nos apontou ser interessante as historiadoras Miriam Waidenfeld Chaves (2014) e Libânia Xavier & Ana Waleska Mendonça (2009). Sendo assim, discernimos que o local da obra é sim constituída dos mesmos arcos internos que descobrimos em fotos antigas dos acervos dos ex-alunos da ENCD; contudo, lá encontra-se uma escola municipal de ensino primário.

Seguindo na busca de mais documentos para melhor analisar essas informações, voltamos ao acervo do IECD. Por lá verificamos, considerando a política pública de guarda e arquivamento de documentos que interessam à administração (FARIA FILHO, 1998), que existe um registro de compra do terreno onde a ENCD foi definitivamente abrigada. Tal evento ocorreu apenas em 14 de fevereiro de 1954, quando o terreno, na Estrada Marechal Rangel, nº 521 (atual Av. Ministro Edgar Romero, nº 491), medido 116 metros de frente e pelo lado esquerdo, com a Rua Leopoldino de Oliveira, 178,20 metros, pertencente até o momento ao Sindicato dos Trabalhadores no Comércio Armazenador do Rio de Janeiro, foi comprado pela Prefeitura do Distrito Federal¹⁰². Além disso, verificamos através de jornais da época que a mudança aconteceu apenas em 1967, sendo a aula inaugural, com a presença de autoridades públicas, ocorrida apenas em 6 de março¹⁰³, sob o comando da diretora Léa Lemgruber, coincidentemente, uma das ex-alunas da primeira turma da escola.

O *arquivo*, na própria etimologia da palavra nos remete a *princípio* (cf. Capítulo 1), e segundo Luciano Faria Filho (1998), este termo figura tradicionalmente como o *ponto de*

¹⁰² A Escritura de Compra e Venda encontra-se ainda hoje no acervo do IECD.

¹⁰³ Diário de Notícias, 5 de março de 1967, p. 5; Correio da Manhã, 2 de março de 1967, p. 17 e 7 de março, p. 7; Jornal do Brasil, 7 de março de 1967, p. 11. Disponível em: www.hemerotecadigital.bn.br. Acessado em 7 de novembro de 2013.

partida do historiador. Todavia, sabemos que o diálogo do documento oficial com a memória e com a literatura sobre o assunto, tornam os questionamentos ainda mais interessantes. Ademais, não procuraremos ir mais longe para tentar responder essa questão sobre o prédio da ENCD. Por ora, guardaremos os detalhes dessa mudança para um estudo futuro, posto que, tal história foge ao recorte cronológico que já estabelecemos (1946 – 1953) para a nossa pesquisa atual.

Mas antes de deixar de lado esse assunto, vale a pena levantar uma última curiosidade sobre essa localidade e a futura mudança de prédio da escola. Esta peculiaridade refere-se à publicação d'O Jornal Correio da Manhã, de 14 de janeiro de 1958, isto é, entre a morte do ministro Edgard Romero (1956) e a alteração do nome da Avenida, que ocorreu em dezembro de 1958. O texto salientou que as obras que se desenvolviam para a construção de um novo educandário, que ficava na esquina da Av. Marechal Rangel com a Rua Leopoldino de Oliveira, terminariam em 180 dias e que, sob a orientação do então ministro Gama-Filho, a nova escola se chamaria Escola Ministro Edgard Romero¹⁰⁴. No entanto, considerando que a data de compra consta de 1954, e que no logradouro mencionado, até os dias de hoje, está situado o Instituto de Educação Carmela Dutra, refletimos novamente sobre a força do nome da primeira dama (*cf.* Capítulo 2), que se impôs em continuar como referência de escola normal na localidade.

As primeiras reações à criação da ENCD

Semelhante ao que nos aponta Justino Magalhães (2009) e em conformidade com o que já afirmamos (*cf.* Capítulos 1 e 2), continuamos acreditando na necessidade de abordar as relações de poder que envolveram a instituição, avaliando as formas como atuaram esses diferentes atores sociais na construção da história da Escola Normal Carmela Dutra.

A ENCD foi criada sob a força de um decreto, mas, além do prédio estar inadequado às necessidades dos alunos de nível secundário, também não havia regulamentação para o seu funcionamento. Desta forma, o primeiro documento que versava sobre as exigências requeridas para a admissão ao curso normal da ENCD, foi publicado em setembro de 1946 com uma série de componentes que podemos identificar facilmente como uma herança do higienismo dos anos de 1920 - 30¹⁰⁵; fator que também,

¹⁰⁴ Jornal Correio da Manhã, de 14 de janeiro de 1958. Disponível em: www.hemerotecadigital.bn.br. Acessado em 21 de outubro de 2013.

¹⁰⁵ DOU, Condições exigidas para o exame de admissão, 16 de setembro de 1946, pp. 5.785 e 5.786. Disponível em: www.jusbrasil.com.br. Acessado em 6 de janeiro de 2015.

novamente, nos remete à discussão já realizada sobre a imagem construída do povo brasileiro e à imagem igualmente construída das professoras primárias.

Podemos depreender deste documento – através do trecho exposto logo abaixo – as duas dimensões de que trata Luciano Faria Filho (1998) ao realizar seu estudo sobre legislação escolar. No caso da primeira dimensão, averiguamos o caráter histórico e político da legislação, enquanto que na segunda, verificamos os sujeitos responsáveis pela intervenção social. Em ambos os casos, com o conteúdo devidamente trabalhado no capítulo anterior, constatamos o que Faria filho chamou de *Lei como prática ordenadora das relações sociais*. Ou seja, a lei, entre seu momento de *produção e realização*, envolve-se com um conjunto de outras leis relacionadas ao mesmo assunto e com a cultura do grupo social ao qual ela será aplicada. Abaixo, o documento de 1946 esclarece as condições necessárias para que seja aplicada a prova do primeiro concurso da ENCD.

(...) II – das provas

Haverá prova de sanidade e capacidade física, que será realizada antes das demais provas (...)

Exame Médico

Não serão aceitos à matrícula na Escola Normal Carmela Dutra:

Apresentarem condições de higiene individual e asseio corporal deficientes;

Apresentarem estado de nutrição que se afaste exageradamente da normalidade (...) podendo ser levado em consideração o índice de Kaup¹⁰⁶ (...);

Apresentarem acuidade visual inferior a 2/3 da normal para longe (...) por causas não corrigíveis e progressivas; ou enquanto forem portadores de afecções não cicatrizadas ou progressivas;

Apresentarem acuidade auditiva anormal ou afecção evolutiva em qualquer dos ouvidos;

Apresentarem lesões ou perturbações naso-faríngeas, são quando derivarem de causas removíveis;

Apresentarem amídalas em condições de infecções (...);

Apresentarem afecções crônicas da laringe (...);

(...) l) Sofrerem de doenças repugnantes;

(...) p) Apresentarem cavidades dentárias (cáries, raízes (...));

q) Apresentarem anomalias de posição dos dentes (...);

r) Apresentarem falta definitiva de 1/5 da dentadura correspondente a sua idade;

s) Apresentarem más condições de higiene bucal; (...) (DOU, Condições exigidas para o exame de admissão, 16 de setembro de 1946, pp. 5.785 e 5.786)¹⁰⁷.

Notamos a persistência da ideia de que o povo brasileiro continuava sertanejo, não apenas em relação ao meio rural onde vivia, mas também, com relação a sua forma de agir, isto é, sem preocupação com a higiene. Um hábito do qual se acreditava originar toda sorte

¹⁰⁶ O Índice de Kaup funciona da mesma forma que o atual Índice de Massa corpórea. No entanto, neste edital, sob este índice, calculava-se a massa em gramas dividida pela altura ao quadrado medida em centímetros.

¹⁰⁷ Disponível em: www.jusbrasil.com.br. Acessado em 6 de janeiro de 2015.

de doenças infecciosas, além da apatia e de uma indisposição para o trabalho que afetava principalmente os moradores das zonas rurais. Para os historiadores Luciano Faria Filho e Diana Vidal, “O campo era apresentado como lócus da carência. De fato, afirmavam que praticamente toda a população em idade escolar (7 a 12 anos) não acolhida pela escola localizava-se em zonas rurais” (2000, p. 31). Assim, é alimentada a ideia de instalação de uma escola formadora de professores que atuariam diretamente sobre essa região.

Considerando Madureira como *zona suburbana remota e de difícil acesso*, considerando também como uma região fronteira à zona rural, acreditamos que a nova escola normal passou a partilhar intimamente da realidade dessa localidade já no momento de sua criação. Apesar disso, a relação de cobrança entre a higiene pessoal dos candidatos ao curso e a incorporação da imagem de professora normalista, diante da instalação da escola em Madureira, nos fizeram refletir sobre as intenções da nova escola em realmente servir à população do *sertão carioca*¹⁰⁸. Isso porque, como abordaremos no próximo tópico, o perfil dos alunos da primeira turma não condiz exatamente com o perfil dos moradores da Freguesia de Irajá, onde, à época, ficava o bairro de Madureira.

Além disso, essas questões quem envolvem a saúde pública não seriam as únicas a dificultar o acesso da população da zona rural à escola pública de nível secundário. A vereadora eleita Lygia Lessa Bastos, desafeto da primeira dama em tempos de eleição para presidente, em sua primeira magistratura, já no primeiro dia de trabalho de fevereiro, na Câmara dos Vereadores, mesmo antes do ano letivo começar, pediu a exoneração do Secretário de Educação e Cultura Fioravanti Di Piero, acusando-o entre outras coisas de

(...) desorganização e desmoralização do ensino público secundário e normal da Prefeitura com a ausência desautorizada e impune de diretores da Escola Normal Carmela Dutra, Instituto de Educação e outros estabelecimentos a passeio numa estação de águas no Sul de Minas com graves prejuízos para o corpo discente desses estabelecimentos (TRIBUNA POPULAR, 2 de fevereiro de 1947, p. 2)¹⁰⁹.

As acusações da vereadora não pararam por aí. O jornal *Tribuna Popular*, ainda em funcionamento, apesar de seu teor considerado comunista, continuou por todo mês a divulgar as denúncias feitas pela udenista Lygia Bastos, que em abril do mesmo ano inquiriu oficialmente o prefeito sobre as ausências do diretor da ENCD na unidade, enquanto que o seu correligionário, o vereador Carlos Lacerda, acusava o Secretário de

¹⁰⁸ No próximo tópico, quando traçarmos um perfil dos alunos da primeira turma da escola, discutiremos mais atentamente essa relação.

¹⁰⁹ Disponível em: www.hemerotecadigital.bn.br. Acessado em 29 de outubro de 2014.

Educação e Cultura de “completo desconhecimento da repartição que dirige”¹¹⁰. Um dos ex-alunos que entrevistamos falou sobre o que viveu no período:

Uma ocasião, uma vereadora Lygia Lessa Bastos, tentou até acabar com a escola. Ela propôs... aqui era o Distrito Federal... ela propôs o fim da escola. A gente não sabia para onde a gente ia. (...). Acho que dependia do Senado aprovar. O Senado não aprovou, não fechou a escola e eu acho que ela desistiu da ideia. Ela era professora primária e foi eleita vereadora. (...) Quase... o diretor da escola nos chamou a mim e o Hamiltom: “- Olha a escola vai acabar e eu vou mandar vocês para a escola técnica, que é uma escola aqui em Marechal Hermes. Vocês vão para lá”. Eu disse: “- Eu não vou não. Eu fiz concurso para fazer curso normal, no Distrito Federal. E vou fazer o curso normal!”. Ele: “- O senhor é petulante, heim!”. “- Eu não sou petulante. É questão de direito!”. Isso no primeiro ano. (...) Em [19]47 (ALVES, 2013).

Lygia Bastos foi aluna do Instituto de Educação e era professora na época da disputa presidencial entre Dutra e o udenista Eduardo Gomes. Sua tomada de posição a favor do brigadeiro lhe rendeu uma retaliação firme de Dona Santinha Dutra (*cf.* Capítulo 2). Mas também tornou o caso de perseguição notório a ponto de a professora ser convidada a candidatar-se vereadora pela UDN e tornar-se uma ferrenha escrutinadora das ações da Prefeitura do Distrito Federal.

Porém, a vereadora udenista também não era a única insatisfeita com a promoção da primeira dama por conta da criação de uma escola normal com o seu nome. As alunas do Instituto de Educação resistiram o quanto puderam à instalação da ENCD, conforme veremos melhor no próximo ponto, pois segundo Sylvia Aranha (2013), elas tinham interesse em manter a exclusividade na formação de professoras e na admissão as vagas de professoras nas escolas do Distrito Federal, uma vez que, aprovadas em concurso para o curso de formação normal, ao se diplomarem, automaticamente tornavam-se servidoras públicas.

Uma das alunas do IE nesta época, a professora Zilá Simas Enéas, autora de *Era uma vez no Instituto de Educação* (1998), nos relatou em entrevista como as alunas do Instituto receberam a notícia de que haveria outra escola de formação de professoras, desta vez, em uma zona suburbana:

Muito mal! (...) É por que o Instituto de Educação até então era a única escola para a formação de professores da rede oficial. (...) Então eu lembro muito bem de um encontro com professores no pátio. E nós aborrecidíssimas por que o Instituto não teria mais a exclusividade... e que só poderia ser do Instituto... (...) E os professores diziam: “- Mas vocês tem que avaliar que o Instituto de

¹¹⁰ Jornal do Brasil, 26 de abril de 1947, p. 6. Disponível em: www.hemerotecadigital.bn.br. Acessado em 29 de outubro de 2014.

Educação não tem capacidade para formar um número maior de professores do que já forma. E a demanda está se tornando maior. Então o caminho natural é esse.” Aí nós dizíamos: “- Não! É questão da capacidade de formação? Pois então amplie-se o Instituto de Educação!” [risos] Uma grande bobagem. Mas naquela época, nós achávamos um orgulho ser a única escola de formação de professores (ENÉAS, 2013).

Há uma relação bem interessante entre a escrita do livro de Enéas e as suas palavras captadas dentro da metodologia da história oral, usada por nós. Enquanto que em seu livro a ex-aluna do Instituto de Educação apenas informa que a Escola Normal Carmela Dutra foi criada em 1946, sem quaisquer adjetivações ou maiores explicações, o seu relato oral traz uma relação muito interessante que investigaremos ainda neste capítulo; isto é, o efeito da criação dessa escola suburbana nas classes médias cariocas da Tijuca. O historiador Philippe Joutard, ao tratar dessa relação entre *escrita e oralidade*, aponta que

O oral nos revela o “indescritível”, toda uma série de realidades que raramente aparecem nos documentos escritos, seja porque são consideradas “muito insignificantes” – é o mundo da cotidianidade – ou inconfessáveis (JOUTARD, 2000, p. 33).

Mediante o relato de Enéas (2013) e a explicação de Joutard (2000), notamos que a abertura de uma espécie de posto avançado do Instituto de Educação, próximo ao sertão carioca, causou desconforto ao alunado de classe média que frequentava a entidade tijuca. De uma hora para a outra, o Governo Federal e as instâncias inferiores por Ele escolhidas, decidiram por atribuir a mesma identidade (DUBAR, 2005) das jovens normalistas do Instituto de Educação, que postulavam o crescimento social, para as suburbanas, cuja imagem poderia muito bem ser ligada ao atraso da vida no campo (*cf.* Capítulo 2). Evidentemente isso não aconteceria sem um conflito de interesses, como poderemos ver no próximo item.

3.2 – Zero professores na ENCD

Segundo Maurice Halbwachs (2003), as memórias individuais são construídas sobre uma base coletiva. Todavia, mesmo na construção coletiva, existem experimentações individuais que produzem relatos diferenciados de uma mesma realidade. Com isso, percebemos, por exemplo, que alguns de nossos entrevistados apresentaram experiências diferentes com relação aos primeiros passos de criação da ENCD. Por conta disso,

novamente destacamos o procedimento de relacionar as entrevistas com a literatura sobre o tema, assim como nos aponta Justino Magalhães (2009):

A história das instituições educativas constitui um processo epistêmico que medeia entre a(s) memória(s) e o arquivo, não se limitando a memória às dimensões orais, mas incluindo as crônicas e outros textos afins e não se confinando o arquivo à documentação e informação escritas (MAGALHÃES, 2009, p. 69).

No tocante ao nosso tema, o edital¹¹¹ do primeiro concurso aponta que as provas foram realizadas nos prédios do IE e da ENCD. Por conta disso, tal evento produziu memórias individuais diferentes por conta das experiências vividas em diferentes espaços. Isto é, alunas que realizaram a prova na Tijuca relataram acontecimentos diferentes dos que foram relatados por quem fez a prova em Madureira, como veremos mais adiante. Entretanto, os dois grupos se relacionavam no tempo e no espaço no que diz respeito à qualidade da prova que fizeram, como podemos ver no relato de Arlette de Souza Molinari (2013):

A primeira seleção foi também muito complicada. Por que... eles prepararam uma prova cujo teor era tão difícil que... nós depois demos para engenheiros, para professores de matemática resolverem e ninguém resolvia as questões. As questões foram propositadamente colocadas em um nível... assim... inaceitável. Ainda mais para quem estava saindo de um ginásio. (...) acho que nós não ficamos sabendo quem elaborou aquilo. No final era uma comissão, atrás da comissão... não sei quem se escondia. (...) Mas como ninguém conseguiu fazer nenhuma questão até o fim, fomos aconselhados, e também com ideia nossa, e como ali não tinha mais nenhuma criancinha (...) fomos para os jornais. Conseguimos uma cópia da prova, apresentamos a cópia no jornal e aquilo ali foi um tipo de um escandalozinho na educação, porque ninguém podia imaginar que tivessem nos oferecido aquela prova. Aí dissemos que tínhamos direito a outra prova. Aí quiseram abafar. “– Então não tem outra escola normal. Não tem mais... Pra que outra escola normal?”. Mas aí eles tinham a obrigação... a opinião pública... vai para o jornal... começamos a ganhar adeptos e então conseguimos uma nova prova (MOLINARI, 2013)

Notamos assim, que a memória dos alunos da instituição apresenta-se como uma coletividade justificada pelo uso de expressões como: “nós não ficamos sabendo”, “fomos aconselhados” ou “conseguimos uma nova prova”. E é exatamente isso que faz com que esses ex-alunos se sintam ligados, conforme Halbwachs (2003) também apontou, em um elo de construção de memória coletiva.

¹¹¹ DOU, Condições exigidas para o exame de admissão, 16 de setembro de 1946, pp. 5.785 e 5.786. Disponível em: www.jusbrasil.com.br. Acessado em 6 de janeiro de 2015.

Assim, esses alunos, de modo geral, não sabiam que haviam feito provas em diferentes locais, pois na tentativa inicial de formar a primeira turma, as inscrições de alunos e as provas foram realizadas no Instituto de Educação e na Escola Normal Carmela Dutra¹¹². Não obstante, os alunos que realizaram a prova na Tijuca ou em Madureira, sentem-se ainda hoje¹¹³ ligados através do rigor da prova, fomentando uma memória que os reuniu sob um ponto comum, característico de uma memória coletiva (HALBWACHS, 2003).

O certame, que segundo a ex-aluna Arlette de Souza Molinari (2013), apresentou uma prova acima do nível exigido para os concluintes do ginásio, foi feito sob a coordenação de uma comissão de professores do Instituto de Educação, conforme examinamos em documentos oficiais¹¹⁴. O resultado final, publicado em diário oficial de dezembro de 1946, destacava que nenhum candidato havia sido aprovado no concurso¹¹⁵.

Entretanto, as dificuldades daquelas que se arriscaram a estar entre as primeiras normalistas do subúrbio haviam começado antes delas terem contato com tal prova. Todos os nossos entrevistados que realizaram as provas no prédio neocolonial tijucano narraram ter sofrido discriminações por parte das alunas do IE. Assim, três alunos em especial, descreveram como foi fazer a prova para a ENCD nas dependências no renomado Instituto de Educação:

Houve um protesto geral por que parece que as questões eram muito acima do nível do ensino médio. E eu tinha uma formação e matemática... foi matemática que barrou quase a maior parte. E eu tinha formação muito boa de matemática. Estudava científico no Pedro II. Matemática era o bicho de sete cabeças de todo mundo. Mas eu adorava matemática. Mas não devo ter passado. (...) O início foi bem desagradável. Nós éramos um grupo grande de candidatos, mas a escola em peso do Instituto de Educação uniformizado ficou à frente da escola vaiando os candidatos. (...) E me lembro da reação das alunas e essa disposição dos professores em eliminar (ARANHA, 2013).

E muito mal recebidas no Instituto de Educação. (...) Aquele portão principal... as alunas do Instituto fizeram duas alas aqui. Até nós entrarmos dentro do Instituto, levamos vaia. (...) O primeiro concurso foi feito no Instituto de Educação. Então você passava na calçada levando vaia até entrar lá dentro. Fizeram um corredor polonês. (...) A prova era para não existir o Carmela Dutra. Mas acontece que o Dutra era Presidente e o nome era da mulher dele... Então ele tinha muito nome, né?! (FREIRE, 2013)

¹¹² Idem.

¹¹³ Conforme avaliamos em nossas entrevistas.

¹¹⁴ DOU, 16 de setembro de 1946, pp. 5785 e 5786. Disponível em: www.jusbrasil.com.br. Acessado em 6 de janeiro de 2015.

¹¹⁵ DOU, 18 de dezembro de 1946, p. 7929. Disponível em: www.jusbrasil.com.br. Acessado em 6 de janeiro de 2015.

Nos fomos perseguidos com hostilidade. Fomos para as salas fazer as provas. Fizemos as provas. Na saída, fomos novamente hostilizados. As moças faziam uma fila. E você passava por aquele meio... como se fosse um “cordão” polonês. Você passava ali pelo meio e éramos vaiados. Todos nós. Então uma dificuldade de se fazer a prova no Instituto. Aí é que se procurou outras escolas, outros prédios para se fazer um segundo concurso. O primeiro foi anulado (...) A primeira intenção era não ter Carmela Dutra. Se tivesse seria longe dali. Essa que era a verdade (ALVES, 2013).

Devido às condições sociais que os candidatos deveriam apresentar no ato da inscrição, seguida da aplicação da prova, conforme nos relatou Molinari (2013), a indignação dos concorrentes levou o caso a se tornar público, como uma espécie de “escândalo da educação”. A referida campanha pelas novas provas para a ENCD foi divulgada no jornal Diário de Notícias, bem como as questões de matemática, alvo de tantas reclamações por parte dos candidatos¹¹⁶ (Anexo XV). E então, com as proporções que o caso alcançou, quinze dias depois, isto é, ainda no mesmo mês de dezembro, o Diário Oficial informava aos postulantes que

considerando que se inscreveram 543 candidatos de ambos os sexos, e que, findo o julgamento das provas escritas, com a maior exaço e probidade, se verificou que nenhum pretendente atingiu a média de 50 (...) Resolve: Art. 1º permitir a abertura de novas inscrições (DOU, 18 de dezembro de 1946, p. 7929)¹¹⁷.

Aqui podemos destacar novamente, segundo a teoria de Claude Dubar (2005), que o processo de criação de uma *identidade por atribuição* só pode ser analisado no interior dos sistemas de ação, cujo resultado advém das “relações de força” no qual todos os indivíduos estão envolvidos. Neste caso, os indivíduos citados são as autoridades públicas, que tentaram atribuir a mesma identidade do Instituto de Educação a um grupo diferente de futuros discentes, e as alunas do referido instituto que reagiram com força a tal tentativa de atribuição de sua identidade aos futuros alunos do subúrbio carioca.

Assim, as autoridades tinham a intenção de ampliar a rede de formação de professores e homenagear a primeira dama, enquanto que o corpo discente do IE demonstrava o interesse em manter o seu *status social*, seja pela ascensão ao funcionalismo público ou simples orgulho de trajar o uniforme de normalista. E há, ainda, um outro grupo com interesses a conjecturar, se considerarmos a argumentação da entrevistada Arlette de Souza Molinari (2013) e o edital que afirmava ser uma comissão do IE a responsável pela prova. Pois, a partir daí, ao menos, podemos colocar em suspeição o interesse do corpo

¹¹⁶ Diário de Notícias, 3 dezembro de 1946, página 8. Disponível em: www.hemerotecadigital.bn.br. Acessado em 17 de junho de 2014.

¹¹⁷ Disponível em: www.jusbrasil.com.br. Acessado em 6 de janeiro de 2015.

docente do Instituto na criação de outra escola com um grupo de professores que teriam mesmo *status social* que eles mantinham.

Uma segunda tentativa

Na segunda tentativa de formar a primeira turma da escola, os candidatos escritos no primeiro processo de seleção foram considerados automaticamente inscritos. Outros interessados, porém, foram orientados a procurar a secretaria do Ginásio Barão do Rio Branco em Madureira para a inscrição no novo processo seletivo¹¹⁸. Então, em março de 1947, com a presença do secretário de educação e cultura Fioravanti Di Piero e o diretor do departamento de educação complementar Astério de Campos, o concurso foi realizado exclusivamente no prédio escolhido para ser a nova escola normal em Madureira¹¹⁹.

Podemos aqui perceber o princípio do que Dubar caracterizou como *negociação identitária* (2005). Isto é, a ENCD, embora tivesse seu edital publicado submetido ao Instituto de Educação, teria o seu certame realizado com relativa autonomia. Os postulantes a uma vaga em Madureira fariam a prova em Madureira, ao contrário da correspondência anteriormente estabelecida entre a Tijuca e o bairro suburbano. Em outras palavras, em um segundo momento, o concurso foi realizado sem maiores problemas (ALVES, 2013), sendo as vagas da instituição da Tijuca sendo colocadas em jogo na Tijuca e as do subúrbio, no subúrbio. Vale ressaltar, que nos anos seguintes, os concursos voltaram a ser realizados no prédio do Instituto de Educação, pelo menos, até o ano de 1953, como veremos no próximo capítulo.

Desta forma, dos candidatos que continuaram tentando a aprovação no concurso, apenas 32 foram aprovados na primeira fase e apenas 30 continuaram até que se findasse todo processo de seleção (Anexo XVI). As seguidas reprovações em massa e a desistência de muitos candidatos, como nos relatou Dyrce Montorfano Freire (2013), parece ter feito o Secretário de Educação tomar uma medida cautelar extra para que o curso se mantivesse aberto. Isto é, em abril, logo após ter terminado o certame da primeira turma, foi criado um *Curso de Admissão*, no qual os futuros candidatos poderiam estudar previamente as mesmas disciplinas referentes ao *Exame de Admissão* para a escola nos anos seguintes¹²⁰.

¹¹⁸ DOU, 18 de dezembro de 1946, p. 7929. Disponível em: www.jusbrasil.com.br. Acessado em 6 de janeiro de 2015.

¹¹⁹ Jornal do Brasil, 6 de março de 1947, página 7. Disponível em: www.hemerotecadigital.bn.br. Acessado em 29 de outubro de 2014)

¹²⁰ DOU, 8 de abril de 1947, página 2106. Disponível em: www.jusbrasil.com.br. Acessado em 6 de janeiro de 2015.

Além disso, aconteceram algumas importantes alterações para o edital da turma de 1948 que buscaram “corrigir” os problemas anteriores. Agora, as inscrições para ENCD aconteceriam apenas em Madureira, em sua sede. E a banca examinadora de professores realizadores da prova e a equipe médica responsável pelos exames do concurso para a turma de 1948 seria composta de profissionais do Instituto de Educação e da Escola Normal Carmela Dutra¹²¹.

Atentamos aqui para algo de muita importância: o corpo docente das duas instituições não era o mesmo. Pelo contrário, segundo Ester Lima (2013), muitos professores da ENCD foram convocados entre os profissionais que foram exonerados da antiga Escola Normal por não serem concursados e por conta da criação do Instituto de Educação, em 1932.

Entretanto, mesmo sob essas condições, o concurso para turma de 1948 sofreu um esvaziamento, tendo apenas 179 inscritas. Talvez, por conta dos problemas da formação da primeira turma, poucas pessoas tenham se animado a competir em um novo concurso. E ainda, como se isso não fosse o suficiente, o ânimo daqueles que pretendiam se formar professoras no subúrbio do Distrito Federal sofreu mais um revés: dessas poucas 179 candidatas, 8 foram consideradas inaptas no exame de saúde, 8 se ausentaram da prova de português, 4 faltaram à prova de matemática, 1 se absteve de fazer as provas de história e geografia, e os outras 158 candidatas foram simplesmente inabilitadas nas provas que realizaram. Ou seja, novamente havia *zero professorandas aprovadas na ENC*¹²².

Cinco dias depois, um novo concurso estava sendo aberto com as mesmas características, todavia, limitando o ingresso à ENCD apenas ao público feminino¹²³. Ao final de mais uma tentativa, a segunda turma da ENCD conseguiu ser formada com apenas 11 alunas. Com isso, a Escola Normal Carmela Dutra, em Madureira, segundo alguns depoimentos colhidos, tornava-se difícil de ser mantida com tão poucos alunos, diante da formação em massa realizada por sua matriz na Tijuca (ARANHA; FREIRE; MOLINARI, 2013).

Além disso, se faltavam discentes na sala de aula pelo rigor nos concursos para entrar na nova escola, faltavam também docentes que pudessem lecionar nela. Como dissemos, o corpo de professores demorou a se formar e os docentes da *Antiga Escola*

¹²¹ DOU, 29 de janeiro de 1948, página 629. Disponível em: www.jusbrasil.com.br. Acessado em 6 de janeiro de 2015.

¹²² DOU, 10 de março de 1948, página 1596. Disponível em: www.jusbrasil.com.br. Acessado em 6 de janeiro de 2015.

¹²³ DOU, 15 de março de 1948, página 1723. Disponível em: www.jusbrasil.com.br. Acessado em 6 de janeiro de 2015.

Normal continuaram a ser recorrentemente convidados de forma pública, pelo prefeito Mendes de Moraes, para lecionar na ENCD através de vários editais em diários oficiais¹²⁴.

Os relatos dessa primeira turma podem, ainda, ser citados como exemplo de memórias coletivas quando questionados sobre como eles lidavam com as carências da escola. O mesmo grupo disse que não ficou a esperar pela vinda de professores, pondo-se, novamente, em movimento para pressionar as autoridades, conforme nos conta uma ex-aluna:

E como não tinha professores, nos desanimamos um pouco. Achamos que não ia para diante. Aí eu e Léa [Lemgruber] e outras combinamos... mas não foi, só foram eu e Léa. Marcamos uma audiência com Mendes de Moraes. (...) Aí nos apresentamos, explicamos. E ele sentado assim e nós duas aqui, na mesa dele. E contamos que o Carmela não tinha professor... estávamos vendo que não ia continuar... (...) ele não dizia nada, só escrevia, só escrevia. (...) Ele não disse nem sim, nem não. E nós fomos embora achando que não tínhamos conseguido nada. (...) no dia seguinte, às 7 horas da manhã, chega o Mendes de Moraes com o ajudante. (...) “- Cadê o diretor?”. Não estava. O diretor não estava. Não tinha ninguém. Ele sentou na mesa do diretor e disse que ia esperar o diretor. (...) No dia seguinte, de manhã, às 7 horas da manhã, já tinha professor na escola (FREIRE, 2013).

As visitas inesperadas do Prefeito

Ângelo Mendes de Moraes não havia chegado ao posto de Prefeito do Distrito Federal sozinho. Em um período histórico, no qual o presidente através de acordos políticos escolhia os governos e prefeitos, o chefe do executivo do Distrito Federal deveria ser alguém de sua confiança. Como militar, ele havia sido promovido a General de Divisão em agosto de 1946 e nomeado prefeito em junho do ano seguinte por Eurico Gaspar Dutra¹²⁵. Sua carreira, portanto, havia dado uma guinada desde a eleição de Dutra e a sua atuação se tornara importantíssima nos primeiros anos da Escola Normal Carmela Dutra. Contudo, Moraes ficaria lembrado pelas suas inspeções inesperadas e pela construção do Estádio Jornalista Mário Filho (Maracanã) em 1950¹²⁶.

Ao lembrarem da atuação do prefeito Mendes de Moraes, os relatos dos alunos deram conta das dificuldades estruturais que enfrentaram. Segundo Halbwachs (2003), as memórias podem apresentar íntimas relações com o espaço. Isso porque, segundo o referido autor, as imagens do mundo material que são trazidas ao nosso cotidiano, são partes intrínsecas que nos formam. Outro autor, Pierre Nora (1993), aponta que o *lugar de*

¹²⁴ DOU, 5 de fevereiro de 1947, página 778; DOU, 9 de abril de 1947, página 2127 e DOU, 10 de julho de 1947, página 4024. Disponível em: www.jusbrasil.com.br. Acessado em 6 de janeiro de 2015.

¹²⁵ Ver mais em <http://cpdoc.fgv.br/>. Acessado em 14 de novembro de 2014.

¹²⁶ Ver mais em <http://www.lancenet.com.br/novomaraca/noticias/pre-maracana-a-construcao-do-maior-estadio-do-mundo/>. Acessado em 8 de janeiro de 2015.

memória é fruto de um sentimento de continuidade residual dos lugares nos quais as pessoas constroem seu passado. No caso dos jovens daquela turma, a relação com o espaço escolar levou-os até as autoridades públicas, que por sua vez, intervieram diretamente sobre a ENCD.

Evidentemente, por mais uma vez, como temos tido o criterioso trabalho de fazer durante todo nosso estudo e uso da metodologia da história oral, fomos buscar outras fontes sobre as ações do prefeito Mendes de Moraes na escola. Em nossas pesquisas encontramos, o que o Jornal do Brasil, em novembro daquele ano, classificou como *As visitas inesperadas do Prefeito*¹²⁷:

Visitando inesperadamente o Ginásio Barão do Rio Branco, onde está funcionando a Escola Normal dos Subúrbios teve o prefeito um contraste chocante. Tudo faltava ali, desde as bicas do bebedouro, quebradas e sem água, professores e inspetores, até um laboratório. A cobertura não protege as salas onde qualquer chuvinha penetra. Duas disciplinas não tem professores e as que tem datam de muito pouco tempo e as anomalias são múltiplas. Informado das reiteradas solicitações do Diretor, pelos canais competentes, o Prefeito prometeu determinar as providências urgentes para a regularização dos cursos, pois o educandário, desde a sua criação, vem lutando com as maiores dificuldades de todas as espécies (JORNAL DO BRASIL, 6 de novembro de 1947, página 4).

Ainda assim, com a intervenção direta do prefeito, a escola continuou a apresentar um quadro de falta de professores. E a Secretaria de Educação e Cultura publicou edital no mesmo ano reafirmando dar preferência aos professores da antiga Escola Normal. Porém desta vez, apurando que o interesse dos professores outrora compulsoriamente aposentados não era suficiente para suprir as necessidades da ENCD, o prefeito convidava quaisquer outros interessados a lecionar na nova escola¹²⁸.

Além disso, o General Prefeito Ângelo Mendes de Moraes continuou a visitar a região sem aviso prévio, realizando outra inspeção surpresa na ENCD em abril de 1948. Desta vez, ao não encontrar novamente o Diretor Coronel Jorge Figueira Machado, demitiu o colega militar através de um bilhete (Anexo XVII), que segundo o próprio ex-diretor, ao escrever um livro-resposta à sua demissão com o título *A visita inesperada do atual prefeito do Distrito Federal à Escola Normal Carmela Dutra e a explicação que devo a coletividade carioca como ex-diretor da referida escola*, dizia:

¹²⁷ Título da matéria: *As visitas inesperadas do Prefeito*. JORNAL DO BRASIL, 6 de novembro de 1947, página 4. Disponível em: www.hemerotecadigital.bn.br. Acessado em dia 8 de novembro de 2014.

¹²⁸ DOU, 10 de abril de 1947, página 2166 e 10 de julho de 1947, página 4024. Disponível em: www.jusbrasil.com.br. Acessado em 6 de janeiro de 2015.

Dr. Jorge Machado

Estive aqui, hoje, duas vezes – às 7,45 e às 8,15. Em nenhuma delas tive o prazer (SIC) de encontra-lo.

É lamentável que numa escola como a Carmela Dutra, deficiente em suas instalações, em pleno regime de trabalho não tenha a assistência constante de seu diretor. Aliás é a segunda vez que aqui venho, em horas diferentes, e não tive a felicidade de encontra-lo. Parece-me, assim, que o Snr. Tenha outras atividades fora (SIC) da Escola que não permitem um exercício como seria de desejar.

Nestas condições, aguardo, com pesar, que o Snr. apresente ao Dr. Clóvis Monteiro o seu pedido de demissão, atendendo de melhor maneira aos seus interesses privados.

M. M.” (MACHADO, 1948, p. 7)

Duas semanas depois, tomava posse como novo Diretor da ENCD o senhor Francisco Martins Capistrano¹²⁹. Com o perfil mais presente na escola, Capistrano conseguiu se aproximar mais dos alunos e ficar no posto por quase três anos, evento este que só viria a se repetir na década de 1960. Capistrano incentivava o alunado a continuar a pressão sobre os políticos para que a escola continuasse a receber a atenção necessária para o seu funcionamento. A ex-aluna Sylvia de Azevedo Ferreira Aranha resumiu esse processo da seguinte forma:

Havia realmente uma resistência muito grande à Escola. E algumas até com argumentos bem fortes. Por que a escola se tornou cara para o Estado. Muitos professores... professores altamente qualificados para 30 alunos. E depois veio uma segunda turma: 11 alunos. Isso era um argumento. Era uma escola cara para o Estado. Para formar 11 alunos, para formar 30 alunos, quando o Instituto de Educação formava em massa, né?! Quatrocentos, o Instituto de Educação... turmas de 47, 50 alunos por turma... 15 turmas... em massa! E lá não. Era um grupo selecionado. Agora, os professores... não tivemos nada... fomos para Madureira. Fomos, pra lá. Para uma escola que não nos esperava. Para uma sala que não nos esperava. Não tínhamos material. (...) Essas cadeiras eram cadeiras de jardim de infância. Eu não sou uma mulher alta, mas olha as minhas pernas... Nós ficávamos cansadíssimas no final do dia. Por que não tínhamos o menor conforto. Não tínhamos a menor condição material de funcionamento. Nem a menor condição de professores. Não tínhamos corpo docente. Este era o diretor. E num belo dia de manhã, o nosso prefeito, Mendes de Moraes, militar, cedo bateu na escola. O nosso diretor não estava. Uma escola principiante, sem o diretor. Ele imediatamente demitiu o diretor. E aí veio um novo diretor, que foi... fico até arrepiada de falar... foi presente. Amou a escola. E se dedicou à escola. (...) E esse diretor tomou a frente da escola com muita energia. Fez logo uma comissão de alunos. E claro que estava dentro, né? E andávamos nos gabinetes do prefeito, do Secretário de Educação e até, várias vezes, no gabinete do Presidente da República Eurico Gaspar Dutra. Tínhamos liberdade. A nossa escola passou a ser respeitada pelas autoridades. Pela presença e pelos pedidos

¹²⁹ Dentro do período proposto para estudo (1946 – 1953), a ENCD teve cinco diretores: Jorge Figueira Machado (até 8/04/1948); Francisco Martins Capistrano (21/04/1948 – 27/03/1951); Gabriel Skinner (19/04/1951 – Sem Data); Josefina de Castro da Silva Galdenzi (29/06/1951 – 11/11/1952) e Ricardo Rodrigues Vieira (16/01/1953 – Sem Data). Jornal Carmela Dutra, Ano 1, Número 1, Setembro de 1995. Acervo de Esther Natividade Lima.

feitos. O que que nós pedíamos? Cadeiras para sentarmos. Professores para nos dar aulas... (ARANHA, 2013).

Mas as dificuldades com as quais se deparariam os jovens da primeira turma da ENCD, já eram de conhecimento público, segundo o ex-diretor Jorge Figueira Machado. Em seu livro-resposta, Machado relatou, também, as dificuldades que enfrentou junto à Secretaria para a constituição da Escola, devolvendo para a prefeitura a acusação de falta de empenho para manter a ENCD.

Não obstante todas as providências por mim tomadas, em época oportuna, as quais foram expressas nos vários ofícios (documentações já referidas) a Escola Normal Carmela Dutra não foi contemplada no orçamento para 1948, com qualquer dotação para as suas despesas normais por culpa exclusiva dos altos Poderes Municipais. (...) O despreço pela Escola Normal Carmela Dutra é ainda mais expressivo quando se considera que a Secretaria Geral de Educação e Cultura foi contemplada no orçamento para 1948 com a importância de CR\$. 116.573.262,60, destinada a atender a todas as unidades administrativas dos serviços de administração, de Expediente, de Escolas-Hospitais, de Material, do Instituto de Educação, propriamente dito, do Instituto de Pesquisas Educacionais, dos Departamentos de Difusão Cultural, de Educação Complementar, de Prédios e Aparelhamentos Escolares e de Saúde Escolar. E a Escola Normal Carmela Dutra ficou em lamentável situação, desprovida de recursos para atender às despesas com o próprio material de consumo para o expediente rotineiro e para atender o grande número de adolescentes necessitados de assistência escolar e principalmente de alimentação e material escolar (MACHADO, 1948, p. 28).

Jorge Figueira Machado ainda chegou a insinuar que muitos pais de postulantes a alunas da escola que mantinham contatos com pessoas influentes, como por exemplo, o Prefeito do Distrito Federal, ficaram “contrariadíssimos com o fato de não serem admitidas as suas candidatas” (MACHADO, 1948, p. 13) nos concursos realizados em que esteve como diretor da ENCD. Ou seja, Machado teria se esforçado para manter a lisura dos dois primeiros certames de ingresso na escola, impedindo assim, fraudes que beneficiariam pessoas importantes.

Estando o diretor ou o prefeito com a razão, os alunos da turma de 1947 relataram outras grandes dificuldades. O esforço deles, segundo os relatos que nos fizeram, foi responsável não apenas pelo equipamento da escola, mas também pela construção da história da escola, em seus símbolos e sua identidade, bem como o reconhecimento das autoridades pela qualidade de seu curso, conforme teremos a oportunidade de estudar nos próximos tópicos.

Além das memórias sobre os primeiros diretores, a relação conflituosa entre as alunas dos dois institutos parece ter se tornado uma espécie de *memória-alicerce*. Uma memória tão forte em sua coletividade, que os nossos entrevistados, em todos os

momentos, fizeram questão de ressaltar. Chamados de “elementos constitutivos da memória” por Michael Pollack (1992, p. 2), esses acontecimentos foram narrados diretamente pelos alunos ou através de vivências próximas a eles. Experimentados diretamente ou “por tabela”, tais eventos se fizeram elementos constituintes da identidade dos alunos desta escola.

Conforme Pollack (1992) nos aponta, a construção de uma identidade é um fenômeno que se produz em referência a outros. Isso quer dizer que ninguém constrói uma identidade própria ao se olhar em um espelho e dizer quem é; mas também, não o faz ao se encarar no mesmo espelho e dizer quem não é. Trata-se aqui do que outro autor, o sociólogo Claude Dubar (2005) apontou ser uma “forma identitária”, ou seja, uma forma pela qual os atores sociais interagem, definindo quem são para os outros e quem são para si mesmos.

Esses dois vieses de conhecimento, o positivo e o negativo, isto é, o de afirmação e o de negação, revelados no processo de construção da identidade dos jovens alunos do ENCD, aparecem com mais premência no próximo tópico, onde critérios como a *aceitabilidade*, conforme apontou Pollack (1992), revelam-se como referências na relação com os outros.

Assim, a partir deste ponto, começaremos a vislumbrar a ideia de *estratégias identitárias* (DUBAR, 2005), quando desenvolveremos melhor as diferenças entre as duas instituições na construção da identidade da ENCD.

3.3 – Desbravadores: a primeira turma da ENCD

Bárbara Finkestein (1992) descreve que para alguns historiadores a intervenção do Estado na educação dos jovens é um exemplo de intromissão indevida. Para esse grupo de intelectuais citados por Finkestein, essa ação nada mais é do que a retirada da autoridade dos pais, que até então eram responsáveis por inculcar ideias e valores da sua própria família em seus filhos, e a entrega de tal responsabilidade ao Estado, que por sua vez, inculca ideias e valores que interessam às elites sociais. Com a revolução industrial na Europa e a modernização/industrialização do Brasil no século XX, esse processo de mudança de intermédio do conhecimento viria a se repetir por todo território nacional com a expansão do ensino através da construção de mais escolas e da formação de mais professores.

Por outro lado, Finkestein (1992) também destaca que para outros historiadores esse processo oferece gratuitamente um cuidado alternativo aos pais que não tem interesse ou capacidade de assumir responsabilidades educacionais de seus filhos. Para esses intelectuais, o trabalho dos professores públicos refletiria a tarefa de reformadores morais, que agiriam sobre as crianças no sentido de adaptá-los a uma realidade industrializada e urbanizada dos novos tempos.

Em ambos os casos é impossível fugir do fato de que os alunos do curso de formação normalista serão os futuros professores que repetirão as suas práticas em sala de aula para os seus alunos. Assim, torna-se mister entender como eles se formaram, entendendo também, as influências que sofreram e quais os efeitos que esse processo poderá ter sobre a sociedade brasileira, principalmente sobre a população do meio rural.

O primeiro dia



Imagem 23 - Primeiro dia de aula na ENCD – Coleção particular de Esther Natividade Lima

A imagem do primeiro dia de aula nos revela mais do que o fotógrafo oficial queria mostrar. Para além, da aparente organização dos alunos enfileirados, do diretor e demais autoridades públicas ao fundo, podemos refazer a análise dessa imagem com o olhar um

pouco mais crítico, desconstruindo um pouco do que Jacques Le Goff chamou de *imagem/monumento*¹³⁰ (*apud* MAUAD, 1996).

Podemos empreender um diálogo entre a foto e tudo aquilo que foi relatado pelos ex-alunos que entrevistamos. Por outro lado, neste procedimento, quando a foto, então, passa a ser considerada uma *imagem/documento*, captamos, por exemplo, que as cadeiras eram próprias para pré-adolescentes que terminavam o ginásio na Escola Barão do Rio Branco, mas não para jovens que iniciavam o curso normal.

Atentamos também para o fato de que não havia uniformes ou qualquer outra identificação de que os jovens eram alunos da Escola Normal Carmela Dutra. Segundo a nossa entrevistada, Sylvia Aranha (2013) – sentada à frente na terceira fileira – ao fundo da sala estavam alguns professores, o diretor Jorge Figueira Machado e o Secretário de Educação e Cultura Fioravanti Di Piero.

Neste caso, portanto, o diálogo entre as fontes – oral e de imagem – nos proporcionou uma nova reflexão sobre a situação acerca de como foram iniciadas as aulas na ENCD. O uso de dois ou mais registros de informação diferentes para a análise de um tema é uma prática, hoje, facilitada pela perspectiva teórica da *nouvelle histoire* que alargou o uso de fontes para além dos documentos oficiais de Estado (BURKE, 1992; VAINFAS, 2011). Com isso, memórias e acervos pessoais nos oferecem um entendimento diferenciado sobre um posicionamento oficial.

O fotógrafo oficial, ao organizar os trinta discentes em cinco fileiras de seis carteiras, com a direção e demais autoridades ao fundo, não pensou em como aqueles jovens sentados estavam percebendo a realidade das aulas na Escola Normal de Madureira. Muito menos pensou na possibilidade de anos depois eles virem a nos conceder entrevistas, lançando um novo olhar sobre aquele evento. Este é apenas um exemplo de como o uso de diferentes fontes podem concorrer para o aperfeiçoamento de nosso estudo. Desta forma, concordamos como o que as historiadoras Clarice Nunes e Marta Carvalho (2005) colocam sobre o atual uso das fontes no trabalho historiográfico dentro da área de educação:

Documentos para a educação precisam ser tomados, portanto, na sua mais ampla acepção: escritos, ilustrados, transmitidos pelas imagens, pelo som ou qualquer outra maneira. De fato, estamos vivendo hoje o impacto de uma revolução documental e de enorme ampliação da memória histórica (...) (NUNES & CARVALHO, 2005, p. 38).

¹³⁰ Entende-se por Imagem/monumento a imagem que não é submetida a críticas, ou ainda, uma imagem que tem a sua função social cristalizada de tal forma que seus interlocutores não conseguem desenvolver perspectivas diferentes ao estudá-la.

Conseguimos aferir, ainda, através de outras fontes que aqueles alunos perfeitamente organizados na sala de aula de forma alguma compreendiam um grupo homogêneo, conforme pareciam esperar as autoridades ao salientar em documentos oficiais que a escola serviria a candidatos da localidade. Como vimos, a ideia era de que os indivíduos que morassem nos subúrbios e no meio rural não mais precisariam se deslocar para os centros urbanizados para poder estudar em um curso normal¹³¹.

No entanto, através da imersão que empreendemos nas fichas de inscrições dos alunos, ainda presentes no atual IECD, inferimos que o perfil dos alunos não condizia realmente às expectativas das autoridades públicas. Dos trintas discentes, apenas 47% declararam residir nos bairros que à época formavam a Freguesia de Irajá¹³², enquanto que os outros 53% dividiam-se em várias regiões, inclusive a Tijuca, onde fica o Instituto de Educação¹³³.

Além disso, como a idade havia sido limitada entre os 16 e 25 anos, e o grau mínimo de instrução exigido era o ginásial completo, muitos jovens que já haviam terminado o ensino secundário se candidataram às vagas. De fato, todos os alunos aprovados para a primeira turma já haviam concluído o secundário, sendo que a idade média dos jovens desse grupo chegava a 20 anos e quase 25% deles eram de alunos oriundos do Colégio Pedro II¹³⁴.

Outro ponto que pode ilustrar a heterogeneidade desse grupo é que entre as professorandas inscritas, segundo a ex-aluna Arlette de Souza Molinari (2013), havia, também, uma jovem de 24 anos chamada Léa Lemgruber, futura diretora da ENCD no período em que houve a mudança para o prédio na Estrada Marechal Rangel, número 491. Léa Lemgruber já era casada e tinha dois filhos pequenos quando iniciou seus estudos na ENCD, o que constituía, para época, uma exceção não prevista pelo edital do concurso de 1946.

O caso de Léa Lemgruber nos leva a primeira “falha” no edital do primeiro concurso para a ENCD. Havia na época uma proibição de casamento das alunas normalistas durante o período de estudos, como relatou a vereadora Lygia Maria Lessa Bastos:

¹³¹ DOU, 12 de abril de 1947, p. 2199 e 2200. Disponível em: www.jusbrasil.com.br. Acessado em 6 de janeiro de 2015.

¹³² Segundo o Decreto-lei nº 8.527, de 31 de dezembro de 1945, que dividia o território do Distrito Federal para fins de registro de imóveis, a Freguesia do Irajá ficava na 8ª Zona. Os limites, da Freguesia do Irajá eram Inhaúma, Jacarepaguá, Campo Grande e São João de Meriti.

¹³³ Fichas do arquivo permanente do IECD.

¹³⁴ Idem.

As alunas do Instituto de Educação – declarou a vereadora Lygia Bastos a nossa reportagem – vinham se casando às escondidas, para fugirem a proibição legal. Quando chegava a época de terem crianças, eram descobertas e, então, o rigorismo dos dispositivos desumanos se faziam sentir e elas eram expulsas. Aconteceu isso várias vezes. Para evitar tão brutal prática, apresentei o projeto de lei, permitindo àquelas alunas contraírem matrimônio durante a época dos estudos (BASTOS *apud* VENZKE, 2010, pp. 132-133).

A proposta da vereadora Lygia Bastos foi colocada apenas em 1952, sob o relato de que a quantidade de mulheres solteiras estava crescendo por conta da proibição. A própria Vereadora se expôs, ao dizer que era noiva durante a sua época como aluna do IE, mas que teria perdido o tempo apropriado de se casar por conta dos estudos e do trabalho após a sua formatura (VENZKE, 2010).

Léa Lemgruber, portanto, futura diretora da ENCD, fugiu ao perfil das alunas normalistas da década de 1940, principalmente quando lembramos o trecho da entrevista já citada da ex-aluna Neide Bravo Ururahy (2013), quando ela afirmou que seu pai a fez escolher entre casar ou trabalhar como professora. Lemgruber, por diversas vezes foi citada pelos nossos entrevistados, sempre sob as expressões que lembravam “A Léa, que já tinha dois filhos...”, “Léa já tinha até dois filhos...” (MOLINARI; FREIRE, 2013).

A incompatibilidade entre do trabalho com o casamento e a maternidade tinha outra justificativa: a condição de casada poderia resultar numa fonte de indagação das crianças e jovens sobre a vida afetiva e sexual da professora. Além dos argumentos da impossibilidade de dividir a dedicação ao lar e aos filhos com uma profissão, além dos inconvenientes de uma eventual autonomia financeira, acrescentavam-se os constrangimentos de uma possível gravidez (LOURO, 1997, pp. 468-469)

Havia ainda outros pontos que podemos citar sobre as diferenças deste grupo. Oitenta por cento da primeira turma ainda escolheu por ter aulas de catolicismo, enquanto que 10% preferiu não ter aulas de religião alguma e outros 10% dividiam-se em outras crenças religiosas. Um dado curioso – posta a condição de católica fervorosa da Patrona da escola – é que a primeira aluna a realizar a inscrição, Aleth de Carvalho Assenço, a despeito do ambiente de maioria católica da instituição e da sociedade brasileira, quando inquirida sobre qual religião preferia ter aulas, escolheu por “Protestantismo”, conforme consta em sua ficha¹³⁵. Porém, as escolhas religiosas das alunas não interferiam no comportamento e no rendimento discente tanto quanto a participação das suas famílias em suas vidas.

¹³⁵ Acervo IECD.

No geral, como já apontamos, a região de Madureira era de comércio, o que não interferia necessariamente na condição social de cada família. As fichas de inscrição dos alunos apontaram que 20 % das suas mães eram *servidoras públicas*, enquanto as outras 80% foram declaradas como *domésticas*. Quarenta por cento dos pais foram declarados *servidores públicos*, sendo militares e funcionários de variadas repartições, enquanto que os outros se dividiam, em sua maioria, em *industriais*, *proprietários* e *escriturários*.

Mesmo assim, Dyrce Montorfano Freire (2013), em entrevista, nos aponta como as alunas da ENCD se viam no subúrbio carioca, diante do prestigioso curso de formação de normalistas que acontecia na Tijuca:

Mas o Instituto de Educação era uma classe alta, média alta. (...) a nossa era média, uma classe ascendente, como chamam agora. (...) não é como aquelas meninas do Instituto que eram todas filhas de generais, filhas disso... não sei o quê... a maioria já eram filhas de professoras... naquela época ser filho de professor era muito importante (...) então elas se achavam melhores socialmente também. A maior parte da turma da Carmela, mesmo da primeira turma... das outras, a maioria era de subúrbio. Mas mesmo a primeira turma era socialmente inferior, sabe?! (FREIRE, 2013).

Se esses alunos admitidos nos primeiros anos de funcionamento da ENCD não estavam entre as classes mais abastadas, conforme considerou a ex-aluna Dyrce Montorfano Freire (2013), eles também não se encaixam no que Pierre Bourdieu chamou de *excluídos do interior* (1990)¹³⁶.

Classe alta ou baixa, notamos a falta de identificação das alunas da ENCD com as alunas do IE. A partir destas informações, podemos perceber finalmente a segunda forma de processo de criação de uma identidade: a *incorporação*. Segundo Claude Dubar (2005), esse processo de construção da identidade só poderá ser compreendido se analisado no interior das trajetórias sociais em que os atores sociais constroem *identidades para si*.

Na entrevista supracitada com a ex-aluna Dyrce Montorfano Freire (2013), constatamos certa diferenciação realizada pelos próprios alunos da ENCD. Tal dissemelhança é realizada pela evidência da diferença social constatada pelos alunos da instituição erigida no subúrbio carioca.

Colocados esses dois processos de construção de *identidade*, isto é, a *atribuição*, no que tange a ação das autoridades públicas; e a *incorporação*, com relação à ação dos

¹³⁶ Diferentemente de Rui Canário (2008), Bourdieu (1990) vai que as apontar que a entrada das massas na escola irá acontecer após 1950. Os “Excluídos do interior”, neste caso, seriam alunos oriundos das regiões sertanejas que não contavam com um serviço de educação pública.

corpos discentes das duas instituições, podemos começar a entender as bases nas quais serão negociadas a identidade da ENCD.

Dois Rapazes

Para continuarmos a estudar esses processos de atribuição e incorporação, precisaremos avaliar alguns pontos da trajetória da escola que a diferencia ou que a aproxima do IE. Entre as questões que podem ser levantadas, a maior surpresa dessa primeira turma, no entanto, foi a admissão de dois homens entre os 30 alunos da turma de 1947 da ENCD. O Edital daquele ano franqueava o ingresso à escola para ambos os sexos, o que foi mudado no edital para a turma do ano de 1948¹³⁷. Em nossa pesquisa no acervo do IECD, descobrimos que homens só voltaram a ser admitidos na ENCD no ano de 1962, quando a escola já contava com 9 turmas de primeiro ano, com um total de quase 400 alunos. Até essa data, portanto, apenas dois jovens haviam “praticamente se infiltrado” no curso normal filiado ao Instituto de Educação.

O certo é que, no momento em que um homem ou uma mulher decidem ser professores, devem lidar de alguma forma com o fato de que a docência junto as crianças foi historicamente associado a um modelo de feminilidade, a partir de seu caráter relacional e de uma evocação das relações de cuidado dentro da família (CARVALHO, 2005, p. 95)

Na imagem abaixo, podemos ver a carteirinha de estudante de Duílio Ramiro Alves usada durante os seus três anos de estudo na ENCD, assinada por Djalma Régis Bitencourt, diretor do Instituto de Educação. No acervo do IECD, pesquisando entre os anos de 1947 até 1962, tivemos contato com quase uma centena de listas de alunos. Todas as listas designavam o somatório de discentes com o termo “alunas”, com exceção apenas da primeira turma da ENCD, que somou durante os seus três anos o quantitativo de dois rapazes.

¹³⁷ DOU, 15 de março de 1948, página 1723. Disponível em: www.jusbrasil.com.br. Acessado em 6 de janeiro de 2015.



Imagem 24 – Carteirinha de estudante do primeiro aluno da ENCD em 1947- Acervo de Duílio Alves.

A proporção de meninas frente a esses dois jovens não era uma novidade nos anos de 1940, embora a profissão de professor já tenha sido no Brasil um trabalho normalmente ocupado por homens. A situação começou a se reverter antes mesmo da instalação do regime republicano, mas, a *feminização* da profissão enquanto um fenômeno acentuou-se com o início do século XX e o processo de industrialização do país (LOURO, 1997).

Com o desenvolvimento da psicologia na área educacional e a ideia de que a escola era uma espécie de interface entre o lar e o mundo do trabalho, passou-se a acreditar que não havia ninguém melhor do que a mulher para preparar a criança para essa transição. Termos como: *autoridade moral, cuidado infantil, maternagem, extensão da maternidade, mãe espiritual, minuciosidade, paciência, afetividade, doação e por natureza* foram diversas vezes aplicados para designar o que seriam capacidades que só a mulher teria para educar as crianças.

E ainda, para sustentar essa transformação, argumentos religiosos e higienistas também colocavam a mulher, na figura da professora normalista, como responsável por ordenar a família, levar à sociedade melhores condições de saúde e disseminar os novos saberes modernos (LOURO, 1997; CARVALHO, 2005).

Por outro lado, o uso da expressão *por natureza* também serviu de argumentação negativa para própria mulher, por estar relacionada à ideia de pouca competência técnica. Muitas vezes, as mulheres foram apontadas como “portadoras de cérebro pouco desenvolvido pelo seu desuso” o que, por conta disso, poderia representar para o ensino das crianças “um mal, um perigo, uma irreflexão desastrosa” (LOURO, 1997, p. 450). Às mulheres também eram destinadas crenças e associadas ao “não profissionalismo, à

incompetência técnica, à irracionalidade, à despolitização etc” (CARVALHO, 2005, p.104).

A despeito do que pudesse parecer, enquanto a profissão de professor se tornava uma atividade para as mulheres; a educação como área de trabalho, continuava a manter os homens nos postos-chave, isto é, nos postos de poder, de decisão e de melhores salários. As mulheres, embora ocupassem os cargos de professoras, tinham, em sua maioria, diretores homens. Acreditava-se que as decisões mais fortes ou a fonte de poder deveria caber aos homens mesmo em uma área de trabalho já colonizada pelas mulheres (LOURO, 1997). Essa perspectiva pode ser exemplificada através da imagem do primeiro dia de aula, na ENCD, onde podemos ver as jovens sentadas, ao mesmo tempo em que as autoridades públicas, todas do sexo masculino, estão posicionadas atrás como se a sustentar aquela sala de alunos.

Ainda sob esse discurso da profissão como uma carreira feminina, os homens saíram da sala de aula a fim de encontrar no crescente processo de industrialização do país ocupações com maiores rendas. Completava o discurso, portanto, a ideia de que ao homem cabia a tarefa de sustentar a casa, enquanto a mulher, no máximo, em meio expediente, poderia deixar o lar para dar aulas. A exceção a esse modelo cabia apenas para as professoras solteironas, que por trabalhar fora de casa, como disse o pai da ex-aluna Neide Ururahy (*cf.* capítulo 1), acabavam por galgar prerrogativas masculinas por conseguirem um salário, sem ter que prestar contas a algum marido (LOURO, 1997; CARVALHO, 2005).

O estudo desse processo de feminização da educação brasileira começou a se desenvolver, largamente, entre as décadas de 1960 e 1970, período em que, não coincidentemente, a *nouvelle histoire* além de alargar o escopo de fontes, também ampliava o quantitativo de temas dentre os quais os historiadores poderiam realizar investigações. Questões como a *infância*, a *morte*, a *loucura*, o *clima*, os *odores*, a *sujeira* e a *limpeza*, os *gestos*, o *corpo*, a *feminilidade*, a *leitura*, a *fala* e até mesmo o *silêncio*, entre outros assuntos antes tratados por antiquários, tornaram-se campos de estudo para os historiadores, conforme apontou Peter Burke, em *A escrita da história* (1992).

Para nós, no que tange à feminilidade, trataremos o assunto através do conceito de *gênero* desenvolvido por Joan Scott (1992), também publicado no livro organizado por Peter Burke. Em síntese (*cf.* Capítulo 1), Scott aponta que o *gênero* é uma organização social desenvolvida a partir da diferença sexual que é percebida pela própria sociedade. Neste caso, a forma com que a sociedade percebe a relação de gênero com a profissão de

professor, incorre no fato de que em meados do século XX, a profissão de professora já era majoritariamente feminina, sendo o curso de formação de professores normalistas uma exclusividade para mulheres tanto no Instituto de Educação quanto na Escola Normal Carmela Dutra.

Para Marta Carvalho, *gênero* como categoria de análise “não se subscreve à sexualidade ou a família, não é construído apenas nos espaços domésticos e familiares, mas é também produzido, reproduzido e transformado no espaço da profissão docente” (CARVALHO, 2005, p.105). Em especial, no caso da criação da primeira escola normal suburbana, por conta das pressões contra e a favor; por conta dos interesses envolvidos, valeu para refletir sobre o porquê de dois rapazes procurarem um curso tradicionalmente ligado às mulheres.

A resposta que imaginávamos não poderia ser mais simples. A razão pela qual Duílio Alves realizou sua inscrição na ENCD foi autêntica na década de 1940, e ainda nos dias atuais, diretores e professores comentam informalmente pelos corredores que muitos rapazes continuam se inscrevendo no IECD pelo mesmo motivo:

Eu estudava no Pedro II, colégio tipicamente masculino. (...) E o Instituto de Educação era uma escola tipicamente feminina. Pouquíssimos rapazes na época. Então aquele interesse na minha mocidade de conviver em uma escola com moças, né?! Então esse era o meu primeiro intuito. Eu não tinha intenção de ser professor. Essa que é a verdade. Eu me transformei em professor depois do curso... é que eu me apaixonei pelo trabalho. Aí eu quis ser realmente professor. Mas o meu primeiro intento foi buscar uma escola onde houvesse muitas moças e eu pudesse ficar a vontade. (...) então eu e um outro colega, o Hamiltom, colega do Pedro II também, e outras pessoas do Pedro II... também se inscreveram e tudo (ALVES, 2013).

Outra motivação também poderia ser considerada relevante para que a inscrição nesse certame fosse tão interessante. Nos anos 1940, esse concurso assegurava uma carreira no funcionalismo público, uma vez que os alunos concluintes do curso normal do IE e da ENCD assumiam automaticamente o cargo de professor da rede pública, como já afirmamos anteriormente. Assim, além do ingresso rápido no mercado de trabalho, a vaga na ENCD também oferecia a segurança da estabilidade.

Ainda hoje casado com uma normalista, no entanto, uma ex-aluna do Instituto de Educação, Duílio Ramiro Alves (2013) descreveu que durante os três anos em que estudaram na ENCD, ele e Hamiltom Fontes Martins foram os únicos meninos do curso normal do Distrito Federal. Em algumas outras fotos que veremos mais à frente, Hamiltom e Duílio destacam-se entre a grande quantidade de mulheres do curso. Isso por que

Nos termos bipolares em que nossa cultura compreende a masculinidade e a feminilidade, o trato com as emoções e a ênfase nas relações interpessoais é terreno feminino, o que nos permite apreender uma das dimensões da *feminilização* da escola primária e seu ensino, percebidos culturalmente como instituição e ocupação de Gênero feminino, independentemente do sexo de quem os corporifica, se professor ou professora (CARVALHO, 2005, p. 85).

Um indício de que a entrada desses rapazes no curso aconteceu por uma “falha” na construção do edital do concurso, foi que durante todo o período não foram criados uniformes que pudessem ser usados por eles. Em mais um exemplo de como a carreira de normalista era vista pela sociedade de forma essencialmente feminina, Duílio Alves (2013) relatou que por vezes, ao acompanhar as alunas pelas ruas de Madureira, ele e Hamiltom eram vistos como professores daquelas jovens uniformizadas.

Tal confusão não se dava por acaso. Conforme costume da época, dada a importância do curso normal e por conta do cargo de professores que ambos postulavam, Duílio relatou que nos anos de 1947 a 1949 eles frequentaram a escola e realizaram as visitas em unidades rurais sempre vestindo ternos. Duílio Alves tinha predileção pelos ternos mais escuros, enquanto que Hamiltom Fontes preferia ternos claros, como podemos ver na imagem abaixo em um dia comum de aula na escola (ALVES, 20013).



Imagem 25 – Da esquerda para a direita, Hamiltom Fontes Martins e Duílio Ramiro Alves. Acervo de Duílio Ramiro Alves.

Hamilton, segundo ainda nos relatou Alves (2013), depois de formado no curso de normalista iniciou o estudo de medicina, área na qual trabalhou pelo resto da vida. Duílio, pelo contrário, atuou como educador em várias escolas públicas, até que se graduou e resolveu lecionar no curso de formação de professoras de Madureira na década de 1960. Em 1962, após o então Distrito Federal se tornar Estado da Guanabara, e Brasília se tornar a nova Capital Federal do país, quem assinou seu ato de investidura para Professor de Curso Normal, curiosamente, foi o udenista aliado de Lygia Lessa Bastos, o então Governador Carlos Lacerda¹³⁸.

Não obstante, a ausência de um uniforme para Duílio e Hamilton mostrou ser um problema menor diante do que as jovens professorandas da ENCD enfrentaram no primeiro ano de estudo. A ex-aluna do IE, Zilá Simas Enéas, uma de nossas entrevistadas, caracterizou com detalhes em seu livro como era a roupa das jovens normalistas da década de 1940, fechando a descrição do uniforme com a gravata azul marinho e o “distintivo esmaltado do Instituto de Educação” (1998, p. 35). Afinal, a saia pregueada e blusa branca com gravata fita gorgorão das normalistas não era simplesmente uma roupa, mas um signo que conferia algum destaque a um grupo social que julgava ter conquistado o *status* daquela posição e o direito de usar aquele uniforme.

Uniforme e Emblema: uma nova disputa

A identidade das normalistas, em grande medida, ainda cabe àquele uniforme. Porém, diante da possibilidade de vulgarização deste signo em Madureira nos anos 1940, surgiria ainda uma disputa no âmbito da tentativa de *atribuição de um rótulo* diferenciado às normalistas do subúrbio (DUBAR, 2005).

Como mostramos através da análise da imagem do primeiro dia de aula, as alunas da ENCD sofreram com muitas limitações estruturais e organizacionais. Dentre essas limitações destacamos uma que se relaciona à sua identidade como alunas do curso de formação de professoras: o uniforme das normalistas. Segundo relataram nossas entrevistadas, as alunas do Instituto de Educação não queriam que o seu famoso uniforme – que durante muito tempo lhe conferiam exclusividade – fosse repetido em Madureira, subúrbio carioca.

Olha o uniforme... as autoridades pediram para um estilista fazer umas folhas grandes bonitas... uns uniformes lindos. Vários uniformes. Tipos de saias, tipos

¹³⁸ Ato de Investidura de Duílio Ramiro Alves, 31 de dezembro de 1962. Acervo pessoal de Duílio Ramiro Alves.

de calças para os rapazes (...) e blusinhas, blusas, agasalhos... então era assim: um desfile de moda mesmo, de estilo. Mas nós tínhamos feito a nossa reuniãozinha e tínhamos dito assim: “- Olha o uniforme tem que ser igual ao do Instituto. A gente vai ver tudo. Vamos deixar eles falarem. Depois que eles falarem. Escolhemos uma”. Parece que foi até a Sylvia [Aranha]. “- E uma fala em nome da turma e todos concordamos”. Foi assim que combinamos. - E aí eles mostraram para gente: “- Olha, não é lindo, que uniforme lindo...”. E eles nos seduzindo com os desenhos que eles tinham levado. Aí nos deixamos... “- Ah esse é muito bonito! E esse não é bonito? E esse não é lindo? Esse não é aquilo...” Aí, quando acabou tudo, nós dissemos isso, né: “- Olha, nós achamos tudo muito bonito, mas já temos uma opinião formada e se é uma escola normal, se vamos ser professoras iguais a elas, o uniforme tem que ser igual. Uma normalista não pode usar um uniforme e a outra usar outro uniforme. Então nós vamos ser discriminadas. Alguém vai ser discriminada. Ainda insistiram, insistiram... mas não conseguiram nada. (...) Foi assim que o uniforme ficou igual. Para raiva do Instituto de Educação. O Instituto de Educação não gostou. “- Imagina, um uniforme igual ao da gente. Vão andar na rua e vão pensar que somos nós”. Isso que elas diziam (MOLINARI, 2013).

O uniforme, diante da determinação das primeiras alunas da ENCD, ficou sendo o mesmo das normalistas do Instituto de Educação. Mediante esse evento e esse relato, podemos ver exatamente o que Claude Dubar (2005) descreveu como *identidade para si*, isto é, como os alunos da Escola Normal Carmela Dutra queriam ser vistos. A visão que as alunas da ENCD tinham de si mesmas mostrou ser um elemento crucial na construção da identidade daquele grupo, pois, diante da rejeição das jovens do IE e da disposição das autoridades em criar um uniforme novo para as normalistas do subúrbio, podemos apontar que a vestimenta dessas jovens como identificação não foi uma atribuição, mas uma conquista.

Além disso, devemos tecer algumas considerações históricas importantes sobre o estabelecimento do uniforme das normalistas do subúrbio. Em primeiro lugar, deve-se destacar que atualmente o Instituto de Educação transformou-se em Instituto Superior de Educação¹³⁹, isto é, não oferece mais o curso normal de nível médio, como acontecia na década de 1940. O ENCD, por sua vez, transformado em IECD¹⁴⁰, continua oferecendo o mesmo curso normal de ensino médio em Madureira.

Em segundo lugar, devemos novamente considerar que a ENCD foi a primeira escola normal surgida depois do Instituto de Educação. E, também, considerar que as demais escolas, como Sara Kubitschek, que iniciou suas aulas apenas na década de 1960 (cf. Capítulo 2), não teve os mesmos problemas de construção de identidade¹⁴¹.

¹³⁹ Segundo Sonia Lopes (2006, p. 30), o ISERJ foi criado depois da promulgação da Nova LDB (Lei n. 9394/1996) pelo Decreto n. 24.338 de 3 de junho de 1998.

¹⁴⁰ Decreto nº 36.820, 29 de dezembro de 2004.

¹⁴¹ A dissertação de Luciana Cardoso (2007) concentra-se na construção de uma identidade profissional das formandas no período de 1963 - 1965. Entretanto, ao descreve a criação da escola, Cardoso não descreve qualquer disputa ou negociação identitária para o princípio das aulas na Sara Kubitschek.

Assim, diante da ideia comum de que o uniforme das normalistas do Instituto de Educação foi copiado pelas demais escolas normais, concluímos através de nossas investigações que esse modelo, nos termos de Dubar (2005), não foi atribuído, mas conquistado. Isto porque, segundo o que demonstramos, foi a determinação das jovens normalistas de Madureira que criou o padrão de uniforme das normalistas de ensino médio de todo subúrbio e sertão carioca, pois, se não houvesse esse embate no ano de 1947, acreditamos que cada escola normal criada posteriormente poderia ter um uniforme diferente.

Por outro lado, enquanto o uniforme identificava como iguais os dois cursos normalistas, havia um ponto que os diferenciava quanto as suas identidades: o emblema. Assim, na mesma época, o grupo de trinta alunos, antevendo uma nova disputa, elaborou um plano sobre o emblema e a sua identificação como Escola Normal Carmela Dutra.

Então quando chegamos a Escola Normal (...) o diretor do Instituto já era o Régis Bitencourt. Então as moças tinham organizado para fazer um uniforme que não seria igual ao do Instituto (...) e o emblema, o emblema também. (...) “- E esse emblema, quem foi que fez?”. Eu disse: “- Fui eu!”. Ele disse: “Não, esse emblema tem que ficar num quadrado”. Aí eu, debochadamente peguei a figura... eu peguei a figura que era um livro aberto... com as inscrições da escola, Escola Normal Carmela Dutra. Falei: “- Não tem problema!” Fechei assim e fiz um quadrado. Aí pinteí aqui de azul. Aí ele olhou e disse: “Tá ótimo, vai ser esse!”. E foi assim que se decidiu o emblema da escola (ALVES, 2013).

A imagem abaixo é da gravata original de Sylvia de Azevedo F. Aranha, na qual podemos ver o desenho do livro e das iniciais da ENCD em um emblema que, da mesma forma a qual se referiu Zilá Enéas (2013), ex-aluna do IE, encontra-se “igualmente esmaltado”.



Imagem 26 – Gravata gorgorão e emblema da ENCD do ano de 1947, pertencente a Sylvia Aranha. Acervo de Sylvia Aranha.

O uniforme e o emblema são os elementos essenciais para identidade da normalista. Vemos que, a *atribuição* da identidade ocorre quando a criação da nova escola normal

impõe aos grupos da Tijuca e de Madureira a mesma identificação como normalistas. Além disso, a *incorporação* como outra parte desse processo de construção da identidade, pressupõe o estudo da trajetória desses alunos. E, embora possa parecer que a *atribuição* e a *incorporação* sejam processos complementares e subsequentes, Claude Dubar (2005) descreve que eles podem ser também divergentes.

Esses dois processos não são necessariamente coincidentes. Quando seus resultados diferem, há “desacordo” entre a identidade social “virtual” conferida a uma pessoa e a identidade social “real” que ela mesma se atribui (Goffman, 1963, trad. fr. p. 12). Disso resultam “estratégias identitárias” destinadas a reduzir a distância entre as duas identidades (DUBAR, 2005, p. 140).

Lembrando o trecho da citação de Arlette Molinari (2013), que dizia que “Uma normalista não pode usar um uniforme e a outra usar outro uniforme” e o trecho da citação de Duílio Alves, fazendo referência à forma do símbolo do Instituto, ao dizer “que ficar dentro de um quadrado”, percebemos que está em curso o que Claude Dubar chamou de negociação identitária. Trata-se de um “processo comunicativo complexo, irreduzível a uma rotulagem autoritária de identidades predefinidas com base nas trajetórias individuais” (2005, p.141).

Para o nosso estudo, torna-se importante captar como a *estratégia identitária* se colocou no sentido de construção de uma *identidade real* das alunas da ENCD. Através de nossas investigações, podemos apontar que, em uma síntese que ilustra tal processo o uniforme ficou sendo o de uma normalista, isto é, o mesmo, mas o coração, o emblema, tornou-se uma forma autêntica de representação.

Os símbolos nacionais e outros elementos

Dentre as dificuldades de estrutura e organização enfrentadas, no que diz respeito a uma escola que tinha por missão disseminar a cultura e a modernização do país, havia uma falta grave: a ausência do Pavilhão Nacional (*cf.* Capítulo 2). Um dos incentivadores da escola, segundo a ex-aluna Esther Lima (2013), foi o então vereador Gama-Filho, fundador da Escola Piedade. De acordo com o Jornal do Brasil, em novembro de 1947¹⁴², a Escola Normal Carmela Dutra, dentre as muitas carências que sofria, não tinha sequer aquele que é considerado o maior dos símbolos da República. A falta do Pavilhão Nacional manteve-se até que a Escola Piedade ofereceu a Bandeira do Brasil bordada a ouro em uma grande solenidade e desfile das normalistas em Madureira (Anexo XVIII).

¹⁴² Jornal do Brasil, 10 de novembro de 1947, página 6. Disponível em: www.hemerotecadigital.bn.br. Acessado em 4 de outubro de 2014.

Outro problema, também ligado à estrutura do prédio, eram as aulas de educação física. Segundo a ex-aluna Arlette Molinari, a escola “tinha... vamos dizer assim... eu não vou chamar aquilo de quadra. Tinha um espaço e nós fazíamos educação física ali” (MOLINARI, 2013). As meninas tinham, ainda, um time de vôlei, mas as atividades do time tinham que ser realizadas em outra localidade: o Clube da Light. Além disso, os lanches oferecidos aos alunos à base de suco de tomate e pão com pasta de tomate (Idem, 2013), mostravam uma situação de que o provisório da instalação da ENCD ainda se prolongaria por muitos anos. Neste caso, temos corroboradas as contestações realizadas pelo ex-diretor Jorge Figueira Machado, que além de pedir por recursos para material de consumo, destacou a falta de alimentos para os jovens (1948).

Abaixo, na foto do acervo de Esther Natividade Lima, podemos ver alguns dos alunos da Escola Normal Carmela Dutra no exíguo pátio interno da escola. Nessa ocasião, segundo Lima (2013), eles estavam recebendo visitas de outras escolas. Em maioria, notamos as meninas já uniformizadas e os dois rapazes, no centro, trajando os ternos por conta da ausência de uniformes masculinos.



Imagem 27 – Pátio interno da escola. Acervo de Esther Natividade V. A. Lima

Na análise da imagem, para ultrapassarmos o *analogon* da realidade, como enxerga o senso comum, precisamos, no entanto, atentar para alguns pontos dessa retratação oficial (MAUAD, 1996). Sabemos que a ENCD tinha apenas trinta alunos em 1947, mas podemos ver a fotografia cheia de outros jovens em segundo plano com uniformes diferentes de ambos os lados. Tal fato, não apenas evidencia um dia de visita à escola, mas também a intenção de juntar os visitantes, os alunos do ginásial Barão do Rio Branco e os alunos do

curso normal sugerindo assim uma escola cheia, funcional e atuante. Constataremos mais adiante uma grande preocupação dos alunos, professores e demais autoridades públicas em mostrar a escola como instituição consolidada, consistente e estável.

As licitações para equipamentos como máquinas de escrever, material de copa e cozinha, bem como a compra de móveis e instrumentos de acústica foram realizadas apenas em 1950¹⁴³. Apesar de necessários para o projeto de construção e modernização nacional, esses instrumentos musicais só foram comprados após a saída da primeira turma da escola. Todavia, através de nossas pesquisas, pudemos entender que mesmo com dificuldades, os primeiros anos da escola contaram com auxílios valiosos para a sua manutenção.

Neste período histórico do início do século XX, as artes se destacaram como importante elemento cativante de unidade nacional e de novos valores ligados à modernidade. A despeito das adversidades do curso normal de Madureira, as “carmelitas” acabaram sendo acolhidas por alguém que outrora já havia recebido grandes oportunidades dentro do governo de Getúlio Vargas (Ver PAZ, 1988): Heitor Villa-Lobos.

Villa Lobos e ENCD

A partir da Revolução de 1930, o maestro Heitor Villa-Lobos recebera de Getúlio Vargas o sinal verde para tocar o projeto de introdução do canto orfeônico nas escolas públicas brasileiras. Depois de 15 anos, mesmo com o final do Estado Novo (1937 – 1945), a fidelidade de Villa-Lobos ao seu projeto político de modernização do país e do povo brasileiro de Vargas manteve-se no seu alinhamento com o General Eurico Gaspar Dutra (PAZ, 1988).

O estímulo ao progresso e à estabilidade econômica por meio da nacionalização da economia; a valorização das riquezas naturais do país e das capacidades do povo brasileiro; e o papel do Estado como instituição suprema que garantiria a segurança e o bem estar dos cidadãos e que guiaria a nação coesa rumo a um ideal coletivo de progresso, caracterizaram a ideologia nacionalista que então tomou corpo no Brasil. (...) Não se pode esquecer a fundamental contribuição que o sistema público educacional exerceu nessa difusão ideológica, com a propagação dos valores morais à sociedade e ideais de patriotismo entre os alunos. Nesse aspecto também se insere o papel civilizador exercido pelo canto orfeônico villa-lobiano nas escolas públicas (LISBOA *apud* NORONHA, 2011: p. 89)

¹⁴³ Licitação para máquinas de escrever, oficina e material de copa e cozinha: DOU, 6 de fevereiro de 1950, p. 1597; Licitação para compra de móveis: DOU, 2 de maio de 1950, p. 3423; Licitação para Cortador de frios: DOU, 18 de maio de 1950, p. 3936; Licitação para instalação de eletro acústica: DOU 41, 10 de junho de 1950, p. 4892; Concorrência para Instalação Eletro-acústica, DOU, 2 junho de 1950, p. 4469. Disponível em: www.jusbrasil.com.br. Acessado em 6 de janeiro de 2015.

Quanto à história deste canto, entender o termo *civilizador* é entender o porquê do uso desse tipo de arte, que visa aproximar o povo brasileiro das intenções do governo. O termo Orfeônico originalmente relaciona-se à entidade mitológica grega Orfeu, um poeta e médico, filho do deus Apolo e da musa Calíope. O canto de Orfeu teria poder de extasiar e emocionar as pessoas, transformando-as para melhor. Um canto tão influente que teria efeitos até sobre Hades, o deus que governa as almas mortas no submundo.

Orfeu, depois de passar pelo guardião dos portais, Cérbero, alcançou Hades pedindo que o deixasse trazer sua amada novamente à vida. Ao cantar, Orfeu teria chegado a fazer Hades apiedar-se de seu sofrimento. Comovido, o deus do submundo teria permitido que Orfeu tentasse trazer de volta à superfície a sua amada Eurídice. No entanto, Hades havia preparado um ardil. Eurídice deveria seguir Orfeu sem que ele, até chegar a superfície, pudesse voltar-se para trás e ver o rosto dela. Eurídice seguiu Orfeu o quanto pode, mas os dois não resistiram e olharam-se diretamente nos olhos, o que acabou por reenviar Eurídice de volta a Hades. Orfeu passou o restante da vida cantando seu sofrimento com o uso de uma lira, insensível ao amor de outras mulheres (BULFINCH, 2000).

O canto de Orfeu, aliado a sua própria história de tragédia constitui um série de símbolos dentro da mitologia grega. Para o filósofo Aristóteles, em *Poética* (2000), a tragédia era o tipo de arte que pedagogicamente melhor poderia formar o cidadão e o soldado grego, através do processo catártico, quando o homem, ao enfrentar o sofrimento, experimentaria sentimentos que o tornariam mais nobre diante da vida.

Esse modelo de coro tornou-se muito popular na França do século XIX, época em que o Estado francês atinou para a capacidade dessa arte de atingir até as camadas mais pobres da população (JÚNIOR, 2011). Por sua vez, a influência francesa no Brasil durante o século XIX e a ideia de que o Canto Orfeônico poderia “apaziguar”, “harmonizar” as dissensões entre as classes sociais atraiu o governo brasileiro ao seu uso desde o tempo do segundo reinado. Assim, ao adentrar a República, esse tipo de arte passou a ser vista como uma possibilidade efetiva de difusão cultural dos valores ligados ao nacionalismo e a modernização do país (NORONHA, 2011).

No início dos anos 1930, com uma forte campanha liderada por Villa-Lobos, o Canto Orfeônico passou a ser obrigatório nas escolas do Distrito Federal¹⁴⁴.

¹⁴⁴ Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931. Disponível em: www.jusbrasil.com.br. Acessado em 6 de janeiro de 2015.

Em 1932, a convite do Diretor-Geral do Departamento de Educação, fui investido nas funções de orientador de música e canto orfeônico no Distrito Federal, e tive, como primeiros cuidados, a especialização e aperfeiçoamento do magistério, e a propaganda, junto ao público, da importância e utilidade do ensino de música. Reunindo os professores, compreendendo-lhes a sensibilidade e avaliando as possibilidades e recursos de cada um, ofereci-lhes cursos de especialização com acentuada finalidade pedagógica, dos quais, logo depois, ia surgir o Orfeão de Professores, onde, como nos cursos, ingressavam pessoas estranhas, atendendo à complexidade artística das organizações. (...) O Canto Orfeônico é o elemento propulsor da elevação do gosto e da cultura das artes, é um fator poderoso no despertar dos sentimentos humanos, não apenas os de ordem estética, mas ainda os de ordem moral, sobretudo os de natureza cívica. (...) Esse ensino, embora elementar, há de contribuir, poderosamente, para a elevação moral e artística do povo. Assim, pois, as três finalidades distintas obedece a orientação traçada para as escolas do Distrito: a) disciplina; b) civismo; c) educação artística (VILLA-LOBOS *apud* PAZ, 1988, pp. 11-12).

Na mesma época foi criada a SEMA (Superintendência da Educação Musical e Artística), submetida à Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal e, também, foi criado um centro de formação de professores com o intuito de levar aos alunos o conhecimento desse canto (NORONHA, 2011).

Villa-Lobos, nos anos 1940, deixou a Superintendência para fundar o Conservatório Nacional de Canto Orfeônico, sendo essa arte amplamente estimulada até o final do Estado Novo, em 1945. O projeto de Villa-Lobos, claramente nacionalista, civilizatório, socializador e disciplinador, recebeu apoio dos escolanovistas¹⁴⁵. Estes identificavam o Canto Orfeônico aos ideais de mudança, de novidade e de futuro, em contraposição ao ensino tradicionalista. Assim, o Canto Orfeônico tornou-se um importante meio pelo qual Getúlio Vargas conseguia atingir o coração do povo em qualquer recanto do país (JÚNIOR, 2011).

Mas o Canto Orfeônico transcendeu o Estado Novo e Getúlio Vargas, entrando pela redemocratização do governo Dutra, através da Portaria nº 300 de 7 de maio de 1946, onde se definiam as finalidades do Canto Orfeônico nas escolas secundárias do país. E, no caso das escolas normais, havia ainda a finalidade de “manter a interpretação justa dos hinos oficiais entre os escolares” (VILLA-LOBOS *apud* JÚNIOR, 2011, p. 292).

Na Escola Normal Carmela Dutra, vários professores eram participantes do coral de Villa-Lobos, nos contou Sylvia Aranha (2013). No decorrer das aulas, a partir do contato com esses professores, os alunos da primeira turma foram convidados, com exclusividade, a fazer parte do coral de professores regido pelo próprio Villa-Lobos.

¹⁴⁵ Grupo de pensadores ligados ao modelo educacional que contestava a forma autocrática e religiosa de ensino tradicional, muito ligado a Igreja Católica.

O nosso Canto Orfeônico brilhou. A ponto de o Villa-Lobos chamar a nossa escola para fazer parte do Canto Orfeônico dos Professores de Música. Então, eram os Professores de Música e a Escola Normal Carmela Dutra que compunham o Canto Orfeônico criado, dirigido e regido pelo Villa-Lobos. (...) Ele ia muito a nossa escola. Nós usávamos muito as músicas dele. O nosso Canto Orfeônico era presente. Nós recebemos muitas visitas. O coral estava sempre presente na recepção. Fazíamos alas e cantávamos várias músicas do Villa-Lobos (ARANHA, 2013).

Os alunos da ENCD ainda homenagearam a aquele que ficou conhecido como o maior compositor brasileiro dando ao seu próprio coral o nome Orfeão Villa-Lobos. Abaixo (Reportagem no anexo XIX) uma imagem do compositor em meio ao coro composto por alunas do ano de 1952 na ENCD, quando a escola já contava com uma maior quantidade de alunos e melhor estrutura física.



Imagem 28 – Orfeão Villa-Lobos. Turma de 1952. Acervo do Instituto de Educação Carmela Dutra.

Heitor Villa-Lobos ainda dirigiu as Comissões Cívicas-orfeônicas coordenando diretamente professores e músicos na organização de eventos que envolviam corais. Um desses subordinados foi o professor e músico Canuto Roque Régis, autor de *Canto do Brasil e Avante* (PAZ, 1988). Canuto Roque Régis, seguindo a linha de sua formação, escreveu, musicou, e em julho de 1949, teve aprovada pela Comissão Consultiva Musical do Serviço de Educação Musical e Artística¹⁴⁶, o Hino da Escola Normal Carmela Dutra.

¹⁴⁶ DOU, 12 de julho de 1949, p. 5307. Disponível em: www.jusbrasil.com.br. Acessado em 6 de janeiro de 2015.

No Hino da ENCD, conforme as tensões políticas da época, constatamos uma série de referências ao nacionalismo e à instituição católica da família, bem como às virtudes ligadas ao lar. Considerando a feminização da profissão de professora primária, podemos associar diretamente ao que se esperava da mulher no que diz respeito ao seu comportamento social.

Hino da Escola Normal Carmela Dutra

Pela pátria, família e escola
Trabalhemos com fé, com valor
E uma vida de luz e beleza
Seja nosso fanal, nosso amor.
O Brasil nosso esforço reclama
Somos força real do país
Estudemos e a pátria façamos
Poderosa, brilhante e feliz.
As virtudes do lar, dom celeste
Enobreçam o nosso pendor
E a Escola Normal Carmela Dutra
Exaltemos vibrando de amor¹⁴⁷.

Em nossa pesquisa no acervo do IECD encontramos, apenas, o Hino da escola, sem que fossem feitas menções sobre o autor da letra e da música. Quando nos dedicamos a inquirir os colegas professores sobre a autoria do hino, ninguém soube responder sobre suas origens, demonstrando uma lacuna quanto à memória da escola. Assim, por mais uma vez, constatamos o caráter exploratório e inédito de nossa pesquisa.

A historiadora Márcia Motta (1998), ao escrever sobre *Tradições e Lugares de Memória*, salienta a importância de símbolos como a bandeira, os selos nacionais, as estátuas e o hino para a “invenção das tradições”. Para a autora, não existem memórias espontâneas, mas sim, a proposição de criar arquivos, datas e eventos que envolvam procedimentos que visem à construção de uma memória.

Como é proposta de nosso estudo reconstruir a história da ENCD e considerando a importância do hino para a escola, bem como os valores que nele estão contidos, acabamos nos dedicando por mais alguns dias até encontrarmos novas fontes sobre esse elemento. O fato de atualmente muitos profissionais que lecionam no IECD não saberem sobre as origens do hino, nos remeteu a seguinte citação:

De fato, o cotidiano de uma instituição educativa fica representado por defeito, nos registros e fontes de informação, havendo mesmo dimensões desse

¹⁴⁷ Canuto Roque Régis. Aprovado em 1949 pela Comissão Consultiva Musical do Serviço de Educação Musical e Artística.

quotidiano, cuja memória se apaga com a mudança dos actores e muitas outras que são regularmente destruídas (MAGALHÃES, 2009: p. 69).

Semelhante ao que descreveu Faria Filho, ao apontar que a análise da legislação isoladamente não é suficiente, continuamos “realizando um intenso trabalho de cruzamento de dados” (1998, p. 123). Além disso, através de conversas informais, retornamos aos nossos entrevistados, os ex-alunos Duílio Alves e Sylvia Aranha, que então confirmaram não ter havido qualquer alteração em sua letra desde a época em que estiveram na escola como alunos. Trata-se aqui de um exemplo prático de reconstrução de história da ENCD, de acordo com o que estamos nos propondo a fazer desde o princípio.

A morte de Dona Carmela Dutra e a inauguração do retrato da Patrona da ENCD

Segundo o jornal *A Manhã*, no domingo de 28 de setembro de 1947, Dona Carmela Dutra foi internada no Hospital Central da Aeronáutica, por conta de uma crise intensa de apendicite¹⁴⁸. Nos dias seguintes seu estado de saúde continuou a se agravar sob grande atenção e repercussão nos jornais. E apenas no dia 9 de outubro foi anunciado que entre uma e duas horas da manhã a primeira dama do Brasil havia falecido¹⁴⁹.

Segundo Sylvia Aranha, os alunos da primeira turma da ENCD foram convocados a estar no velório da patrona da escola. “Quando a Carmela Dutra morreu, nossa escola é que montou guarda no esquife dela, com os cadetes da escola militar” (ARANHA, 2013). Dyrce Freire, por outro lado, relatou que apenas passou pelo caixão onde estava o corpo de Dona Santinha Dutra, observando pessoalmente pela última vez o seu rosto (FREIRE, 2013).

Diante dessa divergência na narração do evento, nos colocamos diante da pergunta da historiadora Márcia Motta sobre a atuação do historiador que lança mão da metodologia da história oral: “Se aceitarmos que há sempre um jogo de memórias, qual seria o papel do historiador e do seu ofício, a história?” (MOTTA, 1998, p. 75).

Nesse caso, buscamos cruzar as informações com periódicos e demais literaturas sobre o tema, mas não conseguimos confirmar uma versão ou outra sobre o que realmente aconteceu durante o enterro da Primeira Dama. Isso de forma alguma deprecia o uso da metodologia da história oral, pois ao trazermos essas diferentes versões sobre o

¹⁴⁸ *A Manhã*, 30 de setembro de 1947, p. 2. Disponível em: www.hemerotecadigital.bn.br. Acessado em 7 de novembro de 2014.

¹⁴⁹ *Jornal do Brasil*, 9 de outubro de 1947, p. 1 e 8. Disponível em: www.hemerotecadigital.bn.br. Acessado em 7 de novembro de 2014. *Tribuna Popular*, 10 de outubro de 1947, p. 1. Disponível em: www.hemerotecadigital.bn.br. Acessado em 7 de novembro de 2014.

acontecimento, mais do que enriquecer o nosso trabalho alinhamos novas possibilidades para outros pesquisadores, no futuro, continuarem os estudos sobre a ENCD. Afinal, como já apontamos anteriormente (*cf.* Capítulo 2), mapear fontes é abrir caminhos para outros objetos originais e abordagens alternativas (NUNES & CARVALHO, 2005).

Havendo ou não uma guarda realizada pelas alunas da ENCD ou não, o jornal *Tribuna Popular* afirmou que o corpo de Carmela Teles Leite Dutra foi transferido para a Capela Santa Terezinha, construída por iniciativa dela própria, ao lado do Palácio Guanabara¹⁵⁰.

Os meses seguintes foram de muitas expressões de pesares e homenagens à memória de Dona Carmela Dutra por parte de autoridades nacionais e internacionais. O inventário da Primeira Dama, segundo o *Jornal do Brasil*, fora aberto no mesmo mês de sua morte, apontando a propriedade de um prédio e um terreno em Copacabana, sete cadernetas de poupança e o provento por júbilo no cargo de professora exercido no Distrito Federal¹⁵¹.

Apenas depois de um ano e meio um novo contato dos alunos da ENCD foi realizado com a Presidência da República. Segundo o *Jornal do Brasil* e a *Revista Fon-Fon* (Anexo XX), no Palácio do Catete, o Presidente da República Eurico Gaspar Dutra recebeu as representantes das novas turmas e as alunas formandas do ano de 1949. Neste momento, conforme podemos ver na fotografia logo abaixo, as representantes dos alunos convidaram Eurico Gaspar Dutra para ser paraninfo em sua formatura¹⁵².

No centro da imagem, ao considerarmos o que Ana Mauad (1996) chamou de *plano de conteúdo*, podemos ver a figura do presidente, após a morte de Dona Santinha Dutra, cercado pelas alunas que estudam na escola que leva o nome de sua esposa como se ali estivessem para apoiá-lo. Quanto ao que Mauad chamou de *plano de expressão*, analisando a imagem com um pouco mais de cuidado, percebemos que há uma associação entre o presidente e as normalistas da ENCD à famosa pintura *A Pátria*, de Pedro Bruno, localizada ao fundo. Na pintura de 1909, as filhas de Benjamin Constant costuram a primeira Bandeira Nacional republicana¹⁵³. Na fotografia oficial, portanto, entendemos que

¹⁵⁰ *Tribuna Popular*, 10 de outubro de 1947, p. 1. Disponível em: www.hemerotecadigital.bn.br. Acessado em 7 de novembro de 2014.

¹⁵¹ *Jornal do Brasil*, 23 de outubro de 1947, p. 8. Disponível em: www.hemerotecadigital.bn.br. Acessado em 8 de novembro de 2014.

¹⁵² *Jornal do Brasil*, 28 de junho de 1949, p. 7. Disponível em: www.hemerotecadigital.bn.br. Acessado em 8 de novembro de 2014. *Revista Fon-Fon*, 22 de outubro de 1949, p. 28. Disponível em: www.hemerotecadigital.bn.br. Acessado em 8 de novembro de 2014.

¹⁵³ Ver <http://museubenjaminconstant.blogspot.com.br/2012/11/desvendando-patria-de-pedro-bruno.html>. Acessado em 29 de novembro de 2014.

o quadro e as normalistas da Carmela Dutra são referenciais para o presidente, tanto quanto a pintura e o presidente são referenciais para as alunas da ENCD.



Imagem 29 – Convite ao Presidente da República para ser Paraninfo dos formandos de 1949. Acervo IECB/Revista Fon-Fon, 22 de outubro de 1949, p. 28. Disponível em: www.hemerotecadigital.bn.br. Acessado em 8 de novembro de 2014.

Além do convite para ser o paraninfo da turma, as alunas também aproveitaram para solicitar elementos que até o ano de 1949 ainda faltavam na escola. Desta vez, porém, não se tratavam de cadeiras ou professores, mas sim da imagem da Patrona da ENCD, Dona Carmela Dutra.

Duílio Ramiro Alves (2013) nos relatou que foi uma grande dificuldade conseguir a imagem da Patrona. A inauguração do retrato, com moldura feita à mão pelos próprios alunos, inicialmente foi marcada para o dia 22 de outubro de 1949 e posteriormente antecipada para do dia 20. Na imagem abaixo, que é um segmento da reportagem feita pela *Revista Fon-Fon*¹⁵⁴, podemos ver a moldura feita pelos alunos, as cortinas e a placa comemorativa da inauguração da imagem na escola.

¹⁵⁴ Revista Fon-Fon, 12 de novembro de 1949, p. 28. Disponível em: www.hemerotecadigital.bn.br. Acessado em 8 de novembro de 2014.



Imagem 30 – Inauguração do Retrato da Patrona da ENCD. Revista Fon-Fon, 12 de novembro de 1949, p. 28. Disponível em: www.hemerotecadigital.bn.br. Acessado em dia 8 de novembro de 2014.

A *Revista Fon-Fon*¹⁵⁵ também informou que a inauguração do retrato da patrona da ENCD transcorreu com a presença de representantes da Presidência da República, da Prefeitura e da Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal, os diretores de várias escolas, militares de alta patente, parlamentares, diplomatas, jornalistas e outras autoridades de ensino.

Entretanto, a ex-aluna Dyrce Montorfano Freire (2013), narrou que esse evento não contou apenas com as autoridades municipais, estaduais e federais, mas também com as alunas do Instituto de Educação. Freire nos disse que apesar da tensão do convite feito pelas autoridades às alunas do Instituto de Educação, todos se comportaram bem durante a solenidade e não houve atrito algum, pelo menos não até a formatura e o dia em que as novas professoras deveriam escolher as escolas nas quais deveriam trabalhar. Assunto que, entre outros, trataremos no próximo capítulo.

¹⁵⁵ Idem.

CAPÍTULO 4

AUTONOMIA: “EU SOU A CARMELITA! E VOCÊ?”

Mesmo com as dificuldades estruturais que descrevemos e os contratempos dos dois primeiros concursos que desanimaram muitas pessoas, o empenho dos primeiros alunos e de algumas autoridades manteve a escola funcionando. Rejeitada por pessoas ligadas à educação e à política, a Escola Norma Carmela Dutra continuou carregando em cada publicação em que aparecia o seu nome, a sua filiação ao Instituto de Educação, o que por um lado, externamente, lhe conferia *status* ao subúrbio da Capital Federal, mas que, por outro, internamente, gerava conflitos que começavam na esfera pública e terminavam nas salas de aula. Em meio a esses primeiros anos agitados, a nova instituição resistiu e, aos poucos, começou a crescer em quantidade de turmas.

Assim, o sonho de muitas adolescentes em vestir o uniforme de normalista pareceu, finalmente, sofrer alguma democratização, pois cursos preparatórios para o concurso de admissão à ENCD começaram a se multiplicar. Desta vez, entretanto, a partir do ano de 1949, quando os jovens da primeira turma se formaram, os cursinhos abriram suas portas não apenas em bairros como o Leblon, Botafogo, Centro e Tijuca, mas também em muitos bairros do subúrbio, como Realengo, Méier e na própria região de Madureira, de acordo com o que podemos ver nos anúncios que anexamos ao nosso trabalho (Anexo XXI).

ESCOLA NORMAL CARMELA DUTRA	
CURSO DE PREPARAÇÃO AO NORMAL	
COLÉGIO METROPOLITANO	
Alunas inscritas para o exame	493
Aprovadas em Matemática	96
Alunas deste Curso, inscritas	60
Aprovadas	45
As duas únicas notas 95, que foram as melhores, pertenceram às nossas alunas Araceli Louisa Feijó e Julia Niela Fernandes.	
Relação das 45 alunas do Curso, aprovadas em Matemática:	
Anty Maria Gonçalves	Leila de L. Bizaro
Angela de A. Cantana	Leonor Aguiar da Luz
Araceli Louisa Feijó	Leandro F. de Brito
Araceli M. França	Líria B. de Costa
Araceli L. Feijó	Lúcia C. Damasceni
Athanasia F. de Castro	Maria Castor
Aurea C. Ferreira	Maria Lúcia Gascho
Carolina P. Coelho	Maria T. de Oliveira
Conceição M. da Fonseca	Marilene Braga
Dalva B. Costa	Marlene M. Pereira
Davina Clapp	Neli Rosa Oliveira
Dinah Clapp	Nízia Maria Virebom
Eduí Maria Valente	Núzia P. Coelho
Emaciete Wiesencr	Núzia S. de Albuquerque
Enilda de Almeida	Socora H. Mendonça
Frieda Schützberg	Sônia P. de Oliveira
Gilda de Paula Lobo	Thereseinha A. Noronha
Gilda de Carvalho	Thereseinha Mota
Janete Gomes	Wanda dos S. Chaves
Julia N. Fernandes	Yara Heltrant
Leila de Silva	Yeda G. Vianna
Leila E. de Mendonça	Elza de J. Dias
As matrículas para o ano letivo de 1950 estarão abertas a partir do dia 15 de fevereiro.	
INFORMAÇÕES: Rua Dias da Cruz, 211 – Méier – FONE: 95-100	

Imagem 31 – Anúncio de Curso preparatório para a ENCD. Diário de Notícias, 12 de fevereiro de 1950, p.7.
Disponível em: www.hemerotecadigital.bn.br. Acessado dia 5 de novembro de 2014.

Como podemos ver na imagem acima, foram abertos cursos que, inclusive, passaram a preparar exclusivamente para a Escola Normal de Madureira, sem ao menos, em alguns casos, citar o Instituto de Educação. Na imagem, um anúncio de jornal de fevereiro de 1950, temos uma propaganda com o quantitativo de alunos inscritos e o quantitativo de alunos do curso oferecido pelo Colégio Metropolitano, conhecido pela sua excelência na região do Méier. Nas linhas posteriores, o curso fez questão de apontar em lista nominal que dos seus sessenta alunos inscritos, quarenta e cinco foram aprovados na prova da matemática.

Não obstante, a formação de uma identidade própria das *normalistas do subúrbio* ainda estava em andamento. As “carmelitas” da ENCD e as normalistas do Instituto de Educação ainda voltariam a se encontrar, dando continuidade ao processo que Claude Dubar (2005) chamou de *negociação identitária*, no que concerne à identidade para o outro e identidade para si.

Em sua teoria, Dubar (2005) também menciona a expressão *identidade virtual* para designar uma *atribuição*, isto é, “aquilo que dizem que você é”. Neste ponto, ainda havia uma disputa: *As meninas do subúrbio também seriam consideradas normalistas ou o termo “carmelita” continuaria constando como uma antítese jocosa, fazendo referência ao local onde elas estudavam?* Assim, inferimos, a partir dos eventos reconstruídos no capítulo anterior, que o princípio das alterações entre as alunas dos dois institutos parecia mesmo residir no *status* de *normalista* atribuído – indevidamente, como julgaram as alunas do IE – aos alunos da ENCD.

Além disso, em meio à construção de sua *identidade real* (outra designação de Dubar (2005) para o sentimento de *pertencimento* e para o processo de *incorporação* de uma ideia), as “carmelitas” começavam a entender que não eram mesmo alunas da classe média tijucana, mas alunas do subúrbio da Capital Federal, isto é, Madureira.

Neste capítulo, intitulado *Eu sou a Carmelita! E você?* continuaremos nosso estudo sobre a história da instituição ENCD. Aprofundaremos essas questões de *pertencimento* e *incorporação* utilizando, inclusive, declarações de entidades públicas que expuseram as controvérsias entre as duas instituições, buscando avançar no sentido de entender como, a partir desta relação conflituosa, se constituiu a identidade das alunas da Escola Normal Carmela Dutra.

4.1 – Sobre as “Carmelitas”

As alunas da ENCD, usuárias do mesmo uniforme das colegas da Tijuca, foram ainda rejeitadas da denominação de *normalistas*, sendo apelidadas de “carmelitas”, como nos conta a ex-aluna Dyrce Freire (2013):

Eu tinha um horário de trem para tomar. Eu tinha que tomar o trem às seis horas e dois minutos na central. A Secretaria de Educação já dava o horário de trem para tomar. Em Realengo que eu trabalhava. Você ia para estação, seis horas e dois minutos, o trem nunca chegava às seis horas e dois minutos. Às vezes chegava às sete. Geralmente chegava as sete, sabe?! Aí você ficava perdendo aquele tempo todo e chegava na escola atrasada. E tinha outra coisa (...) tinha o trem que era anterior que estava lá. Então as professoras e os professores entravam nesse trem, quem não estava tinha que esperar o horário de seis e... Tinha uma caminhonete que esperava você na estação para levar para escola. A escola ainda era longe da estação. O quê que as alunas do Instituto faziam? Chegavam, pegavam o trem mais cedo e iam para estação, tomavam a caminhonete e deixavam as carmelitas, as pobres carmelitas, lá em Realengo, andando a pé. Tinha que ir a pé para escola. Por que a caminhonete já tinha ido embora, elas chegavam e mandavam o homem embora. E o homem ia embora. De propósito (FREIRE, 2013).

A ideia inicial, segundo a ex-aluna Dyrce Montorfano Freire (2013), era de que as “carmelitas” fossem trabalhar no sertão carioca. Era evidente, portanto, que as alunas da ENCD já tinham ciência dos interesses das autoridades governamentais em fornecer professoras para a região mais necessitada, isto é, o meio rural. O termo “carmelita” usado na narrativa de Dyrce Montorfano Freire (2013) não havia sido inventado por ela.

A expressão, originalmente em tom pejorativo, surgiu por força das alunas do Instituto de Educação que, apesar de usarem a mesma saia preguada em azul marinho e a mesma blusa branca encimada por uma gravata em azul com um emblema também esmaltado, rejeitavam a atribuição da expressão *normalista* às estudantes do curso normal de Madureira. Aluna do IE neste período, a professora e escritora Zilá Enéas, narrou para nós em entrevista por que as normalistas tijucanas chamavam as alunas da ENCD de “carmelitas”:

Carmelitas, até hoje significa, né? São as religiosas que fazem parte do carmelo, né?! Há dois tipos: as “carmelitas” e as “carmelitas descalças”. Esse grupo, as “carmelitas descalças”, é o mais rigoroso. E descalças por que elas só podiam usar nos pés uma sandália muito precária. Daí o termo “descalças”. E na nossa imaginação, não é...?! Era... chamar de carmelitas porque eram como essas religiosas que nem fazem parte da sociedade direito... para nós era pejorativo (ENÉAS, 2013)

O termo “carmelita” também fazia alusão à Patrona da escola e aos seus hábitos religiosos. Dona Carmela Dutra, que assumiu o epíteto de “Santinha Dutra” (*cf.* Capítulo 2), foi por todo período em que esteve como primeira dama, uma referência de moralidade e de religiosidade.

Tanto as normalistas do IE quanto as da ENCD deviam realizar ao menos dois anos de trabalho em zona rural e um ano de zona de “difícil acesso” para depois ganhar o direito de pleitear uma escola mais próxima aos centros urbanos (MOLINARI, 2013). Enquanto as “carmelitas” tinham que se deslocar menos para essas regiões, pois um bom número já vivia nas zonas suburbanas, as normalistas do Instituto de Educação, por outro lado, saíam, em sua maioria, da Zona Sul, Centro e Tijuca em direção ao *sertão carioca*. Em meio às aulas no último ano de formação, conforme já apontamos através dos estudos de Sonia Lopes (2009), as alunas do IE chegaram a assinalar sofrer de uma fadiga que chegava a casos de adoecimentos pulmonares (*cf.* Capítulo 2).

Iniciadas as aulas, Dyrce Montorfano Freire, na época moradora do Grajaú, bairro conexo à Tijuca, também relatou como durante esses anos de estudo e estágio, as alunas se relacionavam nas ruas quando se encontravam:

(...) Me chamavam de carmelita, né?! Daí, não tivemos mais contato. (...) Mexiam com a gente, né?! E... não tínhamos mais contato, né?! Porque a gente ia para Madureira e elas iam para Mariz e Barros, né?! Então quando se cruzava na rua... alguém chamava “carmelita”... e a gente não ligava. Não entrávamos na mesma condução... Talvez se fosse para o mesmo lado, houvesse mais alguma coisa... (FREIRE, 2013).

De acordo com o que observa Dubar (2005) quanto às experiências de construção de uma *identidade real* vivenciada pelas “carmelitas”, podemos perceber claramente a *identificação com instituições consideradas estruturantes ou legítimas*, por parte das alunas do IE, bem como as *discriminações e desigualdades sociais* enfrentadas pelas alunas da ENCD. Acreditamos que esses dois pontos concorreram para a construção de uma identidade própria para a “Escola Normal dos Subúrbios”.

Então, se por um lado as normalistas do Instituto de Educação estavam distantes do meio rural, as “carmelitas” da ENCD estavam próximas àquela região mais carente. E como pudemos ver nos acervos pessoais das ex-alunas, as visitas às escolas rurais foram inúmeras, seguindo a proposta do Ministro da Educação, pelo menos neste ponto, de atender a essas demandas e levar os novos valores para as pessoas dessas localidades.



Imagem 32 – Visita a uma Escola Rural. Dois de outubro de 1948. Acervo de Arlette Souza Molinari.

Arlette de Souza Molinari (2013) nos relata que frequentemente conseguiam transporte para visitas em escolas distantes de onde estudavam. Em seu acervo, constam visitas realizadas a escolas e parques em bairros próximos a Madureira e em regiões mais distantes, como o Recreio dos Bandeirantes, Seropédica e Engenho de Dentro. Mas Molinari ainda comentou que foram realizadas muitas outras visitas, como na imagem abaixo, com o alunado da Escola Rural Dias Martins, em Senador Camará.



Imagem 33 – Escola Rural Dias Martins – Acervo de Arlette Souza Molinari.

Nas duas imagens de visitas das normalistas de Madureira, vemos o enquadramento do fotógrafo que dá ênfase na mistura dos futuros professores com os seus futuros alunos (MAUAD, 1996). Seja porque as professorandas usassem o chapéu característico do meio

rural – e também do personagem Jeca Tatu (*cf.* Capítulo 2) – seja porque se misturassem ao alunado da escola visitada, como se já fossem seus professores. Em ambos os casos, segundo os alunos, o profissional responsável pelas imagens estava a serviço da ENCD, o que novamente nos demonstra interesse público em continuar asseverando a atividade da escola.

Assim, consonante os estudos e visitas, Sylvia Aranha e Dyrce Freire (2013) corroboraram em seus relatos a preocupação das “carmelitas” em manter a escola em evidência, pois acreditavam ainda haver a chance da ENCD ser fechada por conta da pouca quantidade de alunos.

Uma das melhores formas de fazer com que a escola continuasse a ser noticiada e alimentar o seu crescimento era provar que o ensino no subúrbio estava funcionando com a mesma qualidade do ensino tijucano. Neste sentido, houve um esforço das “carmelitas” em aparecer e se comparar às alunas do IE. Arlette Molinari (2013) comentou que Sylvia Aranha, representava a turma em muitas ocasiões de reuniões com as autoridades, por conta da facilidade que tinha em circular pelo centro e Zona Sul, pois morava e ainda mora em Ipanema. Sylvia Aranha também representou as “carmelitas” em concursos que destacavam a sua inteligência e esforço, como foi o caso de uma competição nacional organizada pelo Jornal O Globo, que pôs lado a lado, novamente, uma aluna do IE e uma aluna da ENCD.

Embaixada da Juventude: IE e ENCD frente-a-frente

Entre os anos de 1948 e 1949, o jornal *O Globo*, com suas subsidiárias, O Globo Juvenil e Gibi, realizaram um concurso chamado “Embaixada da Juventude”. Tratava-se de colocar em evidência os jovens mais estudados ou populares do Brasil em uma competição que valia a oportunidade de visitar a Europa como representante da juventude brasileira.

A competição consistia em uma votação realizada por alunos de todas as unidades de ensino de cada unidade da Federação. Cada Estado, e mais o Distrito Federal, elegeram os seus representantes que, então, foram convidadas a vir até a capital do país. Dentro deste grupo, uma nova votação elegeu o casal de jovens do Estado do Rio de Janeiro. Era um menino do Colégio Independente e uma menina do curso de formação de professoras do Instituto de Educação, que contou com os votos e a simpatia dos alunos da Escola Militar (ARANHA, 2013).

Por essa ocasião, uma de nossas entrevistadas, a ex-aluna Sylvia de Azevedo Aranha surgiu como a representante mais votada entre as alunas e alunos da ENCD no Distrito Federal. Entretanto, o quantitativo de votos de Sylvia não foi suficiente para vencer a representante do Instituto de Educação. Vencida por votação como todos os candidatos das outras 26 unidades da federação (Anexo XXII), Aranha concorreu a duas novas vagas abertas para o concurso. Desta vez, porém, as duas outras vagas deveriam ser ocupadas por um casal de candidatos que vencessem um circuito de provas escritas e orais aplicadas, entre outras disciplinas, sobre a geografia e a história mundial e, em especial, de Portugal.

Essa bateria de provas foi feita dentro do Ministério da Educação. Lá dentro do Ministério da Educação mesmo. Pelos técnicos do Ministério da Educação. (...) Tinha a divisão de ensino secundário. Os técnicos dessa divisão é que montaram as provas. Eu quero dizer que dentre esses técnicos estava o Lourenço Filho. Então não eram quaisquer técnicos. (...) Eu tive a felicidade do meu diretor me levar à Embaixada de Portugal. E eu consegui um rico material. (...) E conclusão: eu fui bem preparada. Tirei o primeiro lugar no concurso (ARANHA, 2013).

Um rapaz do Colégio Ultra também foi vitorioso, fechando o grupo dos quatro vencedores do concurso, um casal por votação e um casal por provas orais e escritas. Segundo *O Globo*¹⁵⁶, a ideia era estreitar os laços de amizade entre os jovens alunos brasileiros e portugueses. No entanto, dentre esse grupo ficaram uma aluna do Instituto de Educação e outra da Escola Normal Carmela Dutra. Sylvia Aranha, quando perguntada sobre os jovens escolhidos por votação, referiu-se ao rapaz vencedor por votos como um “destaque”, mas, embora nos dissesse que não houve quaisquer conflitos, referiu-se à vencedora por votos do IE como “insignificante” (ARANHA, 2013).

Mesmo assim, ao observarmos a imagem onde se veem duas normalistas sentadas juntas em uma fotografia de jornal que circulou pelo país inteiro como exemplo intelectual da juventude brasileira, devemos, aos moldes do que propôs Mauad (1996) e também Faria Filho (1998), questionar, por exemplo, quais são as estratégias de divulgação dessas imagens, ou indagarmos: a que público aquelas imagens eram destinadas?

Mais uma vez, acreditamos que a imagem da normalista tenha sido usada como modelo para os jovens. Uniformizadas e indistinguíveis, as alunas do IE e da ENCD foram fotografadas ladeadas pelos rapazes vencedores. Houve, segundo Sylvia Aranha (2013), grande exploração pelo jornal de suas imagens e de todo progresso de sua viagem à Europa pelo jornal.

¹⁵⁶ O Globo, 30 de junho de 1949. Acervo de Sylvia Aranha.



Imagem 34 – Vencedores do Concurso Embaixada da Juventude, junho de 1949. Da esquerda para a direita, os vencedores por prova Aloísio Araújo de Vasconcelos e Sylvia de Azevedo Ferreira [Aranha]. À direita, os vencedores do concurso por voto. Acervo de Sylvia Aranha/ Jornal O Globo, 30 de junho de 1949, p. 1.

Segundo Sylvia Aranha (2013), um de seus antigos professores do Colégio Pedro II convenceu ainda o embaixador francês a esticar a viagem até Paris, onde os jovens ficaram por mais dez dias. Ao planejarem o retorno, segundo Sylvia, um “acidente” manteve os discentes por mais um dia na Europa. Por falta de voo direto para o Brasil, Sylvia comentou ter tido a oportunidade de ficar um dia inteiro em Genebra por conta da companhia aérea, pois não havia voo direto para o Brasil e a única conexão possível passava pela Suíça.

Este evento, proposto por um jornal de circulação nacional, colocou lado a lado as duas escolas de formação normal da Capital do Brasil. Uma disputa onde notamos o prestígio do curso do Instituto de Educação, que venceu o concurso por votação de jovens das escolas de todo Rio de Janeiro. Mas também uma competição na qual podemos notar a vontade de um grupo em manter a nova Escola Normal Carmela Dutra funcionando através do reconhecimento da excelência de seu curso, verificada diante da difícil prova elaborada por técnicos do Ministério da Educação.

Abordadas as questões de como os alunos da ENCD se veem e como são vistos pelas alunas do IE, continuaremos nossa análise sobre as bases de uma *negociação identitária* (DUBAR, 2005). No item seguinte, portanto, abordaremos como esse processo

parece ser concluído de forma a construir uma identidade única das *normalistas do subúrbio*.

4.2 – Uma Identidade nunca é dada, mas sempre construída

(...) a identidade nada mais é que o resultado a um só tempo estável e provisório, individual e coletivo, subjetivo e objetivo, biográfico e estrutural, dos diversos processos de socialização que conjuntamente, constroem os indivíduos e definem as instituições (DUBAR, 2005. p. 136).

De acordo com Claude Dubar (2005), *uma identidade nunca é dada, mas sempre construída*. E de acordo com o que verificamos, a construção da identidade da Escola Normal Carmela Dutra, no subúrbio do Distrito Federal, pode ser baseada não apenas na relação com Instituto de Educação, mas também com as autoridades públicas, com as escolas rurais e técnicas que receberam as visitas das “Carmelitas”, e, principalmente, com o bairro de Madureira.

“O Maior Centro de Cultura do Subúrbio” e o fim de uma jornada

A revista *Fon-Fon* fora convidada especialmente para cobrir o evento dos exames finais dos “primeiros frutos” da Escola Normal Carmela Dutra, em 1949. Destacada para cobrir o evento, a jornalista Lausimar Laus também era poetisa e escritora. Nos anos 1940, Laus atuou no Ministério de Educação e Saúde e ingressou depois no magistério, tornando-se doutora pela Faculdade de Letras de Madri e professora da Universidade Federal Fluminense¹⁵⁷. Lausimar Laus também foi colunista do *Jornal do Brasil*, de onde tecia críticas sobre a política educacional do Distrito Federal, especialmente a que envolvia a formação de normalistas, como veremos mais adiante.

Neste texto, publicado em dezembro, Laus destacava existirem dois rapazes entre as formandas, ambos iniciados na época em que eram franqueadas entradas não apenas às “filhas de Eva”¹⁵⁸. A revista, apontando as precariedades da escola, destacou o fato de o curso manter-se funcionando sob os esforços diretos da Secretaria de Educação, posto que ao contrário do Instituto de Educação, ainda não contava com verba específica para o seu funcionamento (Anexo XXIII).

¹⁵⁷ Ver DEBUS, 2011; Ver Lausimar Laus (1916 – 1979). Disponível em: <https://nuhtaradahab.wordpress.com/>. Acessado em 9 de janeiro de 2015.

¹⁵⁸ “primeiros frutos” e “filhas de Eva”. Revista Fon-Fon, 31 de dezembro de 1949, p. 28. Disponível em: www.hemerotecadigital.bn.br. Acessado dia 9 de novembro de 2014.

Não devemos esquecer, pois, que a revista *Fon-Fon*, como muitas outras, é uma publicação autorizada dos tempos de Estado Novo (*cf.* Capítulo 2), funcionado como sustentáculo do governo Vargas e, como podemos presumir, apoiador do governo escolhido por Getúlio para sucedê-lo. Desta forma, a equipe convidada para cobrir o fim da jornada dos discentes da primeira turma da escola seguiu elogiando o serviço prestado à comunidade local, destacando o fato de a escola atender a “gente de recurso e gente de nenhum recurso”, e, classificando, por fim, a ENCD como “o maior centro de cultura do subúrbio”¹⁵⁹. A revista também exibiu uma série de fotos com os novos rostos de alunas que apresentavam um perfil diferenciado das suas primeiras turmas, conforme aprofundaremos mais adiante.

Entretanto, a imagem que ganhou mais destaque foi a da fachada da escola. Diferentemente da foto que trouxemos anteriormente, a fachada da ENCD foi retratada de frente, sem que ficasse aparente qualquer marca de desgaste do tempo. A entrada principal estava encimada pela Bandeira Nacional, tendo sobre ela, em destaque, apenas os escritos “Escola Normal Carmela Dutra”. A intencionalidade da imagem trazia uma pessoa negra a caminhar pela calçada e ainda as legendas: “O maior centro cultural da zona suburbana”¹⁶⁰. Desta maneira, nas formas expressas por Ana Mauad (1996), não apenas devemos tecer considerações sobre a agência produtora da imagem, mas também em relação ao enquadramento, à expressão das linhas, às pessoas retratadas e, principalmente, a sua conexão com o texto escrito.



Imagem 35 – Fachada da ENCD. Revista FON-FON, 31 de dezembro de 1949, p. 29. Disponível em: www.hemerotecadigital.bn.br. Acessado dia 9 de novembro de 2014.

¹⁵⁹ “Gente de recurso e gente de nenhum recurso” e “O maior centro de cultura do subúrbio”. *Idem.* p. 29.

¹⁶⁰ *Ibidem.* p. 29.

A legenda da imagem, bem como todo o texto da matéria, com uma perspectiva diferente da retratação anteriormente realizada, salientava o sucesso da empreitada de construir uma escola normal na localidade.

A merenda escolar, outrora relatada como uma pasta de tomate acompanhada de suco do mesmo fruto (*cf.* Capítulo 2, MOLINARI, 2013), “era distribuída numa alegria encantadora”, segundo a revista *Fon-Fon*. As carteiras preparadas para adolescentes e falta de itens básicos do dia-a-dia, conforme nos foi relatado (*cf.* Capítulo 2, ARANHA, 2013), nas palavras da jornalista foram aproximadamente descritas como “As alunas sentem-se como em suas próprias casas, tal o ambiente confortador da Escola”. E a falta de espaço no pequeno pátio, antes destinado a sediar apenas uma escola ginásial (*cf.* Capítulo 2, FREIRE, 2013), contrastou com o que queria dizer Lausimar Laus ao escrever “Os grupos sucedem-se como bandos de pássaros alegres”¹⁶¹.

Com o conteúdo francamente favorável ao esforço da prefeitura, aos corpos docente e discente da escola, a reportagem ainda terminava a sua publicação desta forma:

Quando se deixa a Escola Normal Carmela Dutra, tem-se o conforto de o subúrbio ter sido ouvido por Deus. Antes de ela existir, como teria sido difícil educar as moças, às vezes grandes vocações perdidas e inproveitadas (SIC). Não há dúvida que, apesar de ter encontrado tantos inimigos que não viam com bons olhos aquela escola Normal Suburbana, ela venceu a tudo e se mantém como um verdadeiro monumento em prol do engrandecimento do Distrito Federal (FON-FON, 31 de dezembro de 1949, p. 30. Disponível em: www.hemerotecadigital.bn.br. Acessado dia 9 de novembro de 2014.)¹⁶².

O evento de formatura da primeira turma

Depois dos exames finais, como destacou a revista *Fon-Fon*, chegava a hora da formatura de todas as alunas que compunham o “Instituto de Educação e suas Escolas”¹⁶³. Dentre os trinta alunos da ENCD, apenas Elza Pereira parece não ter sido aprovada de forma direta e acabou sendo obrigada a realizar as provas de segunda época. Para a ex-aluna Arlette Molinari (2013), apesar de Elza Pereira acompanhar bem as alunas nas provas e atividades do cotidiano, ela tinha alguns problemas psicológicos que pareciam dificultar seu rendimento no último ano. Sylvia Aranha (2013), também em entrevista,

¹⁶¹ Expressões utilizadas pela jornalista: “[a merenda] era distribuída numa alegria encantadora”; “As alunas sentem-se como em suas próprias casas, tal o ambiente confortador da Escola”; “Os grupos sucedem-se como bandos de pássaros alegres”. *FON-FON*, 31 de dezembro de 1949, p. 30. Disponível em: www.hemerotecadigital.bn.br. Acessado dia 9 de novembro de 2014.

¹⁶² Disponível em: www.hemerotecadigital.bn.br. Acessado dia 9 de novembro de 2014

¹⁶³ “Instituto de Educação e suas Escolas” era um termo muitas vezes utilizado em Diários Oficiais para designar não apenas a ENCD, mas também as escolas primária e ginásial ligadas ao IE.

destacou o comprometimento dos docentes com relação a essa aluna, pois a professora de Psicologia, Carmem Alonso, teria acompanhado Elza Pereira durante todo o período letivo, ajudando-a a se formar, mesmo em um segundo momento.

Para Aranha (2013), a professora Carmem Alonso havia se compadecido com a jovem Elza, pois ela sequer conseguia erguer a cabeça e encarar as pessoas com quem falava. Alonso, então, teria a intenção de ajudar em sua formação para que ela pudesse ter a chance de se tornar servidora pública e receber renda suficiente para cuidar de si mesma.

Na imagem que retrata o evento da missa em ação de graças pela formatura dos alunos da primeira turma, logo abaixo, realizada no centro do Rio de Janeiro, na Igreja da Candelária, podemos ver uma grande parte do grupo, sendo Elza Pereira, em primeiro plano a sexta jovem da esquerda para a direita.



Imagem 36 – Missa na Igreja da Candelária. Acervo de Esther Natividade Vila Alvarez Lima.

Apesar da tradicional missa de agradecimento pela formatura acontecer na Igreja da Candelária, a ex-aluna Dyrce Montorfano Freire (2013) salientou que o baile de formatura foi realizado no Clube do Fluminense. Já durante a colação de grau, entretanto, com presença do alunado das duas instituições, Freire nos conta que os alunos da ENCD foram intimados pelo prefeito Mendes de Moraes, trajado como militar no evento, a se sentarem à

frente dos alunos do IE durante o processo de recebimento dos diplomas, como podemos ver na imagem abaixo.

Dyrce Montorfano Freire (2013) ainda nos disse que enquanto as alunas do Instituto de Educação tinham uma comissão organizadora para cuidar do evento, devido à grande quantidade de jovens formandas naquela ocasião, os alunos da ENCD apenas combinaram de se encontrar por lá. Então, quando Mendes de Moraes procurou pela aluna Esther Natividade, perguntou-lhe:

“- Escuta aqui, cadê as formandas?” Ela: “- Estão aí sentadas”. “- Não senhora, chame todas elas para sentar nestas cadeiras aqui na frente e os professores também”. Aí, a Esther ficou catando aluno lá na frente, aí nós ficamos na formatura... mas não tinha ninguém para orientar. Aí ficamos sentadas separadas e os professores sentados do outro lado, junto conosco (FREIRE, 2013).



Imagem 37 – Colação de Grau. Acervo de Esther Natividade Vila Alvarez Lima.

Ainda segundo Freire (2013), Hamiltom e Duílio foram os dois únicos rapazes a se formarem naquele ano, mesmo considerando as diplomadas pelo Instituto de Educação. E, apesar de terem sido convocadas para se sentarem à frente das alunas do IE, não houve, naquele dia, qualquer hostilidade entre as jovens das duas instituições. Na imagem acima, podemos ver em ângulo *plongée*¹⁶⁴ as “carmelitas” em primeiro plano, sendo Hamiltom o

¹⁶⁴ Foto com angulação feita de cima para baixo.

primeiro da esquerda para a direita e Duílio, a sexta pessoa na mesma fileira, ambos de branco. Em segundo plano, temos os professores da ENCD, seguidos de alunas do Instituto de Educação.

Tais enquadramentos, coerentemente com as afirmações de Ana Mauad (1996), e em consonância com o que nos foi informado por uma das alunas entrevistadas, destacam as “carmelitas” e demonstram intenções no ato de capturar a realidade. Considerando o fotógrafo como um profissional que trabalhava para as escolas, podemos inferir da imagem a evidência de que, embora fossem minoria entre os formandos, as alunas da ENCD foram colocadas em destaque, seja pelo seu posicionamento, seja pela angulação da câmera que retratou as alunas do IE ao fundo.

A imagem das “carmelitas” à frente das alunas do Instituto de Educação também merece outras considerações. Conforme apontamos anteriormente, o IE mantinha a exclusividade na formação e no fornecimento de novas professoras para a educação pública do Distrito Federal. Desta maneira, para o alunado do IE, aceitar a existência de uma escola aos seus moldes, erigida no subúrbio, além do uso das mesmas vestimentas, havia se configurado como um duro ataque a sua *identidade* como *normalista*. Segundo a ex-aluna Dyrce Montorfano Freire, não houve quaisquer contendas no dia da formatura. Entretanto, embora não saibamos ao certo o porquê dos grupos não terem se enfrentado, devemos sublinhar que as alunas da ENCD não vestiam o uniforme de normalista como fizeram as alunas tijucanas.

Embora o uniforme fosse durante os três anos de estudo daquela turma um fato que recorrentemente gerava problemas, apenas podemos especular que a decisão das alunas da ENCD de não usar o uniforme seria para evitar conflitos durante a formatura. Entretanto, a aparente serenidade não se sustentou quando os dois grupos voltaram a se encontrar. A questão dos uniformes iguais estava aparentemente vencida, porém aceitar que as “carmelitas” tivessem o mesmo direito de escolher as melhores escolas após a formatura, do que as alunas do Instituto de Educação, já era uma outra história.

Para a sala de aula: a escolha das escolas

Nos anos 1940, embora a prática de contratação de professores para as escolas públicas já fosse feita através de concursos, tais certames não funcionavam da mesma forma que nos dias atuais. Para efeito de admissão como servidor público naquela época, considerava-se o fato da jovem já ter passado em um concurso para a escola pública, neste caso, o curso ginásial do Instituto de Educação do Distrito Federal. Mais tarde, ao

ascenderem do ginásial para o curso normal do mesmo Instituto, as alunas realizavam as disciplinas presentes no currículo de magistério. Quando formadas, as jovens professoras ingressavam automaticamente no funcionalismo público, bastando apenas que fosse realizado o *ranqueamento* das alunas através das notas alcançadas durante o curso e nos exames finais. Assim, era possível estabelecer quem seria a primeira e quem seria a última nova professora a escolher a escola para lecionar.

Com a criação da Escola Normal Carmela Dutra, o Instituto de Educação perdeu a exclusividade no fornecimento de profissionais da educação primária para a rede pública de ensino. Segundo as nossas entrevistadas (ALVES; FREIRE; MOLINARI, 2013), isso causou certo estranhamento entre os alunos das duas instituições no momento de escolha das escolas nas quais cada nova professora iria trabalhar.

Então pela nota você era chamado na Secretaria de Educação. Eles apresentavam a lista de escolas e vagas. E você escolhia. Aí houve outra briga, por que o Instituto de Educação queria que nós fôssemos as últimas a escolher. Primeiro o Instituto escolhia. Depois que elas escolhessem todas as escolas nas melhores zonas, nós recebemos as últimas. Aí houve outra briga, né?! Aí não deixamos. Fomos falar com o secretário, com o prefeito... não sei o que... e misturou todo mundo (FREIRE, 2013).

Mas essa competição pelos melhores resultados e pela escolha das melhores escolas não havia começado naquele momento. Esther Lima (2013) nos apontou que os primeiros professores da ENCD, queriam estimular os alunos da nova escola a se saírem ainda melhores do que as alunas do Instituto de Educação. Segundo essa ex-aluna, os professores, em sua maioria vindos da extinta Escola Normal¹⁶⁵, também haviam se unido no interesse de manter a nova escola funcionando.

Porque eles eram professores do Instituto e foram tirados do Instituto. Porque naquela época eles não tinham concurso. Naquela época eles ainda foram nomeados. Então eles foram obrigados a sair, estavam revoltados demais. Então foram aproveitados para o Carmela Dutra. Já pessoas idosas (...) Então eles tinham uma espécie de uma dor, sabe?! Aquela dor sentimental. Então eles queriam uma formação dessas... para... como se fossem se vingar! Por que eles foram obrigados a sair, o governo os tirou... (LIMA, 2013).

¹⁶⁵ O Decreto de criação da ENCD, nº 8.546, em seu artigo 4º, esclarece que os professores pertencentes a antiga Escola Normal poderão ser transferidos para a nova escola a critério da administração pública. Além disso, sabemos que a Escola Normal havia sido extinta para a criação do Instituto de Educação (cf. Capítulo 2). Neste processo, muitos professores não concursados foram dispensados de suas funções para que novos professores por concurso fossem admitidos.

Abaixo, o grupo de professores da Escola Normal Carmela Dutra em almoço de confraternização e encerramento das atividades do ano de 1948. Embora, novos profissionais já tivessem ocupando os cargos de docentes da escola, ainda podemos ver, como também nos havia descrito Dirce Montorfano Freire e Esther Lima (2013) no capítulo anterior, alguns docentes de idade mais avançada em meio a jovens professores no segundo ano de funcionamento da escola.



Imagem 38 – Almoço de confraternização de professores da ENCD em 1948. FON-FON, 5 de fevereiro de 1949, p. 43. Disponível em: www.hemerotecadigital.bn.br. Acessado dia 13 de janeiro de 2015.

Embora essa imagem não nos aponte os primeiros professores que lecionaram para os trinta jovens que queriam se sair melhor do que as alunas do Instituto de Educação, nós podemos perceber que este não era um grupo pequeno. Principalmente se considerarmos que, em 1948, apenas mais onze alunas se somaram ao grupo de trinta, perfazendo o total de quarenta e um jovens. Além disso, como poderemos ver nas citações de Silvia Aranha e Arlette Molinari (2013), permanecia neste grupo a vontade de se saírem melhores que o IE.

Eles tinham [os professores da ENCD]... eu acho que tinham esse objetivo de serem iguais ao Instituto de Educação. O grupo não podia ser inferior ao do Instituto de Educação. Eles tinham esse objetivo. E nós também tínhamos esse objetivo. De mostrar a eles que nós tínhamos nosso valor (ARANHA, 2013).

Nós também então achamos que íamos provar que éramos tão boas quanto elas ou melhores. Então essa era a nossa meta. (...) nós queríamos mostrar aos professores de lá que nós podíamos ser iguais a elas ou melhores, como eu disse antes. Então nós fazíamos assim: elas faziam uma guerrinha, nós fazíamos também (MOLINARI, 2013).

Voltando à escolha das escolas, as alunas da ENCD conquistaram o direito de serem misturadas às alunas do Instituto de Educação na lista final da colocação por melhores notas, segundo comentou Dyrce Montorfano Freire (2013). Ela também afirmou em entrevista que o resultado do somatório de pontos das discentes da ENCD havia superado as notas do tradicional Instituto ao final do processo.

Publicada em Diário Oficial em 29 de março de 1950, a lista de 405 professores formados trazia os 29 alunos da Escola Normal Carmela Dutra entre os 272 primeiros candidatos (Anexo XXIV). A única exceção entre as “carmelitas” era Elza Pereira, que teria ficado, segundo Dyrce Freire (2013), em provas de segunda época. Para as normalistas do subúrbio, aquele evento teria servido como resposta final aos três anos de desbravamento do curso de formação de normalistas de Madureira.

Acabamos com aquele privilégio do Instituto de Educação de emprego automático e vitalício até a aposentadoria. ...que era isso que eles não queriam, nem os professores... (...) Foi evoluindo a ideia. Crescendo o número de professoras formadas. E depois apareceram muito cursos particulares com normal. (...) Era um privilégio para elas. Elas entravam e tinham garantidas as suas vidas até a aposentadoria. (...) Aí abriu a primeira, quase sufocaram... se não fosse o nosso diretor e a nossa turma tínhamos sido sufocados. Abriram depois a segunda, a terceira, a quarta, a quinta... aí de repente, um político qualquer ou o próprio governador criou o que eu acho muito mais justo. Cada um ter o direito de entrar para a carreira após um concurso. Isso eu acho muito bom. Acho que foi o primeiro passo para nós chegarmos a isso. A Carmela Dutra foi o primeiro passo (ARANHA, 2013).

E assim, aferidos os resultados, a tal lista de alunos *ranqueados* pela pontuação adquirida ao longo do curso e nos exames finais, totalizou uma média levemente superior das “carmelitas”, frente às normalistas do Instituto de Educação¹⁶⁶.

Conforme apontou Freire (2013), havia mesmo a necessidade daquele primeiro grupo de desbravadores de se sair melhor nos resultados finais do que as alunas do Instituto.

Havia uma... havia sim! Havia sim! A gente queria... não queria ficar por baixo... não queria que acabasse a escola. Nós queríamos estudar para a escola ficar... continuar a escola. Por que a gente estava vendo que aquilo daqui a pouco ia acabar se a gente não conseguisse. Então quando a gente viu que o Instituto tinha muita gente atrás, não é?! Nós ficamos satisfeitas [risos] (FREIRE, 2013).

¹⁶⁶ Calculamos a média das alunas do IE dividindo o total das notas pela quantidade de professoras formadas. E da mesma forma realizamos a média das alunas da ENCD. Constatamos então o que Dyrce Montorfano Freire (2013) havia nos afirmado: o resultado final com uma leve vantagem de um dos grupos: IE – 3.025,96 pontos e ENCD – 3.039,00 pontos. A listagem da referida publicação encontra-se nas páginas 2627, 2628 e 2678 do DOU, 29 de março de 1950 (Anexo XXIV). Disponível em: www.jusbrasil.com.br. Acessado em 8 de janeiro de 2015.

“Eu sou a Carmelita! E você?”

A ex-aluna Dirce Montorfano Freire (2013) havia nos dito em entrevista que “não ligava” quando era chamada nas ruas de “Carmelita”, conforme já apontamos em uma citação anterior. Contudo, quando o tempo de sua entrevista conosco começou a se desdobrar, Freire mostrou-se mais à vontade para voltar ao seu passado e narrar suas memórias. Então, uma de suas lembranças revelou que as brincadeiras de adolescentes feitas nas ruas a caminho da escola, havia sim deixado suas marcas.

Uma delas foi trabalhar comigo lá na Escola Argentina. (...) Uma dessas que me chamavam de “carmelita” lá na Rua Caruarú [Bairro do Grajaú] chegou à Escola Argentina para trabalhar. Eu já era coordenadora [risos] das turmas especiais. Aí, não tinha vaga... e assim que alguém chegasse ia direto para essas turmas. Aí ela chegou... quando ela olhou para mim... eu olhei para ela... deu vontade de chamar e falar: “Eu sou a Carmelita! E você?” Então ela foi ser minha subordinada [risos] (FREIRE, 2013).

Para Michael Pollak (1992), as entrevistas em que os narradores de suas histórias pessoais voltam por diversas vezes aos mesmos pontos, revelam importantes acontecimentos que marcaram suas vidas. Conforme já apontamos, todos os ex-alunos da ENCD entrevistados iniciaram as suas falas ou passaram pelo mesmo assunto da relação conflituosa que tiveram com as alunas do IE por diversas vezes. Os eventos que marcaram as vidas dessas pessoas, também reconhecidos como o processo de *socialização*, portanto, ajudaram a construir as suas *identidades individuais*, bem como a *identidade coletiva* do grupo e da instituição que frequentavam. Nesse sentido, a historiadora Lucília Delgado nos aponta que:

O homem é um ser permanentemente em busca de si mesmo, de suas referências, de seus laços identificadores. (...) a construção de identidades é também uma dinâmica através da qual a identificação das similitudes e a afirmação das diferenças situam o ser humano em relação aos grupos sociais que o cercam (DELGADO, 2010, p. 51).

A *identidade*, conforme também apontou Claude Dubar (2005) é uma construção. O termo “carmelita”, assumindo o tom pejorativo expresso nas palavras das alunas do IE, caracterizou-se por ser uma *rotulagem* feita às alunas ENCD. Isto porque, ao passo que as professorandas do subúrbio “nem fazem parte da sociedade direito”¹⁶⁷, elas poderiam ser chamadas de *normalistas*, mas sim, de *normalistas do subúrbio*, ou simplesmente, “*carmelitas*”.

¹⁶⁷ Zilá Enéas, em entrevista para o Projeto *As normalistas chegam ao subúrbio*, no ano de 2013.

A fala de Dyrce Montorfano Freire (2013), ao relatar seu encontro com a ex-normalista do IE, parece revelar um momento de *incorporação* de uma ideia, ou ainda, como aponta Dubar (2005), o desenvolvimento de um processo de *incorporação ativa* da ideia de que elas formavam realmente um grupo diferenciado: as “carmelitas”.

O uso do termo “carmelita” – atualmente uma expressão comum e sem o menor tom jocoso ou pejorativo – pareceu ser, naquele momento, aceito como uma identificação pela própria aluna da Escola Normal Carmela Dutra. Observamos aí o que Dubar apontou ser um produto da “transação entre a identidade imposta pelo outro e a subcultura do grupo desviante” (2005, p. 138), ou ainda, uma identificação legítima “para o indivíduo e para o grupo a partir do qual ele define sua identidade para si” (idem, p. 139).

Respeitando esses argumentos sobre a identidade das *normalistas do subúrbio* e caminhando para concluir esse processo de *negociação identitária*, daqui em diante, ao nos referirmos a esses jovens da ENCD, não usaremos mais aspas para as *carmelitas*. Acreditamos, a essa altura de nosso estudo, que esse primeiro momento de inflexão foi essencial para a construção da identidade da primeira turma da Escola. Não apenas por que influenciou o uso da expressão *carmelita* até os dias de hoje, mas, também, por ter-se mostrado crucial para a construção da identidade da Escola Normal Carmela Dutra de forma distinta a do Instituto de Educação.

Em tempo, antes de completar o período de estudos, a primeira turma recebeu de uma das escolas que havia visitado na região do *sertão carioca* um presente para marcar a sua passagem pela ENCD (MOLINARI, 2013). A Escola Técnica Visconde de Mauá, do bairro de Marechal Hermes, que além de desenvolver cursos industriais, também se dedicava aos cursos ligados à agronomia¹⁶⁸, presenteou os trinta alunos com um grande mapa de bronze com retratos esmaltados de cada um ocupando todas as partes do país.

Conforme nos descreveu Sylvia Aranha (2013), agora, eles eram professores não apenas regionais, mas professores de todo o Brasil. Profissionais responsáveis por levar às próximas gerações os novos valores de uma sociedade em urbanização e industrialização. No desempenho de suas funções, os docentes usariam uma série de atributos que, embora pertinentes apenas às mulheres (CARVALHO, 2005; LOURO, 2002), contradiziam-se naqueles dois jovens que se formavam professores.

Assim, o lema da Escola Normal Carmela Dutra, desenvolvido na época pelo conjunto de alunos das três séries (MOLINARI, 2013), sob a orientação dos seus

¹⁶⁸ “Sobram legumes nos mercados!”. Jornal A Noite, 18 de novembro de 1943. Disponível em: www.hemerotecadigital.bn.br. Acessado dia 18 de dezembro de 2014.

professores continua, ainda nos dias atuais, estampado nas placas de entrada da escola e nos seus corredores: *Uma escola que forma e informa em forma de amor.*

4.3 – O crescimento da escola

Os anos seguintes foram de crescimento em quantidade de alunos da escola. No final de 1949, por ocasião do anúncio do concurso vencido pela aluna Sylvia Aranha (cf. Capítulo 3), uma foto tirada no pátio da ENCD nos mostra que de 30 alunos iniciais, a escola já havia passado dos cem.

À frente do pátio da escola, podemos ver alguns professores e o diretor, Francisco Martins Capistrano, de terno mais escuro. Destaca-se também o aluno Duílio Alves ao fundo, do lado esquerdo, em meio a grande quantidade de meninas das novas turmas da escola, como era de seu desejo (2013).



Imagem 39 – Pátio da ENCD/ Divulgação de resultado do concurso Jovens Embaixadores. Acervo de Sylvia Aranha.

Além do pátio exíguo, conforme anteriormente citado pela ex-aluna Arlette Molinari (2103), podemos ver que as alunas se apertavam para se colocar em forma, diante do diretor e dos professores para receber a notícia da aprovação de uma das alunas da escola no concurso dos jovens embaixadores (cf. Capítulo 2). A foto, juntando todos os alunos naquele espaço para dar uma notícia de vitória, além de demonstrar força, também

demonstrava o crescimento da escola, intenção compartilhada entre o corpo docente e discente da instituição. (MAUAD, 1996).

O uso dessa imagem também poderia querer demonstrar que o espaço da antiga Escola Ginásial Barão do Rio Branco já não era suficiente para as normalistas do subúrbio. Arlette Molinari (2013) sugeriu que durante todo tempo em que lá estudaram, especulava-se sobre a construção de uma sede nova e maior para a ENCD. Como já vimos, entretanto, isso só veio a acontecer de fato em 1967 (*cf.* Capítulo 2), por conta das obras na mesma Avenida Marechal Rangel, agora no número 491.

No gráfico abaixo, podemos ver o crescimento da escola em seu quantitativo total de alunos em cada ano - de 1947 até 1953 - de acordo com o que conseguimos inferir das fichas escolares que pesquisamos no acervo do IECD durante dois anos. Vale ressaltar o que Luciano Faria Filho (1998) apontou ser interesse em guardar como arquivo, pois, com a exceção dessas fichas que comprovam o crescimento do alunado, nenhum outro documento de memória encontra-se satisfatoriamente em condições de consulta.

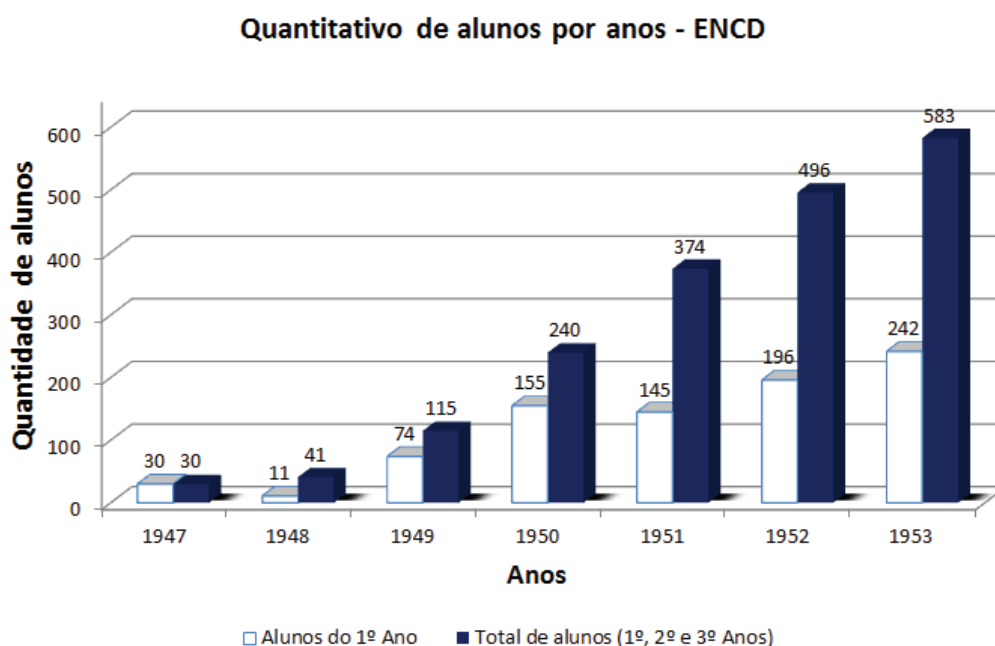


Imagem 40 – Quantitativo de alunos com base nas inscrições para ENCD nos anos de 1947 – 1953.
Gráfico criado com base nos números pesquisados no Acervo do IECD.

Em 1949, foram criadas duas turmas de 37 alunas, totalizando 74 novas *carmelitas*. Um crescimento de aproximadamente 600% em comparação a turma de 11 alunas que adentrou o curso no ano anterior. Embora acreditemos que tais informações demonstrem o

que a revista *Fon-Fon*¹⁶⁹ destacou ser um empenho da Secretaria de Educação e Cultura em manter a escola, podemos perceber no gráfico que o quantitativo de alunos seguiu em crescimento durante todo período. Assim, se considerarmos o cálculo de todo somente nos anos de 1947 e 1953, podemos perceber um aumento de 30 para 583 alunas no total frequentavam a ENCD ao mesmo tempo, isto é, mais um crescimento de mais de 1.800%.

Década de 1950: anos de inflexão

Contudo, nos anos posteriores à formação da primeira turma ocorreu uma grande mudança no perfil de alunas da Escola Normal Carmela Dutra. Segundo Dyrce Freire (2013), a escola teve o seu nível de qualidade reduzido depois que passou a receber as alunas da escola incorporada a ENCD, o Ginásio Barão do Rio Branco, realizando assim, o mesmo procedimento que o Instituto de Educação, que também recebia alunos de seu curso Ginásial.

Em janeiro de 1950, o Prefeito Mendes de Moraes assinou o decreto nº 10.161¹⁷⁰, que conferia a ele próprio o poder de estabelecer o quantitativo de vagas no curso normalista do IE e da ENCD. O decreto mostrava relação com o início da prática de receber alunas formadas do Ginásio Barão do Rio Branco, mediante a prova de habilitação para curso normal, pois, as vagas que sobravam entre um curso e outro eram postas em disputa em um concurso externo para alunas oriundas de quaisquer escolas ginásiais.

A diferença essencial desse novo período é que ao receber as alunas do Ginásial de Madureira, a ENCD começava a atender prioritariamente os moradores das adjacências do bairro suburbano. Considerando que o Decreto-Lei 4.244, de 9 de abril de 1942¹⁷¹ (Lei orgânica do Ensino Secundário), preconizava o ensino ginásial em quatro anos, uma menina que ingressava no curso ginásial do Barão do Rio Branco com idade de onze anos, conclui este curso e ingressava na escola normal em torno dos quinze anos. Com essa idade, de modo geral, acreditamos ser difícil uma família do Centro da Cidade, da Tijuca e da zona sul, tomar trens, bondes ou ônibus públicos para trazer suas filhas até Madureira diariamente. Mais difícil ainda seria considerar que, naquela época, uma jovem dessa idade fizesse esse trajeto sozinha.

¹⁶⁹ Revista Fon-Fon, 31 de dezembro de 1949. Disponível em: www.hemerotecadigital.bn.br. Acessado dia 9 de novembro de 2014.

¹⁷⁰ DOU, decreto nº 10.161, de 31 de janeiro de 1950, Seção II, Capital Federal. Disponível em: www.jusbrasil.com.br. Acessado em 8 de janeiro de 2015.

¹⁷¹ Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/>. Acessado em 8 de janeiro de 2015.

Vale ressaltar que encontramos em fichas de alunas inscritas entre 1950 e 1953 famílias que se declararam residentes em bairros como Vila Isabel, Tijuca e Grajaú e até Botafogo, mas esses casos compreendiam exceções ao grupo geral que pesquisamos. Além disso, muitas dessas famílias adentravam a ENCD fazendo o concurso direto para as vagas do curso normal, sendo o quantitativo de vagas, de acordo com o que apontamos, arbitrada pelo Prefeito Mendes de Moraes.

Tal procedimento de receber alunas de seu próprio curso ginásial começava a ser estabelecida tendo o IE como modelo, assim como manter uma escola primária para a prática de ensino das futuras professoras do curso normal. Mais tarde, descobriremos que essa relação de serviços das duas escolas vai contribuir como um importante argumento usado para que ENCD se torne uma escola independente do Instituto de Educação.

Em nossas pesquisas no acervo do IECD, levantamos o perfil das novas alunas dos anos de 1950 a 1953, e constatamos uma diferença muito interessante com relação às alunas das primeiras turmas. Enquanto a turma de 1947 apresentava a média de idade de quase 20 anos, a turma de 1952 apresentou a média de 17,5 anos¹⁷².

Mas as mudanças de perfil não estavam relacionadas somente à idade. Nos anos de 1947, 1948 e 1949, nenhuma aluna do Ginásial Barão do Rio Branco havia sido admitida no curso normal da ENCD. Nestes primeiros três anos, prevaleceu o concurso com o quantitativo total de vagas destinadas à ampla concorrência externa. No entanto, no ano de 1950, através de uma prova que media as suas capacidades, apareceram entre as matriculadas no curso normal uma série de alunas marcadas com a letra “G”. Tratava-se de alunas vindas do próprio Ginásial, perfazendo o quantitativo de 60% apenas em 1950.

Outro dado interessante é que, segundo as amostragens que fizemos das turmas dos demais anos¹⁷³, enquanto o percentual de alunas vindas do Colégio Pedro II em 1947 era de 23% e no ano de 1948 chegou a 36%, já no ano de 1953, o percentual de alunos vindos do prestigioso colégio do bairro de São Cristóvão caiu para 3%.

Em 1951, não havia qualquer ex-aluna do Pedro II e o percentual de alunas aproveitadas do Ginásial Barão do Rio Branco passara para 57%, seguido de 86% em 1952 e 80% no último ano de nossa série.

¹⁷² Média aritmética simples: somatório das idades, dividido pelo quantitativo de alunas.

¹⁷³ Nosso levantamento do perfil sociocultural das turmas de 1951 a 1953 no acervo do IECD aconteceu por amostragem. Em turmas de 33 alunos, em média, retiramos 6 de cada turma para análise. Em dois casos, por falta de informação em suas fichas, as análises foram realizadas em 5 alunos por turma.

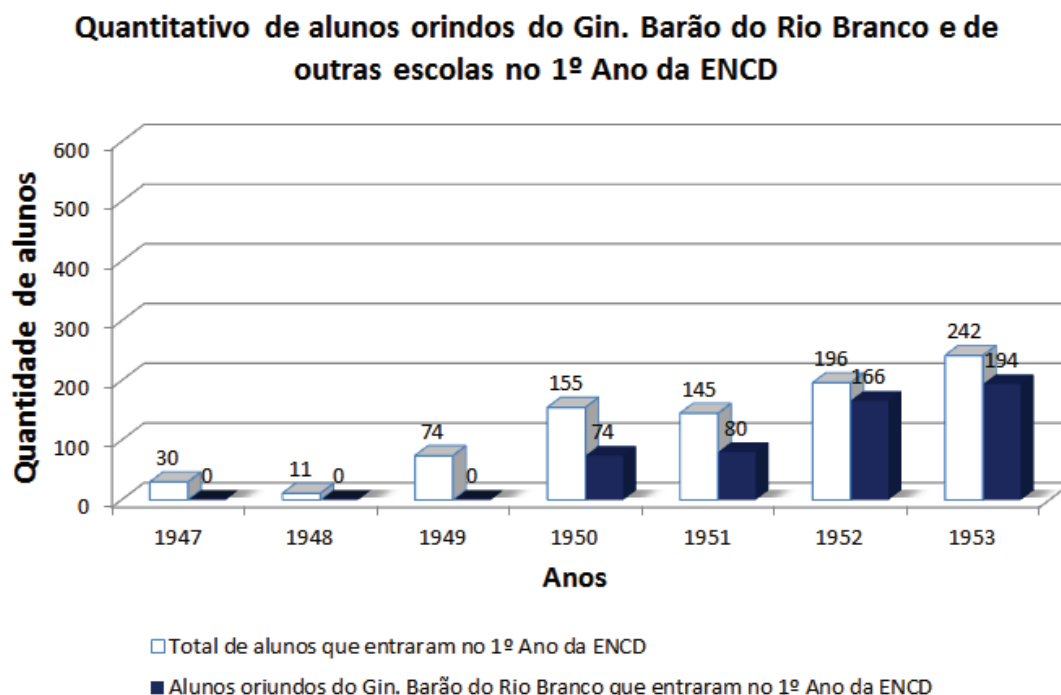


Imagem 41 – Quantitativo de alunos oriundos do Ginásial Barão do Rio Branco, de 1947 – 1953. Gráfico criado com base nos números pesquisados no Acervo do IECD¹⁷⁴.

A mudança mais interessante, portanto, foi notar que o quantitativo de alunas da escola era de jovens da própria unidade, isto é, jovens que concluíam o ginásial de Madureira, sendo aproveitados agora para o curso normal. Assim, podemos dizer que, apenas a partir de 1950, a previsão de formar jovens da localidade, sem que elas tivessem a “necessidade de se locomover daquela para zona urbana”¹⁷⁵ para buscar melhoria em sua vida, realmente aconteceu. Essa transformação encaixa-se exatamente na afirmação descrita por Pierre Bourdieu em *Os excluídos do interior* (1990), quando o autor aponta que as políticas de escolarização atingiram esses grupos sociais em massa na década de 1950.

Em 1950, portanto, a Escola Normal Carmela Dutra conseguia cumprir o que o Decreto nº 9.529 de 28 de dezembro de 1948¹⁷⁶ regulamentava sobre o ensino normal no Distrito Federal: a ENCD contava com um curso Ginásial e Primário, anexado através da incorporação da Escola Barão do Rio Branco e do Jardim de Infância Cardeal

¹⁷⁴ Dentre as turmas de 1950 a 1953, apenas as turmas de 1953 não usaram o código “G” para informar quais eram os alunos oriundos do Gin. Barão do Rio Branco. Desta forma, decidimos operar por amostragem, retirando para análise 6 alunos de cada turma e aferindo a sua procedência. Neste caso, chegamos ao número proporcional de 194 alunos frente ao quantitativo total de 242.

¹⁷⁵ DOU, 12 de abril de 1947, p. 2200. Disponível em: www.jusbrasil.com.br. Acessado em 8 de janeiro de 2015.

¹⁷⁶ Disponível em: www.jusbrasil.com.br. Acessado em 8 de janeiro de 2015.

Arcoverde¹⁷⁷. Então, o IE e a ENCD, regulamentadas pelo referido decreto, e realizando os mesmos tipos de concurso de admissão aos seus cursos, ofereciam respectivamente:

CAPÍTULO III DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO

Artigo 3º — O Instituto de Educação que funcionará sob o regime de Externato, limitado ao sexo feminino, manterá:

- I) Curso Ginásial;
- II) Curso de formação de professor primário
- III) Cursos de especialização do magistério primário e de habilitação de administração escolares do grau primário;
- IV) Escola Primária;
- V) Jardim de Infância.

CAPÍTULO IV DA ESCOLA NORMAL CAMELA DUTRA

Artigo 4º — A Escola Normal Carmela Dutra, que funcionará sob o regime de externato, limitado ao sexo feminino, manterá:

- I) Curso ginásial;
- II) Curso de formação do professor primário;
- III) Escola primária;
- IV) Jardim de Infância.

(Decreto nº 9.529 de 28 de dezembro de 1948. Regulamenta o Ensino Normal no Distrito Federal¹⁷⁸).

O ano de 1950, momento em que o concurso para admissão ao ensino normal da ENCD começava a priorizar os alunos formados em Madureira, trouxe também um novo e interessante item aos seus editais. No trabalho de pesquisa que realizamos durante meses no acervo do Instituto de Educação, esbarramos com uma série de documentos fascinantes, mas nos últimos dias que estivemos por lá encontramos um que dizia:

Nós abaixo assinados Professores do Distrito Federal, atestamos que conhecemos a candidata Anacirema (...), residente a rua (...), solteira, não tem nenhuma nota que desabone a sua conduta indispensável à situação de candidata a Escola Normal Carmela Dutra (SIC), 1950. (Atestado de bom comportamento social, Acervo do IECD).

O “atestado de bom comportamento social” foi introduzido a partir de 1950 como documento obrigatório a ser encaminhado pelos pais das alunas no momento da inscrição

¹⁷⁷ DOU, 2 de março de 1950, p. 1768. O Jardim de Infância Cardeal Arcoverde funcionava na Rua Agostino Barbalho, sem número, Madureira, cerca de 700 metros da sede da ENCD. Disponível em: www.jusbrasil.com.br. Acessado em 8 de janeiro de 2015.

¹⁷⁸ Disponível em: www.jusbrasil.com.br. Acessado em 8 de janeiro de 2015

na ENCD, de acordo com o que apuramos no Diário Oficial da União¹⁷⁹. Tratava-se da reedição de uma documentação exigida no século XIX para o ingresso na Escola Normal da Corte: o atestado de boa morigeração (TANURI, 2000). Acreditamos, pois, ser este mais um indício de mudança de perfil dos alunos que passaram a frequentar o curso de normalistas de Madureira, pois nos mesmo ano, como já apontamos, a escola passou a dar prioridade às alunas formadas nas dependências da própria escola – o Ginásio Barão do Rio Branco.

Com o crescimento da *Escola dos Subúrbios*, notamos pelos jornais que alguns parlamentares oriundos também das regiões rurais e do *sertão carioca* puseram-se a apoiar a ENCD. O vereador Índio do Brasil, por exemplo, ao relatar o grande o evento realizado em comemoração ao 7 de setembro de 1951, destacou a presença dos “garbosos cadetes da Escola de Guerra e da Escola Naval, bem como os alunos do Colégio Pedro II”¹⁸⁰. Observou, ainda, a presença das jovens do Instituto de Educação, mas surpreendeu-se e protestou por não haver notado a presença de nenhuma aluna da Escola Normal Carmela Dutra.

Segundo o vereador, ao pedir esclarecimentos sobre o ocorrido à diretora da ENCD, Sra. Josefina de Castro e Silva Gaudêncio (1951 – 1952), esta o informou de que a escola não fora convidada a participar do evento. O parlamentar apresentou então os seus protestos à Câmara, sob o argumento de que a Escola Normal Carmela Dutra estava em igualdade de condições com o Instituto de Educação.

Índio do Brasil, como poderemos ver um pouco mais adiante, era morador de Jacarepaguá, sendo Madureira sua rota obrigatória para chegar à Câmara dos Vereadores, uma vez que a Estada Grajaú-Jacarepaguá ainda não existia.

Revolta Azul e Branco

Também em 1950, um requerimento foi apresentado à Câmara dos Vereadores¹⁸¹ objetivando aproveitar as alunas normalistas de escolas particulares no serviço público, sob alegação de que o somatório de formandas do IE e da ENCD não chegava a 50% da necessidade do Distrito Federal. À frente dessa ideia, os vereadores índio do Brasil (PR) e

¹⁷⁹ “Inscrições para os exames de admissão à Primeira série do curso normal”. DOU, 25 de janeiro de 1950. Edital nº 6, p. 727. Disponível em: www.jusbrasil.com.br. Acessado em 8 de janeiro de 2015.

¹⁸⁰ DOU, 31 de janeiro de 1950, seção II. Disponível em: www.jusbrasil.com.br. Acessado em 8 de janeiro de 2015.

¹⁸¹ Requerimento nº 965 de 1951. “Requerendo o aproveitamento das professoras formadas pelos Cursos Normais Particulares”. DOU, 27 de setembro de 1951. Pp. 2485 – 2486. Disponível em: www.hemerotecadigital.bn.br. Acessado dia 5 de janeiro de 2015.

Gladstone Chaves de Melo (UDN) argumentavam sobre a evidente carência de professores. Além disso, Gladstone apontava que todos os brasileiros tinham direito a entrar no funcionalismo público¹⁸². Em síntese, as alunas das Escolas Normais Particulares deveriam ser aproveitadas, mediante concurso, para as vagas excedentes nos anos de sua formatura. Isto é, após as novas professoras das Escolas Oficiais IE e ENCD¹⁸³ escolherem os seus locais de ensino, as vagas que restassem deveriam ser disputadas pelas alunas formadas nos cursos privados.

Segundo o jornal *Correio da Manhã*, o caso havia sido iniciado por uma comissão de alunas de vários colégios particulares de formação de professoras que, no início do mês de setembro, levaram à redação do periódico a situação de falta de professoras na rede pública e o não aproveitamento de seus cursos para cobrir esse déficit. O argumento central, segundo as jovens era de que:

O curso normal regular foi criado na administração passada, em 1948, e limitado aos colégios que possuíam instalações adequadas para que fossem ministrados ensinamentos idênticos aos do Instituto de Educação e a Escola Normal Carmela Dutra, com fiscalização de professores e médicos daquele instituto e registro de fichas em sua secretaria. Tanto existe correlação entre esses cursos que, nesta capital, somente o curso Normal tem fiscalização subordinada ao Ensino Municipal, porquanto os demais cursos de Ginásio e Colégio são fiscalizados pelo Ministério da Educação (CORREIO DA MANHÃ, 4 de setembro de 1951, p.4)¹⁸⁴.

E o jornal ainda concluía o argumento das jovens da seguinte forma: “De fato, se fizeram um curso equivalente ao ministrado na Escola Normal Carmela Dutra, devidamente fiscalizado, não há como negar-lhes cabimento às pretensões”¹⁸⁵.

O Projeto de Lei nº. 431, do vereador Gladstone Melo gerou uma resposta imediata das alunas do Instituto de Educação. Essa proposta, da mesma forma que a criação da Escola dos Subúrbios em 1946, afetava diretamente a exclusividade do IE no fornecimento de professoras do Distrito Federal, bem como agora também afetava a ENCD.

Apelidado pelos jornais *Correio da Manhã* e *Tribuna da Imprensa*¹⁸⁶ como *Revolta Azul e Branco*, o movimento das normalistas desta vez não se defendia contra um ataque a

¹⁸² Revista A Ordem, Janeiro a julho de 1952. pp. 53 -59. Disponível em: www.hemerotecadigital.bn.br. Acessado em 26 de dezembro de 2014.

¹⁸³ DOU, 27 de setembro de 1951, páginas 2.485-2.486. Disponível em: www.jusbrasil.com.br. Acessado em 8 de janeiro de 2015.

¹⁸⁴ Disponível em: www.hemerotecadigital.bn.br. Acessado dia 5 de janeiro de 2015.

¹⁸⁵ Correio da Manhã, 4 de setembro de 1951, página 4. Disponível em: www.hemerotecadigital.bn.br. Acessado dia 5 de janeiro de 2015.

sua *identidade*, mas a um direito instituído (DUBET, 2006) que julgavam haver conquistado como alunas dos cursos oficiais de formação de professoras normalistas. Diante de uma proposta que retirava a exclusividade do IE de fornecer professores para as escolas primárias do Distrito Federal, os jornais noticiaram que as alunas da Escola Normal Carmela Dutra¹⁸⁷, ao contrário do que comentou a ex-aluna Sylvia Aranha (2013), também se uniram ao movimento que visava conservar a exclusividade do IE e suas escolas.

Em outubro do mesmo ano, o *Correio da Manhã*, jornal que recebera a proposta das escolas particulares, destacava que:

Populariza-se e conquista simpatias, a chamada revolta azul e branco, que é o movimento das alunas do Instituto de Educação e da Escola Normal Carmela Dutra, instituições oficiais para a formação de professoras, contra o projeto que as coloca no mesmo nível dos colégios particulares (CORREIO DA MANHÃ, 2 de outubro de 1951, p.4)¹⁸⁸.

A Revista *A Ordem*, repetindo a expressão *Revolta Azul e Branco*, relatava a experiência de seu jornalista diante dos protestos nas normalistas:

Ora, com absoluta falta de lógica, as risonhas mocinhas do Instituto de Educação vem defender, diante do repórter e do fotógrafo, um direito que o projeto assegura numa extensão que chego a achar excessiva. Não está ali escrito, em bom português, que as normalistas do Instituto de Educação terão garantidas as suas nomeações com indiscutível prioridade? Não está claramente estipulado que ficam para as alunas dos colégios particulares os restos? Qual é então o detrimento que, aos olhos dos jornalistas pressurosos e das normalistas excitadas, vem manchar a pureza do Azul e Branco? (A ORDEM, Janeiro a Julho de 1952, V. XLVII, n. 1. p. 57)¹⁸⁹.

A revista também transcreveu parte de um artigo publicado no jornal *Tribuna da Imprensa* de autoria de do escritor e pensador católico Gustavo Corção, que dizia:

Dizem as normalistas que as escolas particulares ensinam mal. Admitindo que isto seja verdade, as suas alunas terão a triste comprovação desse mau ensino no dia do concurso. Queixam-se também as normalistas que as escolas particulares têm horários mais folgados. Admitindo que isto seja verdade, de duas uma: ou essa folga redunde em mau ensino, e recaímos no caso anterior, ou, ao contrário, resulta num ensino tão bom como o do Instituto, e nesse caso essa folga maior será prova de melhor rendimento. (TRIBUNA DA IMPRENSA, 5 de outubro de 1951 *apud* A ORDEM, Janeiro a Julho de 1952, V. XLVII, n. 1. p. 57)¹⁹⁰.

¹⁸⁶ Jornal Correio da Manhã, 27 de outubro de 1951, página 1; jornal Tribuna Popular *apud* Revista A Ordem, Janeiro a Julho de 1952, V. XLVII, n. 1. Disponível em: www.hemerotecadigital.bn.br. Acessado em 26 de dezembro de 2014.

¹⁸⁷ Idem.

¹⁸⁸ Disponível em: www.hemerotecadigital.bn.br. Acessado dia 5 de janeiro de 2015.

¹⁸⁹ Disponível em: www.hemerotecadigital.bn.br. Acessado em 26 de dezembro de 2014.

¹⁹⁰ Disponível em: www.hemerotecadigital.bn.br. Acessado em 26 de dezembro de 2014.

O Vereador Gladstone Chaves de Melo apresentou ao Jornal *Diário de Notícias* (artigo também reproduzido pela revista *A Ordem*) argumentos para a sua proposta de lei as seguintes considerações:

Considerando que nada justifica o monopólio do ensino normal até há pouco mantido pela Prefeitura do Distrito Federal;
Considerando que tal monopólio já começou a ser abalado com a instituição do ensino normal particular, que, no entanto, só habilita para o magistério primário, também particular;
Considerando que é onerosíssimo para a P.D.F. o ensino normal oficial, o que desaconselha a sua extensão, pela criação de novos estabelecimentos;
Considerando que o concurso ainda é entre nós o meio menos imperfeito de apurar capacidades;
Considerando que assegurar às normalistas pelos estabelecimentos particulares o direito de acesso aos cargos do magistério primário oficial é estimular os colégios que, não raro vencendo pesadas dificuldades, instituíram o ensino normal;
Considerando que a instituição do concurso para prover às vagas excedentes no ensino primário da P. D. F. não ilude a expectativa de direito das normalistas do Instituto de Educação ou da Escola Normal Carmela Dutra; (A ORDEM, Janeiro a Julho de 1952, V. XLVII, n. 1. p. 53)¹⁹¹.

A proposta de Gladstone acabou não avançando dentro da Câmara dos Vereadores. Em 27 de outubro de 1951, o *Correio da Manhã* apontava o desfecho desse evento na primeira página em duas manchetes: “As normalistas saíram vitoriosas da Câmara Municipal” e “Vitória da Revolta Azul e Branco”¹⁹². De acordo com o periódico, alunas vestidas de normalistas, “entupindo as galerias”¹⁹³, coagiram os vereadores que se dirigiam para a sessão, enquanto que a vereadora e ex-aluna do IE, Lygia Lessa Bastos, acrescentava-se àquela forma de pressionar o parlamento dizendo: “estar-se decidindo naquele momento a sorte do Ensino no Distrito Federal”¹⁹⁴.

Assim, sob o argumento de manter a qualidade da formação e do atendimento às escolas públicas, a proposta foi rejeitada. Apenas em 1968, segundo Sonia Lopes (2013), quando o Distrito Federal já havia se transformado em Estado da Guanabara, um projeto com o mesmo conteúdo acabaria com o privilégio das normalistas das escolas oficiais de ascender automaticamente ao funcionalismo público, ao estabelecer concursos abertos aos egressos de todas as escolas normais – públicas e privadas - para o provimento de cargos de professores primários do Estado.

¹⁹¹ Disponível em: www.hemerotecadigital.bn.br. Acessado em 26 de dezembro de 2014.

¹⁹² *Correio da Manhã*, 27 de outubro de 1951, página 1. Disponível em: www.hemerotecadigital.bn.br. Acessado dia 5 de janeiro de 2015.

¹⁹³ Idem.

¹⁹⁴ Ibidem.

Aumento do quantitativo de alunas x qualidade de formação

De acordo com o estudo de Sonia Lopes (2013) sobre a formação de professores primários nos anos 1950, ao pesquisarmos sobre os “anos dourados” do Instituto de Educação, normalmente nos deparamos com a visão cristalizada de que essa foi a fase áurea da instituição. No entanto, a pesquisadora aponta a opinião de pessoas ligadas ao Instituto de Educação de que o princípio desta década foi marcado por uma crise em que o IE começava a democratizar o seu curso e, talvez em razão disso, a qualidade do mesmo estivesse ameaçada. Nas palavras do diretor de IE nos anos 1950: “O Instituto, dada a superlotação verificada, está sendo naturalmente menos eficiente e é possível que, em virtude disso, tenha decaído no conceito geral (BRITO, 1956, p. 37 *apud* LOPES, 2013).

Sucessivamente, entre os anos de 1948 e 1958, segundo trabalho de Lopes (2013), a imposição de aumento do número de vagas no Instituto, a transformação de várias salas antes destinadas a laboratórios e atividades de pesquisa em salas de aulas comuns, a degradação do espaço físico e a introdução de sistemas de recuperação paralela¹⁹⁵, concorreram para que houvesse sérias alterações no curso tijucano.

Segundo a autora, no ano de 1948 o IE formou 216 novas professoras. Dez anos depois, esse quantitativo chegou a aproximadamente 1.000 normalistas formadas, verificando-se um aumento de 363% no período (LOPES, 2013).

Na Escola Normal Carmela Dutra, submetida ao IE, verificamos, dentro do escopo de nosso estudo, uma variação ainda maior. Entre 1946 e 1953, o crescimento no quantitativo de alunos que frequentavam a escola foi de aproximadamente 1.800%, isto é, de 30 alunos matriculados em 1947 atingiu-se a cifra de 583 estudantes em 1953.

Todas essas jovens formandas realizavam a colação de grau no Teatro Municipal do Distrito Federal, o que, segundo acreditamos, levou a Prefeitura a tomar uma atitude proibitiva em relação a essas comemorações. Em 15 de dezembro de 1951, o prefeito João Carlos Vital sancionou a Lei nº 678 que proibia tais eventos no Teatro¹⁹⁶, sugerindo que as próximas formaturas deveriam ser realizadas nos auditórios das próprias escolas.

¹⁹⁵ Segundo Sonia Lopes, “Entre 1952 e 1954, foi realizada pela primeira vez a experiência de recuperação, devido à necessidade de suprir carências de formação de alunas que haviam sido admitidas mediante mandado de segurança, a despeito da baixa classificação no concurso” (2013, p. 336).

¹⁹⁶ DOU, 17 de dezembro de 1951, seção II. Disponível em: www.jusbrasil.com.br. Acessado em 8 de janeiro de 2015.

4.4 – ENCD: Autonomia ou extinção

Em conformidade com o que descrevemos no prólogo de nosso trabalho, usaremos o conceito de autonomia em sentido formal. Neste caso, o termo reflete o significado de *por si mesmo, o mesmo* ou *ele mesmo*, somando também as ideias de *instituição, lei, convenção, norma* ou *uso*. Esse esclarecimento se faz necessário por causa das discussões políticas sobre *centralização* ou *descentralização* do ensino nos anos 1950. Um processo cuja discussão desenvolveu-se essencialmente no interior do campo político, onde emergem nomes de algumas personalidades que, de uma forma ou de outra, já foram citados neste trabalho.

Madureira como rota para o poder

A estrada Grajaú-Jacarepaguá (Estrada Menezes Cortes) foi inaugurada apenas nos anos 1950¹⁹⁷, sendo a viagem até Campinho/Madureira o trajeto obrigatório para quem quisesse sair da região de Jacarepaguá para o Centro da Cidade. O vereador Índio do Brasil (Partido Republicano), que citamos anteriormente quando protestou pela ausência das carmelitas no desfile de 7 de setembro de 1951¹⁹⁸, era um ilustre morador da região de Jacarepaguá¹⁹⁹. Assim, como seu caminho naturalmente o levava diariamente a Madureira, o bairro tornou-se de interesse do político. Em nossas pesquisas, apuramos a sua atuação junto ao subúrbio carioca, com a construção de viadutos²⁰⁰, a expansão de programas de saúde²⁰¹ e de educação, como no caso das normalistas de escolas particulares.

Aliás, diante deste projeto, envolve-se novamente o nome da vereadora Lygia Maria Lessa Bastos. Segundo o Diário Oficial, de 27 de setembro de 1951²⁰², Lygia foi a responsável pela lei que autorizava as alunas dos últimos anos de formação do IE a trabalhar como professoras em caráter transitório. O trecho abaixo foi levado para discussão na Câmara dos Vereadores, justificando o não aproveitamento das jovens de

¹⁹⁷ Disponível em http://portalgeo.rio.rj.gov.br/armazenzinho/web/BairrosCariocas/main_bairro.asp?area=115. Acessado em 9 de janeiro de 2015.

¹⁹⁸ DOU, 31 de janeiro de 1950, seção II. Disponível em: www.jusbrasil.com.br. Acessado em 8 de janeiro de 2015.

¹⁹⁹ Jornal Correio da Manhã, 11 de março de 1954. Disponível em: www.hemerotecadigital.bn.br. Acessado dia 9 de janeiro de 2015.

²⁰⁰ Jornal Correio da Manhã, 2 de abril de 1952. Disponível em: www.hemerotecadigital.bn.br. Acessado dia 9 de janeiro de 2015.

²⁰¹ Jornal do Brasil, 6 de setembro de 1951. Disponível em: www.hemerotecadigital.bn.br. Acessado dia 9 de janeiro de 2015.

²⁰² Página 2485. Disponível em: www.jusbrasil.com.br. Acessado em 8 de janeiro de 2015

escolas particulares por considerar que já havia uma lei a garantir o quantitativo de professoras suficientes para as escolas primárias.

Lei nº 64 (...) Sempre que não houver professores em número suficiente para a regência de classes nos estabelecimentos de ensino primário, poderão, em caráter transitório, ser designado e; para regerem classes vagas alunas que estejam cursando as duas últimas series dos cursos de formação de professores primários, mantidos pela Prefeitura do Distrito Federal (DOU, 27 de setembro de 1951, p. 2485)²⁰³.

Outra figura que volta à cena é Getúlio Vargas, eleito democraticamente para um mandato de quatro anos em 1951²⁰⁴. No novo jogo de indicações para cargos políticos, o Engenheiro João Carlos Vital foi indicado para a Prefeitura do Distrito Federal (1951 – 1952). Por sua vez, Vital apontou como secretário de educação e cultura o ex-diretor do Instituto de Educação, Professor Mário de Brito. Entre 1952 e 1954, no entanto, com novas indicações para cargos políticos feitos pelo Presidente, assumiu o a prefeitura do Distrito Federal o Coronel Dulcídio Cardoso, que teve como secretário de educação e cultura o Professor Roberto Accioli²⁰⁵.

Entre o grupo de educadores e pensadores que destacamos nos anos 1930, Alceu Amoroso Lima, articulador de um ensino tradicionalista religioso, nos anos 1930 e 1940, tal como propugnava a falecida Dona Santinha Dutra, vivia nos Estados Unidos como diretor do Departamento Cultural da União Panamericana da Organização dos Estados Americanos, segundo o escritor Jamil Cury (2010). Lourenço Filho deixou a direção do INEP em 1946 e continuou atuando como professor e escritor em temas relacionados à educação, enquanto Fernando de Azevedo fundou em 1951 e dirigiu por quinze anos a Companhia Editora Nacional. Anísio Teixeira, por sua vez, ao voltar de sua experiência como secretário de educação na Bahia, assumiu a CAPES e o INEP nos anos 1950²⁰⁶.

Julgamos essencial relatar a atuação desses personagens em razão do que escreveu a historiadora Ângela de Castro Gomes (2002) acerca dos anos de 1950-60. Segundo Gomes, nessas décadas, os educadores continuaram a defender a escola pública em todo país, diante da acusação de ineficiência, feita pelos setores privados que ansiavam por investimentos do Estado em suas iniciativas. Em seu entender, nessa época, “chama a atenção a luta dos educadores vinculados à tradição dos pioneiros contra a centralização, a

²⁰³ Disponível em: www.jusbrasil.com.br. Acessado em 8 de janeiro de 2015.

²⁰⁴ Getúlio Vargas não cumpriu completamente seu mandato por conta de sua morte em 24 de agosto de 1954. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/>. Acessado dia 12 de janeiro de 2015.

²⁰⁵ Ver <http://cpdoc.fgv.br/>. Acessado dia 12 de janeiro de 2015.

²⁰⁶ Idem.

burocratização e uniformização que haviam tomado conta do campo da educação” (GOMES, 2002, p. 425).

Centralização e descentralização

De acordo com Gomes (2002), Anísio Teixeira acreditava que a pesquisa na área de educação seria fomentada a partir da ideia de descentralização e democracia. Isto faria com que a escola deixasse de ser uma instituição uniforme, para que ganhassem espaço os currículos, as práticas e as orientações regionais. Ao descrever o pensamento de Teixeira, Gomes apontou que “uma sociedade democrática deveria evitar estruturas educacionais gigantescas e padronizadas, e buscar a diferenciação e a flexibilidade em nome da qualidade e da eficiência” (2002, p. 426).

Assim, os debates que envolviam os conceitos de *centralização*, *descentralização* e *autonomia* do ensino alcançaram os jornais em meio a cobranças pelo estabelecimento de uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação, cuja tramitação no Congresso Nacional perdurou por toda a década de 1950, sendo promulgada apenas em 20 de dezembro 1961 (BRASIL, 1961)²⁰⁷.

Mas antes disso, em 1952, a Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados Federais chamou Anísio Teixeira, Lourenço Filho e Fernando de Azevedo para expor as suas opiniões sobre a pretensão da casa de aprovar a primeira versão da LDB²⁰⁸. Para Ângela de Castro Gomes, neste momento, “reeditava-se, em outro contexto e com novos significados, um dos enfrentamentos dos anos 1930: centralização *versus* descentralização do ensino” (2002, p. 427).

Embora fosse clara a hierarquização dos níveis de Poder, autoridades municipais do Distrito Federal também se colocavam diante das discussões sobre as reformas no ensino. Conforme apontamos anteriormente, durante a gestão do prefeito João Carlos Vital (1951 – 1952), o diretor do Instituto de Educação Mário de Brito foi chamado a assumir o cargo de secretário de educação e cultura²⁰⁹. Brito demonstrou ter forte inserção política, uma vez que mantinha voz ativa também no legislativo, onde defendia suas opiniões e interesses de conservação do curso normal tijucano através dos pronunciamentos de Lygia Lessa Bastos,

²⁰⁷ Disponível em: <http://wwwp.fc.unesp.br/~lizanata/LDB%204024-61.pdf>. Acessado dia 12 de janeiro de 2015.

²⁰⁸ Diário de Notícias, 5 de julho de 1952, página 4. Disponível em: www.hemerotecadigital.bn.br. Acessado dia 5 de janeiro de 2015.

²⁰⁹ Diário de Notícias, 27 de abril de 1951, página 7. Disponível em: www.hemerotecadigital.bn.br. Acessado dia 12 de janeiro de 2015.

na Câmara dos Vereadores²¹⁰. Ao deixar o cargo em dezembro de 1952, entretanto, Brito realizou uma problemática declaração no jornal *Diário de Notícias* sobre o ambiente de discussão educacional:

Muito tem se falado, ultimamente, na necessidade de expandir o Instituto de Educação desta cidade, ou de fundar uma ou mais escolas normais, que seriam localizadas neste ou naquele subúrbio. Ou ainda, de adotar, simultaneamente as duas providências, tudo tendo em vista a necessidade crescente de formar professoras do primeiro grau. (...) Quanto à Escola Normal Carmela Dutra, estava prevista a sua extinção gradual, mediante a assimilação progressiva de cima para baixo, de suas alunas do curso normal, no curso equivalente da seção do Instituto de Educação da Rua Mariz e Barros. (...) unificando os dois cursos normais existentes ao invés de multiplica-los. Justificava-o um fator ponderável, de que não se fala nas novas conjecturas, e é a inevitável rivalidade, baseada no sentimento bairrista, ligado à localização, dos dois ou mais cursos, que faz de um (ou mais) deles “suburbano”, em relação do outro, e leva os professores a serem benevolentes, para compensar o sentimento de inferioridade, que se apossa das alunas, e até mesmo, igualmente, dos professores (BRITO, Mário de. *Diário de Notícias*, 5 de agosto de 1953, p. 2)²¹¹.

Exonerado do cargo em dezembro de 1952, Mário de Brito assistiu o novo prefeito, o Coronel Dulcídio Cardoso – que tinha como novo secretário de educação e cultura o sr. Roberto Accioli – realizar exatamente o contrário do que propunha em sua gestão. Além disso, seu texto franco e direto não ficaria sem resposta dos professores, alunos e outros interessados em educação.

O jornal *Correio da Manhã*, no dia seguinte, publicava a notícia “Movimento de revolta entre alunas e diplomandas – Contra as insinuações do prof. Mário de Brito”²¹², como uma resposta do corpo discente da ENCD, apontando o possível início de “uma nova revolta azul e branco”²¹³, desta vez, no subúrbio do Distrito Federal.

Alunas e diplomandas, em declarações ao “Correio da Manhã”, tiveram oportunidade de frisar que não se sentiam recalcadas nem depreciadas por pertencerem àquele estabelecimento de formação de professores. Muito pelo contrário – acentuaram – sentiam-se bastante honradas e dignificadas por terem feito o seu curso ali. E acentuaram: – Repelimos, com veemência, as insinuações da benevolência dos professores da Escola pois que as notas que obtivemos nós as alcançamos com esforço e justiça, o que provaremos, se preciso, expondo

²¹⁰ “A sra. Lygia Bastos, da UDN, leu uma carta do sr. Mário de Brito, ex-secretário de Educação, explicando os motivos pelos quais não concordou com a redução do prazo do curso ginasial com ampliação do tempo destinado ao curso normal”. *Diário Carioca*, 20 de novembro de 1952, primeira página. Disponível em: www.hemerotecadigital.bn.br. Acessado dia 5 de janeiro de 2015.

²¹¹ Disponível em: www.hemerotecadigital.bn.br. Acessado dia 11 de janeiro de 2015.

²¹² CORREIO DA MANHÃ, 6 de agosto de 1953, página 6. Disponível em: www.hemerotecadigital.bn.br. Acessado dia 13 de janeiro de 2015.

²¹³ Idem.

nossas provas escritas a quem solicitar (CORREIO DA MANHÃ, 6 de agosto de 1953, p.6)²¹⁴.

O prestígio do subúrbio

A lei que concedia a desvinculação e autonomia administrativa e pedagógica da Escola Normal Carmela Dutra é de 31 de julho de 1953, sendo, contudo, publicada apenas do dia 3 de agosto²¹⁵ sob ampla cobertura da imprensa naquela semana²¹⁶.

Contudo, a vereadora Lygia Lessa Bastos contestou a legalidade do ato do prefeito, encaminhando ao executivo um pedido de explicações sobre o desmembramento da Escola Normal Carmela Dutra e declarou ao jornal Diário de Notícias:

Um simples capricho, um mero desejo, uma intenção, uma opinião pessoal ou qualquer tendência política ou doutrinária não pode inspirar decretos ou regulamentos, prossegue a sra. Lessa Bastos. O chefe do executivo tem sua ação dentro da esfera de atribuições claramente expressa na Lei Orgânica e seu ato desmembrando a Escola Normal Carmela Dutra do Instituto de Educação, do qual é, legalmente, parte integrante, não constitui apenas uma exorbitação, mas principalmente, flagrante invasão na esfera das atribuições da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Demais, nessa medida está denunciado o propósito de quebrar a homogeneidade do ensino normal do Distrito Federal, já manifestado de diversas maneiras, o que constitui uma retrogradação em matéria de ensino. Seja como for, porém, é manifesta a ilegalidade do ato que represente um atentado às prerrogativas desta Câmara (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 4 de agosto de 1953, p. 2)²¹⁷.

No dia 5 de agosto de 1953, o *Jornal do Brasil* publicava na íntegra o ofício do Advogado da prefeitura Antônio Vieira de Melo²¹⁸, dirigido ao prefeito Dulcídio Cardoso, descrevendo as competências da Câmara e da Prefeitura quanto à criação de leis voltadas para a formação do curso normal. Em síntese, depois das argumentações realizadas pelo advogado, o documento afirmava:

²¹⁴ Disponível em: www.hemerotecadigital.bn.br. Acessado dia 13 de janeiro de 2015.

²¹⁵ DOU, Decreto-lei Nº 12.171 de 31 de julho de 1953, Seção II, página 1. Disponível em: www.jusbrasil.com.br. Acessado em 8 de janeiro de 2015.

²¹⁶ “Autonomia para a Escola Normal Carmela Dutra”; “Desmembrada a Escola Normal Carmela Dutra do Instituto de Educação”; “Desmembramento da Escola Normal Carmela Dutra”; “Causa do desmembramento da Escola Carmela Dutra”; “Concedida a autonomia à Escola Normal Carmela Dutra – Recebido, com entusiasmo, no simpático educandário suburbano o ato do prefeito”; (Respectivamente: Diário de Notícias, 2 de agosto de 1953, página 7 & Jornal do Brasil, 2 de agosto de 1953, página 5. Diário de Notícias, 4 de agosto de 1953, página 2. A noite, 4 de agosto de 1953, página 8. Diário Carioca, 5 de agosto de 1953, página 1. Correio da manhã, 6 de agosto de 1953, página 6. Disponível em: www.hemerotecadigital.bn.br. Acessado dia 8 de janeiro de 2015).

²¹⁷ Disponível em: www.hemerotecadigital.bn.br. Acessado dia 13 de janeiro de 2015.

²¹⁸ Jornal do Brasil, 5 de agosto de 1953, página 10. Disponível em: www.hemerotecadigital.bn.br. Acessado dia 13 de janeiro de 2015.

Destarte, nada obsta que o Instituto tenha no seu âmbito compreensivo o Curso Normal, nada, por igual, impede que o Curso Normal subsista com independência, de vez que é um dos três tipos de estabelecimento de ensino Normal previsto expressamente no capítulo terceiro da Lei Orgânica respectiva, cujas bases invocou o decreto constitutivo da Escola Normal Carmela Dutra (JORNAL DO BRASIL, 5 de agosto de 1953, p. 10)²¹⁹.

Ressaltamos que o Decreto de Autonomia da Escola Normal Carmela Dutra²²⁰ citava diretamente a Lei Orgânica do Ensino Normal, quando observava que “em seu artigo 4º determinou especificamente quais os tipos de estabelecimentos de Ensino Normal que deveriam existir, sem estabelecer entre um e outro subordinação obrigatória”²²¹. E ainda, a Lei orgânica do Ensino Normal determinava que:

Art. 6º O ensino normal manterá da seguinte forma ligação com as outras modalidades de ensino:

1. O curso de regentes de ensino estará articulado com o curso primário.
2. O curso de formação geral de professores primários, com o curso ginasial.
3. Aos alunos que concluírem o segundo ciclo de ensino normal será, assegurado o direito de ingresso em cursos da faculdade de filosofia, ressalvadas, em cada caso, as exigências peculiares à matrícula (DECRETO-LEI N. 8.530, de 2 de janeiro de 1946)²²².

Neste caso, conforme descrevemos anteriormente, a ENCD já mantinha um ginasial (O Ginasial Barão do Rio Branco) e já mantinha um curso primário (Escola Jardim Cardeal Arco Verde). Assim, o Decreto de Autonomia ainda dizia:

Considerando que nenhuma das disposições da Lei Orgânica do ensino normal obsta que funcione como entidade individualizada uma Escola Normal, como a Carmela Dutra, que satisfaz todos os requisitos legais. Decreta (...) Art. 1º. A Escola Normal Carmela Dutra, criada pelo Decreto nº 8.546, de 22 de junho de 1946, em Madureira, fica subordinada a Secretaria Geral de Educação e Cultura (...) (DOU, Decreto-lei Nº 12.171 de 31 de julho de 1953, Seção II, p. 1)²²³.

O caso da Autonomia da ENCD foi apenas encerrado quando, finalmente, o procurador-geral da prefeitura Simões Filho, deu o seu parecer sobre a disputa entre o secretário de educação e cultura Roberto Accioli e a vereadora Lygia Lessa Bastos, que

²¹⁹ Disponível em: www.hemerotecadigital.bn.br. Acessado dia 13 de janeiro de 2015.

²²⁰ DOU, Decreto-lei Nº 12.171 de 31 de julho de 1953, Seção II, página 1. Disponível em: www.jusbrasil.com.br. Acessado em 8 de janeiro de 2015.

²²¹ DECRETO-LEI N. 8.530, de 2 de janeiro de 1946. Disponível em: www.jusbrasil.com.br. Acessado em 6 de janeiro de 2015.

²²² Disponível em: www.jusbrasil.com.br. Acessado em 6 de janeiro de 2015.

²²³ Disponível em: www.jusbrasil.com.br. Acessado em 8 de janeiro de 2015.

continuou considerando o evento irregular. Somente assim, “coube ao procurador opinar pela medida e seu parecer foi acatado”²²⁴.

O assunto continuou reverberando pela imprensa, pois, conforme já apontamos, demonstrava um ataque direto à identidade e exclusividade do Instituto de Educação. A jornalista e professora Lausimar Laus, responsável pela matéria favorável à ENCD na revista *Fon-Fon*²²⁵, no ano de 1949, regozijou-se pela ação de Roberto Accioli de elevar os professores da ENCD ao mesmo nível dos “ilustres catedráticos do Instituto de Educação”, quando em sua coluna no *Jornal do Brasil*, apontou “Novas Perspectivas”²²⁶. Antes que o assunto caísse no esquecimento e deixasse de ser notícia, Lausimar Laus dirigiu-se ao ex-diretor do IE e ex-secretário de educação e cultura Mário Brito, e também à vereadora Lygia Lessa Bastos com um artigo intitulado *Mágoa Política*, do qual retiramos este trecho:

É preciso que ele saiba [ex-secretário de educação e cultura Mário de Brito] e todos que acreditam como a senhorita Lygia Lessa Bastos, que o Instituto de Educação deve ser uma espécie de instituição feudal em toda área do Distrito Federal, que a mais moderna dinâmica educativa apta por um sistema de rede escolar mais ampla e possivelmente livre de qualquer entrave à completa autonomia didática e administrativa. Presa ao Instituto de Educação estava e sempre esteve a Escola Normal Carmela Dutra cercada no que às suas várias atividades culturais e didáticas, tendo de dar suas provas dentro do mais obsoleto método, pela razão muito simples de levar as provas já feitas da Rua Mariz e Barros, através de uma viagem até Madureira, fazendo suas alunas esperarem indefinidamente, horas e horas, até que as questões chegassem à escola. Com a autonomia tudo isso ficou sanado, e estão os suburbanos protegidos contra a possível extinção da escola que forma suas filhas, sem que elas tenham que viajar o dia inteiro, para conseguirem formar-se professoras, no fim de sete anos (LAUS, Lausimar. *Jornal do Brasil*, 9 de agosto de 1953, p. 6)²²⁷.

Mesmo assim, devemos ressaltar a entrevista que encontramos do então diretor da Escola Normal Carmela Dutra, o professor Ricardo Viera. Em suas palavras podemos perceber que as declarações de Mário de Brito sobre os sentimentos das *carmelitas* não constituíam divagação ou simplesmente mágoa de um ex-diretor do IE e secretário recém-exonerado do cargo.

²²⁴ DIÁRIO CARIOCA, 5 de agosto de 1953, página 1. Disponível em: www.hemerotecadigital.bn.br. Acessado dia 8 de janeiro, de 2015.

²²⁵ Revista Fon-Fon, 31 de dezembro de 1949, p. 28. Disponível em: www.hemerotecadigital.bn.br. Acessado dia 9 de novembro de 2014.

²²⁶ LAUS, Lausimar. *Jornal do Brasil*, 18 de março de 1953, página 6. Disponível em: www.hemerotecadigital.bn.br. Acessado dia 8 de janeiro, de 2015.

²²⁷ Disponível em: www.hemerotecadigital.bn.br. Acessado dia 8 de janeiro, de 2015.

O FATOR PSICOLÓGICO

O prof. Ricardo Vieira não esquece o que ele chama fator psicológico. E diz:

– Subordinada ao Instituto de Educação, a Escola Normal Carmela Dutra encontra-se, aos olhos de muita gente, em plano inferior, e isso produzia, no espírito das alunas, efeito francamente negativo. Agora não. Desse modo haverá mais harmonia. Aliás, o diretor do Instituto de Educação, prof. João Batista de Melo e Souza, foi o primeiro a felicitar, no Teatro Municipal, por ocasião da solenidade de formatura das normalistas da ENCD, a direção da Escola pela autonomia (CORREIO DA MANHÃ, 6 de agosto de 1953, p.6)²²⁸.

Ao discursar para o Jornal *Correio da Manhã*, Vieira também descreveu que o desmembramento da escola seguia outros exemplos nacionais, como foi o caso do Colégio Pedro II, que então passou a contar com duas casas administrativamente autônomas, o externato e o internado, que passaram a responder diretamente ao Ministério da Educação²²⁹.

Além disso, Vieira destacou a autonomia financeira da ENCD desde o momento de sua criação, pois como vimos nas críticas do primeiro diretor da escola, Jorge Machado²³⁰, a escola não era contemplada com os valores destinados ao Instituto de Educação, tendo apoio financeiro da própria Secretaria de Educação e Cultura (*cf.* Capítulo 3).

A formatura de 1953 e as últimas homenagens

Até a formatura das turmas de 1953, quando fechamos nosso recorte cronológico de estudos sobre a história da ENCD, a escola continuou no mesmo endereço, isto é, Estrada Marechal Rangel, número 31. Por lá, mesmo com o quantitativo de alunos chegando a quase 600, as *carmelitas* realizavam as mesmas tarefas da primeira turma que entrou na escola em 1947, usando o mesmo espaço exíguo para a educação física. Abaixo temos uma imagem da turma de 1953 no pátio da escola, tendo atrás o mesmo arco retratado na fotografia da primeira turma da escola.

²²⁸ Disponível em: www.hemerotecadigital.bn.br. Acessado dia 13 de janeiro, de 2015.

²²⁹ Correio da Manhã, 6 de agosto de 1953, página 6. Disponível em: www.hemerotecadigital.bn.br. Acessado dia 13 de janeiro, de 2015.

²³⁰ Idem.



Imagem 42 – Uma das turmas de 1953. Acervo do IECD.

O prefeito Dulcídio Cardoso recebeu em setembro de 1953 um grupo de professores e alunos que foram agradecer pela autonomia do estabelecimento e convidá-lo para a inauguração de uma placa de mármore comemorativa pela subordinação da ENCD diretamente à Secretaria de Educação e Cultura²³¹ (Anexo XXV). Abaixo, uma imagem atual da placa comemorativa pela autonomia da Escola Normal Carmela Dutra.

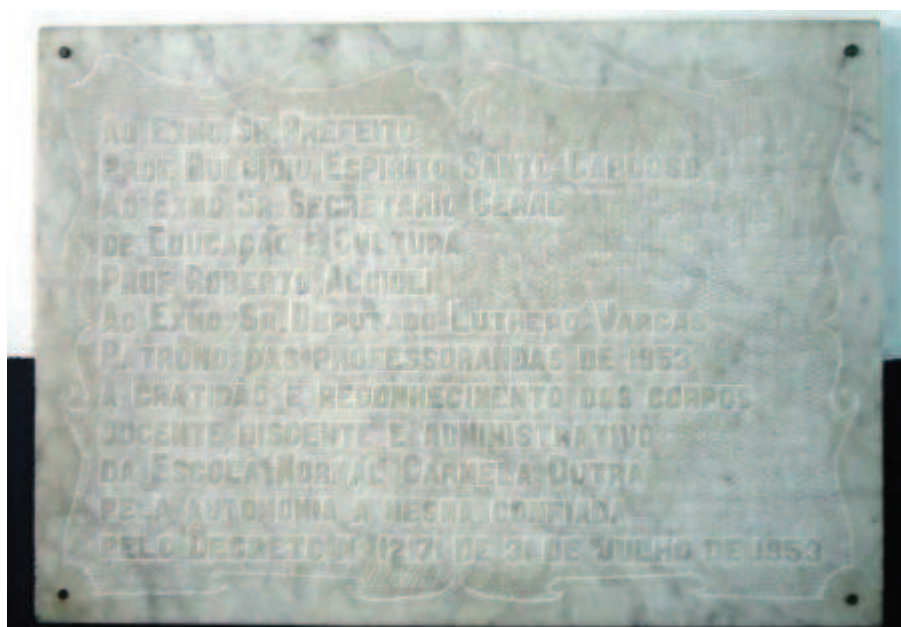


Imagem 43 – Placa comemorativa pela autonomia da ENCD, presente atualmente no Instituto de Educação Carmela Dutra.

²³¹ Jornal do Brasil, 16 de setembro de 1953, página 8. Disponível em: www.hemerotecadigital.bn.br. Acessado dia 13 de janeiro, de 2015. Correio da Manhã, 20 de setembro de 1953, página 4. Disponível em: www.hemerotecadigital.bn.br. Acessado dia 13 de janeiro, de 2015.

O Grêmio Literário da ENCD ainda se dirigiu até a Rádio Roquette Pinto em novembro para homenagear o prefeito e o secretário de educação e cultura, além do corpo docente da escola. As *carmelitas* foram acompanhadas por colegas do Colégio Militar em uma representação da peça *Meu sonho por um ideal*, de autoria de Lausimar Laus²³².

O deputado federal Luthero Vargas, filho do Presidente da República e também eternizado na placa de mármore inaugurada na escola, foi chamado a ser patrono da turma de 1953, por conta de seu apoio ao processo de autonomia e a sua atuação junto à educação, como salientou o jornal *Última Hora*, conhecido apoiador Getúlio Vargas desde a época da ditadura²³³.



Imagem 44 – O deputado federal Luthero Vargas e secretário de educação e cultura Roberto Accioli são homenageados. Jornal *Última Hora*, 16 de junho de 1953, página 4. Disponível em: www.hemerotecadigital.bn.br. Acessado dia 13 de janeiro, de 2015.

O grupo de jovens formandas de 1953 realizou, de forma semelhante à primeira turma, a sua missa em ação de graças na Igreja da Candelária. E, na contramão do que propunha a lei que proibia as formaturas no Theatro Municipal, as *carmelitas* realizaram o

²³² Jornal do Brasil, 21 de novembro de 1953, página 8. Disponível em: www.hemerotecadigital.bn.br. Acessado dia 13 de janeiro, de 2015.

²³³ Jornal *Última Hora*, 16 de junho de 1953, página 4. Disponível em: www.hemerotecadigital.bn.br. Acessado dia 13 de janeiro, de 2015.

evento com exclusividade, tendo o deputado Luthero Vargas como principal homenageado, segundo o jornal *Correio da Manhã*²³⁴.



Imagem 45 – Formandas da turma de 1953. Jornal do Brasil. 31 de julho de 1953, página 3. Disponível em: www.hemerotecadigital.bn.br. Acessado dia 13 de janeiro de 2015.

A imagem abaixo mostra a cerimônia exclusiva, com a presença do filho do presidente, além do prefeito Dulcídio Cardoso e do secretário de educação e cultura Roberto Accioli. O *Jornal do Brasil* também fez questão de listar o nome das alunas formadas naquele ano e as razões especiais que envolviam o processo de autonomia pedagógica e administrativa da Escola Normal Carmela Dutra²³⁵.



Imagem 46 – Colação de grau da turma de 1953. Jornal do Brasil, 2 de agosto de 1953, página 3. Disponível em: www.hemerotecadigital.bn.br. Acessado dia 13 de janeiro, de 2015.

²³⁴ *Correio da Manhã*, 30 de julho de 1953, página 6. Disponível em: www.hemerotecadigital.bn.br. Acessado dia 13 de janeiro, de 2015.

²³⁵ *Jornal do Brasil*, 2 de agosto de 1953, página 3. Disponível em: www.hemerotecadigital.bn.br. Acessado dia 13 de janeiro, de 2015.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo pretendeu fornecer uma pequena contribuição para o campo de estudos da História da Educação. Em nosso trabalho, especificamente sobre a história da Escola Normal Carmela Dutra, buscamos reconstruir a história de vida da Patrona da escola, além de contextualizar os atores sociais que estiveram envolvidos no processo de crescimento do nome de Dona Santinha Dutra e da criação de uma escola com o seu nome. Aprofundamos a discussão sobre a instalação desta Escola Normal, estudamos as relações de poder envolvidas, as disputas que encetaram o surgimento de uma identidade diferenciada para as normalistas do subúrbio. E por fim, descrevemos o processo que tornou a Escola Normal de Madureira uma referência de cultural para os subúrbios.

Durante todo esse processo, buscamos respeitar as indagações propostas nos primeiros itens de nossa dissertação. Assim, neste tópico conclusivo, retomaremos essas questões com a intenção de avaliar se conseguimos chegar com sucesso aos nossos objetivos.

Quem eram as normalistas?

Logo no início desta dissertação, nos propusemos a pesquisar sobre a responsabilidade da normalista como propulsora de um novo projeto de nação. Uma nação higienizada, afastada dos malefícios da ignorância e preparada para um país que se pretendia urbanizado e industrializado. Assim, desenvolvemos durante o Prólogo, e, mais notadamente, nos dois primeiros capítulos, um mergulho no imaginário popular de quem era “a normalista”, bem como também estudamos quais eram os interesses políticos e econômicos no crescimento do número de professoras primárias nos anos 1940 e 1950.

Conhecemos as discussões que envolviam o controle de seu corpo, como a proibição de casar, a proposta de celibato, os materiais de que eram feitas as suas roupas e as medidas exatas que deveriam alcançar. Estudamos a normalista não apenas como profissional, mas como modelo moral para uma nova geração de brasileiros que deveriam seguir os rumos de modernização do país.

Verificamos a atuação das *normalistas da tijuca* e das *normalistas do subúrbio no sertão carioca*, demonstrando a necessidade da população dessas áreas de mais educação, mais professores e mais presença do Estado brasileiro. Conhecemos o cotidiano dessas

estudantes/ trabalhadoras, como lidavam com a situação de pobreza que encontravam nas escolas que estudavam e no local onde lecionavam.

Precisamos, pois, entender um pouco da geografia do Rio de Janeiro, à época, Distrito Federal da República Brasileira. Saber que os bairros que hoje são grandes centros urbanos de comércio, foram em um passado não muito distante zonas suburbanas remotas ou ainda, zonas rurais.

Dona Santinha e o Estado Novo: Eminência Parda

Mais especificamente no capítulo 2, exploramos a trajetória da professora de artes Carmela Teles Leite até o momento em que ela se tornou a Primeira Dama Santinha Dutra. É preciso ressaltar, dentro do ineditismo de nosso estudo, que não há qualquer obra biográfica sobre essa mulher, o que tornou o nosso trabalho muito mais difícil, mas igualmente interessante.

Exploramos o contexto político dos anos 1930 para que pudéssemos entender o seu envolvimento com o governo de Getúlio Vargas. O seu primeiro matrimônio com o militar José Pinheiro de Ulhôa Cintra, o seu trabalho como diretora de escola e a rápida viuvez, que deu lugar ao novo casamento, desta vez com o então tenente Eurico Gaspar Dutra. Conhecemos como, passo-a-passo, os Dutra cresceram até que o Tenente Coronel Eurico Gaspar Dutra tornou-se Ministro da Guerra durante o maior conflito mundial da história, e depois, candidato indicado à presidência pelo estadista Getúlio Vargas.

Conhecemos também os bastidores em que atuou Dona Carmela Dutra, sempre de forma a influenciar a moral, fé e ensino, dentro dos mais altos círculos sociais e políticos. Entendemos a extensão de sua força quando descobrimos que foi alvo de investigação do *Federal Bureau of Investigation*, de onde, depois de muita negociação com *National Archives and Records Administration*, trouxemos um documento anteriormente classificado como superconfidencial, mas, agora, revelado por nós com as suas devidas referências.

Exploramos o processo de sua campanha política no pós-segunda guerra mundial, onde através de uma apertada disputa, seu esposo foi eleito Presidente da República. Conhecemos a partir destes eventos, uma inimizade que cresceu e continuou a render disputas durante todo período que estudamos. Um conflito de bastidores que envolveu opções políticas e doutrinárias que se desdobraram em mágoas e vertiginosas carreiras políticas em oposição ao governo de Dutra.

Aliado a isso tudo, estudamos a necessidade de crescimento da rede escolar formadora de professoras primárias e, a partir daí, pudemos entender o porquê da homenagem rendida na escolha do nome da Primeira Dama para uma escola normal, antes mesmo de sua morte. Consideramos os eventos que envolveram a passagem de Dona Santinha Dutra, bem como as deferências prestadas a ela em todo o Brasil e no exterior.

Reconhecemos o Brasil do início do século XX na figura do Jeca Tatu, personagem de Monteiro Lobato, assim como entendemos o esforço do autor em absolver a sua criação, após perceber que o “problema” do brasileiro residia na falta de saneamento básico, na falta de estrutura, na falta de educação e na ignorância. Abordamos o projeto de transformação cultural que necessariamente passava pela formação das crianças, que para conhecer a higiene e as benesses do mundo moderno, precisavam de mais escolas, que por sua vez, precisavam de mais professoras. Conhecemos as ideias e valores que pregavam um novo comportamento social do brasileiro, entendendo assim, o interesse no processo de expansão da rede de formação de normalistas em direção ao sertão carioca.

E assim, acreditamos que conseguimos responder algumas das questões que nos motivaram a escrever esse capítulo. Mas ainda tínhamos outras questões a investigar, e continuamos trabalhando...

Sobre a instalação da ENCD em Madureira

Conhecemos os interesses da Presidência e da Prefeitura do Distrito Federal em apoiar a construção de uma nova escola normal em uma zona com alta concentração populacional e descobrimos então, porque, Madureira, com a sua estrutura de transporte um pouco mais desenvolvida, tornou-se o bairro ideal para sediar a ENCD. Exploramos os interesses da associação de professores do subúrbio em homenagear a Primeira Dama e instalar a escola no mesmo prédio em que já havia tido a autorização de também funcionar.

Estudamos a estrutura da escola em que foi sediada a ENCD, o Ginásio Barão do Rio Branco. Conseguimos perceber, através de depoimentos e documentações, a falta de itens básicos de consumo para o funcionamento da escola nos primeiros anos. Buscamos entender a revolta das alunas do Instituto de Educação por conta da criação de uma escola com o mesmo padrão de vestimenta e currículo em uma zona suburbana remota, isto é, Madureira. Exploramos a questão da *identidade*, percebida na exclusividade de formação de professoras normalistas do Instituto de Educação.

Conhecemos o problema da falta de professores, falta de cadeiras adequadas, ausência de bebedouros, ausência de um pátio e de merenda adequadas, bem como

reconhecemos nos esforços dos primeiros alunos a intenção de manter a escola funcionando através de uma firme atuação nos corredores das sedes dos governos municipal e federal.

Levantamos o perfil desses alunos, para entendermos como eles conseguiram, ao final, se saírem melhores que as alunas tijucanas no somatório de pontos. Ouvimos atenciosamente as palavras dos ex-alunos que conseguimos encontrar ainda muito bem de saúde e disponíveis para realizar entrevistas que somam mais de dez horas de relatos. Descobrimos como surgiram ou foram criados os símbolos da ENCD, desde o uniforme, o emblema, até o lema da escola.

Conhecemos políticos e jornalistas que atuaram a favor e contra a criação da escola. Aqueles que se conformaram e aqueles que tentaram até o final do período em que estudamos, fechar as portas do curso de normalistas do subúrbio. Estudamos toda a ambientação política em que esses eventos transcorreram, mas ainda sim, tínhamos mais questões, e continuamos trabalhando...

Sobre a identidade e a autonomia da ENCD

Entendemos como a vida desses trinta primeiros alunos da ENCD foi marcada pelo sentimento de discriminação que sofreram, e como, a partir de suas lutas, elas assumiram um lugar novo, uma atitude nova e, conseqüentemente, uma *identidade original*.

E desde esse ponto, assim como fizeram as jovens alunas de Madureira, consideramos a expressão *carmelita* não como um termo jocoso e pejorativo, mas como uma marca diferenciadora do que foi reconhecido como referência da qualidade de ensino que pode alcançar lugares além da zona sul, do Centro da Cidade e suas adjacências.

Procuramos levantar o ambiente político e educacional que propiciou a *autonomia* da escola dentro das discussões sobre centralização e descentralização do ensino no Brasil. E neste período, consideramos que os “anos dourados” do Instituto de Educação, conforme também apontou Sonia Lopes (2013), poderiam, em verdade, não ser tão *dourados* como se cristalizou na memória do senso comum. Entretanto, esse desvelamento também surgiu de muito trabalho...

Sobre a metodologia usada

Aproveitando essa questão sobre memória, sublinhamos o que consideramos um acerto na escolha da teoria histórica que lançamos mão durante toda essa pesquisa. Em primeiro lugar, o uso na *nova história* nos permitiu abrir um leque de opções

metodológicas, o que talvez não fosse possível conseguir se nos fixássemos ao paradigma tradicional. A vestimenta, o cotidiano, o comportamento, os pequenos acontecimentos que marcaram a vida dos alunos, só puderam ser abordados graças à adoção dessa abordagem historiográfica que não discrimina objetos de estudo. Justamente por isso, também não deixamos de relatar e estudar grandes eventos, como o Estado Novo, a Segunda Guerra-Mundial, as relações de poder envolvendo políticos, grupos religiosos e jornalistas.

Refletimos sobre a indecisão teórica que nos acometeu no início, fazendo com que questionássemos até a nossa formação. Porém, diante da riqueza de fontes que descobrimos ao longo de nossa exploração, bem como o aprofundamento de nossos estudos, percebemos a importância da cultura, tanto quanto a importância dos jogos políticos que se desenrolaram tendo como palco o Distrito Federal.

Assim, os relatos que trouxemos à tona foram fundamentados com documentação adequada, muitas vezes de cunho oficial, outras oriundas de acervos pessoais dos próprios entrevistados. Tudo sob um processo de triangulação de fontes que para nós gerou a confiança necessária para que pudéssemos reconstruir a história da Escola Normal Carmela Dutra.

Aliado a essas metodologias, trouxemos categorias de análise que aplicamos no decorrer de toda dissertação, como identidade, memória, gênero e Instituições Escolares. Ao invés de fazermos tópicos à parte que discutissem a importância de cada autor dessas categorias para o nosso objeto de estudo, diluímos as suas opiniões e teorias no decorrer do texto para que o leitor pudesse perceber o quanto eles realmente nos influenciaram na hora da escrita. Julgamos ter conseguido com isso mais questões e mais trabalho...

ENCD como uma instituição: Instituto de Educação Carmela Dutra

E dentre as categorias utilizadas em nosso estudo, destacou-se a de *instituições escolares*. Em um primeiro momento nos perguntamos se essa categoria era essencial, ou mesmo possível, para reconstruirmos a história da Escola Normal Carmela Dutra. Apesar de essa indagação ser pertinente, como verificamos ao longo do nosso trabalho, já nos primeiros momentos identificamos que a história da escola passou por uma série de acontecimentos que não são comuns a uma instituição que, ao ser aberta, já nasce com uma *identidade* concebida pelas pessoas que a criaram.

Acreditamos ter comprovado que a Escola Normal Carmela Dutra teve uma história diferenciada. E como apontamos no primeiro capítulo de nosso trabalho, acreditamos que até os dias de hoje, a ausência de estudos sobre o seu passado configura-se como um lapso

para a história da educação, ou mais especificamente, uma lacuna na história da formação de professores no Rio de Janeiro. Ter tido a oportunidade de estudar um objeto ainda não explorado, nos deixou a sensação de que estamos abrindo novos caminhos para que outros pesquisadores possam também se aventurar nessa direção.

Perspectivas

Acreditamos que o empenho de nosso estudo nesses mais de dois anos do curso de mestrado possa ainda render outros frutos. Pelo seu ineditismo e sua prática exploratória, outros pesquisadores deverão se interessar em continuar a investigação de forma acadêmica da história dessa instituição, cobrindo possíveis lacunas que possamos ter deixado durante nosso trabalho. Outros pesquisadores, por sua vez, poderão se inspirar em encontrar novos objetos a partir dos nossos apontamentos, bem como, poderão se aprofundar em temas e assuntos que em nosso curso não pudemos realizar.

Essa ideia de que o conhecimento da história da ENCD fomenta mais estudos, expande-se não apenas para a Academia, mas também ao cotidiano da própria escola, onde, a partir de iniciativas de professores, percebemos que as alunas normalistas já estão sendo cativadas a conhecer o passado de grande importância do local onde estudam. E a partir deste passado, como também podemos ver no dia-a-dia da instituição, julgamos ter incentivado a valorização do trabalho da professora normalista e do corpo docente do IECD, atualmente, uma das melhores escolas do Estado do Rio de Janeiro.

Para nós, ficará o trabalho de continuar a conhecer a história da ENCD/ IECD. Entretanto, agora navegaremos por outros momentos, posto que em nosso novo projeto de doutorado, avaliamos se importante conhecer a papel das normalistas na formação dos brasileiros entre os anos 1953 a 1971. Trata-se de período em que a Teoria do Capital Humano afeta diretamente os currículos dos novos professores, apontando novos caminhos para o nosso país e para os cidadãos de um país já industrializado e com novos interesses para o futuro.

Por fim, destacamos que a ENCD tornou-se Instituto de Educação apenas nos anos de 2004. Acreditamos, no entanto, com base em tudo que descrevemos que, desde o momento de sua criação, ela despontava como uma entidade de grande importância para a história da educação do Distrito Federal e do Brasil, oferecendo um exemplo de que a educação além de ser gratuita, deve ser realmente para todos.

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRÁFICAS

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2007.

AGRA, Klondy Lucia De Oliveira; ALBUQUERQUE, Lucio. “A interferência da linguagem jornalística na cultura amazônica: a construção de novos sentidos transformando contextos e cenários”. *Revista Famecos: Mídia, Cultura e Tecnologia*, Porto Alegre, 2010, Jan-Abril, p.36.

ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ALVES, Teresa Vitória Fernandes. “Instituto Profissional Feminino – Orsina da Fonseca – Como expressão das relações entre educação e trabalho (1930 – 1940)”. IN: *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História*, 2013. Universidade do Rio Grande do Norte, Natal, RN. Anais < <http://www.snh2013.anpuh.org/>>.

ARIES, Philippe. “Para uma história da vida privada”. In: ARIES, Philippe, CHARTIER, Roger (Org.) *História da vida privada: Da Renascença ao século das luzes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. v.3, p.7-20. (ed. ital. 1988).

ARISTÓTELES. *Poética*. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 2000.

ARMANDO, Cássia Guimarães *et al.* Educação Especial e acessibilidade no desenvolvimento local: um olhar histórico e os novos paradigmas da matriz de apoio à educação especial (MAEE). *FIEP BULLETIN*, V. 82 – Special Edition - ARTICLE I – 2012. Disponível: <<http://www.fiepbulletin.net/index.php/fiepbulletin/article/view/2509>> Acesso no dia 20 de novembro de 2013.

AZEVEDO, Fernando. O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932). Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb07a.htm>>. Acesso no dia 17 de abril de 2014.

BAÍÁ HORTA, José Silvério. *O hino, o sermão e a ordem do dia: regime autoritário e a educação no Brasil*. Rio de Janeiro. Ed. UFRJ, 1994.

BARBOSA, Rui. *A Questão Social e Política no Brasil*. (Conferência pronunciada no Teatro Lírico, do Rio de Janeiro, a 20 de março de 1919). Ed. anotada. Intr. de Evaristo do Moraes Filho. São Paulo/Rio de Janeiro: LTr/Fundação Casa de Rui Barbosa, 1983.

BOMENY, Helena. “Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo”. IN: PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

BOURDIEU, Pierre. “Os excluídos do interior”. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (orgs). *Escritos da Educação*. Petrópolis: Vozes, 1990. p. 218-227.

BOURDIEU, Pierre. “Ilusão Biográfica”. IN: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína. Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro, 2006, p. 183 – 191.

BRASIL. Decreto-Lei 8.530, de 2 de janeiro de 1946, *Lei Orgânica do Ensino Normal*. Disponível em <legis.senado.gov.br> Acesso no dia 17 de Janeiro de 2014.

BRASIL. Decreto-Lei 8.529, de 2 de janeiro de 1946, *Lei Orgânica do Ensino Primário*. Disponível em <legis.senado.gov.br> Acesso no dia 17 de Janeiro de 2014.

BRASIL. Decreto-Lei 4.244, de 9 de abril de 1942. *Lei Orgânica do ensino Secundário*. Disponível em <legis.senado.gov.br> Acesso no dia 17 de Janeiro de 2014.

BRASIL. Lei n. 4024 de 20 de dezembro de 1961. Fixa Diretrizes e Bases para a Educação. Disponível em <legis.senado.gov.br> Acesso no dia 17 de Janeiro de 2014.

BRITO, Alberto de. *A questão social e a República dos Soviets*. Porto Alegre: Livraria Globo, 1932.

BRUNET, Luc. “Clima de trabalho e eficácia na escola”. IN: NÓVOA, A. (coordenação) *As Organizações Escolares em análise*. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1997.

BURKE, Peter. “Abertura: a Nova História, seu passado e seu futuro”. IN: BURKE, Peter (Org.) *A escrita da História - Novas Perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992. p. 07-37

BULFINCH, Thomas. *O livro de ouro da mitologia*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000.

CAMARA, Sônia. “A constituição dos saberes escolares e as representações de infância na Reforma Fernando de Azevedo de 1927 a 1930”. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, Autores Associados, n. 8, p. 159-180, jul./dez. 2004.

CAMARA, Sônia. *Sob a guarda da República: a infância menorizada no Rio de Janeiro da década de 1920*. Rio de Janeiro: Quartet, 2010.

CAMINHA, Adolfo. *A normalista*. 3. ed. São Paulo: Editora Jornal dos Livros, 1950.

CAMPOS, Ernesto de Sousa. “Entrevista do ministro da educação e saúde sobre a situação do ensino primário”. IN: *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, v. 7, nº2, p. 492-495, março-abril, 1946.

CANARIO, Rui. “A escola: das ‘promessas’ às ‘incertezas’ ”. *Educação Unisinos*, volume 12, número 2, p.73-81, maio – agosto, 2008.

CARDOSO, Ciro Flamarion. “História e Paradigmas Rivais”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 2011, p. 1-23.

CARDOSO, Luciana. *Somos Semeadores: Estratégias identitárias na Escola Normal Sara Kubitscheck (1963 – 1965)*. Dissertação [Mestrado], Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

CARVALHO, Marília Pinto de. “Gênero na análise sociológica do trabalho docente: um palco de imagens”. IN: PEIXOTO, Ana Maria Casasanta; PASSOS, Mauro. (Orgs.). *A escola e seus atores: educação e profissão docente*. Belo Horizonte, Editora Autêntica/CNPq, 2005, v. 1, p. 89-114.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

CHATENET, Aymar du. *Disney a serviço do FBI*. (2007). Disponível em <http://www2.uol.com.br/historiaviva/reportagens/disney_a_servico_do_fbi_imprimir.html> acesso no dia 13 de maio de 2014.

CHAVES, Miriam Waidenfeld. “História da Educação Escolar e Sociologia: uma relação promissora”. *Educação em Revista*. vol. 30, n.2 Belo Horizonte, p. 95-116, abril-jun. 2014.

COLBERT, Marcelle. Capela do Palácio Guanabara passará por recuperação. S/D. Disponível em <http://www.intranet.rj.gov.br/exibe_pagina.asp?id=5210> Acessado dia 20 de julho de 2014.

CYTRYNOWICZ, Roney. *Guerra sem guerra. A mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Edusp, 2002.

CORREIA, Armando Magalhães. *O sertão carioca*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1936.

CURY, Jamil. *Alceu Amoroso Lima*. Recife, Editora Massangana, 2010.

DEBUS, Eliane. “A produção literária para crianças e jovens em Santa Catarina: o caso Lausimar Laus”. *Revista Antares*. vol.3, nº6, p. 175-186. jul./dez. 2011.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *História Oral: Memória, Tempo, Identidades*. Belo Horizonte, Editora Autêntica, 2010.

DUBAR, Claude. *A Socialização: Construção das Identidades Sociais e Profissionais*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2005.

DUBET, François. *El declive de la institución – profesiones, sujetos e individuos ante la reforma del Estado*. Tradución de Luciano Padilla, Barcelona, Espanha: Gedisa Editorial, 2006.

ENÉAS, Zilá Simas. *Era uma vez no Instituto de Educação*. Rio de Janeiro: Sindicato Nacional dos Editores de Livros, 1998.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. “A legislação escolar como fonte para a História da Educação: uma tentativa de interpretação”. IN: FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (Org.). *Educação, modernidade e civilização: fontes e perspectivas de análises para a história da educação oitocentista*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 1998, pp. 89-125.

FAUSTO, Boris. *Getúlio Vargas: o poder e o sorriso*. São Paulo, Companhia das Letras, 2006.

FINKELSTEIN, Bárbara. Incorporando as crianças à História da Educação. *Revista Teoria & Educação*, Porto Alegre, n. 6, p.183-209, 1992.

GOMES, Ângela de Castro. “A escola republicana: entre luzes e sombras” IN: GOMES, Ângela de Castro, PANDOLFI, Dulce Chaves e ALBERTI, Verena (orgs). *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

GOMES, Mario. Luiz. “Vendendo saúde! Revisitando os antigos almanaques de farmácia”. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 4, p. 1007-18, out.-dez. 2006.

GOODSON, Ivor. *A Construção Social do Currículo*. Lisboa: EDUCA, 1997.

GOODSON, Ivor. *Currículo: Teoria e História*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1995.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Decreto n. 36.820, de 29 de dezembro de 2004. Transforma a Escola Normal Carmela Dutra em Instituto de Educação Carmela Dutra.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Decreto n. 24.338 de 3 de junho de 1998. Transforma o Instituto de Educação do Rio de Janeiro em Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro Editora, 2003.

HOBSBAWM, Eric & RANGER, Terence. *A Invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HOBSBAWM, Eric. *A era dos extremos - O breve século XX: 1914 – 1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JAPIASSU, Hilton & MARCONDES, Danilo. *Dicionário básico de filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

JOUTARD, Philippe. “Desafios à História Oral do Século XXI”. IN: FERREIRA, Marieta ; FERNANDES, Tânia ; ALBERTI, Verena. (Orgs.). *História Oral: desafios do século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/ Casa de Oswaldo Cruz /CPDOC – FGV, 2000. p. 31 – 45.

JULIA, Dominique. “A Cultura Escolar como Objeto Histórico”. IN: *Revista Brasileira de História da Educação*, nº1, p. 9-43, jan/jun. 2001.

JÚNIOR, Wilson Lemos. “O Ensino do Canto Orfeônico na escola secundária brasileira (Décadas de 1930 e 1940)”. *Revista HISTEDBR* [on-line], Campinas, nº 42, p. 279 – 295, jun. 2011.

KANT, E. *Crítica da Razão Pura*. Coleção dos Pensadores. Ed. Nova Cultural: São Paulo, 2000.

LE GOFF, Jaques. *História e História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

LE GOFF, Jaques. *História e Memória*. 4ª Edição. Campinas: Ed. Unicamp, 1996.

LEITE, Thiago Alves. *Monteiro Lobato nas páginas do jornal: um estudo dos artigos publicados em O Estado de S. Paulo (1913-1923)* [online – Available from SciELO Books]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo, Cultura Acadêmica, 2010. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>. Acesso dia 6 de março de 2014.

LEVI, Giovanni. “Usos da Biografia”. IN: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2002. p. 167 – 182.

LIBÂNEO, José Carlos. “O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres”. São Paulo: *Revista Educação e Pesquisa*, v. 38, nº1, p. 13-28, jan./mar. 2011.

LOBATO, Monteiro. *Urupês*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.

LOPES, Sonia de Castro. “Políticas de formação de professores nos anos 1950: problematizando os ‘anos dourados’ do Instituto de Educação do Rio de Janeiro”. Uberlândia. *Revista Cadernos da Educação*, v. 12, nº 1, p. 333-343, jan-abr. 2013.

LOPES, Sonia de Castro. “O magistério primário carioca no final de oitocentos: uma pesquisa em três atos”. IN: LOPES, Sonia de Castro & CHAVES, Mirian. *A história da Educação em debate – estudos comparados, profissão docente, infância, família e igreja*. Rio de Janeiro: Ed. Mauad X/ FAPERJ, 2012.

LOPES, Sonia de Castro. “Igreja, Estado e Educação no primeiro governo Vargas: o debate sobre ensino religioso na revista Hierarquia”. *Espaço e Cultura* (UERJ), v. 30, p. 94-105, jul-dez. 2011.

LOPES, Sonia de Castro. “Formação de professores no Rio de Janeiro durante o Estado Novo”. IN: *Cadernos de Pesquisa*, V. 39, n. 137, p. 597-619, maio/ago, 2009.

LOPES, Sonia de Castro. “Imagens de um lugar de memória da educação nova: Instituto de Educação do Rio de Janeiro nos anos de 1930”. IN: *Rev. Bras. Educ.* vol.13 n. 37, p. 84-97, Jan./Abr. 2008.

LOPES, Sonia de Castro. *Oficina de Mestres: História, Memória e Silêncio sobre a Escola de Professores do Instituto de Educação do Rio de Janeiro (1932-1939)*. Rio de Janeiro: DP&A/ FAPERJ, 2006.

LOPES, Sonia de Castro. *Lourival Fontes: as duas faces do poder*. Rio de Janeiro: Litteris, 1999.

LOURENÇO FILHO. *Professor e Diretor do Instituto de Educação do Rio de Janeiro – (1932 / 1938)*. Disponível em: inep.gov.br/download/cibec/pce/1999/lourenco_filho.doc. Acesso no dia 7 de março de 2014.

LOURO, Guacira Lopes. “Mulheres na Sala de Aula”. IN: PRIORI, Mary Del; BASSANEZI, Carla (orgs.). *História das Mulheres no Brasil*. 6. ed, São Paulo: Editora Contexto, 1997, p. 441 – 481.

LUCA, Tânia Regina de. “As revistas de cultura durante o Estado Novo: problemas e perspectivas”. *Pesquisa* – Departamento de História UNESP/Assis. São Paulo. Disponível em <www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/4o-encontro-2006-1>. Acessado dia 28 de maio de 2014.

LUZILÂNDIA. Murilo Braga será tema de homenagens em Teresina, 2010. Disponível em <<http://www.luzilandiaonline.com.br/noticia.php?id=5390>>. Acessado dia 26 de junho de 2014.

SÁ, Marcia Souto Maior Mourão; MACEDO, E. F. “I Congresso Ibero-Americano de Formação de Professores”. In: *Anais do II Congresso Ibero Americano para a História da Educação LATINO-AMERICANA*, 2000, Campinas, Universidade de Campinas, 1994. S/P, v. único.

MACHADO, Jorge Figueira. *Uma Visita Inesperada do Atual Prefeito Do Distrito Federal à Escola Normal Carmela Dutra*. Rio de Janeiro: S/E, 25 de abril de 1948.

MACHADO, Abnael. Breve Histórico do Instituto Estadual de Educação Carmela Dutra. *Gente de opinião*. Porto velho. 31 de dezembro de 2006. Disponível em: <http://www.gentedeopinioao.com.br/lerConteudo.php?news=18763> Acesso no dia 21 de novembro de 2013.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. “Breve apontamento para a história das Instituições educativas”. IN: SANFELICE, José Luís, SAVIANI, Demerval & LOMBARDI, José Claudinei. *História da Educação: Perspectivas para um Intercâmbio Internacional*. São Paulo: Editora Autores Associados, 2009, p. 67 – 73.

MARIANI, Maria Clara. “Educação e Ciências Sociais: O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais”. IN: SCHWARTZMAN, Simon. *Universidades e Instituições Científicas no Rio de Janeiro*. Brasília: CNPq, 1982, p. 167-195.

MARTINS, Ronaldo Luiz. *Mercadão de Madureira: Caminhos do comércio*. Rio de Janeiro: Condomínio do Entrepasto Mercado do Rio de Janeiro, 2009.

MAUAD, Ana Maria. “Através da Imagem: Fotografia e História Interfaces”.*Revista Tempo*, Niterói, v. 1, nº 2, p. 73-98, 1996.

MELLO, Josefina Carmen Diaz de. *História da disciplina didática geral em uma escola de formação de professores: (re) apropriação de discursos acadêmicos nos anos de 1980 e 1990*. Dissertação [Mestrado em Educação], Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002.

MENDONÇA, Ana Waleska & XAVIER, Libania. “Para o estudo das instituições educacionais da cidade do Rio de Janeiro”. IN: CHAVES, Miriam Waidenfeld & LOPES, Sonia de Castro. *Instituições educacionais da cidade do Rio de Janeiro: um século de história (1850 – 1950)*. Rio de Janeiro, Ed. Mauad, 2009.

MICALDAS, Lou. Gente em foco: Lygia Maria Lessa Bastos. Disponível em <<http://www.velhosamigos.com.br/foco/ligiamaria.html>> Acesso no dia 13 de Novembro de 2013.

MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. “Os arquivos e fontes como conhecimento da história das instituições escolares”. IN: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; SANDANO, Wilson; LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval (orgs.). *Instituições Escolares no Brasil: Conceito e reconstrução histórica*. Campinas: Editora Autores Associados, 2007, pp. 31-38.

MORAES, Alex Martins. Revistas científicas ou túmulos do saber? 8 de janeiro de 2013. Disponível em: <<http://outraspalavras.net/destaques/revistas-cientificas-ou-tumulos-do-saber/>>. Acesso no dia 10 de janeiro de 2013.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. “História e Memórias”. IN: MATTOS, Marcelo Badaró (Org.). *História: pensar e fazer*. Niterói: Laboratório Dimensões da História, 1998. p. 74-89.

MOTTA, Rodrigo. *Em guarda contra o perigo vermelho – O anticomunismo no Brasil (1917 – 1964)*. São Paulo, Editora Perspectiva, 2002.

MOURA, Ranielle Leal. “Marialva Barbosa, entre a história e o jornalismo”. *Anuário Unesco/Metodista de Comunicação Regional*, Ano 14, n.14, p. 143-155 jan/dez, 2010.

MOURÃO, Bárbara Maria. *Caminhos identitários: os fios e desafios dessa construção a partir das narrativas de vida dos professores*. Monografia [Graduação em Pedagogia], Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2011.

NASCIMENTO, Luciane da Silva. *Financiamento e Participação Democrática na Educação: A relação entre o Programa Dinheiro Direto na Escola e o Plano de Desenvolvimento da Educação*. Dissertação [Mestrado Acadêmico em Educação, Cultura E Comunicação], Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, 2010.

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; SANDANO, Wilson; LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval (orgs.). *Instituições Escolares no Brasil: Conceito e reconstrução histórica*. Campinas: Editora Autores Associados, 2007.

NORA, Pierre. “Entre Memória e História: a problemática dos lugares”. IN: *Projeto História*. São Paulo: PUC, n. 10, p. 07-28, dez. 1993.

NORONHA, Linha Maria Ribeiro de. “O canto orfeônico e a construção do conceito de identidade nacional”. *Artcultura*, Uberlândia, v. 13, n.º 23, p. 85-94, jul-dez, 2011.

NORONHA, Olinda Maria. “Historiografia das instituições escolares: contribuição ao debate metodológico”. IN: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; SANDANO, Wilson; LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval (orgs.). *Instituições Escolares no Brasil: Conceito e reconstrução histórica*. Campinas: Editora Autores Associados, 2007, p. 31-38.

NÓVOA, António. “Para uma Análise das Instituições Escolares”. IN: *As organizações escolares em análise*. Lisboa: Publicações Dom Quixote - Instituto de Inovação Educacional, 1995.

NUNES, Clarice & CARVALHO, Marta Maria Chagas. “Historiografia da educação e fontes”. IN: GONDRA, José Gonçalves (Org.). *Pesquisa em história da educação no Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

PALMA, Ana. *Monteiro Lobato e a gênese do Jeca Tatu*. 2003. Disponível em <<https://www.agencia.fiocruz.br/monteiro-lobato-e-a-g%C3%AAnese-do-jeca-tatu>>. Acesso no dia 7 de março de 2014.

PAZ, Ermelinda A. *Heitor Villa-Lobos, o educador*. Monografia. Brasília: INEP. 1988.

PERES, Ana Maria Félix. *A gravidez na adolescência e os efeitos na escolarização*. Monografia [Graduação em Pedagogia], Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2010.

POLLAK, Michael. “Memória e identidade social”. *Estudos Históricos*, vol. 5, nº 10, 1992.

PORTELLI, Alessandro. “O que faz a história oral diferente”. *Projeto História*. São Paulo: EDUC, n. 14, p. 25-39, fev/1997.

PORTELLI, Alessandro. “O massacre de Civitella Val di Chiana [Toscana: 29 de junho de 1944]: mito, política, luto e senso comum”. IN: FERREIRA, Marieta & AMADO, Janaína. *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006. p. 103-130.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Portal da Secretaria Municipal de Saúde. Disponível em: <<http://www.sms.rio.rj.gov.br/>>. Acesso no dia 15 de maio de 2014.

PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL. Decreto n. 3810 de 19 de março de 1932. Organiza o Instituto de Educação do Rio de Janeiro.

PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL. Decreto 8.546, de 22 de junho de 1946. Cria a Escola Normal Carmela Dutra. Disponível em: <www.jusbrasil.com.br>. Acesso nos dias 15 de junho a 18 de julho de 2013.

PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL. Decreto n. 12.171 de 31 de julho de 1953. Concede autonomia à Escola Normal Carmela Dutra. Disponível em: <www.jusbrasil.com.br>. Acesso nos dias 15 de junho a 18 de julho de 2013.

PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL Decreto nº 9.529 de 28 de dezembro de 1948. Regulamenta o ensino normal no Distrito Federal. Disponível em: <www.jusbrasil.com.br>. Acessado em 8 de janeiro de 2015.

SCHAFFRATH, Marlete dos Anjos Silva. “Escola normal: o projeto das elites brasileiras para a formação de professores”. Anais do I Encontro Interdisciplinar de Pesquisa em Artes, Faculdade de Artes do Paraná–FAP, Curitiba, 2008.

SCHMIDT, Benito Bisso. “Construindo Biografias... Historiadores e Jornalistas: Aproximações e Afastamentos”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC/ FGV, nº 19, p. 3-21, 1997.

SCHWARTZMAN, Simon. *Tempos de Capanema* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de; MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. “Educação escolar na Primeira República: memória, história e perspectivas de pesquisa”. *Revista Tempo*. Revista de História da Universidade Federal Fluminense, v.26, p. 32-55. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2008.

SCHULTZ, Theodore W. *O Capital Humano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SCOTT, Joan Wallach. “História das mulheres”. IN: BURKE, Peter. (Org.) *A Escrita da História*: São Paulo, Novas Perspectivas. Unesp, 1992.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia Marcondes de; EVANGELISTA, Olinda. *Política educacional*. 4.ed. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2007.

SILVA, Andreia Boeira Da. *Trabalho Voluntário Em Florianópolis*. Dissertação [Mestrado Acadêmico em EDUCAÇÃO]. Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

SILVA, Maria Carolina & LOPES, Sonia. “Do cenário às atrizes: Imagens do Instituto de Educação e suas normalistas (1930 – 1950)” IN: MENDONÇA, Ana Walesca. *História da Educação*: Dialogando com as fontes. Rio de Janeiro: Ed. Forma & Ação, 2010.

SILVA, Marta Vasconcelos Silva. *Construindo a identidade através das memórias*. Monografia [Graduação em Pedagogia], Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2011.

TANURI, Leonor Maria. “História da formação de professores”. *Rev. Bras. Educ.* n.14, pp. 61-88, 2000.

TEIXEIRA, Anísio. *Pequena introdução à filosofia da educação – a escola progressiva ou a transformação da escola*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

TORRINHA, Francisco. *Dicionário latino-português*. 3. ed. Porto: Marânus, 1945.

VAINFAS, Ronaldo. “História das mentalidades e história cultural”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro, Campus, 2011, p. 1-23.

VENZKE, Lourdes Helena Dummer. “Já não vos assistirá o direito de errar, porque vos competirá o dever de corrigir”: gênero, docência e educação infantil em Pelotas (1940 – 1960). [Tese de doutorado em Educação]. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

VIDAL, Diana Gonçalves. “Da caligrafia à escrita: experiências escolanovistas com caligrafia muscular nos anos 30”. *Rev. Fac. Educação*. São Paulo, V. 24, n. 1, pp. 126-140, Jan/Jun. 1998.

VIDAL, Diana & et al. *A reforma de Ensino no Distrito Federal (1927 - 1930)*., 2000. Disponível em: <www.usp.br/niephe/publicacoes/docs/REFORMA.PDF>. Acesso dia 7 de março de 2014.

VIDAL, Diana Gonçalves. “Por uma ampliação da noção de documento escolar”. In: SAVIANI, D. et al (Orgs.). *Instituições escolares no Brasil*. Campinas,SP: Autores Associados; Sorocaba,SP:UNISO; Ponta Grossa: UEPG, 2007, p. 59-71.

VILLELA, Heloisa. A primeira Escola Normal do Brasil. In: NUNES, Clarice (Org.). *O passado sempre presente*. São Paulo: Cortez, 1992. pp. 17-42.

XAVIER, Libania Nacif. *Para além do campo educacional: um estudo sobre o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932)*. Bragança Paulista, SP: EDUSF, 2002.

DIGITAIS

A Scientific Electronic Library Online. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>>. Acesso no dia 15 de Agosto de 2013.

Acervo da Alerj. Disponível em: <<http://www.alerj.rj.gov.br>>. Acesso no dia 18 de Novembro de 2013.

Acervo da Biblioteca Digital. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso no dia 20 de Setembro de 2013.

Acervo de teses e dissertações UERJ - Disponível em: <<http://www.bdt.d.uerj.br/>>. Acesso no dia 22 de Agosto de 2013.

Acervo de teses e dissertações UFF - Disponível em: <http://www.bdt.d.ndc.uff.br/tde_busca/>. Acesso no dia 17 de Agosto de 2013.

Acervo de teses e dissertações UFRJ - Disponível em: <http://fenix2.ufrj.br:8991/F?func=find-b-0&local_base=tdufrj>. Acesso no dia 19 de Agosto de 2013.

Acervo de teses e dissertações UNIRIO - Disponível em: <<http://www2.unirio.br/unirio/cla/ppgcla/ppgac/banco-de-teses-e-dissertacoes>>. Acesso no dia 23 de Agosto de 2013.

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Disponível em: <www.capes.gov.br> Acesso no dia 25 de Agosto de 2013.

IBGE. Recenseamento Geral do Brasil – 1º setembro de 1940, página 51. IBGE. Disponível em <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acessado em 16 de junho de 2014.

INEP. *Mapa do analfabetismo no Brasil*. Disponível em <http://www.publicacoes.inep.gov.br/arquivos/%7B3D805070-D9D0-42DC-97AC-5524E567FC02%7D_MAPA%20DO%20ANALFABETISMO%20NO%20BRASIL.pdf>. Acesso no dia 7 de março de 2014.

National Archives. Disponível em: <<http://www.archives.gov/>>. Acesso Dezembro/Janeiro/Fevereiro de 2014.

Portal Domínio Público. Disponível em: <www.dominiopublico.gov.br/>. Acesso no dia 15 de Agosto de 2013.

Portal GeoRio. Disponível em: <<http://portalgeo.rio.rj.gov.br/>>. Acesso no dia 02 de abril de 2014.

Portal UOL. Disponível em: <<http://portalcienciaevida.uol.com.br/>>. Acesso dia 04 de abril de 2014.

Repositório Digital Lume/UFRGS. Projeto Garimpendo Memórias. Centro de memória do Esporte/ Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Depoimento de Lygia Maria Lessa Bastos, 2003. Acervo da Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br>>. Acesso no dia 17 de Novembro de 2013.

The Federal Bureau Investigation. Disponível em: <<http://vault.fbi.gov/>>. Acessado Dezembro de 2013.

ACERVOS DOCUMENTAIS PESQUISADOS

Centro de Memória da Educação Brasileira do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro – CMEB/ISERJ

Fichas de professores

Centro de Pesquisa e Documentação de História Oral Contemporânea - CPDOC/FGV

Acervo Getúlio Vargas – Arquivo Áudio Visual – GV filme 004. BOTELHO (produtor). Uma vida a serviço do Brasil. [Vídeo-Filme]. Brasil/ Argentina, 1950. Rolo 1: 16 mm, acetato, som óptico AV p&b, 460 m, 44min. e 31 seg., cópia combinada.

Acervo Gustavo Capanema – Arquivo manuscrito – GC b Dutra, C.

DUTRA, Carmela. *Cartas*. 12/08/1941 a 04/10/1945, Rio de Janeiro. CAPANEMA, Gustavo. Rio de Janeiro. 3 cartas. Rolo 3 fot. 142 a 144. Cartas entre Carmela Dutra e Gustavo Capanema sobre pedidos diversos e felicitações enviadas. Rio de Janeiro.

CAPANEMA, Gustavo. *Cartas*. 12/08/1941 a 04/10/1945, Rio de Janeiro. DUTRA, Carmela. Rio de Janeiro. 3 cartas. Rolo 3 fot. 145 a 147. Cartas entre Carmela Dutra e Gustavo Capanema sobre pedidos diversos e felicitações enviadas. Rio de Janeiro.

Fundação Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso no dia 20 de Setembro de 2013.

Jornais e Revistas pesquisados sob a chave 1940 – 1949/ 1950 – 1959:

Jornal A Manhã, Jornal A noite, Jornal Correio da Manhã, Jornal Diário da Noite, Jornal Diário de Notícias, Jornal Gazeta de Notícias, Jornal Jornal do Brasil, Jornal O Globo, jornal Tribuna Popular, Revista A Ordem, Revista Jornal das Moças

Instituto de Educação Carmela Dutra - IECD

Arquivo Permanente do IECD – Pastas 01 – 05.

Livros de Notas – 1946, 1947, 1948.

Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade –PROEDES /UFRJ

Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos – números 1 a 26. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos/ Ministério da Educação e da Saúde.

ENTREVISTAS

ALVAREZ, Esther Natividade Vila. Entrevista concedida a Fábio Souza Lima em 10/11/2014.

ALVES, Duílio Ramiro. Entrevista concedida a Fábio Souza Lima em 06/11/2013.

ARANHA, Silvia de Azevedo. [08/11/2014]. Entrevista cedida a Fábio Souza Lima em 08/11/2013.

ENÉAS, Zilá Simas. [20/11/2014]. Entrevista concedida a Fábio Souza Lima em 20/11/2013.

FREIRE, Dirce Montorfano. Entrevista cedida a Fábio Souza Lima em 27/11/2013.

MOLINARI, Arlette. Entrevista concedida a Fábio Souza Lima em 22/11/2013.

URURAHY, Neyde Bravo. Entrevista concedida a Fábio Souza Lima em 26/11/2013.

MÚSICAS

LACERDA, Benedito & NASSER, David. Normalista. Intérprete: Nelson Gonçalves. Rio de Janeiro, 1949. Disponível em: <http://www.dicionariompb.com.br/nelson-goncalves/dados-artisticos>. Acessado dia 13 de janeiro de 2015.

ANEXOS

Anexo I

1. Havia uma preferência pelo I.E. ou pela ENCD?
2. A senhora já havia tentado entrar para o ginásio do I.E.?
3. Como a senhora ficou sabendo sobre a abertura de uma nova escola de formação normal, mas agora em Madureira e com as mesmas características que tinha o I.E.?
4. Como a família da senhora viu a sua decisão de fazer o curso de formação de professoras?
5. A senhora também participou da primeira seleção para a ENCD? Como foi?
6. Como foi o segundo concurso?
7. A senhora já sabia exatamente onde iria estudar (prédio, localidade)?
8. É verdade que pouco depois houve uma proposta de acabar com a escola?
9. Como era a relação com as alunas do I.E.?
10. Havia apenas dois meninos na turma de vocês. Como foi a relação de vocês?
11. Como foi o processo de criação do uniforme da ENCD?
12. Como as pessoas viam as senhoras com aquele uniforme?
13. Como se deu o processo de criação do símbolo da ENCD no broche dos alunos?
14. Como era para vocês, serem chamadas de “carmelitas”?
15. Havia falta de professores para vocês?
16. De onde os professores vieram?
17. Existiam professores que trabalhavam nas duas escolas, no I.E. e na ENCD?
18. Os professores fizeram algum tipo de comparação entre vocês e as alunas do I.E.?
19. Como era a estrutura da escola? O mobiliário, como era? E o prédio?
20. Como era o entorno da ENCD?
21. E os estágios que vocês faziam? Como eram?
22. Havia falta de professores primários nessas regiões?
23. A Dona Carmela Dutra alguma vez visitou vocês na escola?
24. E outras autoridades? O Prefeito Mendes de Moraes? Como foram essas visitas?
25. Como foi a inauguração do retrato da Patrona da Escola?
26. Na época em que você era aluna, falava-se na construção de um novo prédio para escola?
27. E na hora de somar os pontos para escolher as escolas, como foi?
28. Como a senhora analisa a influência do ensino da ENCD em sua trajetória de vida?
29. O que a senhora mudaria na escola ENCD e em sua vida, se pudesse voltar no tempo?
30. O que mais a senhora gostaria de deixar registrado nesta data?

Anexo II

Termo de Consentimento Livre e esclarecido

As normalistas chegam ao subúrbio – A história da Escola Normal Carmela Dutra: da criação à autonomia administrativa (1946 – 1953)
Coordenador da Pesquisa: Fábio Souza Correa Lima – CPF: 06982146766
E-mail: fabio.souzalima@ig.com.br
Tel.: 98273-4517

Eu, _____, nacionalidade _____
_____, CPF _____, portador da carteira de identidade
nº _____ emitida pelo _____ residente e domiciliado em
_____, aceito participar da pesquisa

As normalistas chegam ao subúrbio – A história da Escola Normal Carmela Dutra: da criação à autonomia administrativa (1946 – 1953). Tal pesquisa tem justifica-se por não haver ainda produção acadêmica sobre essa importante instituição de ensino. Assim sendo, os objetivos desta pesquisa são: reconstruir a história da Escola Normal de modo geral, e mais especificamente: a) Estudar o processo de expansão de formação dos professores normalistas no Rio de Janeiro (D.F.) da década de 1940 e os interesses ligados a difusão de novos valores e ideias republicanas; b) Analisar os motivos pelos quais o Governo decidiu pela instalação do ENCD em Madureira e saber em sob quais condições esse procedimento se deu e c) Conhecer os projetos e os interesses envolvidos no processo de autonomia pedagógica e administrativa da Escola Normal Carmela Dutra. Tal entrevista será realizada sob a metodologia da História Oral, constituída, neste caso, em questionários semi-estruturados. Caso não deseje, não será obrigado (a) a participar da pesquisa como depoente, como também poderá desistir, a qualquer momento, sem sofrer qualquer penalidade. As entrevistas serão gravadas, caso você autorize, mas sua identidade pode ser preservada em todas as fases da pesquisa, se este for o seu desejo. Após a transcrição da entrevista, você receberá uma via e caso não concorde com o que está escrito, poderá solicitar mudanças no texto para que não seja submetido a qualquer tipo de constrangimento ou prejuízo moral. Não haverá para o depoente qualquer despesa, visto que os custos resultantes da pesquisa ficarão a cargo dos pesquisadores envolvidos. Assim, autorizo o uso de minha imagem, som da minha voz, nome e dados biográficos por mim revelados em depoimento pessoal concedido, além de todo e qualquer material entre fotos e documentos por mim apresentado para compor obras diversas de preservação histórica, que venham a ser planejadas, criadas e/ou produzidas por ela, quando destinadas à divulgação acadêmica e/ou para formação de acervo histórico.

A presente autorização abrange os usos acima indicados tanto em mídia impressa (livros, catálogos, revista, jornal, outdoor, entre outros) como também em mídia eletrônica (video tapes, filmes para televisão aberta e/ou fechada, cinema,

Termo de Consentimento Livre e esclarecido

As normalistas chegam ao subúrbio – A história da Escola Normal Carmela Dutra: da criação à autonomia administrativa (1946 – 1953).

Coordenador da Pesquisa: Fábio Souza Correa Lima – CPF: 06982146766

E-mail: fabio.souzalima@ig.com.br

Tel.: 98273-4517

documentários para cinema ou televisão, programas para rádio, entre outros), internet, banco de dados informatizado, multimídia, CD-ROM, CD-I (“compact-disc” interativo), “home vídeo”, DAT (“digital áudio tape”), DVD (“digital video disc”), suportes de computação gráfica em geral e/ou divulgação científica de pesquisas e relatórios para arquivamento e formação de acervo histórico, sem qualquer ônus ao entrevistador, Fábio Souza Correa Lima, CPF 06982146766, que poderá utilizá-los em todo no projeto supra citado, de natureza acadêmica. Por esta ser a expressão da minha vontade, declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos a minha imagem ou som de voz, ou a qualquer outro, e assino a presente autorização.

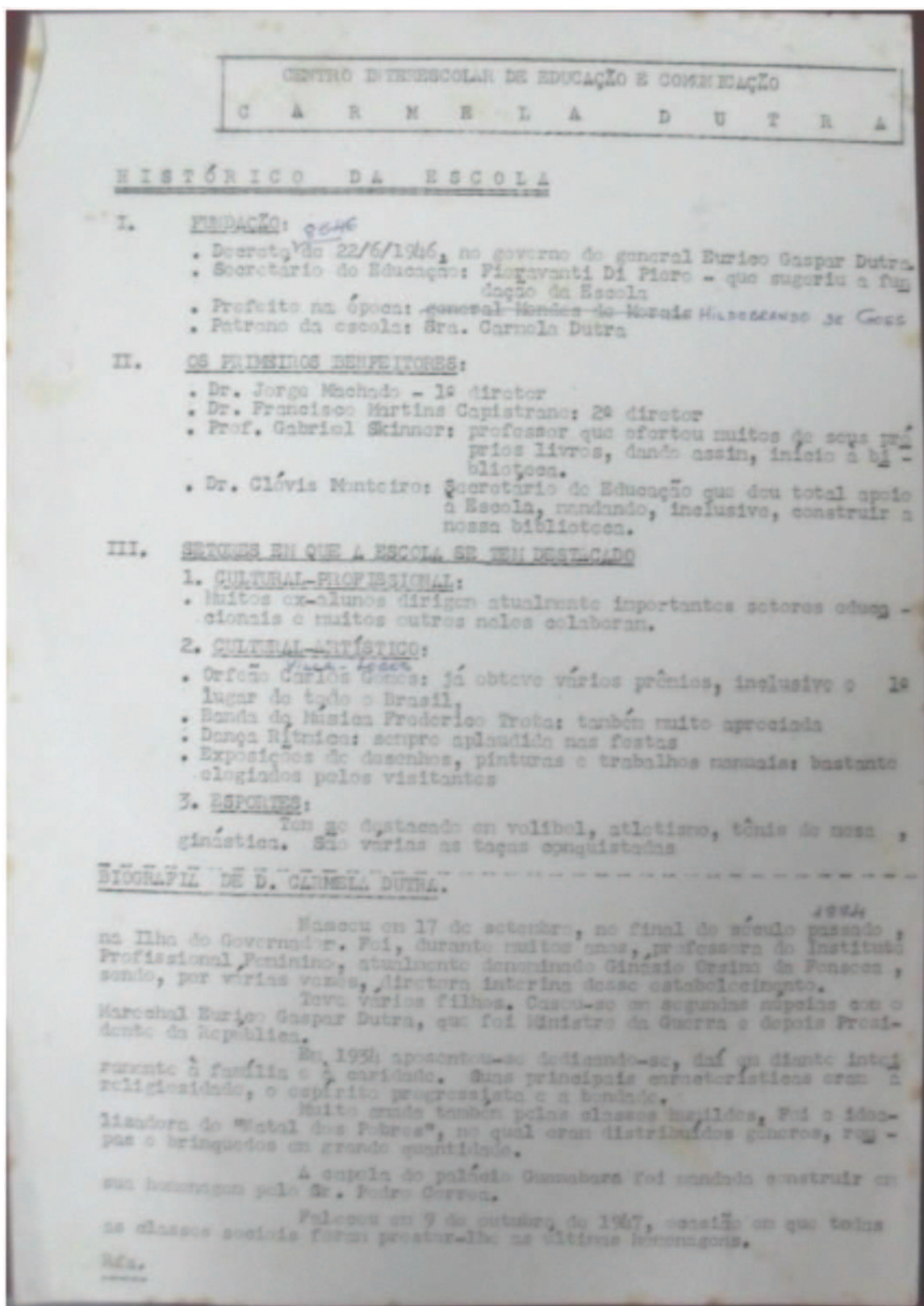
_____, ____ de _____ de _____

Assinatura do Entrevistado

_____, ____ de _____ de _____

Assinatura do Coordenador da pesquisa: Fábio Souza Lima – CPF:06982146766

Anexo III



Anexo IV

ABATALLA

Director — JULIO BARATA

ANNO XI — Rio de Janeiro, Quarta-feira, 23 de Novembro de 1938 — N.º 3.771

Em festas a Villa Militar

Além de outras solemnidades, será inaugurada amanhã a Villa dos Sargentos, em Deodoro

Para as solemnidades que se realizarão amanhã, na Villa Militar, foi organizado pelo commandante daquela guarnição o seguinte programma:

1.ª PARTE

NA ESCOLA ROSA DA FONSECA

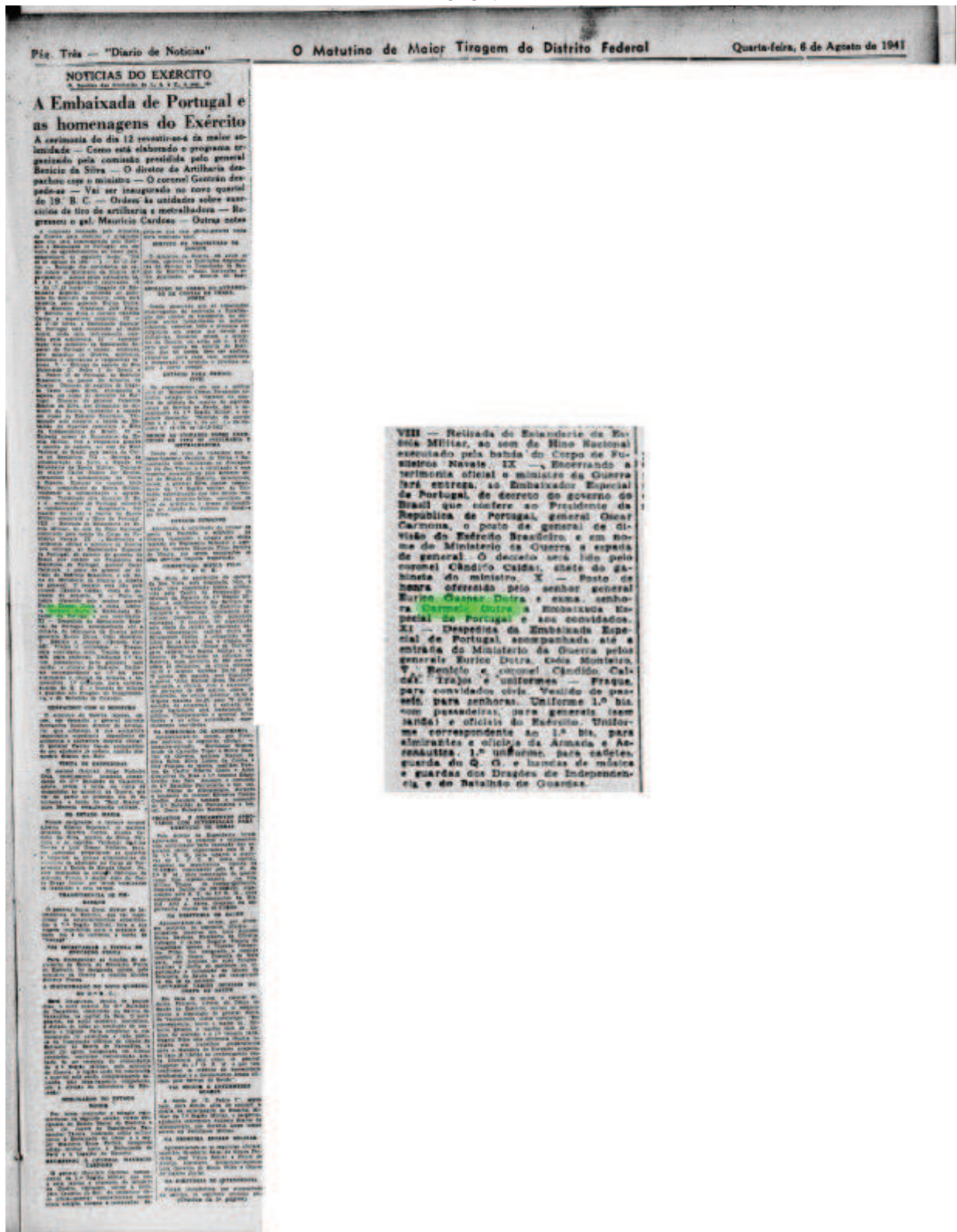
Às 7 horas — Missa campal, celebrada pelo padre Elder Camara, com acompanhamento de orchestra e de canto e oração pelo celebrante, primeira comunhão de alumnos da Escola Rosa da Fonseca; às 8 horas — juramento das promessas do baptismo e distribuição de di-
nomas aos neo-communhantes; às 8,30 horas — Chocolate para os commungantes; às 9,30 horas — Recepção das altiss autoridades civis e militares; às 9,30 horas — Inauguração da exposição de trabalhos dos alumnos da Escola Rosa da Fonseca, realizados no anno lectivo de 1938.

2.ª PARTE

NA VILLA DOS SARGENTOS

Às 10 horas — Recepção do ministro da Guerra - prefeito do Districto Federal e suas dignissimas esposas, às 10,15 horas — Mensagem ás altiss autoridades pedindo denominações para a praça e avenidas da Villa dos Sargentos. Oração pela directora da Escola Rosa da Fonseca; às 10,30 horas — Entrega das chaves das casas dos argento pelos sras. d. Carmela Dutra e Jacyra Bastos Dodsworth. Allocução pelo commandante da Guarnição da Villa Militar e Deodoro; às 11 horas — Visita ás casas dos sargentos e appetitivo aos convidados e ás 11,30 horas — Despedida das autoridades e convidados.

Anexo V



Diário de Notícias, 6 de agosto de 1941. Disponível em: www.hemerotecadigital.bn.br. Acessado dia 25 de maio de 2014.

Anexo VI

3.ª, Três — "Diário de Notícias"

O Matutino de Maior Tiragem do Distrito Federal

Sábado, 24 de Fevereiro de 1945

NOTÍCIAS DO EXÉRCITO

IMPOSSOU-SE, ONTEM, O NOVO DIRETOR GERAL DO ENSINO DO EXÉRCITO
Poucos minutos a todos os generais desta Guarnição — Convocação de aspirantes da Reserva —
Passagem de insígnias — Avisos aos alunos do C. F. O. R. — Instrução dos Quêdros e da Tropa
— Movimento nas Direções — Outras notas

Um dos maiores leitos das armas brasileiras no "front" europeu
A comemoração feita ao ministro da Guerra —
Monte Castelo em poder dos aliados



DECRETOS NA PASTA DA GUERRA
Constituições, nomeações, promoções e outras atos

DETALHE

BENÇÃO DA CAPELA DE NOSSA SENHORA DAS VITÓRIAS

Com a presença de altas autoridades eclesásticas, civis e militares, realizou-se, hoje, a benção da Capela construída pelos soldados do 1.º Batalhão de Caçadores, sob a direção do capitão Carlos Agostini, por iniciativa do coronel Lamartine Peixoto Pais Leme, comandante daquela Unidade, na Vila Militar; general Silva Junior, em Petrópolis, servindo de madrinha a sra. Carmela Dutra, esposa do general Eurico Gaspar Dutra.

A cerimônia contará com a presença de D. José Pereira Alves, que dará a benção ao templo, devendo comparecer, especialmente convidado, D. Aloisio Massela, Nuncio Apostólico; terá início às 10 horas e 30 minutos.

A primeira missa na nova capela será rezada pelo pároco local, monsenhor Francisco Gentil Costa.

CONVOCAÇÃO DE ASPIRANTES PARA ESTAGIO DE INSTRUÇÃO

Os aspirantes convocados pela 1.ª Região Militar para um estágio de instrução, deverão comparecer na 3.ª Seção do Estado Maior da 1.ª Região Militar, às 8 horas da manhã, dos dias marcados; na convocação, e não às 18 horas como, por equívoco, saiu publicado na edição anterior.

A "VITÓRIA" QUE ESTAVA EM PODER DA FÁBRICA DA ESTRELA

O ministro Eurico Dutra recebeu um ofício do titular da Educação, no qual esta autoridade comunica que já se acha incorporada às coleções da Casa de Rui Barbosa a "Vitória" que pertenceu a Rui Barbosa e estava em poder da Fábrica de Pólvora da Estrela, bem como agradece a interferência do general Eurico Dutra não somente para a aquisição como para o transporte da referida peça, ora integrada no conjunto de recordações da vida do grande brasileiro.

HOMENAGEADO O MAJOR SATURNINO

Anexo VII

PÁGINA OITO -- PRIMEIRA SEÇÃO

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

QUINTA-FEIRA, 9 DE SETEMBRO DE 1943

Instituto de Professores Públicos e Particulares

Solicitam-nos a divulgação do seguinte: "Os Instituto de Professores Públicos e Particulares, reunido na última quinta-feira, resolveu entre outros os seguintes assuntos: 1) Oficiar ao sr. ministro da Aeronáutica solicitando-lhe marcação da data para entrega do avião "Prof. Mario Barreto" que se encontra à disposição da F.A.B. no Fluminense Yacht Clube; 2) Designar o prof. Luiz Rondelli para substituir na vice-presidência o prof. Oscar Cunha, vice-presidente licenciado; 3) Oficiar à Light and Power, solicitando-lhe desconto de 50 % ou preço único de Cr\$ 50,00 nos aluguéis dos bondes para transporte dos escolares das escolas primárias, nas solenidades cívicas.

Este Instituto agradece às escolas que colaboraram em prol da festividade levada a efeito em 1.º do corrente, no campo de São Cristóvão, para entrega da bandeira ao 1.º Batalhão de Engenheiros, onde compareceram várias autoridades militares e civis e a exma. sra. Carmela Dutra, esposa do exmo. ministro da Guerra, especialmente convidada para paraninhar o ato.

Ficam convidados todos os socios para a próxima reunião, sob a presidência do major Frederico Trota, quinta-feira próxima, dia 9 do corrente, às 17 horas".

Diário de Notícias, 9 de setembro de 1943. Disponível em: www.hemerotecadigital.bn.br. Acessado dia 25 de maio de 2014.

Anexo VIII



Jornal do Brasil, 28 de julho de 1937. Disponível em: www.hemerotecadigital.bn.br. Acessado dia 25 de maio de 2014.

Anexo IX



Anexo X



Gazeta de Notícias, 26 de fevereiro de 1946. Disponível em: www.hemerotecadigital.bn.br. Acessado dia 25 de maio de 2014.

Anexo XI

GAZETA DE NOTÍCIAS Quarta-feira, 27-2-1946

Como se manifestam os pais e as 177 candidatas ao Instituto de Educação

Homenageada a "Gazeta de Notícias" pela atitude adotada diante da questão — Como falaram a intérprete do pensamento das manifestantes e o nosso companheiro Mirbel Dantas —
Uma linda cesta de flores, símbolo da gratidão juvenil



Um grupo de manifestantes na redação de GAZETA DE NOTÍCIAS, sendo recebido pelo nosso companheiro Mirbel Dantas.

Arreboladas das suas respectivas pais, estiveram antes, em visita de agradecimento à GAZETA DE NOTÍCIAS, pelo patrocínio de sua causa. Iniciado em 10 do mês findo, as 177 candidatas ao Instituto de Educação que, embora tendo passado na rigorosa prova a que se submeteram, tiveram suas inscrições canceladas, sob pretexto da falta de vagas.

Anunciando a Secretaria (Gora) de Educação, disposto a trabalhar na solução do problema da ensino e da educação da Metrópole Brasileira, o Professor Norvaldo de Faria, diretor de todo ponto a estudar o assunto em busca de resolvê-lo, satisfatoriamente, uma vez que a existência de crianças em idade escolar, sem ensino para se alfabetizar, impunha e ainda impõe a necessidade de preparar uma equipe de professoras superiores, no mínimo, a dois mil, a equipe atual.

Com esse primeiro passo, dado em prol da solução do grandioso problema, deixado aos cuidados de toda a imprensa, o Professor Norvaldo de Faria, comprou um dos exemplares de seu programa.

A GAZETA DE NOTÍCIAS, que desde o governo do Sr. Linhares vinha se batendo por tão justa causa, não podia recusar a manifestação de agradecimento de que foi alvo, simplesmente porque o seu chefe superior, hoje distinguido também a Secretaria Geral de Educação e Cultura, deu a questão a solução definitiva.

Interpretando o pensamento das

homenageadas, a Professora Encosta Faria proferiu o seguinte discurso: "A imprensa é um dos pilares da vida moderna. E ela é passiva da liberdade e embora encuada ou reduzida ao silêncio por motivos independentes de sua vontade, sempre encontra meios de punir pelo Direito e pela Justiça.

No caso das 177 meninas do Instituto de Educação, a imprensa tem se resistido incansável e foi a poderosa alavanca com que essas jovens conseguiram transpor todos os obstáculos para serem realizadas seus sonhos e respeitados seus direitos.

Naive todos os jornais, que espontaneamente patrocinaram essa causa, isto justifica a GAZETA DE NOTÍCIAS vem-se destacando pela justiça de suas concepções e pela energia de suas afirmativas. E por tudo isso que essas 177 jovens não poderiam deixar de exprimir, de público, seus mais sinceros agradecimentos ao Sr. Mirbel Dantas, pelo muito que tem feito nesta causa, pois desde que solicitamos a sua colaboração, nunca mais abandonou o assunto até que o mesmo obtivesse êxito.

A GAZETA DE NOTÍCIAS, portanto, as entusiásticas homenagens das 177 jovens agora felizes, e o voto de uma prosperidade crescente, para que continue sempre com o mesmo entusiasmo de punir pelo direito e pela justiça... e só assim estará cumprindo a finalidade precípua da imprensa.

Ao Sr. Mirbel Dantas, a nossa gratidão; aos seus colegas, o nosso reconhecimento e votos de prosperidade".

Em seguida, as futuras professoras do nível educacional que, depois de difícil campanha, conseguiram vencer, ofereceram-lhes uma linda cesta de flores, com esta dedicatória:

Fotografias dos Estados Unidos na Biblioteca Nacional

Será inaugurada, na entrada da Biblioteca Nacional, hoje, às 10 hs, uma exposição de 60 fotografias dos Estados Unidos.

As fotografias são apresentadas em estilo "salon" e representam vinte e cinco dos quarenta e oito Estados da União. Foram selecionadas entre milhares de fotos tiradas por fotógrafos de todas as regiões dos Estados Unidos.

Fazem parte desta exposição fotografias da cidade de Nova York, de Washington, de livros e mapas de vários pontos do país e fotografias de fases dos trabalhos agrícolas e de criação de gado.

Entre os motivos fotográficos expostos sobressaem as Universidades de Notre Dame, Yale e Georgetown, as barcas do rio Mississippi, fazeis da paisagem de arco e muitos outros interessantes aspectos dos Estados Unidos.

A Biblioteca Nacional está aberta todos os dias, de 10 às 12 horas, nos sábados das 10 às 13 horas e aos domingos das 13 às 18 horas.

"Com as corações repletos de alegria, enviamos estas flores à redação do jornal mais simpático da cidade. As 177 alunas admitidas no Instituto de Educação".

Por último, em inclusive improvável, o nome do companheiro Mirbel Dantas, em nome desta filha, agradecerão a recente homenagem, após focular o papel apostólico da profissão, como guia das gerações colocadas sob a sua guarda. E fez um apelo, aquela que, desde este momento passaram a fazer o futuro de sua vocação, tendo que enfrentar o reacionarismo dos milhões obscuros do ensino, no sentido de que não esquecessem que socialmente ainda teria que fazer um árduo e difícil peregrinação.

Entrega da Medalha Rio-Branco aos membros dos Gabinetes Civil e Militar da Presidência da República

Restaurar-se, ontem, pela manhã, no Palácio Guanabara a entrega da medalha Rio Branco aos membros dos Gabinetes Civil e Militar do Presidente da República. Representando o Gabinete Civil, compareceu o Secretário Roberto Assunção que pre-



Gazeta de Notícias, 27 de fevereiro de 1946. Disponível em: www.hemerotecadigital.bn.br. Acessado dia 25 de maio de 2014.



Jornal do Brasil, 27 de fevereiro de 1946. Disponível em: www.hemerotecadigital.bn.br. Acessado dia 25 de maio de 2014.

Anexo XII

"Escola Normal D. Carmela Dutra"
UM GRUPO DE EDUCADORES DE MADUREIRA DIRIGE-SE AO SECRETARIO DA EDUCAÇÃO, PEDINDO SUA FUNDAÇÃO NAQUELE POPULOSO BAIRRO

O Secretário Geral de Educação e Cultura do Distrito Federal, Professor Floravanti di Piero, acaba de receber dos educadores de Madureira o seguinte telegrama: "Exmo. Sr. Professor Floravanti di Piero, D. D. Secretário Geral de Educação e Cultura do Distrito Federal: Representando e traduzindo pensamento e sentimento educadores nobre população prospero e populoso bairro Madureira, dirigimo-nos a V. Excia. apelando para seu espirito patriótico, empreendedor, progressista e clarividente no sentido de instalar nesta localidade uma das escolas Normais que a Municipalidade tem em vista fundar, sugerindo ao mesmo tempo que lhe seja dado o nome da digníssima esposa do Exmo. Sr. Presidente da Republica, D. Carmela Dutra.

Respeitosas saudações. — Prof. José Schiavo, diretor do Instituto S. Sebastião; Prof. B. Arnoni Bevilacqua, diretor do Instituto Vaz Lobo; Prof. Artur Lemos de Castro, diretor da Escola Castro; Professora D. Alice Machado de Miranda, diretora do Colegio São João; Prof. Wladimir Gusmão de Andrade, diretor do Instituto Madureira; Professora Palmira Nunes Leite, diretora do Curso Brasil; Prof. Sebastião Freitas, diretor do Colegio Assunção; Professora D. Noemia Brasileira da Rocha, diretora do Colegio Santa Catarina; Prof. Ernane Alves de Macedo, diretor do Instituto Iraja; Prof. Epifanio Cavalcanti Simões, diretor da Escola S. Sebastião; Professora Elza da Silva Agra, diretora do Instituto Agra".

Fundada a Associação de Ensino Primário do Rio de Janeiro

Por iniciativa dos Professores José Schiavo e B. Arnoni Bevilacqua, respectivamente diretores do Instituto S. Sebastião e Instituto Vaz Lobo, acaba de ser fundada, na sede do 10º Distrito

JORNAL DO BRASIL

Educacional, com a cooperação dos principais educadores do prospero e populoso bairro de Madureira, a Associação de Ensino Primário do Rio de Janeiro, cujas finalidades se resumem nos seguintes pontos: manter o intercambio cultural entre diretores e professores de estabelecimento de ensino primário; organizar conferencias de interesse pedagogico; tratar e realizar em conjunto comemorações civicas e patrioticas; cooperar com as autoridades do ensino e prestigiá-las; defender os interesses da classe; estudar um meio de assegurar beneficios reciprocos entre seus associados. Sua sede será a "Escola Barão do Rio Branco", onde funcionam o 10º Distrito Educacional e o Ginásio Barão do Rio Branco, da Municipalidade.

Integram a Comissão fundadora os professores: José Schiavo, diretor do Instituto S. Sebastião; B. Arnoni Bevilacqua, diretor do Instituto Vaz Lobo; Prof. Epifanio Cavalcanti Simões, diretor da Escola S. Sebastião; Padre João Barreto de Alencar, diretor do Instituto S. Mateus; Prof. Ernane Alves de Macedo, diretor do Instituto Iraja; Professora D. Alice Machado de Miranda, diretora do Colegio S. João; Professora Noemia Brasileira da Rocha, diretora do Colegio Santa Catarina; Professora Elza da Silva Agra, diretora do Instituto Agra; Prof. Dr. Azael Pontes, diretor do Instituto Lagrange; Padre Guilherme Ferreira dos Santos, diretor do Externato Coração de Jesus e do Instituto S. Sebastião; D. Maria Candida Marques, diretora do Instituto Marques.

Anexo XIII

NOTÍCIAS — 8 —

O que pensamos sôbre... A significação de uma homenagem feliz

GIL AMORA.

Nenhum ato praticado pelo Executivo Municipal se revestiu de maior significação simbólica, do que esse em boa hora praticado pelo Sr. Hildebrando de Góis, dando o nome da ilustre dama, D. Carmela Dutra, a um grupo escolar da Capital Federal.

Precisamente no instante em que as forças desagregadoras da nacionalidade desencadeiam terrível ofensiva contra nossos costumes tradicionais, com os quais o Brasil venceu todas as vicissitudes no passado e, agora, enfrenta a terrível crise da reconstitucionalização e reimplantação do regime democrático, em meio de profundas transformações políticas e administrativas, a aposição de um nome que simboliza as virtudes da mulher brasileira, seu sentimento de solidariedade conjugal, seu heroísmo aureolado pela simplicidade e engrandecido pelo valor moral, que todos reconhecem na personalidade impressionante da ilustre esposa do Presidente da República, representa, com efeito, uma declaração vigorosa de fé e um inconfundível compromisso de honra, afirmando a decisão nacional de defender a sagrada instituição da família, no que esta tem de mais sublime e de mais caracteristicamente brasileiro, isto é, a esposa exemplar, companheira de todas as horas e de todas as vicissitudes e mãe extremosa e educadora inigualável, dotes de coração e de inteligência que engrinaldam a vida da virtuosíssima dama que Deus deu por companheira desse grande e autêntico brasileiro, expressão legítima da raça que escreveu as epopeias das "bandeiras" e estendeu as fronteiras pátrias até aos confins do Orenoco, e que é o Presidente Eurico Gaspar Dutra.

Ninguém poderá ver na oportuna homenagem prestada pelo Prefeito Hildebrando de Góis e pelo seu digno Secretário de Educação e Cultura, o meu dileto amigo Fioravanti Di Piero à Primeira Dama do Brasil, outro significado senão aquele que decorre da necessidade social de fortalecer o periclitante sentimento de amor à família através de atos que gravem no espírito das novas gerações o respeito e a admiração por aquilo que nós, brasileiros, temos de mais caro, de mais sagrado e de mais defensável, a fim de que a propaganda dissolvente difundida por aqueles que se encontram a serviço de idéias e de costumes diferentes dos nossos, sintam a inutilidade de seus esforços, diante da impavidez com que os homens e as mulheres do Brasil defendem os princípios tradicionais da família.

As crianças brasileiras poderão ver no nome da digna senhora que lhe patrocina o segundo lar que é a escola, a reprodução fiel de suas extremosas mães, desvelosas nos cuidados e incansáveis nos esforços de prover a educação dos filhos, dando-lhes aquela formação moral que é o segredo do êxito na vida social.

Ficarão as crianças brasileiras cientes que a virtuosíssima esposa do "Presidente de todos os brasileiros", outra aspiração não tem senão de ser mãe de todas as crianças do Brasil, de vez que toda a existência de D. Carmela Dutra é a sublimação dos sentimentos de mãe e de esposa, ferjendo com sua vontade, inteligência e bondade, um braço que toda no mundo há que iguale e que se denomina um lar perfeito.

Praticar um ato de tamanha significação moral como o veio de realizar o Chefe do Executivo da Capital da República revela uma personalidade apurada e uma penetrante capacidade de assumir atitudes oportunas e vigorosas.

O nome de D. Carmela Dutra a frente de um grupo escolar é uma declaração de princípios.

É a afirmação de fé que se não aquebranta e que não ferece, de que o Brasil brasileiro, isto é, o Brasil dos que receberam as luzes espirituais de mães que se sacrificam pelos seus filhos, e que transmitem tais princípios inabaláveis e intransigentes, aqueles que são seus descrementes, o Brasil que coloca a instituição da família acima de todas as demais instituições, porque aquela é que deve fundamentar estas, o Brasil de nossos antepassados, o Brasil cristão está bem vivo, cada vez mais vigoroso e disposto a enfrentar corajosamente a onda de subversão que cresce no prelo das paixões políticas, mas que não terá poder de derrubar a fortaleza de nossos costumes tradicionais.

Se o nome de Eurico Gaspar Dutra já é uma bandeira de conclamação de todos os brasileiros na defesa do regime democrático, o não menos ilustre nome de sua virtuosíssima esposa, D. Carmela Dutra, é uma chama que convida todos os brasileiros a se unir no bom combate de resguardar a família brasileira das forças desagregadoras que ameaçam sua tranquilidade.

Esta é a profunda significação da feliz homenagem em boa hora prestada pelo Prefeito Hildebrando de Góis e pelo Secretário Fioravanti Di Piero à personalidade simbólica da Primeira Dama do Brasil.

Anexo XIV



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO OFICIAL

SEÇÃO II

ANO VII – N.º 146 CAPITAL FEDERAL QUARTA-FEIRA, 26 DE JUNHO DE 1946

DECRETO N.º 8.546 — DE 22 DE JUNHO DE 1946

Cria, na Secretaria Geral de Educação e Cultura, a Escola Normal "Carmela Dutra", em Madureira, e dá outras providências

O Prefeito do Distrito Federal:

Considerando que a Escola Normal do Instituto de Educação é insuficiente para comportar maior número de candidatos ao magistério primário;

Considerando ainda que, por tradição, a denominação Escola Normal é a que melhor traduz as finalidades específicas dos estabelecimentos destinados à formação de docentes normalistas;

Considerando que é de todo justo dar realce ao incansável trabalho dos professores, cuja dedicação bem se simboliza no passado de devotamento de D. Carmela Dutra; e

Usando da atribuição que lhe confere o art. 7.º, item 4.º, do Decreto-lei n.º 96, de 23 de dezembro de 1937, decreta:

Art. 1.º Fica criada uma Escola Normal, em Madureira, com a denominação "Escola Normal Carmela Dutra", e que terá a mesma finalidade e organização do Curso Normal do Instituto de Educação, devendo ser enquadrada, com a sua congênere, às bases da Lei Orgânica do Ensino Normal (Decreto-lei n.º 8.530, de 2 de janeiro de 1946).

Art. 2.º A "Escola Normal Carmela Dutra" passa a ser parte integrante do Instituto de Educação, com um diretor subordinado ao do ITE, de nomeação do Prefeito, mediante proposta do Secretário Geral de Educação e Cultura.

Art. 3.º O corpo docente da "Escola Normal Carmela Dutra" será constituído de professores efetivos classificados em provas públicas de capacidade para as disciplinas inerentes às três séries do Curso.

Art. 4.º O professor efetivo da Municipalidade, lotado no Departamento de Educação Técnico-Profissional, e que já pertenceu à antiga Escola Normal, poderá ser transferido para o quadro da "Escola Normal Carmela Dutra" a critério da administração.

Art. 5.º Em época, que será fixada pela Secretaria Geral de Educação e Cultura, proceder-se-á ao exame de admissão ao primeiro ano da nova Escola, na forma da legislação em vigor.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

Distrito Federal, 22 de junho de 1946, 38.º da República.

HILDEBRANDO DE ARAUJO GÓES.

PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL. Decreto 8.546, de 22 de junho de 1946. Cria a Escola Normal Carmela Dutra. Disponível em: www.jusbrasil.com.br. Acesso nos dias 15 de junho a 18 de julho de 2013.

Anexo XV



Voltou-nos, ontem, numeroso grupo de candidatas à **Escola Normal Carmela Dutra**. Vieram os estudantes dizer-nos das dificuldades que têm encontrado para o ingresso naquele estabelecimento, desde os exames de sanidade física, excessivamente rigorosa, até a primeira prova eliminatória ontem realizada. Segundo nos adiantaram, esta prova foi planejada em desacordo com o nível mental das candidatas, em sua quase maioria recém-saídas da quarta série ginasial. São exames que se destinam a alunos de curso superior ou a concorrentes à Escola Nacional de Engenharia. Em assim sendo, as visitantes formulam, por nosso intermédio, um apelo ao secretário de Educação e Cultura, no sentido de a. a. mandar rever as questões dadas e submetê-las a novas provas.

As alunas exibiram-nos cópia das questões sorteadas em matemática. Adiante, divulgámo-las para conhecimento do secretário de Educação:

1.ª Questão:
Calcule a área de 1 trapézio, inscrite do qual uma das bases é "h" e cada um dos lados não paralelos, "m". Saiba-se que:

I — "m" contém tantas unidades quantas são os números de quatro algarismos divisíveis por todos os números de um algarismo;
II — "h" é dado pela condição de que as equações
 $2x - 10x + b = 0$
 $Y2 - 11y - b = 0$
tenham uma raiz comum;
III — o perímetro do trapézio é igual ao número de lados do polígono convexo que admite 170 diagonais distintas.

2.ª Questão:
Dado o sistema
 $Kx - 2y = k + 2$
 $3x + (k - 5)y = 2k + 2$
calcule "k" de forma que:
I — as equações sejam incompatíveis
II — o sistema seja indeterminado.

3.ª Questão:
Defina a divisão de um segmento em média e extrema razão, deduza a fórmula do segmento áureo e descreva, justificando-a, a construção geométrica para obter o segmento áureo.

Ainda de acordo com informações das visitantes, de 425 alunas que se submeteram à prova de matemática, só 3 acertaram os problemas.

Não lhes passou despercebida a atitude pouco elegante dos inspetores do Instituto, ironizando a sorte das candidatas eram facilidades que as questões eram facilitadas. Tiveram a impressão de que havia sido formado um ambiente hostil para recebê-las, falta de professores (tanto assim procederam. Diante disso, desejamos os reclamantes a melhor

Vestibular de Medicina
Está funcionando o curso de revisão para o Concurso de Habilitação na Faculdade de Ciências Médicas, à rua Fonseca Teles, 121. A Faculdade dispõe de residência para os estudantes.

Inglês — Francês — Russo — Alemão
Professor filólogo europeu formado em diversas universidades europeias. Laranjeiras, 210. At. 811 — Tel. 25-5783.

ART. 91
Exames de 2.ª época
Resumos de pontos mimeografados, elaborados por ilustres professores do Colégio Pedro II. — Instituto de Ciências e Letras. — Avenida Rio Branco n.º 179 — 10.º andar, sala 1.034. Tel. 42-7280.

ART. 91
Licença ginasial para maiores de 17 anos
Turmas pela manhã, à tarde e à noite. Instituto de Ciências e Letras, Av. Rio Branco, 120, 10.º sala 1.034/35. (Associação dos Empregados no Comércio).

Concursos do DASP
INSCRIÇÕES REABERTAS
Escriturário — Oficial Administrativo e Inspetor do Trabalho

Anexo XVI

EDUCAÇÃO E ENSINO

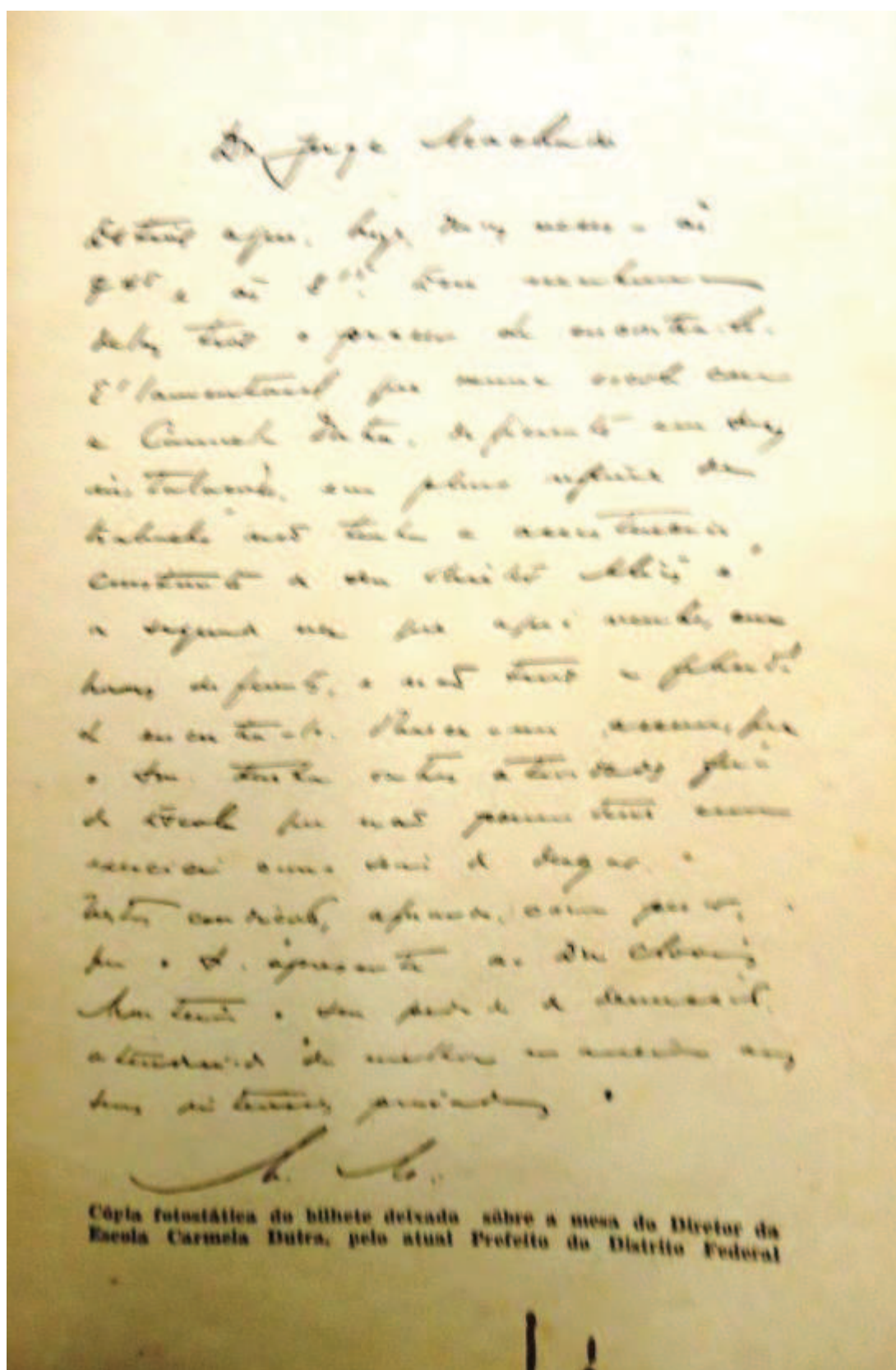
| ENSINO MUNICIPAL |

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
Classificação dos candidatos habilitados no concurso de admissão à 1.ª série do curso normal da Escola Normal Carmela Dutra, que deverão efetuar matrícula de acordo com o Edital n.º 25:

1.º — Ernestina Coelho Gonçalves — 83,4; 2.º — Marina Ferreira Ramos — 78; 3.º — Silvia de Azevedo Ferreira — 76,3; 4.º — Neyde Bravo Ururai — 75,3; 5.º — Heloisa Robledo — 75; 6.º — Léa Nilza de Miranda Lemgruber — 74,6; 7.º — Ruth Dulos — 74,4; 8.º — Maria Las Mercês Alvarez Dourado — 73,8; 9.º — Nilza Leite Marina — 72,6; 10.º — Neide Novais Rodrigues — 70,3; 11.º — Alice Maria de Castro — 69; 12.º — Maria da Conceição Quintas Alves — 68,9; 13.º — Maria da Glória Ferreira — 68,2; 14.º — Astrogilda Castilho de Freitas — 67,2; 15.º — Maria Rosa Leal da Silva — 67,1; 16.º — Ana Helena Monteiro de Barros Arruda — 67,1; 17.º — Hamilton Fontes Martins — 66,6; 18.º — Lourdes Pereira Cardoso Thompson — 66,4; 19.º — Ester Natividade Vila Alvarez — 66,1; 20.º — Arlete de Souza — 65,4; 21.º — Zilah Alves da Fonseca — 64,3; 22.º — Celsa Marques Nogueira — 63; 23.º — Armenia Barbosa Brandão — 62,6; 24.º — Lélia Spada Chometon de Oliveira — 61; 25.º — Otília Dutton — 58,3; 26.º — Dulio Ramiro Alves — 58; 27.º — Dirce Montorfano — 55,8; 28.º — Aleth de Carvalho Assencio — 55,1; 29.º — Ana Amélia Macedo Godoy — 54,5; 30.º — Elza Pereira da Costa — 51,6.

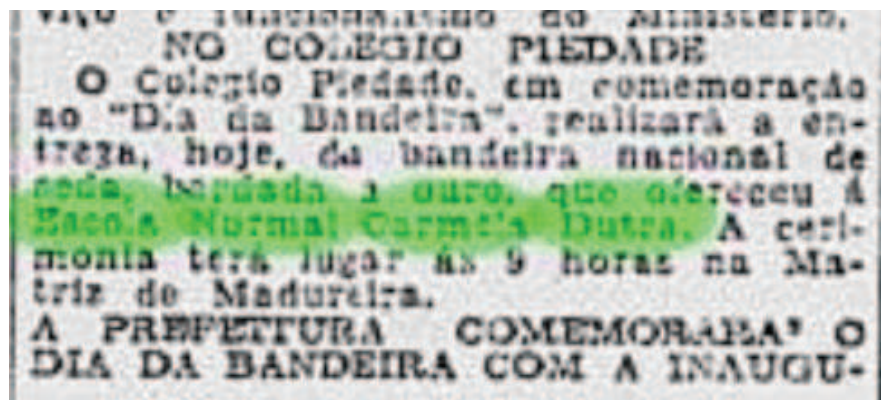
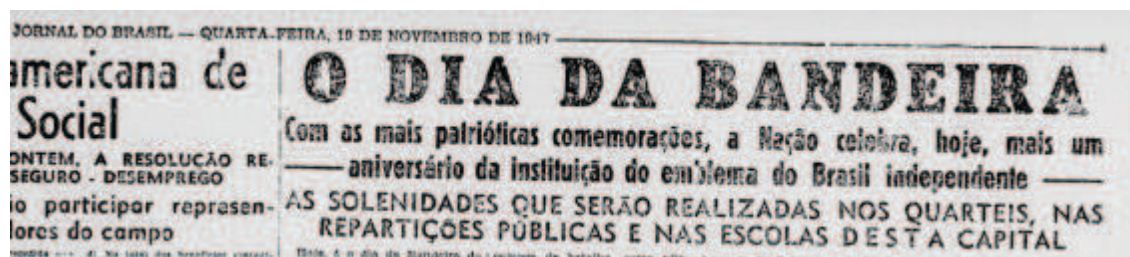
Jornal do Brasil, 29 de março de 1947, página 9. Disponível em www.hemerotecadigital.bn.br. Acessado dia 17 de outubro de 2014.

Anexo XVII



MACHADO, Jorge Figueira. Uma Visita Inesperada do Atual Prefeito Do Distrito Federal à Escola Normal Carmela Dutra. Sem Editora. Rio de Janeiro, 25 de abril de 1948.

Anexo XVIII



Jornal do Brasil, 10 de novembro de 1947, página 6. Disponível em www.hemerotecadigital.bn.br.
Acessado dia 4 de outubro de 2014.

Anexo XIX



Jornal do Brasil, 2 de dezembro de 1952, p. 11. Disponível em www.hemerotecadigital.bn.br. Acessado dia 5 de novembro de 2014.

Anexo XX

O PRESIDENTE DA REPUBLICA E A ESCOLA N. CARMELA DUTRA



A Escola Normal Carmela Dutra receberá, hoje, dia 22 de outubro, às 16 horas, a visita do Chefe da Nação, General Eurico Gaspar Dutra, que ali presidirá a solenidade inaugural do retrato da Exma. Sra. D.^a Carmela Dutra, ilustre patrona daquele estabelecimento de formação de professor primário.

A fotografia acima foi tirada no gabinete do Presidente da República, no Palácio do Catete, quando S. Excia. recebia o diretor da Escola Normal Carmela Du-

tra, professor Martins Capistrano, nosso companheiro de trabalho, redator principal de FON-FON, o qual se fazia acompanhar dos professores Cândida Maria de Faria Castro, Nílza Gama e Italo Magnelli e de um grupo de jovens alunas daquele educandário da Prefeitura do Distrito Federal, a fim de comunicar ao General Eurico Dutra sua escolha para parabenizar a primeira turma de professoras da Escola Normal Carmela Dutra e convidá-lo para a visita de hoje.

ACABA de ser publicada a 2.^a série de "Vultos Célebres", de Chiquinha Neves Lobo. O 1.^o volume já foi uma excelente amostra da proficiência dessa grande educadora que, mesmo depois de aposentada, continua sua tarefa de guia da cultura não só dos jovens patriotas como daqueles que, apesar de maduros, gostam de enriquecer seu cabedal de conhecimentos úteis. Chiquinha Lobo é a maior biógrafa do Brasil. Sua maneira conscienciosa, literária e leve de descrever as vidas que focaliza, torna o seu trabalho, além de importante contribuição para a história dos grandes vultos, uma leitura amena e cheia desse encanto poético que duplica o interesse do leitor.

Escritora de apurado sentimentalismo, suas biografias têm a feição de histórias de avozinhas evocando antepassados ilustres, sob a luz da verdade escrupulosa e a doçura do cari-

LIVROS

"VULTOS CELEBRES"

DE CHIQUINHA NEVES LOBO

inho e da admiração. Chiquinha fez um trabalho honesto e imparcial; misturou brasileiros e estrangeiros, antigos e modernos, desprezando fronteiras e épocas, e nivelando-os no campo do valor em todos os matizes. Focalizou a mulher brasileira — em geral pouco lembrada — e com um punhado de heroínas teceu uma bela corda de glória para o feminismo nacional. São treze nomes entrelaçados pelo carinho dessa outra mulher patriótica que também se destaca por seus dotes morais e intelectuais. De Marília de Dirceu a Eunice Weaver, Chiquinha pôs em relevo as qualidades de inteligência, coragem e abnegação

dessas filhas do Brasil. Eunice Weaver é a única biografada viva, e essa exceção, aberta em seu favor, é justa pois a "Mãe dos hansenianos" — como é conhecida a abnegada e extraordinária presidente da "Federação das Associações de Combate à Lepre" — há anos que dedica, inteiramente, a vida aos que sofrem do terrível mal, e à fundação de preventórios para seus filhos.

Há outros nomes ilustres nesse belo livro, todos tratados com justiça e verdade; impossível falar em cada uma das biografias — que são 32 — porque não dispomos de espaço suficiente. Um dia, talvez, algum biógrafo consciencioso também se lembre de contar a vida de Chiquinha Lobo que sempre viveu para valorizar os méritos alheios, escondendo-se, entretanto, numa modesta penumbra.

MISS "N".

FON-FON — 22-10-1949

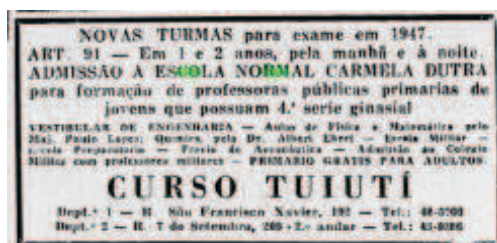
Anexo XXI



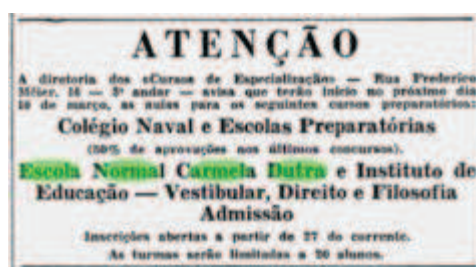
Diário de Notícias, 5 de abril de 1953, p. 5 Disponível em: www.hemerotecadigital.bn.br. Acessado dia 5 de novembro de 2014.



Diário de Notícias, 11 de fevereiro de 1949, p. 2. Disponível em: www.hemerotecadigital.bn.br. Acessado dia 5 de novembro de 2014.



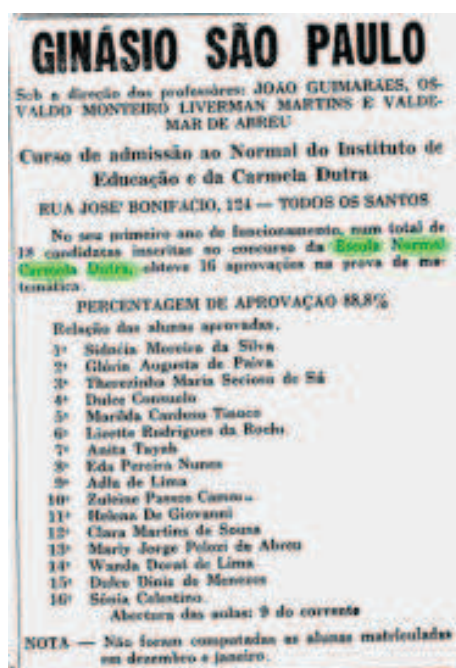
Diário de Notícias, 3 de outubro de 1946, p. 8. Disponível em www.hemerotecadigital.bn.br. Acessado dia 5 de novembro de 2014.



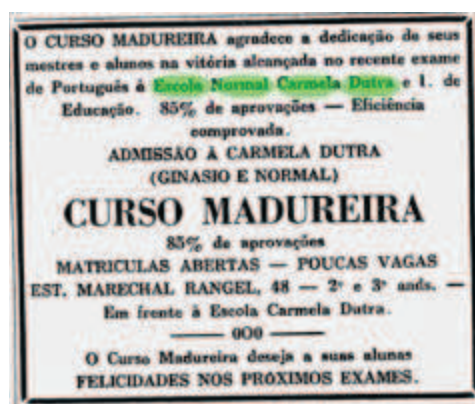
Diário de Notícias, 26 de fevereiro de 1953, p. 4. Disponível em www.hemerotecadigital.bn.br. Acessado dia 5 de novembro de 2014.



Diário de Notícias, 13 de fevereiro, 1949, p. 8. Disponível em www.hemerotecadigital.bn.br. Acessado dia 5 de novembro de 2014.



Diário de Notícias, 5 de março de 1953, p. 2. Disponível em www.hemerotecadigital.bn.br. Acessado dia 5 de novembro de 2014.



Diário de Notícias, 7 de março de 1953, p. 4. Disponível em www.hemerotecadigital.bn.br. Acessado dia 5 de novembro de 2014.



Diário de Notícias, 21 de março de 1953, p. 4. Disponível em www.hemerotecadigital.bn.br. Acessado dia 5 de novembro de 2014.

Ginásio Pardal Pinho
Rua Conde Bonfim, 733

Alunas aprovadas nas provas de Matemática — Admissão ao Normal — No Instituto de Educação e Escola Normal Carmela Dutra:

ESCOLA NORMAL CARMELA DUTRA	
1 — Maria Eny Cruz	50
2 — Nanci Pereira Vilar	50
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO	
1 — Marly Caruso	83
2 — Maria Albina Lopes	77
3 — Clotilde Teixeira Cuiabano	76
4 — Maria Terezinha Ramos Guimarães	76
5 — Maria Helena Mello Vieira	73
6 — Cidna Fraga	70
7 — Lígia Maria Paranhos da Silva Velloso	68
8 — Maria Luiza Bruno	63
9 — Terezinha Pessoa Barbosa	62
10 — Maria Lucia Cesar de Andrade	60
11 — Eloá Galvão de O. Lyrio	50
12 — Maria José Sant'Ana Fragoso	50
Alunas inscritas na Escola Normal Carmela Dutra	
	3
Alunas inscritas no Instituto de Educação	
	17

Diário de Notícias, 22 de março de 1953, p. 8 Disponível em www.hemerotecadigital.bn.br. Acessado dia 5 de novembro de 2014.

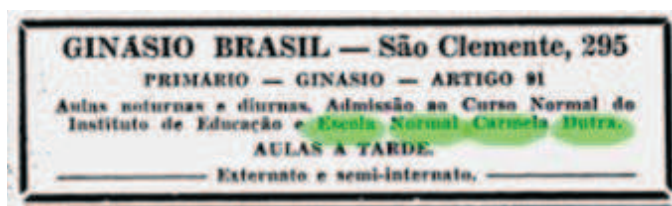
CURSO VITÓRIA
RUA CONSELHEIRO ZENHA, 58 — (TIJUCA)
Admissão ao Curso Normal do Instituto de Educação e Escola Normal Carmela Dutra

PROFESSORES:

PORTUGUES	— Hélio Portela — do Instituto de Educação e Sílvia Ella — do Instituto de Educação.
FRANÇES	— Leonor T. de Freitas — do Instituto de Educação.
GEOGRAFIA	— Alcino Ataide — do Instituto de Educação e Maria Nuelma — da U. D. F. (ilicente).
MATEMÁTICA	— Arkh Berzovsky — da U. D. F.; Walter R. dos Santos — do Instituto de Educação e Walfrido Freire — da U. D. F.
INGLÊS	— E. Castro — do Colégio Militar.
HISTÓRIA	— Aguiar Pinheiro — do Instituto de Educação.
CIÊNCIAS	— Alcides Lourenço Gomes — da Escola Normal Carmela Dutra.

INÍCIO DAS AULAS: 6 de abril.
ADMISSÃO AO GINÁSIO — ÚLTIMAS MATRÍCULAS.

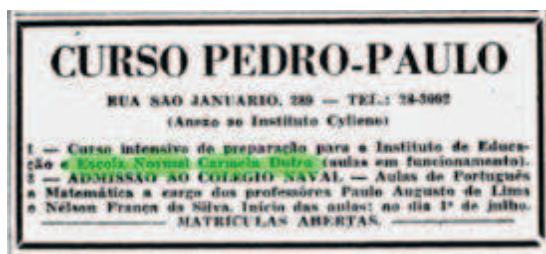
Diário de Notícias, 7 de abril de 1953, p. 2. Disponível em www.hemerotecadigital.bn.br. Acessado dia 5 de novembro de 2014.



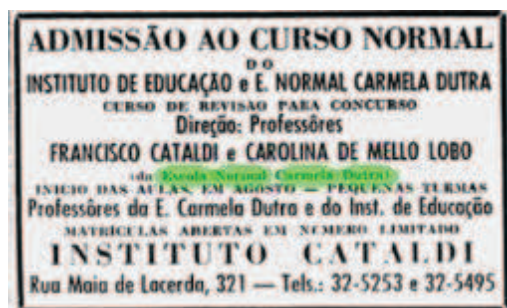
Diário de Notícias, 16 de abril de 1953, p. 2 Disponível em www.hemerotecadigital.bn.br. Acessado dia 5 de novembro de 2014.



Diário de Notícias, 10 de maio de 1953, p. 5. Disponível em www.hemerotecadigital.bn.br. Acessado dia 5 de novembro de 2014.



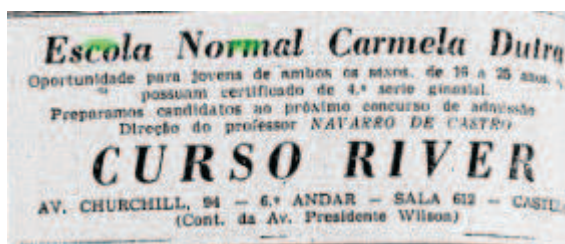
Diário de Notícias, 28 de junho de 1953, p.6. Disponível em www.hemerotecadigital.bn.br. Acessado dia 5 de novembro de 2014.



Diário de Notícias, 23 de julho de 1953, p. 2. Disponível em www.hemerotecadigital.bn.br. Acessado dia 5 de novembro de 2014.



Diário de Notícias, 6 de outubro de 1946, p. 6. Disponível em www.hemerotecadigital.bn.br. Acessado dia 5 de novembro de 2014.



Diário de Notícias, 13 de outubro de 1946, p. 8. Disponível em www.hemerotecadigital.bn.br. Acessado dia 5 de novembro de 2014.

ESCOLA NORMAL CARMELA DUTRA	
CURSO DE PREPARAÇÃO AO NORMAL	
COLÉGIO METROPOLITANO	
Alunas inscritas para o exame	493
Aprovadas em Matemática	96
Alunas deste Curso, inscritas	60
Aprovadas	45
As duas únicas notas 85, que foram as maiores, pertenceram às nossas alunas Araceli Loré Feijó e Julia Nisto Fernandes.	
Relembro das 45 alunas do Curso, aprovadas em Matemática:	
Acely Maria Gonçalves	Leila de L. Bizaro
Angela de A. Camara	Leonor Synchro da Luz
Ariete Felipe Miguel	Leandrea F. de Brito
Arcelina M. França	Luci B. da Costa
Araceli L. Feijó	Ligia C. Damiani
Asthenia F. de Castro	Maria Cosendey
Aurea G. Ferreira	Maria Lila Cascho
Cecilia F. Corlho	Maria T. de Oliveira
Conceição M. da Fonseca	Martina Braga
Dalva B. Costa	Martina M. Pereira
Daura Clapp	Neli Nora Oliveira
Dinah Clapp	Nidia Maria Vinchon
Elei Matias Valente	Nicéia P. Coelho
Elisabete Wisemulter	Niobe S. de Abreu
Emilia de Azevedo	Niuta M. Monteiro
Frieda Schellenberg	Riella F. de Oliveira
Geiza de Paula Lobe	Theresinha A. Moreira
Gilda de Carvalho	Terezinha Mota
Janete Gomes	Wanda dos S. Chereim
Julia N. Fernandes	Yara Beltrani
Laura da Silva	Yedir G. Vilaga
Leila C. de Menezes	Zilda de J. Dias
As matrículas para o ano letivo de 1950 estarão abertas a partir do dia 15 de fevereiro.	
INFORMAÇÕES: Rua Dias da Cruz, 141 - Méier - FONE: 39-1250	

Diário de Notícias, 12 de fevereiro de 1950, p.7. Disponível em www.hemerotecadigital.bn.br. Acessado dia 5 de novembro de 2014.

Anexo XXII

Sexta-feira, 10-12-1948 G I B I

GRANDE ENTUSIASMO DURANTE A SEXTA CONTAGEM DE VOTOS

APURADOS MAIS DE DUZENTOS MIL VOTOS — ASSUMIU O SEGUNDO LUGAR, ENTRE AS CANDIDATAS A EMBAIXADORAS, A SRTA. SYLVIA DE AZEVEDO FERREIRA

A realização da sexta apuração do Concurso dos Embaixadores constitui espetáculo dos mais empolgantes. Sendo a antepenúltima contagem de votos do certame, as candidatas a consideraram de grande importância para o resultado final. Todos apresentaram expressiva votação, notadamente a representante da Escola Normal Carmela Dutra, que concorreu com 34.328 votos, os quais, adicionados aos resultados das apurações anteriores, somam 68.011 cédulas. A Srta. Sylvia de Azevedo Ferreira ascendeu, assim, ao segundo posto do pleito, que vinha sendo ocupado pela jovem Iracles Rollim Brocas, do Colégio Brasileiro de São Cristóvão.

Continuam na liderança do certame os representantes do Instituto

(Continua na página 29)



Expressivo flagrante da sexta contagem de votos que foi assistida por elevado número de pessoas

O Globo – Gibi, 10 de dezembro de 1948. Acervo de Sylvia Aranha.

Anexo XXIII

As futuras Professôras

A ESCOLA NORMAL CAR-
MELA DUTRA DA SEUS
PRIMEIROS FRUTOS – VI-
SITA OFICIAL – EXAMES
FINAIS – O MAIOR CEN-
TRO DE CULTURA DO SU-
BÚRBIO – UMA JUVEN-
TUDE SÁDIA

Lausimar Laus

O magno problema do Bra-
sil é, por excelência, a edu-
cação. Isso já é sabido e repi-
sado, mas quase nada se tem
feito por esse Brasil afora, para
afastar essa grande lacuna do
âmbito social brasileiro.

No Distrito Federal, atual-
mente, tem havido como que
uma revolução de grandes ati-

Um olhar confiante através-
sa o amanhã.



Com a presença do Se-
cretário de Educação e
do Diretor da Escola,
sr. Dr. Francisco Mar-
tins Capistrano, o exa-
me continua...





O Secretário de Educação e Cultura, Dr. Clóvis Monteiro e o Dr. Mário de Brito, diretor do Instituto de Educação, entre alunas da 4.ª série ginasial.



O 2.º ano normal faz a prova de História e Geografia do Distrito Federal, sob as vistas do professor da matéria sr. Italo Magnelli.

vidades para um ensino mais eficiente e seguro, ligado ao verdadeiro sentido social, renovando-se o ambiente educativo e criando-se uma mentalidade amplamente democrática, no seio da coletividade escolar. Dá-se aqui, nesse momento, os mais reforçados elementos para afastar os problemas que possam dificultar o grande avanço educativo.

Com o professor Clóvis Monteiro à frente da Secretaria Ge-

ral de Educação e Cultura se tem concretizado um ideal que se vem projetando de maneira relevante na vida social do Brasil.

Convidado para assistir à abertura dos exames finais da Escola Normal Carmela Dutra, FON-FON esteve em Madureira, onde pôde observar o grande trabalho que se está desenvolvendo naquele grande estabelecimento de ensino, de onde sairão professoras para su-

prir, com as do Instituto de Educação, a falta de mestres do ensino primário.

OS PRIMEIROS FRUTOS

A Escola Normal Carmela Dutra, que se mantém à custa de esforços da Secretaria de Educação, pois não tem verba própria para o seu funcionamento, continua com o firme propósito de se manter em relevo e demonstra que no subúrbio ela foi uma medida providencial. No momento, fazem exames para conseguir o diploma de professoras primárias trinta jovens que iniciaram ali seu curso normal. Na turma há dois rapazes que entraram ainda quando era permitida a admissão de ambos os sexos. Hoje, a Escola, segundo legislação vigente, só recebe as filhas de Eva. Mas na turma de 1949, a primeira a sair da Escola Normal Carmela Dutra, depois de sua fundação, dois homens integrarão a equipe dos novos professores que darão ao Brasil mais trabalho e mais esforço para a diminuição do analfabetismo.

VISITA OFICIAL

Encontravam-se em visita oficial à Escola, o dr. Clóvis Mon-

Hora da merenda.



teiro, Secretário Geral de Educação e Cultura, e o dr. Mário de Brito, diretor do Instituto de Educação. Visivelmente bem impressionados com o êxito dessa nova escola do Distrito Federal, assistiram aos exames e finalmente almoçaram na Escola, onde foi servido um simples, mas excelente almoço de confraternização entre professores e autoridades superiores.

O MAIOR CENTRO DE CULTURA DO SUBÚRBIO

A Escola Normal Carmela Dutra, o grande centro cultural da zona suburbana, é, evidentemente, de um inestimável valor para a sua população.

Seu diretor atual, sr. dr. Francisco Martins Capistrano, conhecido e apreciado escritor patricio, se tem mostrado um grande dirigente educacional, desde que tomou a si o encargo dos destinos daquela escola.

Assim é que, servindo a uma vasta população do subúrbio, os bancos da Escola Normal Carmela Dutra prometem uma sucessão de bons mestres para o ensino das gerações futuras.

Numa das salas onde alunas do ginásial faziam prova encontramos gente verdadeiramente



A E. Normal Carmela Dutra, o grande centro de cultura do subúrbio carioca.

consciente da grande responsabilidade de ser aluna. Rita, a jovem de olhar inteligente e vivo, mostra-se confiante e em seus brilhantes olhos desvenda-se a certeza de um futuro delicioso entre as crianças da escola primária, ensinando a ser cidadãos. A objetiva de FON-FON não perde tempo e guarda aquela figura simbólica como uma lembrança da Escola de Madureira.

UMA JUVENTUDE SÁDIA

Nos rostos da mocidade que frequenta a Escola Normal Carmela Dutra, estampa-se a sádia e firme compreensão do dever. São todas meninas dóceis, educadas, felizes. Gente de recurso e gente de nenhum recurso se integram ali, num único desejo: formar-se professora para ensinar e servir o Brasil.





Maria Isabel Sampaio, a oradora da turma de bachareladas de 1949.



Espera, fotógrafo. Um sorriso de coral para você.

A merenda escolar, é distribuída numa alegria encantadora. As alunas sentem-se como em suas próprias casas, tal o ambiente confortador da Escola. Os grupos sucedem-se como bandos de pássaros alegres. O fotógrafo procura bater a chapa, enquanto uma das alunas prefere arrumar o "baton" para melhorar o sorriso.

Depois da prova, as alunas es-

tão saindo num regozijo inaudito.

— Que tal a prova, Teresinha?

— Ótima!

Claro que deve ter sido ótima; os rostos, numa expressão clara de felicidade, são a melhor prova desta afirmativa.

Quando se deixa a Escola Normal Carmela Dutra, tem-se o conforto de o subúrbio ter sido ouvido por Deus. Antes

de ela existir, como teria sido difícil educar as moças, às vezes grandes vocações perdidas e inaproveitadas. Não há dúvida que, apesar de ter encontrado tantos inimigos que não viam com bons olhos aquela escola Normal suburbana, ela venceu a tudo e se mantém hoje como um verdadeiro monumento em prol do engrandecimento do Distrito Federal.

A prova foi boa. A saída os rostos refletem juventude e alegria.



Anexo XXIV

Quarta-feira 29		DIÁRIO OFICIAL (Seção II)		Março de 1950 2627	
SECRETARIA GERAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA					
Departamento de Educação Primária					
EDITAL N.º 9					
De ordem do Sr. Diretor, são convidados os professores do curso primário referência D, abaixo relacionados para escola das escolas onde deverão ter exercício.					
Os referidos professores serão chamados ao 2-SP — Serviço de Correspondência do Departamento de Educação Primária — Edifício Andorinhas, Av. Almirante Barrão n.º 81 — 5.º andar — sala 312, em grupos de 100 de acordo com o número de pontos obtidos nos 3 anos de "Curso Normal" do Instituto de Educação ou da Escola Normal Carmela Dutra.					
No dia 21 de março deverão comparecer:					
Ordem	Nome	N.º de	As 9 horas	pontos	
1	Célia Lopes da Costa	3.417			
2	Vidória Amália da Costa e Silva	3.392			
3	Don Ileana Hatanian	3.334			
4	Leilah Bornmann Borges	3.330			
5	Elyz Machado Rêgo	3.322			
6	Silvia de Azevedo Ferreira	3.313			
7	Lea Nilda de Miranda Lengstuber	3.302			
8	Nazira Cury	3.295			
9	Nahyda Bessa	3.293			
10	Josephine Nouzeira	3.292			
11	Eiza Orge Corrêa	3.291			
12	Marin Lúcia Aires	3.289			
13	Terezinha Cavalcanti da Costa Moura Ferreira	3.289			
14	Ester Natividade Vitta Alvarez	3.284			
15	Elyz Carvalho da Silva	3.280			
16	Luette Novellino	3.269			
17	Dulce Pinto Tavares Paiz	3.268			
18	Maria Ribeiro de Almeida	3.268			
19	Thais Castro Siqueira	3.262			
20	Miriam Ferreira Santos	3.262			
21	Neusa Cury	3.271			
22	Ester Benvidade de Freitas	3.269			
23	Marin Terezinha Lúcia Madeira de Freitas	3.268			
24	Ermelinda Hernandez Martin	3.268			
25	Jeannette de Souza Coelho	3.265			
26	Dulce Franklin Pereira	3.263			
27	Neide de Carvalho	3.262			
28	Maria José de Brito	3.259			
29	Celly Noll de Lima e Silva	3.258			
30	Maria Tereza Maury Paz	3.257			
31	Maria Helena Torres Santos	3.255			
32	Mariam Rahin Nunes Pires	3.253			
33	Nomar Rompfort Coelho	3.254			
34	Maria das Mercês Alvariz Damado	3.252			
35	Lúcia Teresa B. J. aux Monteiro da Silva	3.231			
36	Dorothéia Loh Parusfeld	3.248			
37	Dina Coelho de Freitas	3.241			
38	Constança Maria Parente de Paula	3.240			
39	Maria Rosa Leal da Silva	3.238			
40	Celma de Menezes Aires	3.237			
AS 12 HORAS					
41	Violeta Kouri Chianca	3.336			
42	Marly Valois Barbosa	3.284			
43	Maria da Conceição Quintas Alves	3.284			
44	Maria de Lourdes Barboza	3.282			
45	Carmen de Campesinato de Solidão da Gama	3.281			
46	Celma Marques Nogueira	3.282			
47	Neusa Marchetti Franco	3.280			
48	Neide Santos Coelho	3.278			
49	Vera Terra de Souza	3.275			
50	Caetida de Oliveira	3.273			
51	Ruth Dicks	3.272			
52	Rosa Brasil de Brito Melo	3.270			
53	Neide Novais Rodrigues	3.271			
54	Laura de Souza Costa	3.218			
55	Zuleika Nunes da Costa	3.214			
56	Elyz Maffei	3.211			
57	Laura Antonieta Castello Branco Gonçalves	3.206			
58	Daisy Barbosa Pereira	3.204			
59	Nilza Leite Martins	3.203			
60	Ann Lima Lopes de Almeida	3.202			
61	Marina Siqueira Tavares	3.199			
62	Aniza Terezinha Gonçalves	3.198			
63	Neide Teixeira Leite	3.198			
64	Lea Zimborê Gomes	3.190			
65	Rosa Maria Brasil da Silva Ferreira	3.190			
66	Marina Ferreira Ramos	3.195			
67	Emelinda Gomes de Matos	3.192			
68	Ernestina Coelho Gonçalves	3.191			
69	Heleida Rohleder	3.189			
70	Maria Teresa Guimarães Viain	3.189			
71	Ida de Jesus Ferreira	3.183			
72	Don de Freitas Paiva	3.180			
73	Eduarda Dulberg	3.179			
74	Maria Elena Viana Ribeiro	3.177			
75	Armenia Barbosa Brandão	3.176			
76	Zuleia Gerem Guerra	3.176			
77	Maria Helena da Costa e Souza	3.175			
78	Aurelia Emilia de Araújo Fraga	3.173			
79	Celma de Castello Ribeiro	3.170			
80	Maria da Glória Almeida de Oliveira	3.170			
81	Milce Gonçalves	3.170			
82	Maria Francisca Teresa de Azevedo	3.167			
83	Delfina Tostes de Sousa	3.163			
84	Neusa Robinson de Paiva	3.163			
85	Alice Maria de Castro	3.162			
86	Nice Lobo da Cunha	3.162			
87	Telma José Ribeiro	3.160			
88	Scylla Alvato Henriques	3.156			
89	João Cardoso Formigues	3.154			
90	Dor e de Aguiar Loretti	3.154			
91	Dina Gonçalves Viana	3.154			
92	Lea Tufani Caidas	3.154			
93	Maria Adella Grunwald Mullerich	3.153			
94	Maria Olacy Milagres Pires	3.153			
95	Maria Laura Marques Braga	3.153			
96	Terezinha Ruy Oliveira Dias	3.153			
97	Luella Oliveira da Cunha	3.150			
98	Amélia Viana	3.147			
99	Maria Celia Viana Lobo	3.147			
100	Maria Dulce Cerqueira Lessa	3.145			
DIA 1 DE ABRIL AS 9 HORAS					
101	Aida Maffei	3.144			
102	Lea Farias Paiva	3.143			
103	Maria Teresa Pereira da Silva	3.143			
104	Maria Teresa Braga do Carmo	3.144			
105	Neusa de Matos Marques	3.144			
106	Eunice Oliveira de Tomaz	3.142			
107	Odete Maria Cordeiro de Faria	3.141			
108	Vilma Paulo da Luz Vieira dos Reis	3.140			
109	Vilma Paula Desmont	3.139			
110	Iza Jordani de Nogueira	3.138			
111	Maria Margarida de Melo Fontes	3.138			
112	João Maria Pereira Dias	3.137			
113	Gilda Mayra Pereira Caudas	3.136			
114	Maria Terezinha de Jesus Azevedo	3.136			
115	Irene Vianay dos Santos	3.135			
116	Georgina Medeiros do Prado Sousa	3.133			
117	Maria Pinto Monteiro	3.133			
118	Dinah Lohr	3.130			
119	Dione Poyart Mourão	3.129			
120	Ivanna Meloires	3.129			
121	Neide Bravo Urubini	3.129			
122	Vanny Solange de Almeida	3.129			
123	Antti Costa	3.128			
124	Gisel Silberbach	3.128			
125	Antônia Maria de Melo Mourão Pereira	3.128			
126	Eisa Célia dos Santos Machado	3.126			
127	Myrieth Tufik Benklini	3.126			
128	Maria Adelaide Teixeira Bentes	3.124			
129	Tei de Bulhões	3.123			
130	Lourdes Gomes Brás	3.118			
131	Maria Angen Goulart Sales Abreu	3.117			
132	Lúcia Grunwald	3.114			
133	Neusa Moura Nunes	3.112			
134	Helena Ribeiro Ferreira	3.109			
135	Maria de Lourdes Cerro	3.108			
136	Antônia Castello de Freitas	3.107			
137	Ileana dos Santos	3.104			
138	Aísa Cavalcanti de Albuquerque Batista	3.103			
139	Beatriz de Almeida Oliveira	3.102			
140	Celma Ferreira Rios Derazans	3.102			
AS 12 HORAS					
141	Iolanda Guelier de Oliveira	3.094			
142	Laura da Silva Aires	3.091			
143	Nair Duarte Mascarenhas	3.091			
144	Ana Telma Monteiro de Barros Azevedo	3.083			
145	Odete Datto	3.081			
146	Lea Cerro Caceres	3.079			
147	Lea Damado Ferreira	3.087			
148	Rete Nalding	3.085			
149	Tereza Peron de Melo da Paixão	3.083			
150	Ana Maria Diniz Porto	3.082			
151	Maria José de Araújo Duque-Extrema	3.082			
152	Daisy Lopes Simões	3.080			
153	Maria de Lourdes Senra Barcelos	3.079			
154	Zuleia Alves da Fonseca	3.078			
155	Nice Souza Matoso	3.076			
156	Direc Montenegro	3.076			
157	Josefa Guarcasina Alexandre	3.074			
158	Arlete de Sousa	3.074			
159	Maria Sampaio Imbuzeiro	3.073			
160	Julietta Vieira Perrelza	3.072			
161	Luete de Almeida Wunderley	3.071			
162	Elen Fernandes	3.069			
163	Albertina Gomes	3.067			
164	Miriam da Rocha Azevedo	3.067			
165	Nadir Monteiro Cargues	3.067			
166	Nice Guimarães Costa	3.067			
167	Terezinha Glória Gomes Pass Lene	3.064			
168	Hilda da Costa e Silva	3.064			
169	Maria de Lourdes Vieira Alves	3.062			
170	Olga Lourenço Martins	3.061			
171	Hilma Oliveira	3.058			
172	Aracy de Rego Antunes	3.057			
173	Maria Esquima da Cunha	3.056			

2628 Quarta-feira 2.		DIÁRIO OFICIAL (Seção II,		Março de 1950	
174	Tereza Maria Coutinho	3.053	270	Silvia Guimarães Ferreira Borba	2.824
175	Nice Monteiro Guimarães	3.053	271	Hamilton Fontes Martins	2.824
176	Maria Lúcia de Carvalho Jorge	3.053	272	Dalila Romão Alves	2.824
177	Vanda Helena de Araújo	3.053	273	Luci da Silva	2.824
178	Nadir Lemos Bastos	3.053	274	Índira Palmira Ramos da Costa	2.824
179	Maria Tereza Lúcia Vianna de Sousa	3.053	275	Mira de Carvalhos	2.824
180	Olga Correia de Moraes	3.048	276	Elaine Lúcia	2.824
181	Emerson Lavrador	3.047	277	Maria Cândida Penhã	2.824
182	Elcio de Sousa Flores	3.046	278	Delfa de Oliveira Figueira	2.824
183	Leandro Pereira Cardoso Thompson	3.044	279	Marina de Matos Gonçalves da Silva	2.824
184	Martim de Carvalho Santos	3.043	280	Betty Rüttmeyer	2.824
185	Elza Medeiros Rodrigues Silva	3.040	281	Elma Cunha Odeiro	2.824
186	N. da Alzira de Carvalho	3.038	282	Nilda Martins Cluffe	2.824
187	Maria Teles Torres	3.037	283	Adelina Tereza da Silva da Mota	2.824
188	Tereza Pereira Pinto	3.037	284	Ana Maria Henriques	2.824
189	Esmeralda Gomes	3.035	285	Aurea dos Santos Dias	2.824
190	Terezinha de Jesus Leão da Silva	3.035	286	Nidia Tavares Paranhos Gonçalves	2.824
191	Carina Elze Passos de Araújo	3.033	287	Yedra Moreno de Alagão	2.824
192	Maria da Candelária de Pinho Branco	3.032	288	Isa Lúcia de Sousa	2.824
193	Zena de Carvalho Torres	3.032	289	Eazy Odeiro	2.824
194	Deira Ribeiro Custos	3.027	290	Arlene F. Freire Vidal	2.824
195	Adalgisa Magalhães Castro	3.025	291	Neide Fernandes de Góes	2.824
196	Telma Auler	3.025	292	Vilma dos Santos Pinto de Faria	2.824
197	Carla Maria de Amorim Branco	3.023	293	Daisy May da Silva Mendes	2.824
198	Cleomar de Amorim	3.023	294	Dionora Colangelo Vieras	2.824
199	Vanda Guatieri Lúcia	3.023	295	Maria Nair Firpo Sampaio	2.824
200	Lea Botelho	3.022	296	Célia de Oliveira Faria	2.824
			297	Ela Bianca Rodrigues	2.824
			298	Maria Daly dos Santos Lúcia	2.824
			299	Yedra Pereira	2.824
			300	Ela de Franco Veloso	2.824
4 de abril às 9 horas					
301	Maria Regina de Andrade Moreira	3.020			
302	Tereza Terra	3.020			
303	Alzira de Carvalho e Silva	3.017			
304	Lea Botelho	3.017			
305	Vilma Irene Cardozo Cardoso	3.017			
306	Vera Lúcia Vieira	3.017			
307	Amélia Maria Lúcia	3.014			
308	Lia Gunkel	3.012			
309	Vanda Gonçalves	3.011			
310	Fina Monteiro Couto	3.010			
311	Maria de Jesus Gouveia	3.010			
312	Terezinha Pereira Fátima	3.007			
313	Baron Lopes Guimarães	3.006			
314	Vera de Sá Carneiro	3.005			
315	Lúcia de Sousa Juraim	3.002			
316	Nadir Ramos da Fonseca	3.002			
317	Vilma da Mata, Rodrigues de Sousa	3.002			
318	Ana Amélia Macedo Godoi	3.000			
319	Maria de Glória Ferreira	3.000			
320	Lucília de Sousa Cid	3.000			
321	Elaine da Silva	2.991			
322	Lúcia Franco Fátima	2.990			
323	Vanda Alves da Rego	2.987			
324	Nice Silveira do Nascimento	2.986			
325	Ivete Heller Franco	2.984			
326	Maria Helena Trampovsky Ararigüia	2.983			
327	Recha Maria Serodella Machado	2.983			
328	Lúcia de Melo	2.982			
329	Juiz Rod de Castro	2.978			
330	Nice Guimarães Costa	2.977			
331	Vanda Botelho de Araújo	2.976			
332	Jurilda das Chagas Ribeiro de Oliveira	2.975			
333	Juiz Pagan	2.975			
334	Dulce Helena de Pinheiro	2.975			
335	Maria Izabel Lopes Correia	2.975			
336	Nélio Pinto de Almeida	2.975			
337	Lia Maculha Botelho	2.975			
338	Arlete Sant'Ana	2.971			
339	Leila Spada Chamon de Oliveira	2.970			
340	Maria Celso Buzano Soto	2.969			
341	Maria R. da Silva de Sousa Cavaleiro	2.969			
342	Alba Lúcia de Moraes	2.968			
As 12 horas					
343	Lia Guerra Ribeiro	2.968			
344	Lúcia d'Albuquerque Castro	2.968			
345	Dea Lúcia	2.967			
346	Wilma Reis	2.967			
347	Alma de Carvalho Assunção	2.967			
348	Letícia Patrícia de Almeida	2.965			
349	Nobuza Daria dos Santos	2.961			
350	Terezinha de Jesus Neto Guatieri Maia	2.960			
351	Ruth Almeida Caldas	2.959			
352	Maria Olívia Pinto Gama	2.958			
353	Alaide Ribeiro Pinto	2.953			
354	Ana Rosa Dias da Costa	2.952			
355	Merani B. de Menezes Machado	2.952			
356	Paula Alves Faria	2.951			
357	Luiza Antun	2.950			
358	Gláucia Maria Assoly de Belmont Ramon	2.946			
359	Maria Emília Silva	2.945			
360	Celi Guimarães Ayala	2.944			
361	Maria Aparecida Correia de Sousa	2.939			
362	Anna Valente de Castro	2.938			
363	Elz. Moraes	2.935			
364	Lea da Conceição Francisco	2.934			
365	Hediana Harth Góes	2.933			
366	Concórdia Azevedo Augusta	2.932			
367	Lúcia Correia de Noronha	2.931			
368	Maria Letícia Lemos	2.931			
369	Maria Lúcia Jansen de Faria	2.927			
370	Zely de Araújo Paschoa	2.926			
371	Francisco R. de Almeida	2.925			
372	Silvia Guimarães Ferreira Borba	2.824			
373	Hamilton Fontes Martins	2.824			
374	Dalila Romão Alves	2.824			
375	Luci da Silva	2.824			
376	Índira Palmira Ramos da Costa	2.824			
377	Mira de Carvalhos	2.824			
378	Elaine Lúcia	2.824			
379	Maria Cândida Penhã	2.824			
380	Delfa de Oliveira Figueira	2.824			
381	Marina de Matos Gonçalves da Silva	2.824			
382	Betty Rüttmeyer	2.824			
383	Elma Cunha Odeiro	2.824			
384	Nilda Martins Cluffe	2.824			
385	Adelina Tereza da Silva da Mota	2.824			
386	Ana Maria Henriques	2.824			
387	Aurea dos Santos Dias	2.824			
388	Nidia Tavares Paranhos Gonçalves	2.824			
389	Yedra Moreno de Alagão	2.824			
390	Isa Lúcia de Sousa	2.824			
391	Eazy Odeiro	2.824			
392	Arlene F. Freire Vidal	2.824			
393	Neide Fernandes de Góes	2.824			
394	Vilma dos Santos Pinto de Faria	2.824			
395	Daisy May da Silva Mendes	2.824			
396	Dionora Colangelo Vieras	2.824			
397	Maria Nair Firpo Sampaio	2.824			
398	Célia de Oliveira Faria	2.824			
399	Ela Bianca Rodrigues	2.824			
400	Maria Daly dos Santos Lúcia	2.824			
401	Yedra Pereira	2.824			
402	Ela de Franco Veloso	2.824			

Nota — A chamada dos professores classificados nos números 301 e seguintes, será cumprida no Boleim seguinte.

dia de Janeiro, 28 de março de 1950. — *Alcides Domingues, Chefe* do D.E. P.

EDITAL N. 16

De ordem do Sr. Diretor, torna público que de ordem com o art. 57 da Resolução n. 20 de 28-8-47, as professoras abaixo relacionadas inscritas na matrícula de escola e que não foram nomeadas, deverão comparecer ao Colégio Angélica, Avenida Almirante Bessa, n. 51, 5.ª andar, sala 512, na quinta-feira, dia 30 de corrente, nas horas abaixo determinadas, para que tenham nova oportunidade de escola entre as vagas ainda existentes:

Ordem	A. 9 horas	Numeração de pontos
1	Cleide Romão de Almeida	21.348
2	Isabelina Barreto e Silva	14.098
3	Maria de Lourdes Coelho Salgueiro	13.058
4	Ornina Gonçalves Alves	13.073
5	Isaura Branco Dias	12.993
6	Hermelinda de Sousa Cordeiro	12.927
7	Mirtes Faria	12.674
8	Ester Pugh	12.369
9	Maria de Lourdes Ramos Matoso	11.593
10	Maria da Glória Ramos de Almeida	11.540
11	Maria José Pádua de Figueira Moraes	11.483
12	Luiza de Oliveira Ribeiro Lúcia	11.439
13	Márcia de Matos Araújo e Sousa	11.437
14	Maria de Lourdes Verneque Prato	11.320
15	Lúcia da Costa Oliveira	11.154
16	Irene Borges de Castro	11.109
17	Odete Gomes Dalí Coutinho	10.878
18	Serena, B. B. B. B. B.	10.814
19	Ivete Khury	10.812
20	Louise Reis Montenegro	10.801
21	Enilda Correa Nascimento	10.389
22	Alaide Fátima Monteiro	10.318
23	Justa de Luna Rodrigues Gata	10.226
24	Núbia América Figueiredo de Castro	10.201
25	Lea Braga de Faria	10.148
26	Luíza Moreira de Barros	9.194
27	Cleide Guimarães Campos	8.869
28	Celi Andrade Duffels Teixeira	9.854
29	Clara José Bueland	8.852
30	Maria de Lourdes Melo Braga de Almeida	9.757
31	Hilma Odeiro Lúcia e Silva	9.639
32	Angela da Silva Lemos	9.681
33	Portunato Magalhães Gama	9.622
34	Nair de Oliveira	9.572
35	Humberto Spencer Calvão	9.377
36	Estela Leite Boto de Melo	9.329
37	Yvone Faria dos Moura	9.182
38	Maria Benedita de Vitorino Miranda	9.137
39	Elza Gomes Marques Barbosa	9.081
40	Ela Costa	9.088
41	Maria de Lourdes Botelho	8.889
42	Maria João de Oliveira Rosa Tullia	8.844
43	Maria de Lourdes Figueira de Silva Mendes	8.658
44	Isolanda de Carvalho Gomes da Silva	8.499
45	Dea Silveira Pacheco	8.390
46	Zuleia Brandão	8.195
47	Gabi de Miranda Ramos Melo	8.113
48	Antônia Nazar Vasconcelos	8.114
49	Guilherme Magalhães de Carvalho	8.107
50	Maria da Carmo de Alencar Américo Santos	8.071
51	Emília Miranda Gomes	8.037
52	Hermance Ferreira Navegante	8.021
53	Reneza Cezar Vêto Santos	8.021

2678 Quinta-feira 30		DIÁRIO OFICIAL (Seção II)		Março de 1950	
<p>Rua Moncorvo Filho, 46-B, 101A Rua General Pedra, 100. Rua Estácio de Sá, 90. Avenida Presidente Vargas, 2.859. Rua Haddock Lobo, 123-B. Rua Calumbi, 30. Rua Aristides Lobo, 238. Rua São Cristóvão, 519. Rua Campos Sales, 10-A. Rua São Luís Gonzaga, 675. Campo de São Cristóvão, 162. Rua Central (Bomfim), 43. Rua São João, 705. Rua Uruguai, 317-A. Rua Conde de Bonfim, 740-A. Rua Desembargador Lido, 21. Rua Leopoldo, 765-A. Rua Barão de Bom Retiro, 87 e 254-B. Rua Pereira Nunes, 279. Rua Barão de Mesquita, 500. Av. 28 de Setembro, 21-A e 235. Rua Lino Teixeira, 174. Rua José Maurício, 40-A. Rua Luciano Cardoso, 291. Rua Dias da Cruz, 526. Rua Lins de Vasconcelos, 240-A. Rua 28 de Maio, 1.005. Rua Álvaro de Miranda, 451. Rua Arquias Cordeiro, 622. Rua Carolina Mier, 12-A. Rua José Reis, 45. Av. 29 de Outubro, 1.940. Av. João Ribeiro, 203. Rua Anna Carneiro, 20. Praça Sergento Emílio Pinheiro, 2. Rua Padre Nóbrega, 490. Rua Cardoso de Morais, 140.</p>		<p>Avenida Teixeira de Castro, 121. Estrada Engenho de Pedra, 532. Rua Jaturatã, 134. Rua Lobo Junior, 909 e 1.976. Rua Costa Mendes, 700. Rua Abel Cunha, 143-B. Rua Namambira, 104. Rua João Régio, 145. Estrada Vicente de Carvalho, 705. Rua Bahia, 89. Estrada Braço de Pina, 940. Rua Monsenhor Felix, 729. Rua Major Conrado, 384. Rua Lucas Rodrigues, 10-A. Rua Bulhões Marcial, 383-B. Estrada Monsenhor Felix, 926. Rua Maria Paes, 341. Estrada Marechal Rangel, 60 e 918-B. Estrada Vicente de Carvalho, 263-A. Estrada Monsenhor Felix, 406. Estrada Otaviano, 285. Rua Carolina Machado, 490, 474 e 1.566. Estrada Nazareti, 2.374. Estrada do Encubeiro Novo, 48. Rua Siriri, 62-B. Rua Cândido Benício, 1.998. Rua João Vicente, 55. Rua Francisco Real, 2.151. Av. Santa Cruz, 404. Rua Correia Ceira, 25. Rua João Vicente, 1.173. Av. Primeiro de Maio, 17. Rua Barboza Domingos, 29. Rua Felipe Cr. Dias, 17. Rua Pinheiro Jesus, 11.</p>		<p>315. Neide Gusmão 2.841 316. Léo Carvalho da Gama 2.838 317. Neide Gervásio Neres 2.838 318. Elói de Andrade Correia 2.830 319. Maria da Carmo Freitas Veloso 2.830 320. José Pereira da Silva 2.834 321. Maria Emília Pereira 2.832 322. Teresinha Braga da Fonseca 2.832 323. Dócio Pinheiro dos Guimarães 2.832 324. Daisy Dantas Itapicuru 2.836 325. Leci José Pereira 2.825 326. Maria Estela Fernandes 2.825 327. Estela Vale de Penaforte 2.822 328. Ilma Picanha Ribeiro 2.818 329. Irene Pinto Schornbaum 2.817 330. Leonor Pereira da Silva 2.816 331. Nêusa Fontes Pinheiro 2.816 332. Myrian Neide Mendes 2.814 333. Ovídio Fleury Prado 2.813 334. Otis Maria Macedo de Lima 2.810 335. Tereza Pinheiro da Cunha 2.807 336. Dócio Viana 2.806 337. Rosa Maria Alves da Silva 2.801 338. João Brito 2.796 339. Priscila Célia Viola 2.796 340. Virza Maria da Fonseca Girão 2.795</p>	
		As 12 horas			
		<p>341. Rute Lúcia de Araújo da Fonseca 2.794 342. Ruth Santos de Carvalho 2.790 343. Maria Dúlia da Costa Pereira 2.790 344. Regina Maria de Araújo Jobim 2.790 345. Iolene Santos de Oliveira 2.789 346. Lúcia Palheiro Guerinete Pereira 2.783 347. Regina Helena Neri Viana 2.782 348. Lúcia de Sousa 2.779 349. Lúcia Barroso Mazonferri 2.779 350. Maria da Conceição Nabuco Cline 2.772 351. Zúlia Barbosa Pinto 2.772 352. Maria da Glória Reis 2.772 353. Afêdo Cordeiro de Melo 2.769 354. Maria Melo 2.764 355. Dina Nêira Pinho 2.763 356. Helena Frazão Martins de Castro 2.758 357. Mariana Batista da Silva 2.758 358. Lúcia Divalina Balthus Monteiro da Silva 2.754 359. Alvaro Heráclio dos Santos 2.754 360. Tereza Maria Augusta da Silva 2.751 361. Maria Níla Correia Velho 2.733 362. Maria Teresa Correia Machado 2.727 363. Maria Rerólia de Menezes Macedo 2.715 364. Norman Saldanha Jaelino 2.713 365. Mariêda Maria Correia 2.713 366. Humberto de Almeida Gonçalves 2.710 367. Alair dos Anjos 2.706 368. Neide Madruga Vanderlei 2.701 369. Lúcia de Melo 2.705 370. Lúcia de Sousa Mendes 2.696 371. Ruth Luísa Guimarães 2.692 372. Maria da Sousa Nóbrega da Silva 2.683 373. Verônica Teixeira de Menezes 2.680 374. Olívia de Freitas Santos 2.678 375. Dócio Teresinha Oliveira de Sousa 2.678 376. Lúcia Nogueira de Sousa 2.664 377. Arlinda Macielina Guimarães de Andrade 2.657 378. Ana Antônia Almeida de Menezes 2.656 379. Dina Campos Enderschoffer 2.650 380. Maria de Lourdes Pereira Sales 2.648 381. Teresinha Marcondes Cardoso 2.634 382. Teresinha de Jesus Brum Alexandre 2.633 383. Dócio Maria Pereira 2.633 384. Helena Oliveira de Araújo 2.618 385. Dócio Borelli 2.615 386. Dócio Cristina Gifford 2.591 387. Lúcia Pinheiro Vale 2.588 388. Maria José Trindade Guimarães 2.578 389. Maria Nêlia Correia Velho 2.573 390. Maria Maria Clotilde de Menezes 2.565 391. Dócio Gonçalves de Andrade e Silva 2.565 392. Maria Pereira Veloso 2.540 393. Maria Nuzara de Azambuja Lima 2.539 394. Maria Rivaldo Gomes 2.520 395. Maria Oliveira Barbosa 2.521 396. Leopoldo Antão de Vasconcelos 2.530 397. Maria Celi de Castro e Silva 2.508 398. Dócio Anselmi 2.486 399. Maria Carlota Pinheiro Pinheiro 2.480 400. Maria Berenice Cabot Morley 2.463 401. Adolfin Rivaldo Lopes 2.439 402. Ruth e Silva Gouveia 2.393</p>		(2ª época)	
		<p>403. Tereza Correia da Silva 2.745 404. Maria Santos Smith 2.694 405. Maria Leopoldina Duarte Leite 2.347</p>		Rio de Janeiro, 29 de março de 1950. — Voto: Ovídio Dominguez — Chefe do 2-EP	

SECRETARIA GERAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Departamento de Educação Primária

EDITAL N.º 8

De ordem do Sr. Diretor, comunico aos interessados que:

1.º — A exposição de trabalhos dos Setores de Educação Pré-vocacional e Educação Rural permanecerá aberta até domingo, 2 de abril, p. vindouro.

2.º — Até o dia 2 de abril próximo inclusive, às quintas-feiras, sábados e domingos, haverá, no Salão do Auditório às 16 horas, "feirinha de bonecos" para crianças (entrada franca).

3.º — A entrega de trabalhos dos expositores 10x-alunos dos cursos do Setor de Educação Pré-vocacional que os concluíram em 1949 será feita no dia 3 de abril no próprio Salão Auditório, das 10 às 17 horas.

4.º — Os certificados dos professores diplomados pelo referido Setor, de 1945 a 1949, inclusive, achando-se à disposição dos interessados na sede (Avenida 21 de Maio 44-A — 15.º andar) dias 3, 4 e 5 de abril, das 9 às 17 horas.

5.º — Os professores que concluíram cursos do Setor no ano de 1949 e ainda não receberam seus diplomas, deverão comparecer à Secretaria do Setor nos dias 3, 4 e 5 de abril próximo vindouro, das 9 às 17 horas.

Rua de Janeiro, D. F., 28 de março de 1950. — Ovídio Dominguez,
Chefe do 2-EP

EDITAL N.º 11

De ordem do Sr. Diretor, são convidados os professores do curso primário, nível 1.º D, alunos relacionados para escolha das escolas onde deverão ser alocados.

Os referidos professores serão chamados ao 2-EP — Serviço de correspondência da Diretoria de Educação Primária — Edif. Andorinha Almeida Alameda Barroso, 1.º andar — sala 512, em grupos de 100 de acordo com o número de pontos obtidos nos 3 anos de "Curso Normal" do Instituto de Educação em da Escola Normal Carmela Dutra.

(Continuação do Edital n.º 9.)

No dia 5 de abril às 9 horas

Ordem	Nome	Número de pontos
391.	NEI ARAÚJO	2.874
392.	Elaine Fernandes Martins	2.874
393.	Solange Cambrata	2.872
394.	Teresinha de Jesus Assencio Gomes	2.867
395.	Ilma Francisco Ribeiro Duarte	2.862
396.	Mercedez Fernandes Lorenz	2.862
397.	Teresinha Braga Melo	2.850
398.	Helys da Silva Cruz	2.847
399.	Neusa Fronte de Santana	2.847
400.	Edna Pereira Barreto	2.843
401.	Hélia Saldanha da Mota	2.843
402.	Eça Gomes Pereira	2.843
403.	Tereza Strickel	2.843
404.	Márcia Antan Rocha	2.841

Anexo XXV

20 de Setembro de 1953 2.º Caderno

FESTEJANDO A AUTONOMIA

Inaugurada uma placa comemorativa na Escola Normal Carmela Dutra

Foi solenemente inaugurada, ontem, na Escola Normal Carmela Dutra, uma placa comemorativa do ato pelo qual o atual prefeito, coronel Dulcídio do Espírito Santo Cardoso, concedeu autonomia àquele estabelecimento de formação de professores. Estiveram presentes, além do governador da cidade, altas autoridades do ensino, professores, alunos e convidados. Dando início à solenidade, falou o professor Lagrange Guerra Noves dizendo que constituía, para a Escola Normal Carmela Dutra, motivo de grata satisfação a presença, ali, do professor Dulcídio Cardoso. Valla-se dessa circunstância o orador para tributar ao professor Dulcídio Cardoso palavras de gratidão e reconhecimento porque, compreendendo a rápida e eficiente evolução daquela casa, houve por bem subordiná-la diretamente à Secretaria Geral de Educação e Cultura. Agentou que os educadores recebiam como justo prêmio a autonomia porque sempre dedicaram ao trabalho, procurando dar, àquele educandário, o máximo de seu esforço. O orador se orgulhava de pertencer aos fundadores da Escola, tendo testemunhado as diversas fases por que tem passado aquele estabelecimento de formação de professores. Se alguma parcela houve de apreensão — frisou — jamais perceber no coração de cada um a chama que o alentava, iluminando o caminho, certo de uma vitória serena.

Cardoso, e Roberto Azeite e do Sr. Lúcio, Varas. Seguiram-se com a palavra o professor Ilburia Azeite, a aluna Lúcia Vieira do Nascimento.



A aluna Lúcia Vieira do Nascimento pronunciando o seu discurso

Observou ter sido, na gestão do professor Ricardo Vieira, que essa autonomia se assegurou, para concluir envolvendo, em justo preito de gratidão — a gratidão de todos os que servem à Escola Normal Carmela Dutra ou que ali estudam — os nomes dos professores Dulcídio e, finalmente, agradecendo a homenagem, o prefeito Dulcídio do Espírito Santo Cardoso.

Aos presentes, finalizando a solenidade, foi servida, depois de inaugurada a placa comemorativa da concessão da autonomia àquele educandário, uma mesa de doces e vinhos finos.

Correio da Manhã, 20 de setembro de 1953, página 4. Disponível em www.hemerotecadigital.bn.br. Acessado dia 13 de janeiro, de 2015.